



**UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE
PERNAMBUCO**

**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
LINGUAGEM
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

**LUPANAR DIGITAL E OS CORPOS QUE SE
PROSTITUEM: (IN)VISIBILIDADE E TERRITÓRIOS DO
DESEJO NA PROSTITUIÇÃO VIRIL MASCULINA NO
GRINDR NO BRASIL – UMA ANÁLISE CRÍTICA DO
DISCURSO**

CARLOS EDUARDO ROMEIRO PINHO

Orientador: Dr. Moab Duarte Acioli

Recife

2026

**LUPANAR DIGITAL E OS CORPOS QUE SE PROSTITUEM:
(IN)VISIBILIDADE E TERRITÓRIOS DO DESEJO NA
PROSTITUIÇÃO VIRIL MASCULINA NO GRINDR NO BRASIL –
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

CARLOS EDUARDO ROMEIRO PINHO

Orientador: Dr. Moab Duarte Acioli

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco- UNICAP – como requisito obrigatório para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Processos de Organização Linguística e Identidade Social

Orientador: Prof. Dr. Moab Duarte Acioli

Recife

2026

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Prof. Dr. Pe. Prof. Carlos Fritzen, SJ (Reitor)

Prof. Dr. Pe. Delmar Araújo Cardoso, SJ. .(Vice-Reitor)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Juliano Mendonça Domingues da Silva (Pró-Reitora)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

Profª Drª. Flávia Tavares da Costa Ramos (Diretora)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Profª. Drª. Elaine Pereira Daróz (Coordenadora)

Profª. Drª. Nádia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo (Vice-coordenadora)

Ficha Catalográfica

P654l Pinho, Carlos Eduardo Romeiro.
 Lupanar digital e os corpos que se prostituem :
 (in)visibilidade e territórios do desejo na prostituição
 viril masculina no Grindr no Brasil - uma análise
 crítica do discurso / Carlos Eduardo Romeiro Pinho, 2026.
 213 f. : il.

 Orientador: Moab Duarte Acioli.
 Tese (Doutorado) - Universidade Católica de
 Pernambuco. Programa de Pós-graduação em
 Ciências da Linguagem. Doutorado Interinstitucional
 em Ciências da Linguagem, 2026.

 1. Análise crítica do discurso. 2. Prostituição masculina.
 3. Linguagem e línguas. 4. Sexo por computador.
 5. Homossexuais. 6. Comportamento sexual. I. Título.

CDU 801

Luciana Vidal CRB-4/1338

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que citada a fonte, a reprodução e a divulgação total ou parcial desta tese (dissertação), por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

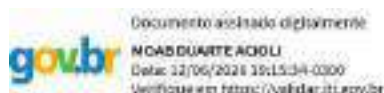
FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno (a): Carlos Eduardo Romeiro Pinho

Lupanar Digital e os Corpos que se Prostituem: (In)visibilidade e Territórios do Desejo na Prostituição Viril Masculina no Grindr no Brasil- Uma análise Crítica do Discurso

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor (a) em Ciências da Linguagem. A presente tese foi defendida e aprovada em 04 de maio de 2026 pela banca examinadora e constituída pelos professores:

Recife, 04 de maio de 2026



- **Prof. Dr. Moab Duarte Acioli – orientador-Universidade Católica de Pernambuco**



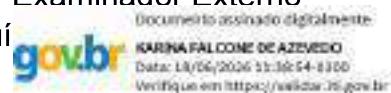
Prof(a). Dr(a).Isabela Rego Barros - Examinador Interno – Universidade Católica de Pernambuco



- **Prof(a). Dr(a). Elaine Pereira Daróz -Examinador Interno– Universidade Católica de Pernambuco**



- **Prof. Dr. Juscelino Francisco do Nascimento -Examinador Externo – Universidade Federal do Piauí**



- **Prof(a). Dr(a). Karina Falcone de Azevedo - Examinador Externo - Universidade Federal de Pernambuco**

Recife
2026

Dedicatória

Dedico este trabalho àqueles que, com apoio, incentivo e presença, tornaram possível esta caminhada. Aos amigos e familiares que foram essenciais na construção de quem me tornei.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Tânia Maria Romeiro, e ao meu pai, Amauri de Oliveira Pinho (*in memoriam*), por me guiarem e contribuírem para a formação do ser humano, da pessoa e do profissional que hoje sou.

Às minhas duas filhas, Bolinha (*in memoriam*), que partiu repentinamente, e Poly, companheiras de todos os afetos e presenças constantes em minha trajetória.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Moab Duarte Acioli, pelas valiosas contribuições, pela paciência e pelas cuidadosas orientações, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

À Abigail Vitorino (*in memoriam*) mulher guerreira, que tão cedo nos deixou.

Às amigas e aos amigos de sempre — Wânia Medrado, Jaiza Sammara, Juliana Santiago, Ana Carla Pereira, Deise Nascimento, Diane Moraes, Izamara Granja, José Claudemiro Vilaça, Luiz Carlos Pergentino, Ana Paula Batista, Erika Passos, Micheline Musser, Carlos Gonçalves, Socorro Macedo, Maria Lúcia Souza e Anderson Freire — pelo incentivo constante e pelo apoio imprescindível para que eu não desistisse diante das dificuldades ao longo desta trajetória.

Aos amigos Klever Schenider, Cristiane Queiroz, Edivaldo Xavier e Marcos Cruz pela amizade e histórias de vida.

À Universidade de Pernambuco (UPE), pela sensibilidade em oportunizar o Dinter a professores de diferentes colegiados e perfis, contribuindo de forma significativa para a qualificação acadêmica e profissional.

À Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), na pessoa do professor Benedito Bezerra e da professora Rossana Henz, pela sensibilidade e compreensão diante das particularidades enfrentadas pelos docentes ao longo do percurso deste doutorado.

Aos professores da Banca Examinadora, pelas valiosas contribuições, pertinentes e indispensáveis ao aprimoramento deste trabalho.

Aos colegas do doutorado, em especial ao professor Genivaldo Nascimento, pelo incentivo constante e pela parceria ao longo desta trajetória.

A todas as pessoas que, neste mundo, necessitam de um olhar sensível e merecem respeito em sua diversidade, orientação sexual e formas de viver.

Epígrafe

**"Eu sou garoto de aluguel, mas não vão me comprar
Eu vou te dar o teu prazer, mas com amor é mais caro
Com amor é mais caro
O meu amor é mais caro
Diz quanto você pode pagar
Com amor é mais caro
O meu amor é mais caro
Diz quanto você pode pagar
E diz se você pode pagar."**

**Fonte: LEMOS DA SILVA, Rodrigo. Garoto de aluguel. Intérprete: A Banda
Mais Bonita da Cidade**

PINHO, Carlos Eduardo Romeiro. Lupanar Digital e Os Corpos Que Se Prostituem: (In)Visibilidade e Territórios do Desejo na Prostituição Viril Masculina No Grindr No Brasil – Uma Análise Crítica Do Discurso. 2026. 211 (duzentos e onze). Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem). Escola de Educação e Humanidades, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2026.

RESUMO

O tema da prostituição masculina tem despertado crescente interesse no campo acadêmico, especialmente no âmbito dos estudos sobre sexualidade, linguagem e mediações digitais. Nesse sentido, esta tese tem como objetivo analisar o processo de interação discursiva entre sujeitos no contexto da prostituição masculina mediada pelo aplicativo Grindr. A pesquisa se baseia em teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD) como Norman Fairclough, além do debate travado por Michel Foucault sobre sexualidade e poder, visando compreender como as diferentes formas de comunicação e interação social influenciam a construção dos significados nos espaços digitais. A Análise Crítica do Discurso será direcionada aos enunciados do aplicativo Grindr como uma estratégia simbólica que impacta a oferta e demanda de serviços sexuais no âmbito da prostituição masculina. A pesquisa também abordará a invisibilidade da prostituição masculina nos novos territórios virtuais, investigando as razões por trás dessa invisibilidade e as relações de poder presentes. O objetivo geral é analisar o processo de interação discursiva entre sujeitos que buscam parceiros sexuais no contexto da prostituição masculina, com foco na construção, circulação e disseminação de significados presentes nos discursos e nas práticas sociais relacionadas, a partir do referencial teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD). Analisando o design da interface do aplicativo Grindr como estratégia simbólica no processo comunicativo, investigando de que forma sua estrutura e funcionalidades influenciam as dinâmicas de oferta e demanda de serviços sexuais no contexto da prostituição masculina. Além disso, examinar como os sujeitos se posicionam discursivamente em relação às suas identidades nesse ambiente digital, considerando as relações de poder que permeiam essas interações. Por fim, realizar uma análise crítica dos discursos produzidos pelos participantes do aplicativo Grindr sobre a oferta e a demanda de serviços sexuais, identificando os modos de construção discursiva da prostituição masculina. A seleção do *corpus* a partir de critérios objetivos. O *corpus* é formado por descrições públicas de perfis e trechos de interações iniciais no aplicativo Grindr que indicam, de forma explícita ou implícita, a oferta de serviços sexuais, analisados a partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso. Para analisar o *corpus* selecionado foi escolhido em cidades diversas onde o pesquisador utilizou-se de seu perfil do Grindr para colher os enunciados dos usuários, utilizando no texto sem identificação e observado os padrões de apresentação. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, estruturando-se a partir de uma abordagem teórico-metodológica voltada à análise e interpretação dos fenômenos discursivos investigados.

Palavras-chave: Prostituição masculina, Análise Crítica do Discurso (ACD), linguagem, relações de poder, Grindr.

PINHO, Carlos Eduardo Romeiro. *Digital Brothel and the Bodies that Engage in Prostitution: (In)Visibility and Territories of Desire in Male Virile Prostitution on the Grindr in Brazil – A Critical Discourse Analysis.* 2026. 210 pages. PhD Dissertation (Doctorate in Language Sciences). School of Education and Humanities, Graduate Program in Language Sciences, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2026.

ABSTRACT

The topic of male prostitution has attracted increasing attention in the academic field, particularly within studies on sexuality, language, and digital mediations. In this context, this thesis aims to analyze the process of discursive interaction among subjects within the context of male prostitution mediated by the Grindr application. The research is based on theorists of Critical Discourse Analysis (CDA), such as Norman Fairclough, as well as on the debates developed by Michel Foucault regarding sexuality and power, aiming to understand how different forms of communication and social interaction influence the construction of meanings in digital spaces. The critical analysis will focus on the statements produced within the Grindr application as a symbolic strategy that impacts the supply and demand of sexual services within the context of male prostitution. The research also addresses the invisibility of male prostitution in new virtual territories, investigating the reasons behind this invisibility and the power relations involved. The general objective is to analyze the process of discursive interaction among subjects seeking sexual partners in the context of male prostitution, focusing on the construction, circulation, and dissemination of meanings present in discourses and social practices related to these services, based on the theoretical and methodological framework of Critical Discourse Analysis (CDA). The study also analyzes the design of the interface of the Grindr application as a symbolic strategy in the communicative process, investigating how its structure and functionalities influence the dynamics of supply and demand for sexual services in the context of male prostitution. In addition, it examines how subjects position themselves discursively in relation to their identities within this digital environment, considering the power relations that permeate these interactions. Finally, the research conducts a critical analysis of the discourses produced by participants of the Grindr application regarding the supply and demand of sexual services, identifying the modes of discursive construction of male prostitution. The *corpus* is selected based on objective criteria and consists of public profile descriptions and excerpts of initial interactions in the application that explicitly or implicitly indicate the offer of sexual services. These materials are analyzed from the perspective of Critical Discourse Analysis. To analyze the selected *corpus*, data were collected from different cities where the researcher used his own profile on the Grindr application to gather users' statements. In the thesis, these excerpts are presented without identification, observing the patterns of presentation used by the participants. The research is qualitative in nature, structured around a theoretical and methodological approach aimed at the analysis and interpretation of the discursive phenomena investigated.

Keywords: Male prostitution; Critical Discourse Analysis (CDA); language; power relations; Grindr.

PINHO, Carlos Eduardo Romeiro. *Lupanar numérique et les corps qui se prostituent : (In)visibilité et territoires du désir dans la prostitution virile masculine sur Grindr au Brésil – Une analyse critique du discours.* 2026. 210 pages. Thèse (Doctorat en Sciences du langage). École d'Éducation et Humanités, Programme de troisième cycle en Sciences du langage, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2026.

RÉSUMÉ

La prostitution masculine suscite un intérêt croissant dans le champ académique, notamment dans le cadre des études portant sur la sexualité, le langage et les médiations numériques. Dans ce contexte, cette thèse vise à analyser le processus d'interaction discursive entre des sujets dans le contexte de la prostitution masculine médiatisée par l'application Grindr. La recherche s'appuie sur les théoriciens de l'Analyse critique du discours (ACD), tels que Norman Fairclough, ainsi que sur le débat développé par Michel Foucault à propos de la sexualité et du pouvoir, afin de comprendre comment les différentes formes de communication et d'interaction sociale influencent la construction des significations dans les espaces numériques. L'analyse critique portera sur les énoncés produits dans l'application Grindr, considérés comme une stratégie symbolique influençant l'offre et la demande de services sexuels dans le cadre de la prostitution masculine. La recherche abordera également l'invisibilité de la prostitution masculine dans les nouveaux territoires virtuels, en examinant les raisons de cette invisibilité ainsi que les relations de pouvoir qui y sont présentes. L'objectif général est d'analyser le processus d'interaction discursive entre des sujets à la recherche de partenaires sexuels dans le contexte de la prostitution masculine, en mettant l'accent sur la construction, la circulation et la diffusion des significations présentes dans les discours et les pratiques sociales associées, à partir du cadre théorique et méthodologique de l'Analyse critique du discours. L'étude examine également le design de l'interface de l'application Grindr comme une stratégie symbolique dans le processus communicatif, en analysant de quelle manière sa structure et ses fonctionnalités influencent les dynamiques d'offre et de demande de services sexuels dans le contexte de la prostitution masculine. Elle analyse en outre la manière dont les sujets se positionnent discursivement par rapport à leurs identités dans cet environnement numérique, en tenant compte des relations de pouvoir qui traversent ces interactions. Enfin, la recherche propose une analyse critique

des discours produits par les participants de l'application Grindr concernant l'offre et la demande de services sexuels, en identifiant les modes de construction discursive de la prostitution masculine. La sélection du *corpus* repose sur des critères objectifs. Celui-ci est constitué de descriptions publiques de profils et d'extraits d'interactions initiales dans l'application indiquant explicitement ou implicitement l'offre de services sexuels, analysés selon la perspective de l'Analyse critique du discours. Pour analyser le *corpus* sélectionné, des données ont été recueillies dans différentes villes, où le chercheur a utilisé son propre profil sur l'application Grindr afin de collecter les énoncés des utilisateurs. Dans le texte de la thèse, ces extraits sont présentés sans identification, tout en observant les modèles de présentation adoptés par les participants. La recherche se caractérise par une approche qualitative, structurée à partir d'un cadre théorique et méthodologique orienté vers l'analyse et l'interprétation des phénomènes discursifs étudiés.

Mots-clés : prostitution masculine ; analyse critique du discours (ACD) ; langage ; relations de pouvoir ; Grindr.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Interface de seleção de preferências e posicionamento no aplicativo Grindr.....	82
Figura 02- Página inicial do site mundo invisível (mundoinvisível.org)	104
Figura 03- Logotipo do aplicativo Grindr (máscara estilizada)	116
Figura 04- Interface web do aplicativo Grindr com destaque para funcionalidades de interação entre usuários.....	119
Figura 05- Interface inicial do aplicativo Tinder destacando o mecanismo de interação “swipe right”	128
Figura 06 - Perfil “meucasamentogay” no instagram: apresentação da conta, métricas (publicações, seguidores e seguidos) e destaques.....	133
Figura 07- Tela de filtros do aplicativo, com opções de seleção de preferências e critérios de busca.....	148
Figura 08 - Tela inicial do aplicativo com formulário de acesso e chamada para interação.....	159
Figura 09 - Representação de nudez em pose sexual e sua categorização como conteúdo proibido.....	192
Figura 10- Representação de corpo em pose não explícita segundo diretrizes de plataformas digitais.....	193
Figura 11- Imagem ilustrativa de exposição de glúteo não explícita categorizada como conteúdo permitido.....	194

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Categorias do modelo tridimensional do discurso aplicados ao estudo da prostituição.....	45
QUADRO 02 - Lista de <i>emojis</i> e códigos utilizados pelos garotos de programa no Grindr.....	135
QUADRO 03 - Glossário de fetiches e terminologias (ordem original).....	148
QUADRO-04 - Tipologia simbólica de identificação de perfis sexuais em ambientes digitais.....	164
QUADRO 05 - Perfis de usuários no Grindr e suas descrições	167
QUADRO 06 – Símbolos e significados utilizados pelos usuários do grindr.....	169
QUADRO 07 - Léxico e Processos Discursivos na produção da visibilidade nos perfis do Grindr.....	179

LISTA DE SIGLAS

ACD – Análise Crítica do Discurso

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

HSH – Homens que fazem sexo com homens

ISTs – Infecções sexualmente transmissíveis

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binários e mais

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 MÉTODO	35
1.1 Abordagem metodológica	35
1.2 Critérios de seleção do <i>corpus</i>	36
1.2.1 Constituição do <i>corpus</i>	37
1.2.2 Critérios de inclusão e exclusão	38
1.3 Procedimentos de coleta	39
1.4 Considerações éticas.....	39
CAPÍTULO 2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: PRESSUPOSTOS E CATEGORIAS	41
2.1 Discurso como prática social.....	46
2.2 Discurso, poder e ideologia	52
CAPÍTULO 3 SEXUALIDADE, PODER E (IN)VISIBILIDADE	66
3.1 Biopoder, liberdade sexual e aplicativos	73
CAPÍTULO 4 CORPOS COMERCIALIZADOS: DIMENSÕES HISTÓRICAS, JURÍDICAS E DISCURSIVAS DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA.....	96
CAPÍTULO 5 CORPOS INVISÍVEIS: IMERSÃO NOS TERRITÓRIOS VIRTUAIS: O APLICATIVO GRINDR.....	108
5.1 O Grindr como território digital: geolocalização, anonimato e regimes de visibilidade	108
5.2 Perfis, discursos e performatividade: diretrizes, visibilidade e construção da identidade no ambiente do Grindr	116
CAPÍTULO 6 GRINDR E A PROSTITUIÇÃO MASCULINA: A CONFIGURAÇÃO DE UM LUPANAR VIRTUAL	131
6.1 As construções e performances de gênero no catálogo digital Grindr: Uma Análise dos Perfis e suas Representações de Identidade	163
6.2 Aspectos dos territórios e da identidade social.....	185
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
8 REFERÊNCIAS	204

INTRODUÇÃO

Com o avanço das tecnologias digitais e a popularização de aplicativos de geolocalização, como o Grindr, novas formas de interação e visibilidade emergem em territórios virtuais, configurando dinâmicas específicas de encontro, desejo e mercado sexual. Torna-se imperativo, portanto, investigar a prostituição masculina nesse novo cenário, analisando as linguagens adotadas em plataformas voltadas ao público LGBTQIAPN+.

Nesse contexto, o comércio sexual masculino desloca-se parcialmente de espaços físicos tradicionais — como ruas, saunas e bares — para ambientes digitais mediados por algoritmos e interfaces. Tais espaços produzem novas formas de territorialidade, nas quais os sujeitos operam em um campo híbrido, simultaneamente virtual e material, onde visibilidade, sigilo e masculinidade são constantemente negociados por meio do discurso.

Sob essa ótica, o presente trabalho investiga as formas de visibilidade social e os territórios virtuais percebidos nos enunciados de usuários do Grindr. O objeto de estudo concentra-se na prostituição viril masculina mediada por aplicativos, com ênfase nas práticas discursivas que evidenciam ou ocultam os corpos. O *corpus* é constituído por descrições de perfis, expressões lexicais e interações na plataforma, selecionadas a partir de critérios de recorte analítico. Embora o Grindr não seja um espaço destinado estritamente à prostituição, ele consolidou-se como um território frequente para essa prática, tanto para prestadores de serviço quanto para consumidores.

O Lupanar, historicamente associado a prostíbulo, é resgatado no título da tese para expressar a mudança dos territórios da prostituição. O termo Lupanar remete a uma imagem romana, da casa de prostituição, da casa da loba. Apropriado pelos prostíbulos na França no início do século XX, na chamada *belle époque*. No Brasil são espaços de prostituição masculina, territórios físicos, onde se pratica a prostituição, sendo alguns famosos nos principais centros urbanos do país. Embora o Grindr não seja considerado um Lupanar na acepção da palavra, é um espaço de exercício da prostituição, onde novos territórios são criados e recriados.

De acordo com dados institucionais, o aplicativo Grindr expandiu-se significativamente desde sua criação em 2009, consolidando-se como a maior rede social mundial voltada ao público homossexual, bissexual, trans e *queer*. Atualmente, a

plataforma transcende a função de busca por conexões interpessoais para se posicionar como o "*Global Gayborhood*" (Bairro Gay Global). Segundo a organização:

[...] uma plataforma impulsionada por inteligência artificial na qual a proximidade oferece acesso instantâneo não apenas uns aos outros, mas também a produtos selecionados, serviços e informações confiáveis, tudo em um único lugar. Ao integrar esses elementos essenciais em uma experiência única e fluida, o Grindr passa a atuar como um motor de crescimento da vida gay em escala mundial (Grindr, 2017, tradução nossa).

Ao transpor o debate para o cenário brasileiro contemporâneo, observa-se que a prostituição permanece como um tema de intensas controvérsias no Parlamento e na sociedade civil. Diferente de modelos adotados em países como a França — que implementou a Lei n.º 2016-444 de 2016 para reforçar o combate ao sistema prostitucional e oferecer apoio às pessoas em situação de prostituição, focando na criminalização do cliente (França, 2016) — o Brasil é escasso de garantias formais mais robustas.

No contexto legislativo nacional, destaca-se o Projeto de Lei n.º 4.211/2012, de autoria do ex-deputado Jean Wyllys. Conhecida como "Lei Gabriela Leite", a proposta visava regulamentar a prostituição como profissão, assegurando direitos trabalhistas e dignidade aos profissionais. Contudo, a proposição foi arquivada com base no Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (Brasil, 2012). A discussão sobre tal projeto é imperativa, visto que o debate público frequentemente reduz a prostituição à ótica da exploração ou da violação à moral familiar, negligenciando a autonomia e a proteção jurídica da categoria.

Em um país como o Brasil, a prostituição é uma atividade com profundas raízes históricas e sociais. Sua regulamentação tem sido um tema central nos debates sobre direitos humanos, políticas públicas e o combate à exploração sexual. Embora a prática seja frequentemente marginalizada e estigmatizada, a regulamentação profissional surge como um caminho para garantir dignidade e proteção aos trabalhadores do sexo de todos os gêneros.

Contudo, a prostituição masculina ainda é tratada de forma desigual tanto na legislação quanto no discurso social. Isso demanda uma análise crítica das propostas que buscam regulamentá-la, como o Projeto de Lei nº 3.436/97, de autoria do deputado Wigberto Tartuce, e o PL Gabriela Leite.

Ambos os projetos visam à regularização da atividade no Brasil, mas apresentam abordagens distintas:

- PL nº 3.436/97¹: Foca na formalização da prostituição como atividade profissional, prevendo benefícios previdenciários e a obrigatoriedade de exames de saúde.
- PL Gabriela Leite: Prioriza a proteção contra a exploração sexual e a garantia de direitos trabalhistas equiparados aos de qualquer outra categoria profissional.

Ao discutir a prostituição masculina neste trabalho, não se pretende diminuir a relevância da atividade exercida por mulheres ou outras identidades de gênero. Pelo contrário, busca-se integrar a pluralidade dessas experiências nas pautas de políticas públicas e direitos humanos.

O homem que se prostitui enfrenta preconceitos e moralismos específicos relacionados à sua sexualidade, aspectos que se tornam evidentes na análise do aplicativo Grindr e de seus usuários. Apesar de representarem uma parcela significativa da indústria sexual, esses profissionais ainda enfrentam a invisibilidade e o estigma, sendo frequentemente associados pelo Estado e pela sociedade a comportamentos "marginais" ou desviantes das normas tradicionais de masculinidade. Nesse cenário, o Grindr consolidou-se como um território virtual estratégico para o exercício dessa atividade, potencializado pela expansão do mercado sexual no ambiente digital.

Ao analisar as interações na plataforma, percebe-se que ela atua simultaneamente como fonte e objeto desta investigação. Isso ocorre devido às intersubjetividades manifestadas na relação entre o enunciador e os elementos que sinalizam se o usuário está ofertando ou buscando o serviço. Nesta pesquisa, as descrições contidas nos perfis são compreendidas como enunciados de autoapresentação, por meio dos quais os sujeitos constroem formas específicas de visibilidade, desejo e identidade.

Como espaço digital de interação, o aplicativo fornece o *corpus* da pesquisa através das mensagens e descrições produzidas pelos usuários; simultaneamente, configura-se como um dispositivo sociotécnico que estrutura, condiciona e performatiza tais enunciações.

¹ Art 1 É livre o exercício da prostituição. observados os preceitos desta Lei
§Considera-se profissional, para os fins desta Lei. aquele que, pessoalmente e mediante remuneração ou vantagem, utilizando-se do próprio corpo, exerce o comércio sexual.

O objetivo geral é analisar o processo de interação discursiva entre sujeitos que buscam parceiros sexuais no contexto da prostituição masculina, com foco na construção, circulação e disseminação de significados presentes nos discursos e nas práticas sociais relacionadas, utilizando o referencial teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD).

Desta forma se analisará o design da interface do aplicativo Grindr como uma estratégia simbólica no processo comunicativo, investigando como sua estrutura e funcionalidades influenciam as dinâmicas de oferta e demanda de serviços sexuais.

Bem como examinar o posicionamento discursivo dos sujeitos em relação às suas identidades no ambiente digital, levando em conta as relações de poder que permeiam essas interações. Realizando assim uma análise crítica dos discursos produzidos pelos usuários sobre a oferta e a demanda de serviços sexuais, identificando os modos de construção discursiva da prostituição masculina.

Ao investigar a (in)visibilidade social da prostituição masculina nos novos territórios virtuais, buscar-se-á compreender as razões por trás desse fenômeno e como ele se manifesta nos enunciados dos participantes. Compreendendo as formas de territorialidade e negociação de desejo, masculinidade e sigilo que ocorrem nesse espaço híbrido (virtual e material) mediado por algoritmos e linguagens específicas.

O *corpus* desta tese é composto por perfis e descrições públicas disponibilizadas no Grindr, interpretados como práticas discursivas situadas no âmbito das interações mediadas por plataformas de geolocalização. Tais registros evidenciam dinâmicas de intersubjetividade, uma vez que são elaborados sob a antecipação de um interlocutor potencial. São, portanto, atravessados por expectativas de interação, negociações de desejo, marcadores identitários e códigos linguísticos próprios do ecossistema do aplicativo.

O material foi coletado por meio de observação sistemática baseada no recurso de geolocalização, contemplando perfis de diferentes cidades do Nordeste brasileiro, a saber: Recife-PE, Petrolina-PE, Natal-RN e Fortaleza-CE.

Determinados elementos linguísticos e semióticos presentes nesses perfis sinalizam tanto a oferta quanto a busca por serviços sexuais, frequentemente de maneira implícita e mediada por convenções compartilhadas. Nesse cenário, o Grindr não atua meramente como um repositório de discursos, mas como um ambiente sociotécnico cujas normas, algoritmos e políticas de uso modulam a forma e o conteúdo

das interações. As autodescrições nos perfis raramente permitem uma identificação inequívoca de práticas vinculadas à prostituição, uma vez que tais referências são estrategicamente codificadas e ambíguas, operando em zonas de penumbra entre a visibilidade e o sigilo.

Dessa forma, o aplicativo é tomado simultaneamente como *corpus*, por fornecer o material empírico dos enunciados, e como objeto teórico, visto que suas dinâmicas interacionais são intrínsecas à investigação do problema. Essa perspectiva alinha-se à premissa de que a intersubjetividade humana se realiza em cada ato de enunciação, tornando a interação verbal a realidade fundamental da língua.

Conforme aponta Brandão (2004, p. 6),

[...] através de cada ato de enunciação, se realiza a intersubjetividade humana, o processo de interação verbal passa a constituir, no bojo de sua teoria, uma realidade fundamental da língua. O interlocutor não é um elemento passivo na constituição do significado (Brandão, 2004, p.6)

Sob essa ótica, a linguagem é compreendida como um processo essencialmente dialógico, no qual os sentidos emergem do encontro entre subjetividades. Portanto, a comunicação no interior do aplicativo não deve ser lida como uma transmissão mecânica de informações, mas como um espaço de negociação constante, onde os usuários desempenham um papel ativo na co-construção do discurso e na interpretação dos códigos vigentes.

Dessa forma, cada ato de enunciação não apenas reflete significados preexistentes, mas engendra novas formas de compreensão e interação no tecido social. Nesse prisma, a finalidade do ato comunicativo transcende a mera transmissão de informações, configurando-se como um esforço de convencimento ou adesão, em que o enunciador busca que o interlocutor aceite e valide o sentido proposto.

No contexto do Grindr, o usuário frequentemente transita por uma zona cinzenta ao oferecer ou buscar serviços que podem, ou não, ser caracterizados como prostituição — prática esta definida pela habitualidade e pela contraprestação financeira. A análise desses enunciados exige que o pesquisador investigue a intersubjetividade oculta nas entrelinhas, uma vez que o caráter implícito das mensagens dificulta a distinção objetiva entre o exercício da prostituição e a busca pela realização de desejos pessoais ou casuais.

Essa investigação torna-se ainda mais complexa ao considerarmos que o discurso analisado não é a manifestação de um sujeito pleno e consciente. Pelo contrário, conforme ressalta Fischer (1995, p. 23), o

[...] discurso analisado não será manifestação de um sujeito, mas um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem (Fischer, 1995, p.23)

O sujeito da linguagem não é uma essência idealizada ou a origem absoluta do sentido; ele é, simultaneamente, falante e falado. Através dele, ecoam outros ditos e ordens discursivas, revelando que a identidade do usuário no aplicativo é atravessada por convenções sociais e históricas que o precedem.

Ao utilizar o aplicativo, o sujeito frequentemente transita por zonas de ambiguidade, em que a oferta ou a busca por serviços pode — ou não — ser enquadrada como prostituição, considerando-se os critérios de habitualidade e contraprestação financeira. A análise desses enunciados exige que o pesquisador decodifique as camadas de intersubjetividade que subjazem ao texto, uma vez que os sentidos não se apresentam de forma explícita. Essa investigação torna-se essencial para distinguir as práticas de prostituição daquelas voltadas estritamente à realização de desejos pessoais, cujas fronteiras discursivas são estrategicamente fluidas.

Posto isso, os aplicativos de busca de parcerias e encontros casuais emergem como estratégias tecnológicas que viabilizam a constituição de novos espaços de sociabilidade. Para sujeitos que buscam práticas homoeróticas, especialmente em contextos de acentuada hegemonia heteronormativa, tais plataformas funcionam como mecanismos de visibilidade seletiva. Elas permitem identificar parceiros potencialmente disponíveis em tempo real (*online*), possibilitando contornar — frequentemente sob o signo do sigilo — as exigências normativas associadas ao ideal social da masculinidade convencional.

Historicamente, o desejo não heterossexual foi territorializado em redutos específicos, como saunas, bares, cinemas e boates. Contudo, com a ascensão das tecnologias de geolocalização, esses territórios adquirem fluidez e mobilidade, transbordando as fronteiras físicas e ampliando as possibilidades de interação. O Grindr, nesse cenário, configura-se como um desses novos territórios digitais, onde práticas

discursivas, performances identitárias e negociações de desejo se articulam em uma dinâmica sociotécnica singular.

Entretanto, a análise desses ambientes impõe um desafio metodológico rigoroso. As plataformas buscam, por meio de suas diretrizes e políticas de uso, dissociar sua imagem do comércio sexual, estabelecendo mecanismos de regulação que visam coibir a prostituição e outras condutas consideradas inadequadas pela governança da rede. Assim, esta pesquisa propõe um exame crítico sobre como tais tensões se manifestam nos enunciados dos perfis e nas interações mediadas, confrontando as estratégias dos usuários com os dispositivos de controle estabelecidos pela própria plataforma (Oliveira Neto *et al.*, 2021).

Com a onipresença das tecnologias digitais, aplicativos de geolocalização voltados ao público masculino, como o Grindr, consolidaram-se como territórios virtuais onde práticas sexuais e relações mediadas pela técnica são constantemente reconfiguradas. Mais do que ferramentas funcionais, essas plataformas operam como ecossistemas que catalisam a negociação de encontros, desejos e interesses heterogêneos.

Nesse contexto, a linguagem não deve ser apreendida como um sistema estático ou fechado de signos, mas como um processo dinâmico de co-construção de sentidos. Cada ato enunciativo ultrapassa a mera reprodução de significados preexistentes, atuando ativamente na gênese de novas semânticas e formas de interação social.

Sob essa perspectiva, o discurso não se manifesta como a expressão de um sujeito individual, coeso e plenipotenciário, mas como um espaço de dispersão. Ele é atravessado por múltiplas vozes, posições e práticas sociais que fragmentam a ideia de uma subjetividade idealizada. No âmbito dos aplicativos, os enunciados presentes nos perfis e nas interações configuram formas de autoapresentação discursiva nas quais as identidades são permanentemente negociadas e performadas.

Embora tais plataformas não possuam, em sua arquitetura formal, a finalidade precípua da prostituição, sua estrutura sociotécnica — caracterizada pelo anonimato relativo, pela precisão da geolocalização e pela instantaneidade das interações — cria um ambiente propício à emergência de práticas associadas à negociação de serviços sexuais. Essas características técnicas modulam o discurso, permitindo que a oferta e a demanda circulem de forma fluida entre as frestas das normas institucionais.

Expressões recorrentes no ambiente digital — como convites para encontros efêmeros, interações desprovidas de vínculos afetivos duradouros e a busca por gratificação sexual imediata — delineiam um campo discursivo onde desejo, intimidade e lógica de mercado se interpenetram. Tais espaços tornam-se vetores para a realização do desejo e para a arquitetura de novas sociabilidades sexuais contemporâneas. Conforme postula Fischer (1995), o sujeito é atravessado por múltiplas ordens de discurso, tendo sua identidade permanentemente construída e desconstruída nas práticas linguísticas e sociais.

Nesse cenário, a interdiscursividade emerge como conceito basilar na Análise Crítica do Discurso (ACD). Proposta por Fairclough (2001) em *Discurso e Mudança Social*, a categoria dialoga com o 'interdiscurso' de Michel Pêcheux ao investigar como práticas discursivas se relacionam e se hibridizam. Diferente da intertextualidade, que foca na relação entre textos específicos, a interdiscursividade examina a amálgama de diferentes gêneros e discursos, fundamentais na produção de sentidos e na manutenção das relações de poder.

Fairclough (2001) argumenta que nenhum discurso é autônomo, pois se constrói invariavelmente a partir de discursividades preexistentes. Esse fenômeno ocorre porque a linguagem constitui um *locus* de luta ideológica e disputa de significados; assim, a interdiscursividade vincula-se diretamente à manutenção ou à transformação das estruturas sociais.

Em territórios onde os interlocutores nem sempre explicitam suas intenções — dado que, nos processos de mudança social, os usos da linguagem constituem relações que posicionam os sujeitos de modos distintos (Perez, 2012) —, os discursos sobre a prostituição tendem a perpetuar estigmas que moldam a representação desses indivíduos.

Frequentemente, a abordagem social desse tema revela traços de preconceitos e de estigmatização, manifestos em uma linguagem que reproduz visões moralizantes. Tais discursos atingem diretamente aqueles que utilizam o corpo como instrumento de trabalho, tratando a prostituição não apenas como prática social, mas como um marcador de "desvio moral", o que aprofunda os processos de invisibilização dos sujeitos envolvidos.

Ao abordar o corpo que se prostitui, torna-se imperativo transcender a visão limitada do corpo como mera materialidade física. A prostituição, exercida por homens

ou mulheres, expõe uma contradição latente no imaginário social: embora figure como um produto de consumo amplamente demandado, permanece sob o signo da reprovação. Tal ambivalência revela uma dinâmica em que a prática é, simultaneamente, desejada e condenada, manifestando-se tanto em esferas públicas quanto privadas, visíveis ou marginalizadas.

No ecossistema digital, notadamente em plataformas de encontros, essa dimensão discursiva do corpo torna-se ainda mais nítida. Os enunciados presentes nos perfis e interações mobilizam recursos lexicais e estilísticos que sinalizam intenções específicas. A intensidade do léxico, a seleção de determinadas expressões, as escolhas tipográficas (como o uso de maiúsculas, abreviações ou *emojis*) e o tom assertivo de certos convites constituem estratégias discursivas pelas quais os usuários negociam sentidos sobre disponibilidade, desejo e atos sexuais.

Conforme postula Paveau (2021, p. 89), ocorre uma "ressignificação léxica-discursiva", que consiste em apropriar-se de uma "(de)nominação insultuosa para fazer dela um símbolo de identidade ou de orgulho". Sob essa ótica, a linguagem não se limita a descrever o corpo; ela é agente na construção de significados que estruturam as interações digitais. Nesse contexto, o sexo converte-se em objeto de disputa pública, atravessado por uma complexa rede de saberes e prescrições regulatórias. Como observa Michel Foucault (1988), a sexualidade não deve ser lida como uma dimensão puramente natural, mas como um campo historicamente constituído por práticas discursivas e dispositivos de poder.

Nessa perspectiva, Foucault evidencia que a sexualidade é incessantemente produzida e normatizada por instituições como o Estado, a Igreja, a Medicina e o Direito. Estas instâncias estabelecem as fronteiras do que pode ser dito, vivido ou reconhecido como legítimo. A "sexualidade pública" refere-se, portanto, ao amálgama de discursos e mecanismos de controle que visam ordenar as condutas sexuais, definindo limites, classificações e regimes de normalização.

Por outro lado, a sexualidade privada emerge como o reduto da experiência íntima, onde desejos, práticas e identidades são vivenciados de forma individualizada. Entretanto, para Foucault (1988), essa dicotomia entre público e privado é meramente aparente, visto que mesmo o que se apresenta como estritamente pessoal encontra-se atravessado por discursos sociais, normas morais e regimes de verdade que delimitam o horizonte do possível.

Assim, a ontologia do sujeito — a questão sobre quem somos e como nos reconhecemos — passou a ser intrinsecamente vinculada ao sexo. Não se trata apenas da dimensão biológica, mas do sexo enquanto construção histórica, simbólica e discursiva. A sexualidade converte-se em um campo de produção de saber e poder, onde tabus e interdições definem os limites do dizível no interior das relações sociais.

Comenta Foucault (1988, p.12)

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura.

Ora, se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura.

A reflexão foucaultiana evidencia que o discurso sobre a sexualidade não se restringe à descrição de práticas; ele constitui um espaço de disputa simbólica. Ao tematizar o sexo, especialmente em contextos estigmatizados, os sujeitos tensionam as normas regulatórias, revelando fissuras nos regimes de controle. Tal fenômeno é observável quando um usuário do Grindr se descreve enaltecendo atributos que performam práticas "aceitáveis" ou desejáveis.

Em diálogo com essa perspectiva, a interdiscursividade (Fairclough, 2001) — diferentemente da intertextualidade — foca na conexão entre práticas discursivas e sua participação na manutenção ou subversão das relações de poder. Assim, a interdiscursividade está implicada na reprodução e na mutação das estruturas sociais através do discurso que, ao hibridizar diferentes usos da linguagem, posiciona os sujeitos de maneiras multifacetadas, muitas vezes sem que suas intenções sejam explicitadas (Perez, 2012).

Rago (1997, p. 85) exemplifica essa dinâmica discursiva ao observar como, no início do século XX, a masturbação e a prostituição eram classificadas pelos saberes médicos como "vícios nocivos" ao corpo social. Argumenta-se que o que não é visível escapa à reprovação; contudo, aquilo que emerge na esfera pública torna-se, prontamente, alvo de juízos morais. Nas cidades, é comum identificar a cristalização de territórios específicos — ruas, esquinas e bares — que se notabilizam como espaços de prostituição.

Nesse sentido, as práticas sexuais transcendem o comportamento individual, carregando consigo camadas históricas, relações sociais e identidades que moldam sua inserção no mundo público. As diversas sexualidades estão, portanto, intrinsecamente ligadas a formas de pertencimento e reconhecimento social.

Diante da crescente digitalização das interações, os aplicativos de encontros assumem um papel central na constituição de novas visibilidades. Tais espaços virtuais operam como arenas discursivas onde os sujeitos arquitetam identidades e negociam serviços sexuais, frequentemente sob o manto de discursos implícitos e estratégias de ocultação. O uso de pseudônimos por usuários do Grindr é um exemplo emblemático dessa busca pelo anonimato, que permite a circulação em um território digital sem a exposição imediata do sujeito.

Um dos eixos fundamentais desta pesquisa é compreender o aplicativo de encontros Grindr não meramente como ferramenta tecnológica, mas como um espaço constituído por textos e produtos culturais que modulam as relações sociais. A digitalização das interações entre homens via plataformas digitais reflete, em larga medida, as construções de gênero e sexualidade vigentes na sociedade.

Costa (2020, p. 196) escreve o seguinte:

Portanto, a digitalização das interações entre homens por meio de apps como o Grindr, reflete, em grande parte, as relações e construções de gênero e sexualidade que estão dispostas na sociedade. Dessa forma, o que eles procuram é saciar um desejo inicialmente digital, mas que não pode ser separado da ideia de real, ou seja, não existe uma separação entre o virtual e o físico. A tecnologia apenas redimensionou e intensificou a perceptibilidade de processos sociais, visto que é utilizada pelas pessoas, carregando as subjetividades humanas em seus usos. (Costa, 2020, p. 196)

Dessa forma, o desejo inicialmente digital não se aparta do plano físico; a tecnologia, na verdade, redimensiona e intensifica a perceptibilidade de processos sociais, carregando as subjetividades humanas em seus usos.

Sob a lente de Foucault (1988), a linguagem atua como um instrumento de poder. No contexto dos aplicativos, a interface² converte-se em um espaço sociotécnico onde se cruzam práticas de dominação, ocultação e negociação. Questiona-se, portanto, em que medida a própria arquitetura dessas plataformas favorece a construção de

² Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, a interface pode ser compreendida como um espaço sociotécnico de mediação que organiza e orienta as práticas comunicativas em ambientes digitais, influenciando a produção, circulação e interpretação dos discursos, bem como as formas de posicionamento dos sujeitos e as relações de poder que emergem dessas interações.

relações comerciais veladas, operando por meio de vocabulários específicos que, embora omitam o termo "prostituição", sinalizam explicitamente interesses mercantis.

Nesse cenário, torna-se necessário caracterizar as categorias de perfis e os modos de autoidentificação dos usuários. A análise volta-se para as descrições e palavras-chave que funcionam como signos de interesses comerciais sem a necessidade de nomeação direta. A identidade social dos participantes ocupa lugar central: os discursos de homens que vendem ou compram serviços sexuais são permeados por estratégias de ocultação da identidade, o que nos leva às questões centrais: como esses sujeitos se apresentam nesses espaços? Quais recursos discursivos e imagéticos são mobilizados para construir suas representações?

Goffman (2002), em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, postula que o indivíduo, ao desempenhar um papel social, mobiliza uma "fachada" e solicita que seus observadores validem a impressão projetada (p. 25). No ecossistema dos aplicativos, esse gerenciamento de impressões (*facework*) é central: os sujeitos operam um "jogo de aparências" para negociar identidades e, simultaneamente, manejar o estigma associado às práticas de comercialização do sexo.

Ademais, a diferenciação social entre os usuários manifesta-se por meio de marcadores de classe e capital cultural. A distinção entre quem busca encontros casuais e quem oferta serviços remunerados transparece em detalhes sutis: desde a correção gramatical nas descrições até a localização geográfica e a posse de bens (como transporte próprio). Essas variáveis atuam como índices de estratificação que ajudam a construir e negociar as hierarquias de desejo e poder dentro da plataforma.

Nesse sentido, o uso de hashtags, *emojis* e léxicos específicos funciona como um processo de legitimação simbólica. Ao adotar categorias como "ativo", "passivo" ou "versátil", ou utilizar eufemismos para descrever a transação financeira, os sujeitos buscam suavizar o caráter mercantil da atividade, conferindo-lhe uma roupagem de interação social normativa. Essa construção identitária é, essencialmente, performativa. Como provoca Butler (2018, p.23):

Haverá “um” gênero que as pessoas possuem, conforme se diz, ou é o gênero um atributo essencial do que se diz que a pessoa é, como implica a pergunta “Qual é o seu gênero?” Quando teóricas feministas afirmam que o gênero é uma interpretação cultural do sexo, ou que o gênero é construído culturalmente, qual é o modo ou mecanismo dessa construção? Se o gênero é construído, poderia sê-lo diferentemente, ou sua característica de construção implica alguma forma de

determinismo social que exclui a possibilidade de agência ou transformação?

O argumento se fundamenta em que o gênero é um processo em aberto, não sendo um destino biológico, mas uma performance social que, por ser construída, pode ser desconstruída e reinventada. A partir dessa premissa, compreende-se que as representações do "afeminado", "ativo", "passivo", "masculino" ou "feminino" não são dados biológicos, mas construções reiteradas que respondem a normas de gênero vigentes. A identidade nesses espaços é uma prática contínua, uma performance negociada que depende do reconhecimento social e da repetição de atos e discursos que confirmam ou subvertem as expectativas da masculinidade hegemônica.

O debate contemporâneo sobre gênero fomenta uma reflexão profunda acerca do corpo enquanto construção social e simbólica. A distinção entre sexo e gênero estabelece uma descontinuidade fundamental: o gênero não deve ser lido como um reflexo determinista do sexo biológico. Como postula Judith Butler (1990) em *Problemas de Gênero*, a relação entre essas instâncias não é linear nem reducionista; a construção da masculinidade não está restrita a corpos designados como machos, assim como o feminino não é um atributo exclusivo de corpos fêmeas.

No universo do Grindr, os enunciados e categorias de perfil operam como mecanismos de definição subjetiva. Expressões como "não curto afeminados", "não sou afeminado" ou "sou discreto" carregam um teor sexista e segregador, revelando um esforço do usuário em projetar uma imagem de virilidade e masculinidade hegemônica em sua performance digital. Assim, os marcadores identitários mobilizados não se restringem a meras "preferências sexuais"³; constituem, antes, dispositivos discursivos pelos quais os sujeitos negociam pertencimento, status e, em muitos casos, a própria viabilidade de inserção no mercado do sexo.

Nesse contexto, a prostituição masculina frequentemente se distancia de nomenclaturas explícitas. Utiliza-se um léxico codificado que permite uma negociação mais fluida, contornando os estigmas sociais associados ao trabalho sexual. Categorias como "ativo", "passivo" ou "versátil" funcionam, portanto, como ferramentas discursivas que produzem sujeitos dentro de um espaço de negociação subjetiva, ora subvertendo, ora reforçando normas de gênero e classe.

³ Importante esclarecer que a expressão preferências sexuais é utilizada aqui no sentido da escolha pela posição sexual, ou seja, ativo, passivo ou versátil, ou por características descritas pelo usuário, sobretudo as físicas.

Essa dinâmica dialoga com a tese de Miskolci (2013), ao observar que o ambiente digital incita esses homens a falar incessantemente sobre o desejo, muitas vezes reduzindo o homoerotismo à esfera da "sexualidade pura". Tal fragmentação é estratégica: ao separar o sexo do afeto, esses sujeitos preservam uma ordenação da vida pública como aceitável e heteronormativa, relegando o desejo homoerótico ao segredo, desvinculado de compromissos duradouros.

Segundo o autor (Miskolci, 2013, p.318):

Para alguns, a internet os faz falar incessantemente sobre seu desejo, o que constitui um exercício subjetivo que reitera a visão de que seus desejos homoeróticos não passam de "sexualidade", pensamento reconfortante para homens que são incentivados desde a infância a separar amor de sexo. O reconforto da divisão sexo/amor estaria na aceitação da ordenação da vida amorosa como aceitável desde que construída como heterossexual (e quiçá reprodutiva) no espaço público da vida familiar e do trabalho e homo-orientada apenas em segredo, desvinculada de afetividade ou compromisso duradouro.

Em suma, esse processo de legitimação e ocultação revela como as práticas discursivas nos aplicativos moldam e reproduzem as estruturas que regulam as identidades masculinas. A análise dessas estratégias linguísticas é, portanto, fundamental para desvelar as dinâmicas de poder e invisibilidade que atravessam a prostituição masculina nos territórios digitais.

Nesse sentido, a lógica de seleção que emerge nesses ambientes configura-se como um "filtro milimétrico", no qual atributos biológicos e estéticos são convertidos em parâmetros mensuráveis e comparáveis. Tal dinâmica estabelece um modelo de interação que mimetiza a lógica de mercado, distanciando-se das formas de sociabilidade *offline*. A navegação entre perfis assemelha-se à curadoria de uma vitrine ou ao manejo de um "carrinho de compras" simbólico, onde os sujeitos são avaliados, selecionados ou descartados com base em expectativas corporais e desejos imediatos. Em certas plataformas, essa simbologia do consumo é literal, posicionando os corpos como objetos expostos em prateleiras digitais, prontos para a "aquisição" e o consumo efêmero.

Esta estrutura reforça a dimensão mercadológica do desejo, facilitando interações despidas de continuidade ou implicações afetivas. Ao priorizar a eficácia da transação sexual, o modelo afasta-se dos paradigmas tradicionais de intimidade e dos rituais de cortejamento associados ao padrão heteronormativo que historicamente estruturou as formas socialmente legitimadas de intimidade.

Ainda observa Miskolci (2020, p.35):

Os perfis de busca de parceiros com frases como: “não respondo a ninguém com menos de 1,80m”, “nem entre em contato se não for malhado” ou “ignoro mensagens de caras com mais de 25 anos” deixam claro que as interações online, ao menos entre esses homens, tendem a ser muito mais regidas por padrões corporais do que as offline. (Miskolc, 2020 p.35)

As exigências expressas em frases como "não respondo a menores de 1,80m" ou "apenas malhados" evidenciam que as interações *online* entre esses homens são regidas por padrões de padronização corporal muito mais rígidos que os encontrados em espaços físicos.

A ênfase exacerbada nas características físicas provoca, invariavelmente, um deslocamento dos afetos para a periferia da interação. Com o advento das tecnologias digitais, a dinâmica de oferta e demanda por serviços sexuais foi profundamente reconfigurada. Segundo Jesus (2021), “[...]as pessoas não precisam mais se expor nas ruas à procura de determinados serviços sexuais, o aplicativo Grindr proporciona mais privacidade aos seus usuários, porque com um simples ‘click’ é possível se contactar com alguém e solicitar os referidos serviços”.

A mediação algorítmica oferece uma camada de proteção e discrição: a exposição outrora necessária nas ruas é substituída pela interface do aplicativo. O Grindr, portanto, otimiza o acesso ao mercado sexual ao proporcionar privacidade e agilidade, permitindo que, com um simples toque, o usuário estabeleça o contato e a negociação do serviço desejado.

O espaço virtual, portanto, torna-se um território constitutivo de subjetividades individuais e coletivas, reconfigurando as formas de sociabilidade. Esse ambiente amplia a oferta de serviços sexuais ao mesmo tempo que embaralha as fronteiras entre o real e o simbólico, o público e o privado, o corpo físico e o avatar(similar) digital. Como observa ainda Jesus (2021, p. 28):

[...] dentro de uma transformação das relações sociais estabelecidas, em particular, a oferta de serviços sexuais, que à primeira vista, possibilita aos que delas se utilizam, de fluir na rede, onde real e irreal se misturam, como também se complementam.

Assim, as plataformas digitais e os aplicativos de relacionamento não apenas modificam os meios de mediação comercial do sexo, mas instauram novos regimes de visibilidade, controle, desejo e subjetivação, tensionando os discursos hegemônicos sobre moral, trabalho e sexualidade.

Continuando com Jesus (2021, pp.28-29),

[...] o território dos ambientes na rua e no mundo virtual também podem ser pensados como lócus das diversas possibilidades no campo das relações sociais estabelecidas a partir dos sites de encontros e intercursos sexuais aqui analisados, porque dentre as inúmeras vantagens de estarem inseridos na internet, diz respeito ao fato de que ela permite uma maior aproximação entre pessoas conhecidas que estão distantes e entre desconhecidos que desejam preservar a identidade e intimidade, minimizando supostamente maiores riscos de exposição aos olhares de outros indivíduos, sobretudo de conhecidos.

Conforme observado, a migração dos intercursos sexuais para o ambiente virtual responde a uma necessidade de gestão de risco identitário. Se na “rua” para Goffman(2002), a fachada está vulnerável ao olhar de qualquer transeunte, no Grindr o sujeito opera em um território mediado pela interface, que filtra quem pode acessar sua intimidade. Essa “proximidade entre desconhecidos” mencionada pelo autor reforça a tese de Miskolci sobre o segredo: a tecnologia permite que o homem mantenha sua origem social 'limpa' perante os conhecidos, enquanto explora suas subjetividades e desejos no território seguro da invisibilidade digital. Os avanços das redes sociais e dos aplicativos de relacionamento remodelam as dinâmicas da prostituição masculina.

De acordo com Fairclough (2001), os discursos se constituem de forma interdiscursiva, absorvendo elementos de diversas práticas sociais. No caso da prostituição masculina mediada por plataformas como o Grindr, a autoapresentação dos sujeitos não é neutra, a estética, a linguagem e até o silêncio operam como dispositivos de negociação simbólica.

Os controles normativos presentes na legislação brasileira não criminalizam a prostituição, embora a prática permaneça socialmente estigmatizada e, em muitos casos, regulada de forma indireta por políticas públicas, moral religiosa ou repressão policial. Essa ambivalência remete ao conceito de normalização desenvolvido por Foucault (1987, p.208-209), segundo o qual:

Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais. As normas sociais, nesse sentido, não operam apenas como leis formais, mas como padrões implícitos e internalizados que regulam o que é aceitável ou desviado. São mantidas por mecanismos de vigilância simbólica e punição moral,

que disciplinam corpos e subjetividades, orientando práticas cotidianas e formas de existir.

Portanto, a perspectiva foucaultiana sobre a norma ilumina a arquitetura dos aplicativos de relacionamento: ao converter corpos em dados comparáveis, a interface não apenas facilita encontros, mas exerce um poder de regulamentação. Ao “tornar úteis as diferenças”, o aplicativo permite que o mercado sexual selecione corpos com precisão cirúrgica. Assim, a exclusão de certos perfis não é uma falha do sistema, mas o resultado bem-sucedido de uma vigilância simbólica exercida pelos próprios usuários, que internalizaram a norma da masculinidade hegemônica como critério de validade social."

Dessa forma, o objeto da pesquisa reside nas interações discursivas mediadas pela linguagem e situadas em práticas sociais específicas, configuradas em um território digital no qual identidades são constantemente negociadas e relações de poder se produzem e se reconfiguram. A Análise Crítica do Discurso, aplicada a esses espaços, permite investigar de que modo a linguagem participa da constituição das práticas sociais, performando identidades, silenciando determinadas experiências, normalizando comportamentos ou marginalizando sujeitos. Desse modo, torna-se possível evidenciar os mecanismos discursivos por meio dos quais desigualdades sociais são reproduzidas, naturalizadas ou, em alguns casos, tensionadas e transformadas.

Como destaca Magalhães (2001, p. 126), a luta simbólica no sentido de imposição a determinado “senso comum” é uma forma de reprodução da ordem estabelecida. Os discursos presentes nos aplicativos frequentemente operam sob o manto da naturalização, reforçando ideologias excludentes como se fossem verdades incontestáveis, sendo exatamente esse processo que se torna também um foco a ser analisado pela ACD.

É nesse campo de disputas discursivas sobre sexualidade, desejo e normas sociais que as reflexões de Foucault ajudam a aprofundar a compreensão das formas históricas de regulação e significação das práticas sexuais.

Ainda segundo Foucault (1984, p. 169), ao citar Pausânias, o autor remete a uma reflexão sobre as relações sexuais e o amor. É dito o seguinte:

[...] a distinção não se estabelece entre um amor heterossexual e um amor homossexual; Pausânias estabelece a linha de demarcação entre o "amor que os homens de baixa espécie experimentam" — que tem por objeto tanto as mulheres como os rapazes, só visa o próprio ato (to diaprattesthai) e se realiza ao acaso — e o amor mais antigo, mais

nobre e mais racional, que se liga ao que pode ter mais vigor e inteligência, e lá só pode tratar-se, evidentemente, do sexo masculino.

Essa reflexão é aprofundada quando Foucault (1984) aborda ao citar Pausânias, as relações sexuais e o amor no contexto das relações de poder, onde se entende que as distinções no amor não se dão entre o heterossexual e o homossexual, mas entre formas de amor ligadas à razão ou ao puro prazer. Essa perspectiva permite refletir sobre a prostituição masculina como uma prática que rompe com o ideal filosófico do amor entre homens na Grécia antiga, considerado nobre por estar voltado à virtude e à inteligência. Ao reduzir o corpo masculino a objeto de desejo imediato, a prostituição masculina desafia normas históricas de gênero, poder e moralidade, revelando os tabus e estigmas que ainda cercam o uso comercial do corpo do homem na contemporaneidade.

A proposta desta pesquisa insere-se em um campo amplo de investigação científica interdisciplinar, uma vez que o trabalho construído não se restringe a um único saber, mas dialoga com diferentes áreas do conhecimento, estabelecendo conexões que enriquecem e ampliam a compreensão do objeto investigado.

Ao estudar a prostituição masculina em aplicativos de relacionamento, com o auxílio da Análise Crítica do Discurso (ACD) e outras abordagens teóricas, busca-se ampliar o alcance do debate para além do ambiente acadêmico, ligando-o a questões sociais que impactam diretamente o cotidiano das pessoas. Assim, busca-se oferecer novas perspectivas sobre as dinâmicas sociais e as identidades, estimulando reflexões mais profundas e abrangentes sobre esses fenômenos contemporâneos, incluindo o aplicativo Grindr e esses novos territórios virtuais.

O uso das mídias digitais pelos homens articula uma prática masculinizante, representada, simbolicamente, como uma “caça”, com outra que os fortalece moralmente: a da seleção e escolha dos parceiros. Ao recorrer às mídias digitais, o homem passa a exercer maior controle sobre sua imagem pública e sobre como deseja ser percebido em suas interações sexuais e afetivas.

Ainda segundo Miskolci (2014, p.75):

De forma mais específica, o segredo sobre suas relações com outros homens se associa ao engajamento deles na manutenção de fronteiras que idealizam sua origem familiar branca e de classe-média, como espaço limpo e seguro, a despeito das ameaças e/ou violências vividas nesse modelo familiar que lhes demanda a heterossexualidade como a moeda do reconhecimento e da aceitação. É nesse enquadramento moral que negociam sua agência/desejo, por meio de táticas e estratégias como o encobrimento e o segredo, em formas muitas vezes

contraditórias, mas reveladoras sobre valores que regem suas vidas e a de muitos outros/as na sociedade brasileira contemporânea. (Miskolci, 2014, p.75)

A análise de Miskolci (2014) permite compreender que o uso de táticas de encobrimento no Grindr vai além do medo do preconceito; trata-se de uma gestão estratégica da identidade para preservar o pertencimento a estratos sociais privilegiados. No contexto brasileiro, onde a heterossexualidade é a “moeda do reconhecimento”, o segredo torna-se o mediador necessário entre o desejo homoerótico (ou a transação comercial do sexo) e a manutenção de uma imagem pública “limpa”. Assim, as categorias de autoidentificação no aplicativo — como a ênfase na masculinidade e na discrição — funcionam como fronteiras simbólicas que protegem o sujeito da degradação moral, permitindo que a prática da prostituição ocorra de forma compartimentada e invisível aos olhos da sociedade normativa."

Tomando como base o autor é perceptível as estratégias presentes nos enunciados e na forma que os usuários do Grindr se apresentam e que remetem a aspectos da sexualidade de homens que se sentem pressionados a manter uma fachada de heterossexualidade para se encaixar em um modelo social e familiar idealizado, por meio de práticas mais secretas e discretas.

Assim, a pesquisa tem como questões norteadoras como a prostituição masculina se manifesta nas redes sociais e aplicativos de relacionamento, bem como quais são os principais discursos que circulam sobre prostituição masculina nas plataformas digitais. Pesquisar sobre prostituição é analisar as diversas nuances de como ela vem sendo discutida nas redes sociais e aplicativos de relacionamentos, e dimensionada no campo social e legal pelos diversos sujeitos, inclusive na ótica de mercado capitalista, uma vez que os aplicativos embora tenham a possibilidade de utilização gratuita, limita esse usuário, se ele quiser mais contatos e visualizações terá que pagar por mais recursos.

Para tanto, a pesquisa foi estruturada em seis capítulos, que dialogam entre si e que abordam diferentes aspectos históricos, jurídicos e discursivos que envolvem o tema, bem como a análise crítica do discurso e a questão da visibilidade no aplicativo Grindr da prostituição masculina.

No primeiro capítulo, o método.

No segundo capítulo, Análise Crítica do Discurso: Pressupostos e Categorias, examinam-se as bases teóricas que sustentam as representações sociais e as categorias

discursivas associadas à prostituição. A investigação recai sobre as manifestações de poder intrínsecas a esses discursos e as implicações que engendram na constituição identitária dos sujeitos.

O terceiro capítulo problematiza as intersecções entre sexualidade e poder, explorando como os regimes de visibilidade e invisibilidade operam no reconhecimento ou na marginalização de corpos inscritos em práticas de prostituição. Analisam-se as dinâmicas de controle, regulamentação e subordinação que moldam tais corpos, tanto na esfera social macro quanto nas micro interações das plataformas digitais.

O quarto capítulo empreende uma análise histórica e jurídica da prostituição, recuperando a evolução das normas e aparatos legais que balizam o trabalho sexual. Discute-se, ademais, o papel institucional na cristalização de discursos normativos e suas repercussões nos mecanismos de controle social e estigmatização.

No quinto capítulo, o foco desloca-se para a imersão dos corpos nos territórios virtuais. Investiga-se como as plataformas digitais reconfiguram os espaços de visibilidade, destacando as narrativas que circulam nesses ambientes e as táticas de resistência e subversão que emergem frente às estruturas de poder digital.

No sexto capítulo, intitulado "Grindr e a Prostituição: Lupanar Virtual", desenvolve-se a análise do *corpus* constituído por enunciados extraídos da plataforma. Sob a égide da Análise Crítica do Discurso, examina-se a organização desses enunciados enquanto práticas discursivas, evidenciando as estratégias de produção de sentido vinculadas à oferta e demanda de serviços sexuais em um ambiente de sociabilidade mediada.

CAPÍTULO 1 MÉTODO

1.1 Abordagem Metodológica

A presente investigação centra-se na análise dos territórios virtuais vinculados à prostituição masculina, com especial ênfase no uso de aplicativos de relacionamento como plataformas de intercâmbio sexual e social. Esse fenômeno foi significativamente potencializado pela pandemia de COVID-19, que acelerou a migração de diversas práticas sociais para o ecossistema digital, consolidando um cenário propício para o exame das novas dinâmicas do trabalho sexual em redes e aplicativos.

Para compreender a complexidade das interações nesses espaços, o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na **netnografia**. Trata-se de um método etnográfico adaptado ao estudo de culturas e comunidades *online*, que permite a observação sistemática das interações sociais mediadas por computador. Por ser uma metodologia inerentemente adaptativa, a netnografia ajusta-se às particularidades do ambiente virtual, oferecendo flexibilidade investigativa diante das constantes transformações do contexto digital.

Como em todo processo de pesquisa empírica, a netnografia estrutura-se em cinco etapas fundamentais: (1) definição das questões de pesquisa; (2) identificação e seleção do extrato digital a ser estudado; (3) entrada em campo — que compreende a observação (participante ou não) e a coleta de dados; (4) análise e interpretação do material produzido; e, por fim, (5) redação e relato dos resultados em articulação com o referencial teórico.

É imperativo ressaltar que tais etapas não ocorrem necessariamente de forma linear. Conforme aponta Soares (2021), a natureza da pesquisa é cíclica, envolvendo movimentos constantes de avanço, reflexão crítica e, quando necessário, o retorno a fases anteriores para refinamento dos dados.

Complementarmente, a investigação é sustentada por uma revisão bibliográfica rigorosa. Foram realizadas buscas sistemáticas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em bases de dados como SciELO, Scopus e SiBi. Utilizou-se descritores como "prostituição masculina", "territórios virtuais", "cultura digital" e "trabalho sexual *online*", o que permitiu a

construção de um arcabouço teórico robusto para fundamentar a análise dos dados coletados em campo.

O delineamento do estudo fundamenta-se em uma abordagem epistêmico-metodológica integrada, que articula o objeto de pesquisa, os objetivos propostos, os sujeitos envolvidos e os *loci* da investigação. A análise dos dados, subsidiada pela observação indireta, viabiliza uma avaliação crítica dos resultados, visando a compreensão das dinâmicas e dos contextos que circunscrevem os territórios virtuais da prostituição masculina.

O cerne da investigação reside na análise dos enunciados de usuários do aplicativo Grindr, os quais utilizam tais territórios virtuais como espaços de negociação e de construção identitária. Nesses ambientes, o desejo e a sexualidade encontram-se intrinsecamente vinculados a processos complexos de interação social. Assim, a pesquisa propõe-se a mapear e analisar como esses territórios representam experiências constituídas e compartilhadas por homens que atuam no mercado do sexo, sob a ótica de marcadores sociais como gênero, classe social e relações de poder.

Ademais, o estudo investiga a performance das práticas sexuais e das identidades de gênero nesses ecossistemas digitais, conferindo especial visibilidade às nuances da prostituição masculina, frequentemente marginalizada ou invisibilizada nos debates acadêmicos tradicionais.

1.2 Critérios de Seleção do *Corpus*

A prostituição masculina no Grindr configura-se como um campo privilegiado para a observação das transformações contemporâneas nas esferas do trabalho, da sexualidade e da subjetivação. Nesse contexto, a Análise Crítica do Discurso (ACD) revela-se um instrumento analítico potente para demonstrar que:

- **A linguagem estrutura o mercado sexual digital:** o discurso não é apenas um reflexo, mas um produtor da realidade social;
- **As relações de poder são reproduzidas via escolhas lexicais:** as categorias identitárias e os silenciamentos discursivos operam como mecanismos de exclusão ou valorização;
- **A masculinidade é performada como capital simbólico:** constitui elemento central na atribuição de valor aos corpos e na mediação das trocas de desejo;

- **A plataforma atua como dispositivo regulador:** o aplicativo organiza a visibilidade dos perfis e estabelece as normas que regem as possibilidades de interação.

Sob essa perspectiva, o discurso não se limita a descrever a prostituição masculina digital; ele a constitui e organiza. As identidades, valores e hierarquias são forjados na materialidade linguística, de modo que o texto do perfil converte-se em um instrumento estratégico de inserção econômica e posicionamento social dentro da lógica do mercado sexual plataformizado.

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, fundamentada na Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme sistematizada por Norman Fairclough. Parte-se da premissa fundamental de que o discurso constitui uma forma de prática social; portanto, é um espaço privilegiado para a manifestação, reprodução e resistência às relações de poder, às desigualdades estruturais e às normatividades de gênero.

O objeto empírico da pesquisa compreende as práticas discursivas associadas à prostituição masculina no aplicativo Grindr, abrangendo tanto a construção textual dos perfis públicos quanto as interações iniciais de negociação entre usuários. Tais práticas são analisadas como formas de produção de sentido que articulam, simultaneamente, identidade, desejo, mercado e estratégias de visibilidade no ecossistema digital.

A escolha do Grindr justifica-se por sua ampla difusão entre Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) e por sua arquitetura baseada em geolocalização, que organiza os perfis a partir da proximidade espacial. Essa característica intensifica dinâmicas de visibilidade, competição simbólica e gestão da autopresentação, configurando a plataforma como um *locus* particularmente relevante para observar as intersecções entre sexualidade, tecnologia e a economia do desejo.

1.2.1 Constituição do *Corpus*

O *corpus* desta pesquisa é constituído pelas produções discursivas presentes no aplicativo Grindr, especificamente aquelas relacionadas à oferta — explícita ou implícita — de serviços sexuais por HSH. O material de análise compreende, primordialmente, as descrições textuais (*bios*) de perfis e os fragmentos de interações iniciais de negociação, entendidos aqui como espaços estratégicos de construção identitária e de mediação do desejo em ambientes digitais mediadores de agência.

O *corpus* é composto por descrições públicas de perfis que apresentam indícios da oferta de serviços sexuais, manifestada tanto de forma explícita quanto por meio de códigos e eufemismos característicos desse universo. Foram priorizados elementos lexicais recorrentes associados à negociação econômica ou à prestação de serviços, tais como: "atendo", "local próprio", "sigilo" e "massagem".

Embora a investigação considere a multimodalidade do ambiente digital, o *corpus* é predominantemente textual, uma vez que o cerne da análise discursiva reside nas formas de autopresentação e nas estratégias de negociação linguística. Elementos visuais, como fotografias de perfil, são incorporados de forma complementar, na medida em que contribuem para a construção discursiva da identidade e para a projeção da desejabilidade no contexto específico da plataforma.

Nesse sentido, as unidades de análise constituem-se por fragmentos discursivos produzidos pelos usuários, abrangendo desde as autodescrições (*bios*) até as expressões de negociação e as categorias identitárias mobilizadas durante a interação. Tal abordagem permite capturar as sutilezas da linguagem que estruturam o mercado sexual digital e as relações de poder nele inscritas.

1.2.2 Critérios de Inclusão e de Exclusão

A seleção do *corpus* obedeceu a critérios previamente estabelecidos, visando assegurar a coerência analítica e a relevância empírica dos dados coletados.

A) Critérios de inclusão:

Foram incorporados ao *corpus* perfis que atendessem simultaneamente aos seguintes requisitos:

- Localização geográfica dentro das regiões delimitadas para a pesquisa;
- Presença de indícios discursivos de oferta de serviços sexuais, expressos de forma direta ou codificada;
- Status de atividade comprovada durante o período de coleta de dados;
- Descrições textuais (*bios*) redigidas em língua portuguesa.

B) Critérios de exclusão:

Foram desconsiderados para fins de análise:

- Perfis que não apresentassem qualquer conteúdo textual em sua descrição;
- Perfis que, embora presentes nas localidades, não exibissem marcadores discursivos relacionados à prestação de serviços sexuais.

A delimitação geográfica foi estrategicamente adotada para garantir maior homogeneidade sociocultural ao *corpus*, mitigando variáveis contextuais que poderiam dificultar a interpretação das práticas discursivas analisadas.

1.3 Procedimentos de Coleta

A coleta de dados ocorreu por meio de observação sistemática no ambiente digital do Grindr, abrangendo polos urbanos selecionados por sua relevância regional: Petrolina (PE), Recife (PE), Natal (RN) e Fortaleza (CE). O levantamento foi realizado entre os meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026, sob os preceitos metodológicos da netnografia e da análise discursiva de interações mediadas por tecnologia.

Os procedimentos operacionais consistiram em:

1. **Observação direta** da interface do aplicativo e das dinâmicas de autopresentação;
2. **Registro sistemático** das descrições textuais dos perfis selecionados;
3. **Catalogação das expressões** e categorias lexicais recorrentes em banco de dados próprio para posterior análise sob a ótica da ACD.

1.4 Considerações Éticas

Toda investigação científica que envolve seres humanos pressupõe riscos, sejam eles imediatos ou tardios, com potencial impacto no indivíduo ou na coletividade. No âmbito desta pesquisa, os riscos potenciais são considerados com rigor, dada a natureza sensível do objeto de estudo: a sexualidade e a intimidade masculina em espaços digitais. Reconhece-se que o caráter íntimo das discussões e a relativa desconexão emocional inerente ao ambiente digital exigem cautela para evitar danos psicológicos ou a exposição indevida dos sujeitos.

Nesse sentido, os procedimentos adotados seguem rigorosamente as recomendações éticas para pesquisas em ambientes virtuais, assegurando a preservação da privacidade e do anonimato dos interlocutores, sem abdicar da profundidade analítica das práticas discursivas.

Em contrapartida aos riscos, os benefícios sociais e científicos desta pesquisa são significativos. O estudo contribui para o avanço do conhecimento sobre a prostituição masculina, ampliando a compreensão acerca do trabalho sexual platformizado e dos desafios estruturais enfrentados pelos sujeitos. Ademais, a investigação visa fomentar o reconhecimento e a visibilidade desse fenômeno, frequentemente negligenciado tanto pelas políticas públicas quanto pela literatura acadêmica hegemônica.

Um dos desafios éticos identificados reside na dificuldade de acesso direto à identificação civil dos sujeitos, em virtude do anonimato característico das plataformas investigadas. Todavia, a pesquisa compromete-se a respeitar a intersubjetividade e os direitos dos participantes, garantindo que a análise não resulte em estigmatização ou ferimento à dignidade humana.

A observação no aplicativo Grindr concentrou-se no exame das materialidades linguísticas — descrições de perfis (bios), uso de *emojis* e linguagens codificadas — para identificar nuances da prostituição masculina. A análise baseou-se exclusivamente em conteúdos disponibilizados publicamente na plataforma, evitando qualquer forma de interação intrusiva ou exposição indevida. Todos os dados coletados foram anonimizados, assegurando que nenhum elemento de identificação direta ou indireta fosse vinculado aos resultados apresentados, em estrita observância aos princípios éticos de sigilo e proteção da identidade.

CAPÍTULO 2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: PRESSUPOSTOS E CATEGORIAS

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma estratégia teórico-metodológica para os estudos socioculturais críticos, já que ela contribui para o exame das relações entre poder, linguagem e ideologia do mundo e busca desnaturalizar crenças que servem de suporte às estruturas de dominação (Salles, 2019)

A ACD constitui um campo interdisciplinar de estudos que investiga as relações entre linguagem, poder e sociedade. Seu desenvolvimento teórico consolidou-se a partir das contribuições de diferentes pesquisadores que, embora adotem perspectivas metodológicas distintas, compartilham o interesse em compreender como os discursos participam da produção, reprodução e transformação das relações sociais.

Entre os principais teóricos da ACD, destaca-se Norman Fairclough, frequentemente considerado um dos fundadores do campo. Sua abordagem dialético-relacional concebe o discurso como prática social, enfatizando a relação entre linguagem, ideologia e mudança social. Para Fairclough (2001), os textos devem ser analisados em articulação com práticas discursivas e práticas sociais mais amplas, evidenciando como determinadas formas de linguagem podem contribuir para a manutenção ou transformação de estruturas de poder.

Outro autor central é Teun A. van Dijk, em cujo livro “Discurso e Contexto: Uma Abordagem Sociocognitiva”, o pesquisador holandês elabora uma perspectiva fundamentada em três pilares: triângulo discurso (o que as pessoas escrevem ou dizem), sociedade (baseada em relações de poder e instituições) e cognição (modelo mental).

Dijk (2012, p.87), desse modo, escreve o seguinte:

Uma das principais teses deste livro é que os contextos não são um tipo de situação social objetiva, e sim construtos dos participantes, subjetivos embora socialmente fundamentados, a respeito das propriedades que para eles são relevantes em tal situação, isto é, modelos mentais. (Dijk, 2012, p.87)

A contribuição de Van Dijk (2012) é fundamental para evitar o determinismo tecnológico na análise do Grindr. Ao compreender o contexto como um construto subjetivo, percebe-se que as estratégias de ocultação da prostituição no aplicativo não são meras reações à interface, mas produtos de modelos mentais que os usuários

desenvolvem para navegar entre seus desejos e as pressões normativas. Assim, o discurso no aplicativo é o resultado de uma cognição que interpreta a “situação social” do mercado sexual digital como um espaço de negociação estratégica, onde a seleção do que é “relevante” no perfil visa garantir tanto a eficácia da transação quanto a preservação da face social.

Se o modelo mental do usuário define a situação como "comercial", ele mobilizará léxicos específicos (eufemismos como "mimo", "ajuda", "investimento"). Se o modelo mental define a situação como "conquista amorosa", o discurso será outro. O discurso, portanto, não é controlado pelo aplicativo, mas pelo modelo mental que o usuário projeta sobre o aplicativo.

Na abordagem supracitada se destacam categorias teóricas como ideologias e relações de poder que são reproduzidas por meio de estruturas discursivas, especialmente em contextos como o racismo, a mídia e os discursos políticos. Para Van Dijk (2012), portanto, os processos cognitivos desempenham papel fundamental na forma como os indivíduos interpretam, reproduzem e internalizam determinadas narrativas sociais.

Igualmente deve-se fazer referência à abordagem histórico-discursiva de Ruth Wodak (Irineu et al., 2022). Nela, igualmente há referência ao cruzamento interdiscursivo e os estudos sobre populismo e extrema-direita, definida como “Política do Medo”. Neste último tópico, mostra como os líderes populistas se utilizam de uma linguagem para criar uma polarização entre “nós” e “eles”, inclusive no bojo de uma discussão sobre identidade nacional e racismo, no caso camuflado entre linguagens supostamente “neutras” ou “democráticas”. Analisar os discursos em sua dimensão histórica, permite considerar como determinadas narrativas e representações são construídas, transformadas e recontextualizadas ao longo do tempo.

Outro pesquisador relevante é Gunther Kress, que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da linguística crítica e para o estudo das dimensões multimodais do discurso. Seus trabalhos ampliaram o campo da análise discursiva ao considerar não apenas a linguagem verbal, mas também outros recursos semióticos, como imagens, layouts e elementos visuais, particularmente relevantes em contextos comunicacionais mediados por tecnologias digitais.

Multimodal ensemble: The term refers to interrelationships between co-present modes. As the resources of different modes are combined, meanings are corresponding, complementary, and dissonant in an integrated whole. Scholars talk about intersemiotic (semantic)

relationships between the different semiotic systems within a multimodal text.⁴ (Lyons, 2016, pp. 268-280).

Além desses autores, a ACD dialoga com importantes influências teóricas provenientes de diferentes tradições do pensamento social. Entre elas, destacam-se as reflexões de Michel Foucault sobre a relação entre discurso, saber e poder, especialmente a partir dos conceitos de formação discursiva e regimes de verdade. Para além das relações de poder — tema central em sua obra —, a contribuição de Foucault para a história da sexualidade será imprescindível no transcorrer deste trabalho.

Igualmente relevante é a contribuição de Mikhail Bakhtin, cuja concepção de linguagem enfatiza o caráter dialógico, ideológico e socialmente situado do discurso. Segundo o autor:

O enunciado (a produção verbal), enquanto todo, instala-se numa esfera inteiramente nova da comunicação verbal (como unidade dessa nova esfera) e não se presta a uma descrição e a uma definição feita mediante métodos da lingüística e, de um modo mais geral, da semiótica. É uma esfera regida por leis particulares, e seu estudo requer uma metodologia particular, a bem dizer, uma ciência particular (uma disciplina científica). O enunciado concebido como um todo não é definível em termos lingüísticos (ou semióticos). A noção de “texto” não corresponde à essência do todo do enunciado. (Bakhtin, 1997, p. 375)

A perspectiva supracitada é o que permite tratar os perfis do Grindr não como meros dados lingüísticos estáticos, mas como enunciados concretos. Ao afirmar que o enunciado é uma unidade de uma “esfera nova da comunicação”, Bakhtin (1997) fundamenta a necessidade de uma metodologia que considere a dimensão dialógica dessas interações. Assim, expressões como “sou ativo” ou “mimo” não são apenas termos semióticos, mas enunciados que carregam toda a carga histórica e social do mercado sexual, funcionando como respostas estratégicas às tensões entre visibilidade e invisibilidade no ambiente digital.

Soma-se ainda a influência de Louis Althusser (1983), especialmente no que se refere à noção de ideologia e aos processos pelos quais as formações ideológicas se manifestam nas práticas sociais e discursivas.

⁴ Conjunto multimodal (multimodal ensemble): o termo refere-se às inter-relações entre modos que estão presentes simultaneamente. À medida que os recursos de diferentes modos são combinados, os significados tornam-se correspondentes, complementares ou até dissonantes, formando um todo integrado. Pesquisadores falam em relações intersemióticas (semânticas) entre os diferentes sistemas semióticos presentes em um texto multimodal. (Tradução nossa)

Com este pensador franco-argelino há uma ruptura com a ideia de ideologia como ilusão coletiva, havendo, para ele, uma existência material funcionando com mecanismos específicos. Ela não existe apenas no platônico mundo das ideias, porque se materializa em atos e rituais do cotidiano, através dos chamados Aparelhos Ideológicos do Estado, a saber a escola, a família, a mídia e os sindicatos.

Assim, o sujeito é interpelado pela ideologia, cuja estrutura nomeia os indivíduos, havendo uma reprodução das relações de produção entre patrões e trabalhadores (Althusser, 1983). E no caso da presente tese, a aludida perspectiva explica como o discurso é uma ferramenta que constitui a nossa identidade dentro da organização social, a construir específicas visões de mundo.

No Brasil, a primeira referência em ACD foi a Profa. Izabel Magalhães da Universidade de Brasília (UnB), abordando temas como gênero, identidade e exclusão. Ela fundou a Rede de Estudos de ACD no Brasil e é uma das editoras da revista *Cadernos de Linguagem e Sociedade*.

Magalhães (2005), na perspectiva de Fairclough considera o discurso como uma prática social, o que nos permite fazer uma tripla associação com o tema da presente tese: a) identidade como performance discursiva; b) discurso como espaço de mudança ou manutenção, seja reproduzir preconceitos ou abrir espaços para novas formas de existência; c) interseccionalidade, o que se destaca no Grindr no qual erros ortográficos ou determinadas posição de classe social afetam a percepção da “beleza/masculina”.

Desse modo, a Análise Crítica do Discurso consolida-se como uma perspectiva teórico-metodológica fundamental para compreender como os discursos produzem sentidos, constroem identidades e participam da manutenção ou contestação das relações de poder nas sociedades contemporâneas.

Norman Fairclough fundamentou a concepção da linguagem como prática social. A Análise Crítica do Discurso (ACD) não apenas reflete a realidade, mas participa ativamente de sua construção, reprodução e transformação. Para Fairclough (2001), a vida social é estruturada por um conjunto articulado de práticas que envolvem dimensões discursivas e não discursivas, interligando linguagem, poder, ideologia, instituições e relações sociais. Nesse sentido, o discurso é compreendido como um momento das práticas sociais, operando em constante interação com outros fatores, como as relações de poder, as estruturas econômicas e os processos culturais.

A ACD propõe-se a analisar criticamente os recursos linguístico-textuais e as estratégias discursivas que contribuem para a manutenção, legitimação ou contestação de relações de dominação. Para a tese desenvolvida, a ACD orienta o processo investigativo das construções discursivas relacionadas à prostituição masculina. Assim, as categorias de posicionamento sexual mobilizadas nesses ambientes não se limitam à descrição de práticas íntimas, mas configuram dispositivos simbólicos por meio dos quais se produzem e negociam relações de poder no cotidiano das interações.

Essas relações transcendem a esfera política institucional, manifestando-se nas interações cotidianas, o que engloba, inevitavelmente, a sexualidade. Na relação conceitual ativo/passivo/versátil, postula-se o exercício de um domínio sexual que pode ser exercido de modo autoritário ou não. O poder e a dominação, portanto, extrapolam o domínio político estrito e envolvem o cotidiano — inclusive sexual — dos sujeitos. Nesse cenário, considerar as interações comunicativas no aplicativo de relacionamento Grindr constitui uma ilustração privilegiada das possibilidades do discurso como prática social.

A aplicação do Modelo Tridimensional de Norman Fairclough ao tema da prostituição permite desconstruir como a linguagem constrói, mantém e transforma as relações de poder, ideologias e representações sociais sobre o sexo comercial. O modelo articula três níveis interdependentes: o texto (descrição), a prática discursiva (interpretação) e a prática social (explicação).

QUADRO 1 – CATEGORIAS DO MODELO TRIDIMENSIONAL DO DISCURSO APLICADOS AO ESTUDO DA PROSTITUIÇÃO.

Nível de Análise	Elemento Analítico	Descrição	Exemplo aplicado ao estudo da prostituição
Texto (Nível Micro)	Vocabulário / Lexicalização	Escolha de palavras que podem estigmatizar, neutralizar ou ressignificar a prostituição.	Uso de termos como “prostituta”, “garota de programa”, “acompanhante” ou “trabalhadora do sexo”.
	Metáforas e Eufemismos	Emprego de expressões que suavizam, ocultam ou moralizam a atividade.	“Fazer programa”, “atendimento”, “massagem”, “encontro”.
	Transitividade	Forma como a ação é representada, indicando quem exerce ou sofre a ação.	O sujeito aparece como agente (“oferece serviços”) ou como objeto (“é explorado”).
	Modalidade	Grau de certeza, julgamento moral ou avaliação presente no discurso.	Expressões que reforçam condenação, dúvida ou naturalização da prática.
Prática Discursiva (Nível Meso)	Produção e Consumo do Discurso	Identifica quem produz o discurso e para qual público ele circula.	Mídia, polícia, discursos religiosos, ativistas ou trabalhadores do sexo.
	Interdiscursividade	Articulação entre diferentes discursos em um mesmo texto ou contexto.	Mistura entre discurso jurídico criminalizador e discurso de direitos humanos.
	Intertextualidade	Relação entre textos e discursos anteriores que são citados ou retomados.	Referência a leis, reportagens, campanhas morais ou discursos políticos.
Prática Social	Hegemonia	Processos pelos quais discursos	Construção da prostituição como crime,

Nível de Análise	Elemento Analítico	Descrição	Exemplo aplicado ao estudo da prostituição
(Nível Macro)		dominantes se naturalizam socialmente.	desvio moral ou ameaça social.
	Ideologia	Conjunto de crenças e valores que sustentam determinadas representações sociais.	Ideias sobre controle do corpo, moralidade sexual e estigmatização da sexualidade.
	Mudança Discursiva/Social	Disputas entre discursos hegemônicos e contra-hegemônicos.	Movimentos que reivindicam o reconhecimento da prostituição como trabalho.

Fonte: Do autor

O Quadro 1 detalha a operacionalização metodológica desta pesquisa, estruturando o Modelo Tridimensional de Fairclough em níveis analíticos que permitem observar o fenômeno da prostituição sob diferentes ângulos.

No Nível Micro (Texto), o foco recai sobre a materialidade linguística. É possível observar como a escolha de termos como “garoto de programa” versus “acompanhante” (lexicalização) ou o uso de eufemismos como “fazer programa” não são neutros, mas carregam valorações que estigmatizam ou legitimam a prática.

No Nível Meso (Prática Discursiva), o quadro evidencia a circulação desses discursos. A importância da *interdiscursividade* e da *intertextualidade* reside em perceber como o discurso da prostituição masculina no Grindr, por exemplo, dialoga com discursos jurídicos, morais ou de direitos humanos, ora reforçando-os, ora desafiando-os.

Por fim, no Nível Macro (Prática Social), o quadro demonstra que a análise não se encerra na linguagem, mas busca compreender a *ideologia* e a *hegemonia*. Aqui, a análise permite identificar como o discurso contribui para a manutenção de estruturas de poder ou, inversamente, como a *mudança discursiva* pode sinalizar novos modos de reconhecimento da atividade como trabalho e sujeito de direitos.

Em suma, a aplicação do Modelo Tridimensional de Fairclough ao estudo da prostituição masculina revela que esta não constitui apenas um ato isolado, mas uma construção discursiva densa, que reflete lutas de poder sobre o corpo, o trabalho e a moralidade.

2.1 Discurso como prática social

Segundo Fairclough (2001), a Análise de Discurso Crítica (ACD) concebe o discurso como prática social. Nessa perspectiva, a linguagem extrapola a atividade

individual: ela é o meio pelo qual sujeitos interagem e agem sobre o mundo sociocultural. Assim, o enunciado assume papel central como unidade fundamental para a análise dos sentidos, articulando-se em três dimensões: o texto, a prática discursiva e a prática social.

Sob essa ótica, Magalhães (2001, p. 17) define a prática discursiva como: “[...] a dimensão do uso da linguagem que envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, sendo variada a natureza desses processos dentre os tipos diferentes de discurso e de acordo com fatores sociais”. Portanto, o uso da linguagem engloba os processos de produção, distribuição e consumo textual, os quais variam conforme o cenário tridimensional. Ao associar essa dimensão ao poder e à ideologia — esta última compreendida, via Althusser (1983), como construções da realidade —, a autora defende que o poder deve ser lido como hegemonia, em constante evolução.

Ao transpor esse arcabouço para as interações mediadas por aplicativos, observa-se que a autoapresentação no Grindr não é neutra. A escolha de descrições, categorias identitárias, *emojis* e códigos específicos constitui uma prática discursiva que materializa ideologias sobre masculinidade e desejo, reforçando ou desafiando hegemonias no mercado afetivo-sexual digital.

O Modelo Tridimensional de Fairclough (2001), conforme discutido, concebe o discurso a partir de três dimensões interdependentes. A primeira, o texto, foca na análise linguística e semântica, abrangendo desde o vocabulário e a sintaxe até as estratégias retóricas de persuasão. A segunda, a prática discursiva, debruça-se sobre os processos de produção, circulação e consumo dos discursos, examinando como eles são gerados e interpretados em contextos específicos. Por fim, a prática social situa o discurso em seu marco histórico, político e ideológico, investigando como as estruturas sociais moldam e, simultaneamente, são moldadas pelas produções discursivas.

Para o autor, a linguagem é um processo socialmente condicionado e indissociável da sociedade, estabelecendo com esta uma relação dialética. Sob essa ótica, os fenômenos linguísticos são, essencialmente, fenômenos sociais, pois o ato de falar ou escrever constitui uma ação social. Contudo, Fairclough (2015) ressalva que, embora todo fenômeno linguístico seja social, nem todo fenômeno social é linguístico.

Dessa forma, ao transpor essa lógica para os aplicativos de relacionamento, percebe-se que as interações neles produzidas geram efeitos sociais reais com potencial transformador. Uma vez que toda prática discursiva é, concomitantemente, uma prática

social, os discursos não apenas refletem a realidade, mas atuam como agentes ativos na sua construção, estabelecendo regimes de verdade e mediando as tensões nas estruturas de poder.

Para Fairclough (2001), toda prática discursiva é, simultaneamente, uma prática social, sendo ambas mutuamente constitutivas. Sob essa ótica, o discurso não é um mero reflexo do mundo, mas um agente ativo na construção das realidades sociais, capaz de estabelecer regimes de verdade e mediar estruturas de poder. No cenário brasileiro, essa força produtiva do discurso torna-se evidente na manutenção da marginalidade e do estigma que cercam a prostituição masculina. Tais processos são atravessados pela masculinidade hegemônica⁵, modelo normativo que impõe a heterossexualidade como padrão superior e relega as dissidências sexuais a espaços de invisibilidade.

A masculinidade hegemônica, conforme sistematizada por Connell (2016), opera como um padrão de valorização que hierarquiza os homens tanto na esfera heterossexual quanto nas sociabilidades homoeróticas. Nos aplicativos de encontro, essa hierarquia materializa-se em práticas discursivas de autoapresentação que buscam alinhar o sujeito a esse ideal. Como acrescenta Oliveira Neto (2021), essa estratificação é complexificada por marcadores como a branquitude, a cisgeneridade e a conformação a padrões estéticos dominantes — como o corpo musculoso e magro. Esses signos funcionam como capitais simbólicos, produzindo distinções e desigualdades profundas mesmo no interior das comunidades homoeróticas.

No ambiente digital do Grindr, esses elementos emergem de forma recorrente nos enunciados dos perfis e nas interações cotidianas. Termos como “ másculo”, “discreto”, “não afeminado”, “ativo”, “sarado” ou “dotado” constituem marcas discursivas que sinalizam a centralidade desses valores na organização do desejo e na economia simbólica da plataforma. A análise desses enunciados revela que o aplicativo não apenas sedia práticas de sociabilidade homoerótica, mas atua como um dispositivo de reprodução e reforço de uma masculinidade hegemônica específica.

⁵ O conceito de masculinidade hegemônica foi inicialmente proposto a partir de estudos de campo sobre desigualdade social nas escolas australianas e debates sobre o papel dos homens na política sindical. Os estudos revelaram múltiplas hierarquias de gênero e classe, ligadas à construção ativa de masculinidades. Em sua teoria, a masculinidade hegemônica foi associada a relações de poder que reforçam o domínio masculino sobre o feminino, sendo sistematicamente integrada à teoria sociológica de gênero por meio de um modelo que criticava a literatura sobre o "papel sexual masculino". O conceito foi amplamente difundido pelo artigo "*Towards a New Sociology of Masculinity*" e mais tarde consolidado na obra *Gender and Power*, tornando-se central para os estudos de gênero. (Connell, 2016, p.4)

A visibilidade privilegiada de corpos jovens, brancos e musculosos evidencia como os regimes de desejabilidade são estruturados por padrões macro de poder e exclusão. Nesse sentido, a Análise Crítica do Discurso (ACD) aplicada a esse ambiente permite compreender como a masculinidade hegemônica é reiterada, performada e naturalizada nas sociabilidades digitais.

Assim, os enunciados analisados demonstram que tal masculinidade não é um mero atributo individual, mas uma construção discursiva socialmente regulada. Ela orienta desde as práticas de autoapresentação até os critérios de seleção de parceiros e as formas de reconhecimento simbólico. Como apontam Connell e Messerschmidt (2013), o discurso da norma hegemônica — muitas vezes naturalizado — é o produto de práticas discursivas que sustentam uma lógica de exclusão e controle, estruturando as relações sociais em torno da marginalização de outras formas de existência e desejo.

Essas dinâmicas discursivas não apenas moldam a percepção pública sobre a prostituição masculina, mas desempenham um papel crucial na construção da identidade sexual dos indivíduos, frequentemente posicionados como *outsiders* perante as normas sociais dominantes. Para analisar tal fenômeno, este trabalho fundamenta-se no modelo de Norman Fairclough (2015), que distingue três dimensões — ou etapas — da Análise Crítica do Discurso (ACD): a descrição, a interpretação e a explicação.

Sobre isso, comenta Fairclough (2015, p. 26):

Corresponding to these three dimensions of discourse, I shall distinguish three dimensions, or stages, of critical discourse analysis: Description is the stage which is concerned with formal properties of the text. Interpretation is concerned with the relationship between text and interaction - with seeing the text as the product of a process of production, and as a resource in the process of interpretation; notice that I use the term interpretation for both the interactional process and a stage of analysis, for reasons which will emerge in Chapter 6. Explanation is concerned with the relationship between interaction and social context - with the social determination of the processes of production and interpretation, and their social effects.⁶

⁶ Correspondendo a essas três dimensões do discurso, distingo três dimensões, ou etapas, da análise crítica do discurso: Descrição é a etapa que se ocupa das propriedades formais do texto. Interpretação diz respeito à relação entre texto e interação — ou seja, considera o texto como produto de um processo de produção e como recurso no processo de interpretação; observe-se que utilizo o termo *interpretação* tanto para o processo interacional quanto para uma etapa da análise, por razões que serão discutidas no Capítulo 6. Explicação refere-se à relação entre interação e contexto social — isto é, à determinação social dos processos de produção e interpretação, bem como aos seus efeitos sociais.

Pode-se comentar a partir do texto supracitado, que a primeira etapa do trabalho de análise discursiva foca-se na descrição, ou seja, se volta às propriedades formais do texto, examinando elementos como vocabulário, gramática e organização textual para identificar como esses recursos constroem significados. A interpretação, por sua vez, foca na relação entre texto e interação, compreendendo o texto simultaneamente como produto de um processo de produção e como recurso utilizado pelos interlocutores. Por fim, a explicação investiga a relação entre as práticas discursivas e o contexto social ampliado. Nesta fase, analisa-se como os processos de produção e interpretação são socialmente determinados e quais efeitos produzem na manutenção ou transformação das relações de poder.

Essa estrutura analítica permite dialogar com a obra de Norbert Elias e John L. Scotson (2000), *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Nela, os autores descrevem a divisão social e a estigmatização em comunidades urbanas, onde um grupo dominante (estabelecidos) marginaliza os recém-chegados (*outsiders*), rotulando-os como indivíduos de menor valor humano. No ambiente das redes sociais e aplicativos, observa-se uma dinâmica análoga: grupos que detêm o capital simbólico da "masculinidade ideal" posicionam aqueles que dela divergem — ou que comercializam o desejo — em zonas de exclusão e estigma. Assim, a ótica de Elias e Scotson ilumina as relações de poder que este trabalho se propõe a desvelar sob o rigor metodológico da ACD.

A análise proposta busca compreender como os discursos operam na construção e reprodução de estigmas, explorando, simultaneamente, a maneira como os sujeitos negociam suas identidades e práticas em um espaço social frequentemente hostis e marginalizado.

Para tanto, fundamenta-se na teoria tridimensional de Fairclough (2001), que concebe o discurso como uma forma de prática social, e não como uma atividade puramente individual ou mero reflexo situacional.

Nessa investigação, o autor dialoga com as tradições marxistas de Althusser e Gramsci, embora teça críticas à visão por vezes unilateral de Althusser sobre a dominação. Enquanto para Althusser (1983) a ideologia é uma imposição que interpela o sujeito para que este desempenhe seu papel na sociedade de classes (seja como explorado ou agente da repressão), Fairclough (2001, p.117) propõe uma visão mais dinâmica:

[...] as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Ao aplicar essa citação ao contexto da tese, pode-se argumentar que as "estratégias codificadas" mencionadas anteriormente são, na verdade, práticas discursivas ideológicas. Elas contribuem para a *reprodução* da invisibilidade (proteção contra o estigma), mas também podem ser o germe de uma *transformação* na forma como esses homens negociam seu espaço e valor humano em uma estrutura que tenta desumanizá-los.

Complementando essa perspectiva, Thompson (2011) ressalta que, como sujeitos imersos em relações sociais, estamos constantemente representando a nós mesmos e aos outros. Através de ações, símbolos e palavras, o discurso opera na dimensão ideológica para reforçar ou transformar tais relações, dependendo do contexto socio-histórico.

Essa fundamentação é crucial para se compreender a invisibilidade da prostituição masculina nos discursos contemporâneos. Em territórios virtuais, como o aplicativo Grindr, tal prática não se apresenta de forma explícita. Pelo contrário, os homens que comercializam o desejo utilizam estratégias discursivas codificadas e linguagens cifradas para transitar entre o ocultamento e a exposição. Essa "camuflagem" discursiva torna o fenômeno complexo para identificação e análise, revelando como a ideologia da masculinidade e o estigma da prostituição moldam as formas de dizer e de calar nesses espaços.

Em *Linguagem e Poder*, Fairclough (2015) postula que a Análise Crítica do Discurso (ACD) é intrinsecamente transdisciplinar, operando em diálogo constante com as ciências humanas, como a Economia Política Cultural. Sob essa ótica, a ACD investiga as relações entre discurso e poder, compreendendo o primeiro como um instrumento para o exercício de dominação muitas vezes ilegítimo ou prejudicial. O autor distingue a crítica normativa, focada em processos como a manipulação, da crítica explanatória, que investiga o poder por trás do discurso, incluindo a ideologia necessária para a consolidação de tais relações.

No escopo desta pesquisa, essa abordagem permite examinar como os discursos no Grindr — expressos em perfis, descrições e negociações — constituem eventos

discursivos que estruturam o mercado sexual digital. A análise desses enunciados revela como a oferta e a negociação de serviços sexuais são construídas discursivamente, articulando-se a transformações macroestruturais nas relações de gênero, consumo e economia digital.

Além do texto verbal, a análise abarca a multimodalidade: falas, gestos, *emojis* e a exposição de corpos erotizados atuam de forma complementar na construção do sentido. Em uma sociedade onde a relevância da imagem é crescente, esses elementos visuais no Grindr não são apenas ilustrativos; eles operam como signos ideológicos que reforçam ou desafiam os padrões de desejabilidade, integrando-se à engrenagem do discurso publicitário e mediático contemporâneo.

O uso de símbolos, *emojis* e descrições ambíguas — somado à ausência de fotografias e ao uso de pseudônimos — reflete a estratégia desses sujeitos para preservar o anonimato e eludir a estigmatização inerente ao trabalho sexual masculino. Nesse cenário, a invisibilidade configura-se como uma característica estruturante da prostituição em ambientes digitais, onde a negociação do sexo entrelaça-se a práticas de autocontrole e autoproteção.

Segundo Miskolci (2015), a identidade *online* nessas plataformas é composta por um tripé fundamental: o nome (ou *nickname*), a imagem e a linguagem. A construção desses perfis não é aleatória; ela segue representações e estéticas preestabelecidas, como poses inspiradas na gramática visual da publicidade e apelidos que oscilam entre o apelo sexual e as tendências de consumo. Assim, o corpo e a identidade são "editados" para transitar entre o desejo e a segurança, mimetizando padrões hegemônicos para garantir aceitação e circulação no mercado digital.

2.2 Discurso, poder e ideologia

A prostituição masculina inscreve-se em um campo discursivo onde normas de gênero, sexualidade e poder se entrelaçam de forma indissociável. Nos aplicativos de relacionamento, os discursos presentes nos perfis não apenas refletem, mas reproduzem uma luta contínua pela hegemonia e pelo controle das representações de masculinidade. Essa dinâmica molda os regimes de visibilidade da prostituição, determinando o que deve ser ostentado e o que deve permanecer sob o signo do ocultamento.

Em sua obra *Homosexual Desire*, Guy Hocquenghem (1993) estabelece uma correlação direta entre a prostituição masculina e o que denomina de "paranoia social".

Segundo o autor, “a paranoia só se manifesta em conexão com a homossexualidade: uma afirmação como essa desafia o estatuto da heterossexualidade como a única relação sexual considerada normal” (p. 60).

Sob essa perspectiva, a construção da homossexualidade como uma categoria isolada e desviante não é um fato natural, mas um produto do processo de repressão social. Hocquenghem(1993) argumenta que a estigmatização e o controle exercidos sobre os indivíduos homossexuais constituem, paradoxalmente, uma manifestação indireta do próprio desejo homoerótico, que a sociedade tenta — sem sucesso — obliterar ou enclausurar em patologias.

No ambiente dos aplicativos, observa-se a reiteração de modelos padronizados: corpos esculturais e atributos físicos detalhados com precisão quase anatômica nos perfis. Essa obsessão pela "perfeição" pode ser lida sob a ótica de Hocquenghem(1993): a sociedade, ao patologizar a homossexualidade, projeta sobre ela uma "conspiração" que ameaça a normalidade vigente. Esse fenômeno de perseguição ecoa tanto no tecido social quanto na subjetividade individual, especialmente entre homens que exercem a prostituição, cujo desejo é frequentemente alvo de repressão e vigilância.

Historicamente, a homossexualidade — outrora compreendida como uma fraqueza moral inerente a todas as "criaturas pecaminosas" — sofreu uma mutação epistemológica a partir do século XIX. Sob o olhar clínico, deixou de ser um comportamento para tornar-se uma patologia, definindo um tipo específico de indivíduo rotulado como "doente" ou "degenerado". Nos aplicativos contemporâneos, a exibição de corpos viris e saudáveis surge, portanto, como uma resposta discursiva a esse histórico de patologização, uma tentativa de distanciar-se da imagem do "anormal" através da hipervalorização estética.

Nesse cenário, a prostituição masculina — historicamente atrelada à homossexualidade — emerge como um território ambivalente: um espaço de vazão para o desejo reprimido e, simultaneamente, uma categoria alvo de marginalização sistêmica. A repressão exercida sobre essa prática produz um efeito paradoxal: em vez de eliminar o desejo, ela o sublima, conferindo-lhe uma visibilidade aguda nos campos médico, jurídico e social. Assim, o controle das condutas acaba por reiterar e expor justamente aquilo que busca ocultar.

O intercurso comercial masculino transcende, portanto, a mera troca sexual, configurando-se como um local de manifestação de um desejo que, embora severamente

regulado, resiste através de sua própria estigmatização. Conforme a perspectiva de Hocquenghem (1993), essa dinâmica pode ser compreendida como uma forma de sublimação na qual o desejo, ao ser interditado pela estrutura social, integra-se à identidade dos trabalhadores do sexo. Ele é transmutado em um "objeto de desejo proibido" que, por sua natureza clandestina, torna-se onipresente e intensamente debatido no discurso social contemporâneo.

Segundo Fernandes (2019, p.5)

As expressões de gênero não são determinadas pelo sexo, as identidades são constituídas como performances, que estipulam as identidades de gênero. A construção das representações performáticas está ligada à produção de identificações, uma vez que aquelas experimentam posições de hierarquia e valorização diferenciada no mundo social.

O ambiente do Grindr funciona como um palco para essas representações performáticas, onde a descrição do perfil e a exibição do corpo não são meras informações biográficas, mas estratégias discursivas para ascender em uma hierarquia de valorização social que privilegia a masculinidade normativa em detrimento de outras identidades.

Ao construir sua autoapresentação, o usuário opera de forma performática, muitas vezes com o intuito estratégico de preservar o anonimato. Nesse contexto, o segredo e o sigilo não figuram apenas como ausências, mas como estímulos criativos que moldam a interação. A expressão "sair do armário", portanto, transita entre a escolha individual e a imposição de uma sociedade vigilante, dando origem ao conceito de "Armário na Era Digital".

Em seu estudo etnográfico sobre o comportamento em salas de bate-papo, Miskolci (2020) constatou que essa fluidez é uma marca da subjetividade contemporânea: um mesmo usuário circulava por salas classificadas como heterossexuais, bissexuais e gays. Esse trânsito evidencia que as fronteiras identitárias no meio digital são porosas, permitindo que os sujeitos experimentem diferentes performances e desejos sob o manto da invisibilidade técnica fornecida pela interface.

Nesse sentido, escreve-se o seguinte:

De forma surpreendente, e ainda um pouco enigmática, a própria emergência das mídias digitais contemporâneas constituiu o "terreno" de minha investigação, pois permitiu o acesso a experiências que, até pouco tempo atrás, eram vividas de forma altamente individualizada, silenciosa e invisível. Refiro-me às vidas amorosas e sexuais constituídas em segredo, as quais, quando associadas ao desejo por

pessoas do mesmo sexo, têm no “armário” seu regime de visibilidade clássico. (Miskolci, 2020, p.40)

Se o armário é o regime de visibilidade clássico, os aplicativos de relacionamento representam a prática discursiva que reconfigura esse armário. A transição do silêncio individual para o enunciado digital (perfis, siglas, fotos) transforma o desejo privado em uma prática social mediada tecnologicamente, permitindo a análise crítica de como esse poder e esse segredo são exercidos hoje.

No Ocidente, o "armário" consolidou-se historicamente como um dispositivo social de regulação da sexualidade. Sua forma clássica emergiu quando a compreensão dominante das relações afetivo-sexuais passou a ser estruturada em identidades mutuamente excludentes: de um lado, a heterossexualidade, erigida como norma; de outro, a homossexualidade, estigmatizada como desviante e anômala. Durante grande parte do século XX, essa dicotomia sustentou práticas institucionais de patologização e controle, nas quais as dissidências sexuais eram frequentemente tratadas sob o viés da doença psiquiátrica ou da punição legal (Miskolci, 2020).

Nesse cenário, o armário opera como um mecanismo de invisibilização e disciplinamento, cujo objetivo é restringir a homossexualidade ao âmbito estrito do privado, impedindo sua manifestação na esfera pública. Esse silenciamento sistemático visa conter e marginalizar os sujeitos, excluindo-os de espaços vitais de sociabilidade, como o mercado de trabalho, as instituições públicas e o próprio núcleo familiar.

Dessa forma, o armário transcende a experiência individual de ocultamento para se consolidar como uma estrutura social e discursiva. Ele atua como um regulador da legitimidade no espaço público, estabelecendo as fronteiras entre a normalidade normativa e o desvio estigmatizado.

Essa dinâmica é fundamental para compreender as táticas contemporâneas de negociação da identidade sexual em ambientes digitais. Em plataformas como o Grindr, observa-se uma tensão intrínseca entre visibilidade e anonimato, permitindo que os sujeitos gerenciem, de forma fragmentada, a exposição de sua sexualidade. Assim, embora tais aplicativos potencializem novas formas de sociabilidade, eles também revelam a persistência de estruturas herdadas do regime do armário. Essas heranças continuam a ditar as gramáticas pelas quais homens que fazem sexo com homens administram sua reputação, identidade e circulação nos diversos campos da vida social.

A discussão sobre o armário entrelaça-se intrinsecamente ao anonimato técnico do aplicativo e ao sigilo recorrente nos enunciados dos usuários. O armário impõe-se como um dispositivo de segurança; ao buscarem proteção contra o estigma, homens que desejam outros homens articulam uma fachada pública heteronormativa a uma vida privada experienciada sob pseudônimos no Grindr.

Tais discursos não apenas reproduzem a hierarquia sexual entre o "ativo" e o "passivo" — ou suas subcategorias, como o "versátil ativo" —, mas reiteram a masculinidade hegemônica como o ideal soberano a ser alcançado, marginalizando sistematicamente qualquer traço de feminilidade ou subordinação. A oscilação entre a visibilidade e a invisibilidade da prostituição masculina nesses espaços digitais é, portanto, uma manifestação dessa luta ideológica. Nela, a hegemonia masculina é reafirmada por meio da linguagem cifrada e da exaltação de representações corporais viris. Conforme assevera Connell (2013), as masculinidades devem ser compreendidas como produtos de práticas sociais intrinsecamente ligadas à posição social dos sujeitos e às suas trajetórias de vida.

A articulação com Butler (2003) permite aprofundar a análise da dimensão identitária nos perfis do Grindr. Para a autora, o gênero não constitui uma essência ontológica, mas é o efeito reiterado de práticas performativas que produzem a ilusão de uma identidade estável e natural. No contexto digital, essa performance é mediada pela interface: a escolha de fotos, o preenchimento de "tribos" e a descrição de atributos físicos são atos repetitivos que buscam materializar uma masculinidade que, embora pareça fixa, é constantemente reconstruída pelo discurso.

Segundo a aludida autora:

No "Timeu", Platão descreve a matéria como um receptáculo ambivalente, que não é nem um corpo propriamente dito, nem uma substância definida. A matéria é apresentada como um lugar que recebe, mas não assume a forma do que entra nela. Ela permanece inalterada em suas propriedades, incapaz de tomar a forma do que nela entra, o que é expresso através da repetição de termos como "sempre", "nunca" e "de modo algum", sugerindo uma proibição natural contra a mudança. O verbo *eilēphen* implica tanto uma ação contínua quanto uma receptividade, associada à aquisição e à reprodução, mas o receptáculo nunca deve assumir essas características. Platão estabelece uma dissociação entre a penetrabilidade feminina e o ser resultante da reprodução, vinculando a penetração exclusivamente à forma masculina. Assim, a matéria feminina é definida por sua passividade e incapacidade de se deslocar ou assumir formas, enquanto a reprodução e a penetrabilidade são associadas à natureza masculina. (Butler, 2019, p.91)

A persistência dessas metáforas platônicas na contemporaneidade digital revela que a estigmatização da passividade na prostituição masculina não é meramente um preconceito individual, mas o reflexo de uma estrutura metafísica milenar. Nela, o sujeito que assume a posição de “receptáculo” é despojado de sua agência e forma, enquanto a masculinidade é preservada como o único princípio ativo e formador, o que justifica a busca incessante pelo ideal de “macho” nos enunciados dos usuários.

No cenário da prostituição masculina mediada pelo Grindr, a análise de signos, enunciados e performances revela uma gramática visual e textual rígida. A recorrência de termos como “macho”, “discreto”, “sigilo total” ou “não afeminado” evidencia a centralidade de performances de masculinidade ancoradas na virilidade, no autocontrole e em uma heteronormatividade simulada. Tais enunciados operam como atos performativos que não apenas descrevem, mas reiteram e naturalizam normas hegemônicas. Conforme a perspectiva de Judith Butler, a repetição sistemática desses signos e práticas discursivas não se limita a representar uma identidade prévia; ela atua ativamente na produção e estabilização social de uma subjetividade que busca se distanciar do estigma da efeminação.

Ao construir seu perfil no Grindr, o usuário seleciona imagens, descrições anatômicas e signos simbólicos meticulosamente orientados para a visibilidade e a captura do desejo de potenciais clientes. Atributos como a muscularidade e a performance de uma “heterossexualidade simulada” constituem um capital erótico essencial para ampliar a circulação no mercado sexual digital. Nesse contexto, o perfil não é apenas um cartão de visitas, mas o ponto de convergência entre regimes discursivos, tecnologias de poder e as racionalidades neoliberais de mercado.

A prostituição masculina mediada por plataformas revela, assim, um campo de produção de subjetividades onde o trabalhador do sexo atua, simultaneamente, como sujeito de enunciação e objeto de consumo. Sob a égide do empreendedorismo de si, o corpo é discursivamente configurado como uma mercadoria estratégica, enquanto a arquitetura do dispositivo regula as condições de visibilidade, as gramáticas de negociação e os fluxos de circulação desse capital.

No contexto, é relevante o conceito de comodificação discursiva definida por Norman Fairclough (2001, p.255):

A comodificação é o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e

consumo de mercadorias.

A commodificação ou mercadorização da intimidade no Grindr revela como a subjetividade do trabalhador do sexo é capturada por uma racionalidade empresarial. Ao organizar o desejo em termos de “produção” (o perfil), “distribuição” (o geoprocessamento) e “consumo” (o encontro), o dispositivo transforma a performance de masculinidade em um artigo de prateleira, onde o valor do sujeito é mensurado por sua capacidade de aderir aos padrões estéticos de maior liquidez no mercado erótico.

O conceito de commodificação adquire relevância com o crescente envolvimento de práticas sociais no mercado, especialmente no campo da prostituição e das redes sociais. Nesse sentido, Magalhães (2001, p.26) comenta o seguinte:

A commodificação é o processo pelo qual os domínios e instituições sociais, cuja preocupação não é a produção de bens de consumo, no sentido econômico estrito de bens para venda, acabam sendo organizados e conceituados em termos de produção, distribuição e consumo. Concebe-se a commodificação como a colonização de ordens do discurso institucionais, e mais amplamente societais, por tipos discursivos associados com a produção de bens de consumo.

A commodificação, conforme definida pela colonização das ordens do discurso, encontra no Grindr seu laboratório mais sofisticado. Ao transpor a lógica de produção e consumo para a prostituição masculina, o aplicativo obriga o trabalhador a converter sua identidade em um ativo econômico. A subjetividade é, portanto, negligenciada em favor de uma organização discursiva de prateleira, onde o “macho sigiloso” torna-se o produto de maior liquidez e circulação nesse mercado de desejos commodificados.

Sob essa perspectiva, a circulação de corpos, identidades e expressões sexuais sob a lógica da visibilidade e do consumo não implica, necessariamente, a superação das estruturas normativas que historicamente as marginalizaram. A transformação nos regimes de visibilidade das sexualidades dissidentes não desconstruiu a hegemonia heterossexual; pelo contrário, esta permanece como o eixo estruturante na produção de saberes e na organização das relações de poder que legitimam os desejos.

A consolidação do "mercado gay" incorpora a prostituição masculina em territórios digitais, como o Grindr, mas essa visibilidade mercadológica é profundamente heterogênea. Embora a plataforma opere sob uma lógica de exposição corporal e circulação de imagens, a prostituição masculina nesses espaços habita um regime de ambiguidade: a exposição do corpo é uma necessidade comercial, mas o

ocultamento da identidade (o sigilo) permanece como uma estratégia de preservação diante da persistência do estigma social.

No âmbito da prostituição masculina em territórios virtuais, especificamente no Grindr, observa-se a imposição de uma gramática discursiva pautada por estratégias de mercado, nas quais o corpo e o desejo são transmutados em mercadorias. Embora a plataforma ofereça uma aparente liberdade e anonimato, ela acaba por estruturar e normatizar as relações de poder e desejo sob uma lógica estritamente consumista.

Nesse cenário, a commodificação transcende a troca comercial do sexo e passa a moldar as interações simbólicas e a construção identitária dos usuários. Estes se veem compelidos a equilibrar exposição e ocultamento: a recorrência de termos como "sigilo" e "discreto", aliada ao uso estratégico de *emojis* e códigos, permite a negociação de serviços sexuais sem a necessidade de explicitação verbal direta. Tal dinâmica reforça a existência de uma dialética entre visibilidade e anonimato, onde a codificação simbólica funciona como uma ferramenta de gestão do estigma em um mercado de afetos e corpos.

A materialização dessa commodificação atinge seu ápice no uso estratégico de *emojis* financeiros, como o diamante ou as notas de dinheiro com asas. Longe de serem meros adornos visuais, esses caracteres funcionam como operadores semióticos de mercado que convertem a interação afetiva em transação comercial. Ao inserir o emoji de diamante, o usuário não apenas sinaliza a natureza paga do serviço, mas atribui ao seu próprio corpo um status de “artigo de luxo”, estabelecendo um valor de troca que prescinde da palavra escrita.

Essa linguagem cifrada atende à lógica da rapidez exigida pelas plataformas: ela permite a precificação do desejo de forma instantânea e visual, contornando possíveis mecanismos de censura do aplicativo e, simultaneamente, reforçando o anonimato estratégico. Assim, o emoji torna-se a unidade mínima da colonização de mercado no discurso; ele é a 'moeda de troca' que substitui a subjetividade pela eficácia da venda, consolidando o corpo como um ativo financeiro em uma vitrine de geolocalização.

Para Miskolci (2020), a apropriação das tecnologias digitais é moldada pelas especificidades culturais e pelos grupos sociais que as utilizam. No universo dos aplicativos de busca por parceiros do mesmo sexo, observa-se uma predominância de usuários que enfatizam o imperativo do sigilo. Estes sujeitos apresentam-se como “discretos” e demandam parceiros que não exibam sinais diacríticos associados à

homossexualidade, estabelecendo uma estética da invisibilidade como critério de seleção.

Embora variadas motivações impulsionem a busca por parceiros em meios digitais, para muitos homens que desejam outros homens, o anonimato e a discrição configuram-se como os principais atrativos dessas interfaces. Tais ambientes funcionam como enclaves de experimentação, permitindo que os usuários expressem desejos, validem fetiches e compartilhem vivências afetivo-sexuais sob a égide da proteção. Essa busca pelo digital visa, primordialmente, salvaguardar o sujeito das sanções e consequências negativas que a exposição da dissidência sexual ainda acarreta no espaço público e na vida cotidiana.

Nesse contexto, o sigilo articula-se diretamente às tensões inerentes à "saída do armário" — um rito social de visibilidade que permanece atravessado por pressões familiares, institucionais e coercitivas. As plataformas digitais operam, portanto, como zonas de refúgio e negociação identitária, permitindo que os sujeitos explorem a sociabilidade homoerótica sem o ônus da exposição imediata no mundo *offline*.

No ecossistema *online*, homens que buscam outros homens não procuram apenas interações seguras, mas inserem-se em uma comunidade discursiva com códigos próprios de reconhecimento. Tais interfaces — *chats*, sites e aplicativos — podem ser compreendidas como reconfigurações contemporâneas das territorialidades históricas da cultura LGBTQIAPN+, tradicionalmente situadas em guetos urbanos ou circuitos comerciais específicos, agora transpostas para a ubiquidade do espaço digital.

Contudo, as redes de sociabilidade mediadas por novas tecnologias encontram-se em constante expansão e metamorfose. Nesse panorama, plataformas como o Grindr desempenham um papel central ao articular geolocalização, comunicação instantânea e visibilidade de perfis, engendrando novas dinâmicas de interação, desejo e negociação identitária entre homens que buscam parceiros do mesmo sexo.

Mesmo entre sujeitos que se assumem abertamente gays, persiste a necessidade de manter certas dimensões da vida afetivo-sexual sob sigilo — especialmente quando as interações envolvem o trabalho sexual. Homens que exercem a prostituição masculina transitam em uma tensão permanente entre a exposição e a discrição, uma vez que cada interação pode acarretar repercussões de ordem pessoal, econômica ou institucional.

O segredo, nesse sentido, não é meramente uma estratégia individual de proteção, mas uma resposta a um contexto social que estigmatiza práticas homoeróticas e reitera a centralidade da heteronormatividade. No âmbito da prostituição masculina, o "armário" constitui-se como uma ferramenta estrutural que molda práticas sexuais, relações de poder e transações econômicas (Sedgwick, 1990).

Cada interação engendra novos "armários": espaços simbólicos de reserva que exigem cálculos constantes sobre a gestão da informação — quem sabe, quem pode descobrir e quais seriam as possíveis implicações. A necessidade de discrição assume uma dimensão tanto econômica quanto social, uma vez que a exposição da identidade sexual ou profissional pode acarretar perda de renda, discriminação, violência ou ostracismo.

Nesse cenário, o segredo e a negociação identitária tornam-se expedientes estratégicos. O silenciamento, sob essa ótica, opera como um mecanismo de proteção, sobrevivência e preservação de prerrogativas sociais em uma cultura heteronormativa, permitindo que o indivíduo transite por diferentes esferas sem sofrer retaliações diretas.

Portanto, a prostituição masculina evidencia uma faceta particular do "armário": este não apenas molda as relações afetivo-sexuais, mas também regula o acesso a recursos materiais e simbólicos. A experiência do segredo é estruturante, compelindo o trabalhador sexual a uma negociação perpétua entre visibilidade e ocultamento, prazer e perigo, autonomia e coerção social — em um ambiente onde a identidade sexual é simultaneamente desejada, estigmatizada e criteriosamente mediada (Sedgwick, 1990).

Possivelmente, por ter essa construção, muitos usuários optam por fazer uso de *emojis*, pois eles, de forma prática, conseguem enunciar uma mensagem com o uso de pequenas imagens e símbolos, poupando espaço. Com isso, perfis com *emojis* em seus apelidos podem facilmente atrair a atenção de outros usuários, se levarmos em consideração que ao abrir o app se observam pequenos ícones, num estilo menu ou cardápio. (Sedgwick, 1990)

Em virtude dessa arquitetura de interface, muitos usuários optam pela utilização de *emojis*, que enunciam mensagens de forma pragmática por meio de pictogramas e símbolos, otimizando o espaço limitado dos perfis. Consequentemente, apelidos que incorporam esses recursos visuais captam a atenção de outrem com maior eficácia, especialmente ao considerar que a interface do aplicativo organiza os perfis como

ícones em um mosaico, assemelhando-se a um "menu" ou "cardápio" de escolhas. (Sedgwick, 1990).

Essa dinâmica converge para o que se pode chamar de sofisticação do sigilo mediada pela tecnologia. Ao citar Miskolci (2020), percebe-se que a internet permite a construção de uma subjetividade fragmentada, onde a performance da heteronormatividade coexiste com o acesso a redes de desejo homosocial. Aqui, a “vida paralela” digital ressignifica o armário — aproximando-se da “epistemologia” proposta por Sedgwick (1990) — ao transformá-lo de uma prisão em uma estratégia ativa de proteção e de subversão silenciosa da norma.

Miskolci (2020, p.46) comenta o seguinte:

Ser discreto, ou seja, parecer hetero, costuma se associar à constituição de relações em sigilo, na partilha e, sobretudo, na capacidade de manutenção de um segredo comum. A homossexualidade, assim, transforma-se de uma orientação do desejo para um certo regozijo com a possibilidade de que compartilhem a capacidade de “passar por hetero”, “enganando” tanto os heterossexuais quanto os homossexuais assumidos, uma espécie de doce vingança contra a ordem sexual que quase sempre se volta contra eles. Em outras palavras, o surgimento da internet permitiu que muitos homens, ao invés de “saírem do armário” para familiares e amigos, arriscando rompimentos e represálias no trabalho, passassem a criar uma vida paralela, parcialmente fora dele, com (des)conhecidos. (Miskolci, 2020, p46)

Ao citar Miskolci (2020), percebe-se que a internet não operou necessariamente como uma ferramenta de libertação ou “saída” coletiva do armário, mas sim como um mecanismo que sofisticou o sigilo. A tecnologia permite a construção de uma subjetividade fragmentada, onde o indivíduo pode performar a heteronormatividade em espaços públicos e institucionais enquanto acessa redes de desejo homosocial sob o manto do anonimato digital. Essa “vida paralela” ressignifica o armário: ele deixa de ser uma prisão para se tornar uma estratégia de proteção e, paradoxalmente, de prazer através da subversão silenciosa da norma.

É evidente que nem todos os usuários do Grindr buscam ou exercem a prostituição; todavia, o aplicativo viabiliza que tais práticas ocorram de forma velada sob o amparo do anonimato, mitigando a exposição, por exemplo, daqueles que buscam o serviço.

Nesse sentido, Fernandes (2019), em uma análise sociojurídica, discute a incoerência do legislador pátrio ao adotar o sistema abolicionista no tratamento da prostituição. Sob essa égide, a punição recai sobre quem explora a atividade (o

rufianismo), enquanto aqueles que se prostituem são lidos como vítimas a serem "libertadas". Tal contradição se acentua quando o Código Penal evoca a liberdade sexual para coibir excessos, violências e exploração, sem, contudo, amparar juridicamente a prostituição em si ou conferir agência a quem a exerce.

Embora o foco deste trabalho não seja estritamente legal, discutir o anonimato exige abordar os princípios constitucionais que garantem a intimidade — temáticas que impuseram ao legislador o desafio de delimitar as fronteiras da privacidade. A título de ilustração, em 2018, foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

- I - o respeito à privacidade;
- II - a autodeterminação informativa;
- III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Dessa forma, a invocação da LGPD neste estudo demonstra que o anonimato e o sigilo nos aplicativos de geolocalização transcendem a esfera da conduta individual; eles se inserem em um direito fundamental à privacidade.

A proteção de dados sensíveis — como a orientação sexual e as práticas de vida privada — constitui a infraestrutura jurídica que permite a existência desses 'territórios virtuais' de resistência e mercado, onde o trabalhador sexual tenta equilibrar a necessidade de ser encontrado com a urgência de permanecer protegido pelo manto da invisibilidade legal.

A dualidade de exposição versus sigilo revela o desafio de ser visto como desejável enquanto se preserva a invisibilidade necessária para evitar as consequências

do estigma associado ao trabalho sexual. Os territórios virtuais da prostituição masculina, especialmente nos aplicativos como Grindr, representam um novo campo de disputa discursiva, onde as identidades sexuais são moldadas e transformadas por estratégias de mercado e relações de poder.

O discurso que se desenvolve na conversação entre os participantes (usuários de um serviço) do aplicativo pode ser elencado pela interrogação da escolha pelo uso de uma linguagem codificada ou direta, ou seja, os usuários utilizam termos indiretos para negociar valores e serviços. O contexto da conversação e a escolha das palavras expressa um tipo de relação de poder, podendo-se pensar estratégias discursivas nas quais o discurso apresenta ou não apresenta elementos de persuasão, barganha, hierarquia social ou sexual.

Compreender essa realidade é importante para perceber que este trabalho fortalece a discussão sobre a prostituição masculina inserido nos territórios virtuais. Sendo necessário definir de que maneira os territórios virtuais contribuem para essa "invisibilidade visível"

Contudo, as redes de sociabilidade mediadas por novas tecnologias encontram-se em constante expansão e metamorfose. Nesse panorama, plataformas como o Grindr desempenham um papel central ao articular geolocalização e visibilidade de perfis, engendrando novas dinâmicas de interação, desejo e negociação identitária entre homens que buscam parceiros do mesmo sexo.

Mesmo entre sujeitos que se assumem abertamente gays, persiste a necessidade de manter certas dimensões da vida afetivo-sexual sob sigilo — especialmente quando as interações envolvem o trabalho sexual. Homens que exercem a prostituição masculina transitam em uma tensão permanente entre a exposição e a discrição, uma vez que cada interação pode acarretar repercussões de ordem pessoal, econômica ou institucional.

O segredo, nesse sentido, não é meramente uma estratégia individual de proteção, mas uma resposta a um contexto social que estigmatiza práticas homoeróticas e reitera a centralidade da heteronormatividade. No âmbito da prostituição masculina, o "armário" constitui-se como uma ferramenta estrutural que molda práticas sexuais, relações de poder e transações econômicas (Sedgwick, 1990).

A categorização de identidades como "ativo", "passivo" e "versátil" funciona como um mecanismo de reforço à padronização dos corpos masculinos, privilegiando

determinados atributos físicos como signos de desejo e poder. Nos aplicativos de relacionamento, essa estratégia frequentemente transcende a esfera afetiva, sendo mobilizada como uma forma de dissimular a prostituição masculina e atrair clientes através de códigos específicos.

Essa dinâmica exemplifica o que Fairclough (2001) define como práticas discursivas: o uso da linguagem em contextos sociais como uma forma de ação no mundo. Para o autor, o discurso não se limita à produção de textos, mas atua ativamente na constituição e na transformação das relações sociais e das estruturas de poder.

Segundo Fairclough (2001), as práticas discursivas operam não apenas na produção de mensagens, mas na construção de identidades sociais e na gestão da visibilidade ou invisibilidade de fenômenos como o mercado do sexo. Nesse cenário, o discurso masculino é articulado para construir narrativas que frequentemente obliteram a natureza comercial da atividade, utilizando eufemismos e representações que minimizam seu reconhecimento enquanto trabalho. Essa construção identitária, ao estigmatizar papéis sexuais, distorce a percepção pública sobre os profissionais e reforça hierarquias de sexualidade e desigualdades de gênero.

Esse "território virtual" é consolidado por uma comunidade de fala específica, onde produtores e consumidores compartilham códigos, normas e valores. Mais do que um simples nicho de mercado, configura-se uma verdadeira cultura da prostituição masculina nas redes sociais, na qual a comunicação não ocorre de forma isolada, mas sim sustentada por práticas comunicativas que validam e perpetuam esse ecossistema.

CAPÍTULO 3 SEXUALIDADE, PODER E (IN)VISIBILIDADE

Historicamente, a sexualidade humana esteve intrinsecamente vinculada à estrutura da família patriarcal, que operava como o principal balizador e limitador do exercício do desejo e da subjetividade sexual. Desde a Grécia Antiga, a instituição do matrimônio foi pautada por um acentuado viés econômico, consolidando uma complexa intersecção entre as esferas do capital e do afeto. Sob essa lógica, a mulher permaneceu, ao longo dos séculos, subjugada à autoridade da figura masculina — o provedor, o pai e o marido — em um sistema de dominação que moldou as normas sociais e as condutas privadas (Foucault, 1984).

Autores como Louro (2000, p.26) escreve o seguinte:

Embora se possa argumentar que as questões relativas aos corpos e ao comportamento sexual têm estado, por muito tempo, no centro das preocupações ocidentais, elas eram, em geral, até o século XIX, preocupações da religião e da filosofia moral. Desde então, elas têm se tornada preocupação generalizada de especialistas, da medicina e de profissionais e reformadores morais. O tema ganhou, no final do século XIX, sua própria disciplina, a sexologia, tendo como base a psicologia, a biologia e a antropologia, bem como a história e a sociologia. Isso teve enorme influência no estabelecimento dos termos do debate sobre o comportamento sexual. A sexualidade é, entretanto, além de uma preocupação individual, uma questão claramente crítica e política, merecendo, portanto, uma investigação e uma análise histórica e sociológica cuidadosas.

A transição da sexualidade de uma preocupação eminentemente moral e religiosa para um campo de saber disciplinar, consolidada no século XIX, revela o que Foucault identifica como a emergência de uma tecnologia política do corpo. Ao situar o comportamento sexual no centro das investigações da medicina, da psicologia e da sociologia, o autor demonstra que a sexualidade não é uma constante biológica, mas um dispositivo histórico de controle e subjetivação. Na contemporaneidade, esse processo de especialização e vigilância assume novas roupagens nos territórios digitais, onde a prostituição masculina no Grindr se manifesta como uma prática discursiva e política. Assim, a análise aqui proposta não se limita ao ato sexual em si, mas investiga como os sujeitos performam suas identidades e gerenciam seus corpos dentro de uma lógica de mercado plataformizada que, embora tecnologicamente inovadora, ainda ecoa as tensões de poder e as normatividades historicamente constituídas pela ciência e pela moral ocidental.

No âmbito das relações ditas conjugais, historicamente, o homem gozava da prerrogativa social de manter vínculos extraconjugais, enquanto às mulheres era reservado um destino punitivo. A condenação por adultério feminino, ao longo da história, não raro configurava-se como uma sentença de morte simbólica ou física, sustentada pela rígida distinção entre a figura da "esposa" e a da "outra" — esta última podendo ocupar o lugar da amante ou da prostituta.

Para Giddens (1993), as tensões masculinas entre o amor romântico e o amor passionai eram geridas por meio de uma fragmentação espacial e afetiva: separava-se rigorosamente o ambiente doméstico e familiar da esfera da sexualidade exercida com a amante ou com a profissional do sexo. Essa clivagem não apenas protegia a estrutura da família patriarcal, mas também relegava a prostituição a um lugar de marginalidade necessária, porém invisibilizada, para a manutenção da ordem social vigente.

O sociólogo inglês escreveu o seguinte:

O sexo na sauna, do mesmo modo que em vários outros contextos da atividade sexual dos homens gays, era em geral anônimo. Os homens que lá frequentavam normalmente não tinham contato social um com o outro, exceto para as conversas mais casuais. Não tinham conhecimento da natureza da vida pessoal fora dali e só se dirigiam um ao outro pelos primeiros nomes. Neste caso, um novo significado é conferido à transitoriedade; comparado com tais encontros, o episódio heterossexual anônimo retratado em *O Último Tango em Paris*⁷ parece um envolvimento profundo e duradouro. (Giddens, 1993, 161)

Ao contrastar a transitoriedade do sexo em saunas gays com o anonimato heterossexual em *Último Tango em Paris*, Anthony Giddens evidencia como a percepção de intimidade e profundidade é relativa ao contexto social e à duração das interações. Enquanto o filme de Bertolucci é frequentemente lido como o ápice do desapego e da brutalidade emocional, a análise sociológica sugere que, diante da hiper-efemeridade de certos espaços urbanos modernos, até mesmo um encontro marcado pelo isolamento e pelo luto pode configurar um "envolvimento profundo". Dessa forma, a tese central reside na ideia de que o anonimato não anula a complexidade do vínculo, mas redefine os limites entre o privado e o compartilhado na modernidade líquida.

⁷ Considerado um dos filmes mais polêmicos e viscerais da história do cinema, *O Último Tango em Paris* (1972), dirigido por Bernardo Bertolucci, explora a fronteira entre o desespero existencial e o erotismo cru. A trama acompanha Paul (Marlon Brando), um americano de meia-idade em luto, e Jeanne (Maria Schneider), uma jovem francesa, que iniciam um relacionamento puramente sexual e anônimo em um apartamento vazio em Paris.

Nas malhas urbanas, é comum a existência de territórios delimitados à prostituição feminina — aqui mencionada não sob um viés pejorativo, mas como reconhecimento de sua maior visibilidade espacial e social. Esta análise, contudo, não visa reforçar ou abolir tal prática, mas sim investigar como a prostituição masculina busca a invisibilidade por meio de territórios virtuais, utilizando plataformas como o Grindr para mediar encontros e contornar a exposição pública.

No âmbito jurídico, essa invisibilidade constitui um aspecto que demanda reflexão, ainda que de forma tangencial a este trabalho. A regulamentação do tema pelo legislador pauta-se, em regra, na proteção da liberdade sexual e na repressão a formas de exploração. Todavia, enquanto atividade laboral, a prostituição suscita debates profundos sobre seu reconhecimento como profissão. Sem pretender atribuir juízos de valor, observa-se que o labor sexual masculino — especialmente em contextos homoeróticos — permanece submerso no campo jurídico e social em comparação ao feminino.

Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu artigo 23, estabelece que todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de ocupação e a condições justas que assegurem uma existência digna. Sob essa ótica, a discussão sobre a prostituição masculina transpassa a esfera da moralidade para alcançar o debate sobre direitos fundamentais e a proteção do indivíduo que exerce tal atividade no meio digital.

Nessa mesma linha, as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reforçam os princípios de dignidade e segurança, que abrangem, por extensão, os trabalhadores do sexo. No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Art. 5º, a igualdade de todos perante a lei e, no Art. 6º, os direitos sociais. Tais garantias fundamentais sustentam o direito à saúde e à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), políticas essenciais para a proteção daqueles que exercem a prostituição.

Contudo, a prostituição masculina ainda enfrenta estigmas profundos, sendo frequentemente vinculada de forma exclusiva à homossexualidade⁸. Essa percepção

⁸ Segundo Halperin (1990, p. 27) Antes de 1892, não existia homossexualidade, apenas inversão sexual. Mas, como argumenta de forma convincente George Chauncey, que realizou um estudo minucioso da literatura médica sobre o assunto, "Inversão sexual, o termo mais comumente usado no século XIX, não denotava o mesmo fenômeno conceitual que a homossexualidade. 'Inversão sexual' referia-se a uma ampla gama de comportamentos de gênero desviantes, dos quais o desejo homossexual era apenas um aspecto lógico, mas indistinto, enquanto 'homossexualidade' se concentrava na questão mais restrita da

reforça o arquétipo do "macho" como provedor inabalável e mantenedor da moral e dos bons costumes, relegando qualquer desvio dessa norma ao campo da marginalidade.

Nesse contexto, Leandro Colling (2019), em *Crônicas do CUS*, propõe uma reflexão crítica sobre a normatização dos corpos. O autor questiona a visão tradicional que limita as funções biológicas de certas partes do corpo — como o ânus —, defendendo que o prazer e a sexualização dependem da subjetividade e do desejo individual, e não de um controle social imposto. Essa perspectiva desafia os mecanismos que buscam disciplinar o corpo masculino e o prazer, frequentemente moldados por valores conservadores.

Essa transição para uma sexualidade categorizada ganha contornos históricos no final do século XIX. A homossexualidade passa a ser compreendida como uma categoria específica por meio da biopolítica, conceito central na obra de Michel Foucault. Para Foucault (1988), a modernidade inaugura uma transformação decisiva no exercício do poder: o sexo deixa de ser apenas um ato para tornar-se um objeto de saber, vigilância e controle estatal.

Sob essa ótica, a sexualidade emerge como um dispositivo estratégico e um ponto privilegiado de intervenção do poder. Ela articula as duas dimensões fundamentais do biopoder: a anatomopolítica (disciplina do corpo individual) e a biopolítica (regulação da população como corpo coletivo). A sexualidade, portanto, transcende a esfera da moralidade privada para converter-se em objeto de saber científico, preocupação clínica, alvo de políticas públicas e foco de intervenção jurídica. É precisamente nesse cenário de controle e categorização que se insere a "invenção" moderna da homossexualidade.

Antes do século XIX, as práticas homoeróticas eram predominantemente classificadas como pecados ou desvios morais — infrações de natureza jurídica ou religiosa. Contudo, como sintetiza Foucault (1988), ocorre uma ruptura epistemológica: enquanto o "sodomita" era definido por um ato isolado, o "homossexual" passa a ser compreendido como uma espécie. Assim, a homossexualidade deixa de ser uma prática episódica para constituir-se como uma categoria antropológica, psicológica e jurídica perene, dotada de uma história, uma interioridade e uma patologia própria.

Ainda citando Louro (2020, p.45):

escolha do objeto sexual. A diferenciação do desejo homossexual do comportamento de gênero 'desviante' na virada do século reflete uma grande reconceitualização da natureza da sexualidade humana, sua relação com o gênero e seu papel na definição social de um indivíduo." tradução nossa.

A tentativa de definir mais rigorosamente as características do "perverso" (termos descritivos tais como "sado-masiquismo" e "travestismo" para as atividades relacionadas com sexo emergiram no fim do século XIX, ao lado de termos como "homossexualidade" e "heterossexualidade") foi um elemento importante naquilo que estou chamando de institucionalização da heterossexualidade nos séculos XIX e XX.

A tentativa de classificar e definir rigorosamente as características do "perverso" foi um pilar fundamental para a institucionalização da heterossexualidade nos séculos XIX e XX. Nesse período, a emergência de nomenclaturas descritivas — como "sodomasiquismo" e "travestismo" — ocorreu simultaneamente à cristalização dos conceitos de "homossexualidade" e "heterossexualidade". Essa organização taxonômica das atividades sexuais não apenas nomeou comportamentos, mas estabeleceu uma hierarquia que buscava consolidar a heteronormatividade como a norma biológica e social, relegando as demais práticas ao campo da patologia ou do desvio.

Essa transformação insere-se plenamente na lógica da biopolítica. Ao classificar e nomear o "homossexual", os saberes médico-jurídicos não apenas descrevem uma realidade preexistente, mas produzem um novo regime de subjetividade, no qual a sexualidade torna-se a chave de leitura da identidade individual. Paralelamente, a homossexualidade é problematizada como uma questão de interesse coletivo: sua desconformidade com o modelo reprodutivo heteronormativo a torna "suspeita" sob a ótica da vitalidade populacional, da moralidade pública e da estabilidade social.

Nesse sentido, a invenção da categoria "homossexual" articula-se a projetos modernos de eugenia, controle de natalidade e higienização social. Enquanto a família heterossexual e reprodutiva consolida-se como a unidade básica da ordem vigente, as identidades dissidentes tornam-se objetos de vigilância, patologização e criminalização. A biopolítica opera, portanto, mediante a classificação e a hierarquização das formas de vida (Foucault, 1988).

Contudo, na perspectiva foucaultiana, o poder não é meramente repressivo, mas produtivo. Ao instituir a categoria "homossexual", os discursos científicos paradoxalmente criaram as condições para a autoidentificação e a formação de comunidades. Assim, a mesma nomeação que patologiza é a que viabiliza o reconhecimento coletivo e a organização política. Sob esse prisma, o surgimento dos

movimentos de afirmação gay e lésbica no século XX pode ser interpretado como um desdobramento tático desse processo de produção discursiva do sujeito sexual.

Ademais, a construção da homossexualidade como uma identidade desviante contribui para a consolidação silenciosa da heterossexualidade masculina como norma. A masculinidade heterossexual passa, então, a ocupar o lugar de referência implícita e não problematizada, associando-se intrinsecamente aos ideais de virilidade, cidadania e reprodução. Nesse sentido, a invenção da categoria "homossexual" não apenas delimita uma dissidência, mas reforça, por contraste, a naturalização da masculinidade hegemônica.

Depreende-se, portanto, que as identidades sexuais são produtos de processos históricos complexos; discutir sexualidade implica reconhecer que a sociedade moderna é, fundamentalmente, uma produtora de sujeitos.

Nesse contexto, Colling (2019, p. 67) introduz o conceito de "política anal" para aprofundar essa discussão:

Aquela pessoa que é tida como a passiva no ato sexual anal é vista como a “mulherzinha” da relação. Se a pessoa passiva for do sexo masculino, ela automaticamente é considerada como homossexual, gay, viado ou qualquer outra expressão que a defina como alguém que traiu a sua masculinidade. Já o homem, considerado ativo, mesmo praticando o ato sexual com outro homem, desde que não permita ser penetrado, muitas vezes não é considerado como uma pessoa homossexual e nem está automaticamente traindo a sua masculinidade.

O texto supracitado revela como a "política anal" opera como um dispositivo de manutenção da hegemonia masculina, ao transpor para o corpo e para o ato sexual as binaridades de dominação e submissão que estruturam o patriarcado. Nesse cenário, a penetração deixa de ser apenas uma prática física para tornar-se um marcador ontológico: o sujeito passivo é sumariamente feminilizado e destituído de sua "masculinidade originária", enquanto o sujeito ativo preserva sua integridade social e identitária ao manter-se na posição de controle. Essa distinção evidencia que, na lógica da masculinidade normativa, o estigma não reside necessariamente na homoeroticidade do ato em si, mas na renúncia à posição de poder simbólico associada ao "ser homem". Assim, o ânus emerge como uma fronteira política onde a identidade é negociada, vigiada e, no caso da passividade, frequentemente punida com a exclusão do privilégio da virilidade.

Embora o sexo anal⁹ seja frequentemente interpretado como uma prática subversiva, ele permanece sob a égide de normas que vinculam a sexualidade aos ideais de pureza e assepsia. A prática da "chuca" (enema retal) exemplifica essa normatização, sendo transmutada de escolha higiênica em uma condição *sine qua non* para a viabilidade do ato. No entanto, essa exigência reitera uma hierarquia discursiva entre corpos "limpos" e "sujos" — uma distinção profundamente atravessada por marcadores de gênero, raça e classe.

Nesse sentido, a reflexão sobre o enema transcende o âmbito do conforto individual, evidenciando a imposição normativa de como o corpo deve ser "preparado" para o usufruto do prazer. Conforme propõe Colling (2019), essa prática não é meramente uma opção de bem-estar, mas uma pressão cultural que reflete a lógica do controle social sobre a anatomia. A ênfase na assepsia anal constitui uma construção normativa inserida em um panorama mais amplo de subordinação, moldando a subjetividade e a maneira como os sujeitos experienciam sua própria sexualidade.

Plataformas de sociabilidade digital, como o Grindr, operam como vetores dessa política anal, convertendo a prática em um imperativo discursivo e normalizador que categoriza os usuários e dita as regras de engajamento sexual:

Primeiro, vamos encarar o óbvio: “bagunça” acontece quando se faz sexo anal. Como homens gays, todos nós já passamos por isso, seja ativo ou passivo, então, quando isso ocorrer, não entre em pânico. Uma reação negativa pode ser traumática, e a última coisa que os homens gays precisamos é de mais trauma ou vergonha. Portanto, se e quando acontecer, limpe-se e siga em frente se sentir vontade. Caso contrário, reagende e não toque mais no assunto. (Grindr, 2024)

O sexo anal, assim como outras práticas sexuais dissidentes, é aqui abordado de modo a enfatizar a pluralidade das experiências e a diversidade dos corpos, desafiando as convenções que delimitam as fronteiras do "aceitável" ou "normal". Esta análise propõe uma reflexão que se distancia dos binarismos normativos e da lógica da repressão, abraçando a multiplicidade dos desejos como uma forma de subjetivação autônoma.

A relevância de discutir tais temas transcende a mera desmistificação de práticas marginalizadas. Investigar a chamada "política anal" e os discursos que orbitam o prazer exige uma revisão crítica das normas sociais que regulam o corpo e a sexualidade. Ao

⁹ Neste sentido o coito anal historicamente é fortemente identificado um acidente por sua associação com a sujeira e por vezes aproximando o que se convencionou chamar de bestialismo.

evidenciar essas engrenagens de controle, abre-se um espaço necessário para a subversão das normas vigentes, permitindo que o corpo deixe de ser um campo de sujeição para tornar-se um território de emancipação e resistência política.

3.1 Biopoder, Liberdade Sexual e Aplicativos

Foucault (1988) apresenta o conceito de biopoder como um elemento central para a compreensão das formas de regulação da vida e da sexualidade na modernidade. O autor argumenta que, a partir do século XVIII, as estruturas de governo passaram a incidir diretamente sobre os aspectos biológicos da população, transformando fenômenos como a natalidade, a mortalidade, a higiene, a saúde e a força de trabalho em objetos de gestão política e controle institucional.

Segundo Souza (2011, p. 171)

São as seguintes as diferenças entre “sexo” e “sexualidade” enquanto dispositivos históricos. Para Foucault o sexo (séc. XVIII) está relacionado com a família, pois é nele que se realiza o “dispositivo de aliança”. Neste caso, o discurso está articulado às obrigações religiosas e legais do casamento. Sendo assim, liga-se à “transmissão da riqueza, da propriedade e do poder”. Já a sexualidade (séc. XIX) é outra forma histórica de discurso relativo ao sexo; nasce de uma separação entre o sexo e o dispositivo de aliança.

A distinção entre "sexo" e "sexualidade" na obra de Foucault revela uma mudança fundamental nas tecnologias de poder: a transição do dispositivo de aliança para o dispositivo de sexualidade. Enquanto o primeiro operava na exterioridade, vinculando o ato sexual à manutenção das linhagens, à transmissão de propriedades e ao cumprimento de obrigações matrimoniais e religiosas, o segundo marca a emergência de uma nova economia política do corpo. A partir do século XIX, a sexualidade desgarrase das amarras da aliança para tornar-se um campo autônomo de discurso, no qual o sujeito é instado a buscar sua "verdade" interior. Essa separação é crucial para compreender como a modernidade deixou de se preocupar apenas com a legalidade dos atos para focar na produção e no controle das identidades sexuais, transformando o que antes era um rito de parentesco em um mecanismo biopolítico de subjetivação.

Esse poder se manifesta tanto de forma ampla, através do controle das populações (biopolítica), quanto no nível individual, com técnicas disciplinares voltadas à docilização dos corpos (anátomo-política), presentes em instituições como escolas, prisões, hospitais e quartéis. No campo da sexualidade, isso se evidencia na

normatização dos comportamentos e na definição do que seria considerado aceitável, como, por exemplo, a valorização da sexualidade reprodutiva dentro do casamento heterossexual.¹⁰

Assim, mesmo que o biopoder não se restrinja originalmente à sexualidade, há um claro paralelismo com os mecanismos de imposição da heteronormatividade, uma vez que ambos operam regulando práticas, afetos e modos de vida. O conceito de família, portanto, também precisa ser revisto e ampliado, visto que a sexualidade humana não se esgota em sua função reprodutiva e está profundamente entrelaçada às estruturas de poder e controle social.

Esse conceito tem sido amplamente discutido e estendido em diversos campos acadêmicos, influenciando disciplinas como sociologia, ciência política, filosofia, e estudos da saúde, além de convidar para uma reflexão crítica sobre as formas de controle e poder que incidem sobre a vida na atualidade.

Ainda em *História da Sexualidade* (1988), Foucault reforça que o biopoder ocupa um lugar central na modernidade, operando por meio de práticas sociais e discursivas que visam disciplinar o comportamento sexual individual. Nessa perspectiva, Louro (2000), amparada na genealogia foucaultiana, define a sexualidade como um dispositivo histórico; ou seja, uma invenção social edificada por múltiplos discursos que buscam regular, normatizar e impor "verdades" sobre os corpos.

Michel Foucault (1988) oferece, assim, reflexões fundamentais para a compreensão das relações entre sexualidade, poder e discurso. Ao longo de sua obra, especialmente em *A Vontade de Saber*, o autor provoca uma análise sobre a forma como, historicamente, os sujeitos passaram a compreender a si mesmos a partir da sexualidade. Sob esse prisma, a investigação não deve limitar-se ao que ele denomina "sexo-natureza" — entendido como um elemento meramente biológico e objeto de abordagens médicas naturalizantes.

Para o autor, é imperativo considerar as dimensões do sexo-história, do sexo-significação e do sexo-discurso. Isto implica reconhecer que o sexo é produzido, interpretado e regulado socialmente mediante dispositivos de poder que moldam a subjetividade contemporânea.

¹⁰ O que era permitido às mulheres casadas para exercer o papel que se esperava das mulheres, um papel honrado, devendo escolher a sexualidade utilitária da procriação em detrimento do que se dizia recreativa, os maridos deveriam mostrar-se dominadores, as mulheres fiéis e submissas. (Del Priore, 2009)

Entre os mecanismos analisados por Foucault está aquilo que o autor denomina relação negativa do poder com o sexo. De acordo com essa perspectiva, o poder tende a operar, historicamente, por meio da proibição, da recusa, da exclusão ou do silenciamento. Em vez de simplesmente produzir discursos sobre o sexo, muitas vezes o poder estabelece limites, cria lacunas e define fronteiras entre o que pode ou não ser dito, praticado ou reconhecido socialmente.

Outro elemento destacado pelo autor é a instância da regra, segundo a qual o poder se manifesta como uma força que estabelece normas e delimita aquilo que é considerado lícito ou ilícito no campo da sexualidade. Nesse processo, práticas sexuais são classificadas, hierarquizadas ou moralizadas, determinando quais comportamentos são socialmente aceitáveis e quais permanecem no campo do desvio ou da marginalidade.

Ainda em *História da Sexualidade* (1988), Foucault reforça que o biopoder ocupa um lugar central na modernidade, operando por meio de práticas sociais e discursivas que visam disciplinar o comportamento sexual individual. Nessa perspectiva, Louro (2000), amparada na genealogia foucaultiana, define a sexualidade como um dispositivo histórico; ou seja, uma invenção social edificada por múltiplos discursos que buscam regular, normatizar e impor "verdades" sobre os corpos. Sob esse prisma, a investigação não deve limitar-se ao "sexo-natureza" — entendido como um elemento meramente biológico e objeto de abordagens médicas naturalizantes —, mas sim considerar as dimensões do sexo-história e do sexo-discurso. Isto implica reconhecer que o sexo é produzido e regulado socialmente mediante dispositivos de poder que moldam a subjetividade contemporânea.

Essa produção discursiva do sujeito sexual ganha contornos específicos quando analisamos práticas frequentemente marginalizadas. Colling (2019) quando traz o conceito de "política anal" demonstra como o ânus emerge como uma fronteira política onde a identidade é negociada e vigiada. A construção da homossexualidade como uma identidade desviante, pautada por uma suposta "traição da masculinidade" no ato da passividade, revela como a norma heteronormativa utiliza o sexo anal para hierarquizar os corpos.

Depreende-se, portanto, que as exigências de assepsia e o estigma da passividade não são meras questões de higiene ou preferência, mas desdobramentos táticos do biopoder. Ao converter o ânus em um território de controle, a sociedade moderna

reafirma a masculinidade hegemônica como referência e transforma o prazer dissidente em um objeto de constante vigilância e normalização.

Esta disciplina se mistura à construção legal que é disciplinadora dos corpos, quando se refere a sexualidade, seja a questão etária maturidade de discernimento e de escolha entre o fazer e o não fazer, entre o dizer e o não dizer. Embora no Brasil prostituição não seja considerado um crime, torna-se difícil se falar em liberdade quando se fala em prostituição, se prostituir não é considerado como uma opção moralizadora no seio da sociedade judaico-cristã.

Rosa (2017, p. 1628) mobiliza conceitos fundamentais de John Stuart Mill para discutir a noção de liberdade, destacando como o autor a articula em sua obra:

Ele encerra seus argumentos contra a interferência do público em questões de moral individual acentuando que a opinião de uma maioria dominante, quando afirma que seus próprios interesses podem ser afetados por alguma conduta que se viesse a permitir, leva em conta apenas o que essa maioria acredita que "é bom ou ruim para as pessoas que integram as classes minoritárias". Ou seja, a maioria considera apenas as suas próprias preferências e desconsidera que a conduta que é objeto de censura tem o mesmo direito de se expressar.

A crítica do filósofo britânico, John Stuart Mill à ingerência do público na moralidade individual oferece um contraponto liberal essencial à análise dos dispositivos de controle sobre a sexualidade. Ao denunciar a tendência de uma "maioria dominante" em impor suas próprias preferências e censuras sobre condutas que não a afetam diretamente, Mill evidencia como o julgamento social opera como um mecanismo de apagamento das subjetividades minoritárias. No contexto desta tese, essa reflexão permite compreender que as normas de assepsia e os estigmas que recaem sobre o sexo anal e a passividade não são apenas recomendações higiênicas, mas manifestações desse poder majoritário que busca converter o gosto e a moral coletiva em lei. Assim, a defesa da liberdade de expressão da conduta reforça a necessidade de despatologizar as práticas dissidentes, reivindicando para o sujeito o direito soberano sobre o próprio corpo contra a vigilância normativa da sociedade.

Embora a ideia de pertencimento e utilização do corpo sofra limitações, inclusive legais, o direito à escolha e à liberdade sexual prevalece como um horizonte de resistência. Segundo Fairclough (2001), a análise genealógica de Foucault demonstra que as técnicas de poder incidem sobre o corpo para controlar disposições, hábitos e movimentos perceptíveis nas sociedades modernas. Contudo, quando a liberdade sexual

é exercida para o atendimento das próprias necessidades humanas, ela pode se desprender das estratégias que objetivam o exercício do biopoder (Foucault, 1984).

Nessa linha de tensão entre controle e autonomia, o artigo "Caminhos e Descaminhos da Prostituição Viril" (Viana, 2004) investiga as representações sociais da prostituição masculina sob a ótica dos próprios homens que exercem essa atividade em Recife. O estudo destaca que essa modalidade de prostituição desafia normas tradicionais de gênero, especialmente aquelas que vinculam a masculinidade estritamente à virilidade e ao papel de provedor. É fundamental evitar a leitura simplista de que a prostituição feminina possui maior aceitação social ou uma função meramente utilitária; o fato relevante é que o homem em situação de prostituição frequentemente reforça a imagem de virilidade para dissociar sua prática do que se compreende socialmente como feminino.

Sobre isso é dito o seguinte:

A sociedade do biopoder é uma sociedade do sexo, o qual "tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la" (Foucault, 1976/2010a, p. 159). Se o poder se ocupa da sexualidade, é menos para reprimi-la que para suscitá-la. Através de infinita verbalização, de um permanente fazer falar, o sexo é controlado mediante sua inserção no discurso. (Furtado e Camilo, 2016, p.37)

A perspectiva de Furtado e Camilo (2016) adensa a discussão sobre a biopolítica ao evidenciar que o controle sobre os corpos não se restringe apenas ao espaço, mas opera fundamentalmente na gestão do tempo e da memória. No contexto das identidades sexuais dissidentes e da "política anal", essa reflexão permite compreender como certas subjetividades são empurradas para uma temporalidade da urgência ou do esquecimento, sendo destituídas de uma narrativa histórica reconhecida. Ao cruzar essa visão com a defesa das liberdades individuais, percebe-se que a autonomia reivindicada por sujeitos marginalizados é, em última instância, o direito de habitar o tempo de forma própria, subvertendo as cronologias normativas impostas pelas instituições de controle e pela moralidade majoritária.

A sexualidade, especialmente a partir do século XIX, consolidou-se como um objeto central da administração social. Sob a lógica da regulação biopolítica, o corpo masculino não escapa ao controle; contudo, ele é gerido de forma distinta da anatomia feminina. Como aponta Louro (2020), a sexualidade feminina foi historicamente

construída sob limites moralizadores e normalizadores, pautada por um saber médico que visava o controle público da reprodução e da moralidade.

No caso do masculino, a normatização opera sob o viés da impenetrabilidade. A construção do homem como um ser exclusivamente ativo não é apenas uma descrição biológica, mas uma performance de poder e controle sobre si e sobre o outro. Nesse cenário, o surgimento da figura do "efeminado" — aquele que se deixa penetrar — desencadeia um pânico moral e identitário, pois sua existência subverte a ordem estabelecida. Tornar-se "como" a mulher, adotando trejeitos e posições a ela atribuídos, significa, na lógica patriarcal, renunciar ao privilégio da soberania masculina.

A penetração do masculino pelo masculino coloca em xeque a estabilidade dos termos "homem" e "mulher". Segundo Butler (2019), o relaxamento dos tabus contra uma penetração "extraviada" desestabilizaria gravemente as posições de gênero vigentes, revelando sua fragilidade. Para Furtado e Camilo (2016), essa necessidade de controle é estimulada pelo discurso mesmo em um contexto de maior liberdade sexual pós-década de 60; a "publicização" das possibilidades sexuais não eliminou o biopoder, apenas refinou suas táticas de vigilância.

Essas tensões tornam-se evidentes na análise da prostituição. Conforme investigado por Viana (2004), existe uma diferença perceptível nos enunciados que definem sujeitos masculinos e femininos nessa atividade. Enquanto a prostituição feminina é, de certa forma, "absorvida" pela visão patriarcal como uma função utilitária, a prostituição praticada por homens enfrenta um estigma distinto: o choque com a "verdade" social de que o homem deve ser o provedor inabalável e o exemplo máximo de virilidade. Assim, o homem em situação de prostituição frequentemente vê-se compelido a reforçar uma performance de hipermasculinidade para negociar sua posição em uma sociedade que ainda pune a dissidência da norma viril.

A discussão sobre o corpo e a sexualidade contemporânea exige um olhar analítico que transcenda a vigilância normativa e o estigma associado às práticas dissidentes. Somente ao evidenciar as engrenagens da "política anal" e dos dispositivos de subjetivação é que se torna possível vislumbrar formas de sociabilidade mais democráticas e plurais. Nesse sentido, a desconstrução desses mecanismos de controle permite que a intimidade e o prazer deixem de ser objetos de sujeição para tornarem-se, efetivamente, territórios de autonomia e reconhecimento mútuo.

Pode ser dito que ao analisar o "mecanismo de regressão" mencionado por Foucault, percebe-se que a modernidade não silenciou o sexo, mas o submeteu a um regime de visibilidade controlada e utilitária. A interdição de certas práticas, longe de ser um simples apagamento, funciona como um catalisador para a produção de novos saberes e discursos que visam classificar, hierarquizar e, em última instância, governar a vida íntima. No contexto desta investigação, essa lógica explica como a "política anal" e os estigmas da passividade não operam apenas pela negação, mas por uma vigilância constante que define as fronteiras entre o corpo produtivo e o corpo abjeto, transformando a repressão em uma tecnologia política de subjetivação.

Nessa linha, escreve Del Priore (2006, p.208):

A prostituição ameaçava as mulheres “de famílias puras”, trabalhadoras e preocupadas com a saúde dos filhos e do marido. Tal ameaça à “rainha do lar” era feita de duas maneiras — todo desvio de ação, pensamento ou movimento poderia aproximar e confundir o espaço privado da casa com o espaço público da rua.

A discussão proposta evidencia que o corpo e a sexualidade contemporânea estão imersos em um campo de forças onde o biopoder opera através de sutis dispositivos de vigilância e normalização. Conforme postula Foucault (1988), a sexualidade não deve ser compreendida como um dado biológico imutável, mas como um processo histórico de subjetivação que exige do indivíduo um esforço constante de autodefinição. Somente ao desvelar as engrenagens da "política anal" e os estigmas que incidem sobre as práticas dissidentes é que se torna possível vislumbrar formas de sociabilidade mais democráticas e emancipatórias.

Nesse sentido, a resistência ao controle normativo não implica apenas a negação do poder, mas a afirmação de uma autonomia ética sobre o próprio desejo. Ao reivindicar o corpo como um território de reconhecimento mútuo e prazer desvinculado das amarras da assepsia moral, o sujeito subverte a tirania da maioria e redefine os limites da intimidade na modernidade. Portanto, o horizonte desta investigação aponta para a necessidade de despatologizar as identidades, transformando a experiência sexual em um potente exercício de liberdade e resistência política.

O discurso sobre a prostituição no século XIX era permeado por uma dicotomia moral, a mulher marginalizada que se separava da mulher respeitável. Del Priore (2006) categoriza a prostituição como uma ameaça à figura da mulher burguesa, pois qualquer desvio poderia macular as fronteiras entre o espaço privado (associado à feminilidade e à pureza) e o espaço público (associado ao trabalho e à prostituição).

Neste cenário, Souza Neto (2009, p.62) traz uma importante contribuição quanto às construções desses sujeitos e do território que ocupam, uma vez que nas relações se estabelece o ativo e o passivo como elementos dentro das teias de poder: “[...] distinguindo atividade e passividade sexual e ainda as correlacionando com a categoria de machos¹¹ e fêmeas, para por fim, estabelecer as relações de poder e os papéis de gênero.

Portanto, os diálogos podem ser estabelecidos entre atividade e passividade sexual e uma estrutura discursiva que pode “naturalizar” relações desiguais por meio da linguagem, reproduzindo tanto pela prática social como pela prática discursiva processos de dominação sexual e social, e quais são no texto ao nível micro as escolhas lexicais e semânticas, bem como esses discursos circulam em um contexto sociocultural da prostituição masculina.

Em outras palavras, “atividade” e “passividade” não estariam sendo reproduzidas meramente em uma estrutura binária. A circulação dos discursos, por outro lado, pode atuar como um mecanismo de manutenção de um discurso hegemônico de normatização, reproduzido em espaços institucionais como a escola, a mídia e o próprio sistema jurídico.

A filósofa norte-americana e pós-estruturalista Judith Butler (2018, p.23) escreveu o seguinte:

A formação de um sujeito requer identificação com o fantasma normativo do “sexo”, e essa identificação toma lugar mediante um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Esse é um repúdio que cria uma valência de “abjeção” e sua condição para o sujeito como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um determinado sexo vai se preocupar sobretudo com a regulação das práticas identificatórias de tal forma que a identificação com a abjeção de sexo será persistentemente repudiada. (Butler, 2018, p.23)

A reflexão acima evidencia que a estabilidade das categorias de gênero não repousa sobre uma base biológica, mas sobre a manutenção rigorosa de tabus que protegem a “impenetrabilidade” masculina. Ao sugerir que o relaxamento das normas contra a penetração do corpo masculino desestabilizaria o próprio binarismo de gênero, a autora revela que a identidade viril é uma construção dependente da exclusão

¹¹ O macho é considerado o provedor das necessidades da família. Ainda que sua mulher possa trabalhar remuneradamente, contribuindo, desta forma, para o orçamento doméstico, cabe ao homem ganhar o maior salário a fim de se desincumbir de sua função de chefe. Logo, quer seja o único provedor das necessidades familiares, quer seja o principal deles, não lhe é permitido fracassar. (Saffioti, 1987 p.13)

sistemática de certas práticas eróticas. No contexto desta tese, essa análise permite compreender que a "política anal" não é apenas uma regulação da higiene ou do prazer, mas uma tecnologia de preservação de poder: evitar a penetração extraviada é, em última instância, proteger a fronteira simbólica que mantém o masculino em uma posição de soberania e a mulher (ou o feminilizado) em uma posição de subordinação. Assim, a subversão desse tabu emerge como um ato político capaz de fragmentar as bases ontológicas do patriarcado.

No Grindr as posições sexuais passivo, ativo e versátil, organizam as interações entre homens que se relacionam com homens. São categorias empíricas que se estruturam principalmente em torno da penetrabilidade, elemento historicamente associado ao modelo reprodutivo heterossexual, no qual o homem é o penetrador e a mulher a penetrada. Ainda que se trate de relações gays, essa lógica continua influenciando as preferências e classificações sexuais.

No aplicativo, embora os versáteis ocupem uma posição mais flexível, muitos usuários reforçam uma polarização rígida enquanto ativos que procuram apenas passivos e vice-versa, descartando aqueles que não se encaixam na tipificação. O aplicativo permite que o usuário deixe explícita ou não as suas preferências. A penetração aparece, assim, como requisito central para que o encontro sexual se legitime, inclusive nos enunciados dos homens que se prostituem, alguns deixam transparentes em sua descrição que só são ativos ou só são passivos, ou versáteis.

Autores como Medeiros (2018, p.112) comentam o seguinte:

No Grindr, esta valorização do ativo também se faz presente em perfis de usuários que se definem como ativos e que buscam também outros ativos para sexo. Usualmente estes perfis vêm acompanhados de textos verbais que pedem sigilo, discrição e macheza, alguns dos quais são de homens monogamicamente engajados com mulheres. É como se, entre ativos, homens desenvolvessem práticas menos categorizadas como homossexuais e mantivessem comportamentos que pouco colocariam em xeque sua conexão com a masculinidade hegemônica e com a heterossexualidade. A ausência de penetrabilidade os resguardaria, pois, de um possível lugar de subordinação.

O texto argumenta que as preferências sexuais não são escolhas totalmente livres, mas moldadas por contextos socioculturais normativos, marcados pela heteronormatividade e pela centralidade da penetração como definição de “sexo consumado”. Isso se evidencia inclusive em discursos pejorativos encontrados em perfis, que desvalorizam práticas sem penetração, reforçando hierarquias e exclusões dentro do próprio universo gay.

Butler (2018), ao tratar dos limites discursivos do sexo e do poder normativo das coisas, argumenta que o ser "ativo" ou "passivo" submete o sujeito a uma condição de dominação. Isso determina o controle de atos que nem sempre são visíveis, mas que podem ser percebidos nas falas dos interlocutores.

A sexualidade sempre foi um campo no qual atuam os processos de normatização, sendo marcada por discursos que categorizam os corpos e suas práticas. Dentro da perspectiva do biopoder desenvolvido por Foucault (1987), os corpos não são apenas agentes individuais, mas alvos de mecanismos de controle social que os disciplinam e os inscrevem em determinadas categorias. No contexto das relações sexuais, as definições de ativo, passivo e versátil não são apenas classificações de práticas, mas refletem relações de poder, identidade e hierarquia social.

FIGURA 01- INTERFACE DE SELEÇÃO DE PREFERÊNCIAS E POSICIONAMENTO NO APLICATIVO GRINDR



Fonte: Grindr, 2025

Simbolizado por uma seta para cima — em referência ao símbolo de virilidade e assertividade —, o "Ativo" representa a dominação, associada à masculinidade, à força e ao controle. Já o "Passivo" remete à ideia de submissão, feminilidade e fragilidade, sendo representado pela seta para baixo. O "Versátil", por sua vez, apresenta maior flexibilidade nos papéis sexuais, buscando um equilíbrio entre o ativo e o passivo, ou entre dominação e submissão.

Nesse sentido, a Análise Crítica do Discurso (ACD), segundo Fairclough (2001), examina como a linguagem e os discursos estruturam e reforçam relações de poder, percebidas sobretudo na dicotomia entre passivo/ativo e dominador/submisso. No contexto das categorias sexuais, os discursos sociais naturalizam essas relações de poder por meio da linguagem e das práticas discursivas.

Complementando essa visão, Medeiros (2018) discute que, embora o Grindr seja frequentado majoritariamente por Homens que fazem Sexo com Homens (HSH), nem todos se identificam como gays. Assim, segundo o autor, as práticas sexuais entre homens não são necessariamente definidas pela orientação sexual, visto que alguns usuários se declaram bissexuais ou heterossexuais.

Assumir-se gay implica a aproximação de uma identidade marcada historicamente por estereótipos negativos, inserida em uma sociedade heterocentrada que privilegia a masculinidade hegemônica. Declarar-se gay pode significar a exposição à discriminação e a perda de certos privilégios sociais. Por esse motivo, alguns homens, embora mantenham práticas homoeróticas, evitam tal identificação ou adotam estéticas e comportamentos associados à heterossexualidade como estratégia para reduzir possíveis retaliações.

Nesse contexto, o aplicativo valoriza performatividades alinhadas à masculinidade hegemônica, incentivando o usuário a "parecer e agir como heterossexual", sem evidenciar sua orientação ou prática sexual (Medeiros, 2018, p. 124).

A forma como esses usuários se autodescreve em plataformas direcionadas ao público homossexual masculino revela uma tensão entre a busca por companhia e a clara sexualização dos perfis. Esse cenário induz à criação de perfis "desejáveis" sob critérios nem sempre explícitos, incentivando a exibição do corpo. Muitos o fazem de

forma direta, utilizando fotos de nudez (total ou parcial), respeitando os limites e controles impostos por aplicativos como o Grindr quanto ao conteúdo permitido nos perfis.

No âmbito da prostituição masculina, observa-se uma preferência dos trabalhadores sexuais por clientes que apresentem uma aparência masculina. Conforme aponta Perlongher (1987, p. 128), "os michês tendem a preferir uma pessoa ligeiramente masculina, que não chama atenção, com quem é mais fácil circular sem ser notado".

Nas discussões sobre o tema, a obra de Nestor Perlongher (1987), *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*, é uma referência central. Ao analisar a prostituição em contextos urbanos, o autor promove um debate sobre gênero, sexualidade e poder, conceituando a "prostituição viril". Nessa dinâmica, o indivíduo, sem abdicar de sua condição de "macho", relaciona-se com outros homens tidos como efeminados. O fato de o parceiro ser considerado efeminado frente aos padrões da masculinidade heteronormativa não comprometeria a virilidade do michê, uma vez que o outro estaria desempenhando o papel socialmente atribuído à "mulher" nas relações sexuais e de intimidade.

Essa preferência sugere que a companhia de um homem efeminado poderia colocar em xeque a masculinidade do michê. Assim, o cliente ideal seria aquele que aparenta ser masculino, mas que pode permitir certos "deslizes de feminilidade" ao assumir o papel passivo no ato sexual (Viana, 2004).

Atualmente, em aplicativos como o Grindr, os perfis costumam enfatizar as preferências sexuais como marcadores identitários, o que reforça as hierarquias entre "ativos" e "passivos". Esse discurso consolida dinâmicas de poder dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, indo além da mera expressão de preferências pessoais.

Corroborando esse entendimento, Gagnon (2006) afirma que se trata de uma herança cultural que diferencia os padrões de socialização de gênero. Desde a infância, somos ensinados a adotar formas específicas de controle e dominação nas relações entre homens e mulheres.

Ao analisar o cenário da prostituição no Recife, Souza Neto (2009) aponta para práticas construídas que reproduzem o discurso da virilidade e do "ser homem". A definição dos papéis "ativo" ou "passivo" reflete a Representação Social da masculinidade; nesse contexto, ocorre um processo de demarcação de identidades em

que muitos sujeitos recusam o rótulo de "homossexual", negando qualquer identificação com a comunidade gay, independentemente das práticas sexuais que exercem.

Sob essa perspectiva, ao abordar a prostituição masculina (seja ativa, passiva ou versátil), o foco recai sobre a forma como os indivíduos projetam suas identidades para serem validados pelos clientes. Cada papel desempenhado carrega significados e expectativas que moldam a percepção do outro e as dinâmicas de interação. Assim, a apresentação do profissional do sexo reflete tanto o desejo de satisfazer essas expectativas quanto a tentativa de construir uma identidade que navegue pelo estigma social da profissão. Nesse sentido, a performance não é apenas a prestação de um serviço, mas um ato de autoafirmação de poder e busca por reconhecimento em um contexto marginalizado (Goffman, 1985).

Quanto aos territórios da prostituição masculina, estes são frequentemente associados a imaginários de insalubridade e perversão.

Hamann (2021, p.56), por sua vez, escreve o seguinte:

Se antes do século XIX as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram entendidas pela noção de “sodomia”, ou seja, desvio religioso e moral a qual qualquer indivíduo poderia estar sujeito, posteriormente a intensificação de um discurso médico-moral constituiu uma espécie específica (o indivíduo homossexual), um outro “completo”, estruturalmente “outro”, portador de algo tanto congênito como adquirível, mas sempre contagioso, algo de que a sociedade e as crianças, em especial, precisam ser protegidas. (Hamann, 2021, p.56)

A citação evidencia uma mudança crucial na genealogia da sexualidade: o deslocamento das práticas sexuais do campo estritamente teológico para o domínio da patologização científica. Enquanto a "sodomia" era vista como um erro moral universal — um ato que qualquer indivíduo poderia cometer —, a invenção do "homossexual" no século XIX transmutou o comportamento em uma essência biológica e psicológica. Ao caracterizar esse novo sujeito como um "outro completo" e portador de um mal contagioso, o discurso médico-moral não apenas marginalizou o indivíduo, mas também institucionalizou o medo social, utilizando a proteção da infância e da família como justificativa para mecanismos de controle e exclusão. Essa transição é fundamental para compreender como o estigma contemporâneo deixou de ser sobre "o que se faz" para recair sobre "quem se é".

Viana (2004) estabelece uma distinção *a priori* entre os espaços públicos e privados. Enquanto o primeiro domínio compreende locais como banheiros públicos e

praças, o segundo abrange estabelecimentos como boates e saunas. Estes espaços privados, em franca expansão nos centros urbanos, configuram o que o autor denomina "região moral": territórios marginais das grandes metrópoles onde as práticas sexuais frequentemente desafiam as convenções sociais vigentes. Nesse cenário, a prostituição viril compartilha o território com outras formas de marginalidade, o que não apenas impacta a arquitetura urbana, mas também influencia profundamente as relações interpessoais e a construção da subjetividade sexual desses sujeitos.

Um exemplo notório desses espaços é o Dedalos Bar, estabelecimento com presença em São Paulo e Belo Horizonte, e que se expande para outras capitais como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Florianópolis, operando em regime de 24 horas.

Sobre o bar, existe um regimento interno com as suas normas de conduta. Em termos sociológicos, essas regras revelam como o estabelecimento tenta se distanciar do estigma de *outsider* e se institucionalizar como espaço de lazer controlado.

- 1º Proibido para menores de 18 anos.
 - 2º Para entrar, é necessário apresentar documento de identificação com foto emitido por órgãos oficiais. Não são aceitas fotos ou xerox de documentos. Aceitamos documentos em versão virtual apresentados no respectivo aplicativo no momento da entrada.
 - 3º É expressamente proibido o porte/posse de armas de fogo.
 - 4º É expressamente proibido o porte de alicantes, facas, giletes, canivetes, vidros e cortantes em geral.
 - 5º Nos reservamos o direito de revista física e de mochilas na entrada.
 - 6º É proibido o tráfico de drogas.
 - 7º É proibido dormir em bancos, mesas, chão, cabines.
 - 8º NÃO TRABALHAMOS COM GAROTOS DE PROGRAMA, CASO SEJA INCOMODADO POR ALGUÉM OFERECENDO ESSE SERVIÇO, POR GENTILEZA, COMUNIQUE AO NOSSO ELENCO DE COLABORADORES IMEDIATAMENTE.
 - 9º Priorizamos a diversão, boa convivência, respeito a todos. Caso haja desentendimento, brigas, discussões, abuso de álcool, desmaios, ou qualquer atitude que atrapalhe o convívio e bem-estar dos outros, o convidado terá seu acesso bloqueado por 3 (três) meses.
 - 10º O tempo de permanência máximo no Dédalos é de 24 horas.
 - 11º É proibido o acesso ao bar portando seringas.
 - 12º O fumódromo (área externa) tem a limitação de 4 pessoas ao mesmo tempo (Dedalos Bar In::
- <https://www.dedalosbar.com.br/regras>. Acesso em: 29 mar. 2026).

Enquanto comentário do regimento interno do Dédalos Bar, ele explicita a complexa gestão de um espaço que opera nas margens da norma social. Ao negar

enfaticamente a associação com a prostituição e impor regras rígidas de conduta e permanência (máximo de 24 horas), o estabelecimento busca uma *higienização* de sua imagem pública. Essa governança privada cria uma contradição inerente: para que o sujeito possa vivenciar sua sexualidade livre de estigmas externos, ele deve submeter-se a uma vigilância interna rigorosa, onde o corpo é monitorado e a transação comercial do sexo é formalmente silenciada, ainda que territorialmente presente.

A ênfase é ruidosa: “NÃO TRABALHAMOS COM GAROTOS DE PROGRAMA, CASO SEJA INCOMODADO POR ALGUÉM OFERECENDO ESSE SERVIÇO, POR GENTILEZA, COMUNIQUE AO NOSSO ELENCO DE COLABORADORES IMEDIATAMENTE. A negativa de associação do nome a prostituição é visível no texto em caixa alta que o próprio bar reforça.”

Fairclough (2001) enfatiza que a dimensão da prática social sobre o discurso afeta a chamada "ordem do discurso", cujas mudanças acompanham as transformações nas relações sociais e culturais. No contexto analisado — um espaço destinado a homens cis e trans maiores de 18 anos — observa-se uma interdição explícita: a proibição do uso do local como território de prostituição.

O uso da caixa alta no anúncio do estabelecimento funciona como um "grito" visual, uma estratégia discursiva para capturar a atenção e impor uma norma. Do ponto de vista do percurso gerativo de sentido, o plano de conteúdo do bar reveste narrativas abstratas com elementos concretos, estabelecendo a posição homossexualidade *versus* prostituição. Ao enfatizar essa distinção, o discurso busca distanciar o público frequentador da atividade da prostituição, combatendo o estigma histórico que associa o desejo homoerótico ao comércio sexual — mesmo nos casos da "prostituição viril", exercida por homens que performam uma masculinidade convencional.

Ademais, o espaço físico e as práticas sexuais nele exercidas imprimem marcas diretas nas identidades dos sujeitos. Os limites geográficos não são meras divisões físicas, mas produtores de significados apropriados pelos indivíduos. A ambiguidade do espaço público permite que o prostituto se misture ao fluxo urbano, conferindo-lhe uma camuflagem de "cidadão comum" que o protege, em parte, das condenações morais direcionadas aos espaços confinados, como os bordéis. No entanto, essa invisibilidade não anula a sexualidade exercida; ela apenas modula a forma como essas práticas são consumidas socialmente e como o sujeito constrói sua autoidentificação perante o outro.

O limiar da fronteira entre o que é considerado moralmente aceitável e o que é

marginalizado é fundamental para entender a identidade sexual dos sujeitos envolvidos, particularmente os homens que se prostituem. A construção de identidade de gênero e sexualidade desses indivíduos está intimamente ligada ao conceito de virilidade, que é constantemente negociado nas interações sociais.

Historicamente, observa-se um movimento de homens que, embora mantenham relações afetivo-sexuais com outros homens, rejeitam o rótulo "Gay", identificando-se frequentemente por termos como "Goy"¹² ou "Hétero Curioso". Essa recusa identitária sinaliza um desejo de permanência no espectro da heteronormatividade, onde a prática sexual não deve, necessariamente, corromper a autoimagem de homem heterossexual. Conforme destaca o portal *Heterogoy*, o foco recai sobre a "brotheragem" ou experiências casuais que preservam a distinção entre o ato sexual e a identidade política ou social LGBTQIAPN+.

Essa dinâmica encontra eco nos estudos de Bourdieu (2002), que reforça a compreensão da masculinidade como uma prática social em que os "lugares" e capitais simbólicos são determinados tanto pelo sexo biológico quanto por comportamentos socialmente aprendidos e performados. Para esses sujeitos, a manutenção da virilidade é o que garante o trânsito entre o mundo da marginalidade sexual e o status de cidadão comum, evitando o estigma associado à efeminação ou à submissão muitas vezes projetada sobre a figura homossexual clássica.

Escreve o sociólogo francês:

A diferença das mulheres, que estão socialmente preparadas para viver a sexualidade como uma experiência íntima e fortemente carregada de afetividade, que não inclui necessariamente a penetração, mas que pode incluir um amplo leque de atividades (falar, tocar, acariciar, abraçar etc.³¹), os rapazes tendem a "compartimentar" a sexualidade, concebida como um ato agressivo, e sobretudo físico, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo. (Bourdieu, 2002, p. 30)

Este trecho de Bourdieu (2002) ilustra como a dominação masculina molda subjetividades distintas para homens e mulheres através de uma socialização dicotômica. Enquanto o feminino é educado para a "erótica do afeto", onde a sexualidade é uma extensão da intimidade e do cuidado, o masculino é impelido a uma

¹² A expressão GOY se remete a homens que fazem sexo com outros homens não reforçam que são heterossexuais, se recusando a ser chamados de Gays, no site Heterogoy traz que tem como proposta e público, "HETERO GOY OU CURIOSO Este fórum tem por finalidade encontrar héteros goy que curtem uma brotheragem ou héteros curiosos que querem ter uma experiência com outro cara." <https://heterogoy.forumeiros.com/> Acesso em 17/02/2026.

"erótica da conquista", centrada na fragmentação do corpo e na funcionalidade do ato. Essa compartimentação da sexualidade masculina não é apenas uma preferência biológica, mas uma prática social de afirmação da virilidade: ao focar na agressividade e na penetração, o homem ratifica sua posição de dominação e evita qualquer rastro de "passividade" ou "feminilidade". No contexto dos espaços de sociabilidade ou prostituição masculina, essa lógica explica a valorização do desempenho físico e do orgasmo como metas finais, muitas vezes despidas de qualquer carga emocional, transformando o encontro sexual em um campo de validação de poder e status entre pares.

Para Bourdieu, o simbólico deve ser compreendido como uma estrutura cultural de significação que, embora não esteja plenamente instaurada na realidade material, formula-se dentro de um quadro que pressupõe o sujeito como significante e o objeto como significado (Butler, 2018, p. 44). Nessa perspectiva, o sociólogo francês sustenta que o mundo social constrói o corpo como uma realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes.

O corpo, portanto, não é um mero dado biológico, mas um produto histórico e socialmente estruturado, atravessado por classificações que organizam o masculino e o feminino em categorias hierarquizadas, nas quais a masculinidade se estabelece como a norma invisível e o princípio estruturante da ordem simbólica.

A força da dominação masculina, conforme afirma o autor, reside na sua capacidade de dispensar justificações; ela não precisa ser enunciada explicitamente para se legitimar. Trata-se de uma dominação simbólica que opera por meio do reconhecimento tácito e de uma "cumplicidade prática" entre as estruturas sociais e as disposições subjetivas dos indivíduos (*habitus*).

No ambiente digital de aplicativos como o Grindr, essa lógica não desaparece, mas é reconfigurada e intensificada. A prostituição masculina mediada por plataformas revela como o corpo continua a ser capitalizado dentro de uma economia simbólica regida pela virilidade. Perfis que anunciam serviços sexuais frequentemente enfatizam atributos como " másculo", "ativo", "discreto" e "viril", evidenciando que a masculinidade, para além de uma identidade, converte-se em uma mercadoria de alto valor agregado.

Bourdieu (2010) descreve a virilidade como uma dimensão ética associada à honra, à potência e à capacidade de dominação. No contexto brasileiro, essa construção

histórica foi inclusive institucionalizada; o Código Civil de 1916, por exemplo, consagrava juridicamente o homem como o chefe da sociedade conjugal e provedor exclusivo. Embora tais dispositivos legais tenham sido superados, os esquemas simbólicos que os sustentavam persistem no imaginário social. Assim, no Grindr, a prostituição masculina não rompe com a dominação masculina; ao contrário, muitas vezes a reproduz sob novas formas, onde a "performance da virilidade" é o requisito essencial para a aceitação e o consumo nesse mercado.

Nesse cenário, o capital erótico emerge como uma forma específica de capital simbólico, cujo valor de troca é ditado pelo reconhecimento social de atributos associados à masculinidade dominante. Corpos jovens, atléticos e que performam padrões estéticos hegemônicos (muitas vezes atravessados por recortes de raça e classe) tornam-se ativos altamente valorizados, transformando a masculinidade normativa em um diferencial competitivo crucial no mercado do desejo.

O aplicativo Grindr funciona, portanto, como um espaço de visibilidade regulada. Nele, a lógica algorítmica intensifica a competição simbólica ao converter atributos físicos e comportamentais em critérios de ranqueamento implícito. A dominação masculina, nesse contexto digital, manifesta-se de forma menos impositiva e mais estrutural: ela atua como uma gramática invisível que orienta as preferências, molda as expectativas e estabelece as valorações dos usuários.

Sob esse diapasão, a exaltação da sexualidade viril reverbera com vigor no mercado digital. Nesses territórios virtuais, a prostituição masculina manifesta-se sob uma descrição estratégica, mas permanece profundamente carregada de significados. A mediação tecnológica não dilui as hierarquias de gênero; pelo contrário, ela as sofisticava, permitindo que a comercialização do corpo ocorra sob o signo da "eficiência" e da manutenção do status de virilidade de quem vende e de quem consome.

Enfocando o tema, Bourdieu (2010, p.20) escreve o seguinte:

A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto *quididade* do vir, *virtus*, questão de honra (*nif*), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual - defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. - que são esperadas de um homem que seja realmente um homem. (Bourdieu, 2010, p.20)

Ao postular que a virilidade reside na indissociabilidade entre a dimensão ética (*virtus*) e a potência física, Bourdieu (2010) desvela o mecanismo de incorporação das

estruturas sociais. A masculinidade não é apenas uma categoria identitária, mas uma conquista ética permanente que exige validação empírica — o que o autor denomina "provas de potência". Nessa lógica, a honra masculina (*nif*) não é um atributo estático, mas um capital simbólico volátil que deve ser constantemente acumulado e reafirmado através de atos de dominação e performance sexual.

Essa "quididade do *vir*" estabelece uma exigência ontológica sobre o corpo masculino: para ser reconhecido como "homem que seja realmente um homem", o sujeito deve converter sua biologia em uma arma de afirmação social. No contexto contemporâneo da prostituição mediada por aplicativos, essa premissa bourdieusiana ganha novos contornos, mas mantém sua essência. A "potência sexual" e a "progenitura" mencionadas pelo autor são transmutadas, no mercado digital, em performance atlética e rigidez corporal, onde o "ativo" ou o "homem viril" utiliza sua genitália e sua postura não apenas para o prazer, mas como prova de sua manutenção na cúpula da hierarquia de gênero. Assim, a virilidade ética — a honra de ser homem — permanece umbilicalmente ligada à capacidade do corpo em manifestar uma força que subjuga ou penetra, reafirmando que a dominação masculina é, antes de tudo, uma economia de gestos e de símbolos gravados na carne.

Nos aplicativos de relacionamento, a sexualidade é negociada por meio de lógicas implícitas; o uso estratégico de códigos, *emojis* e descrições cifradas permite que a transação sexual seja sugerida sem ser explicitamente enunciada, esquivando-se do estigma e do julgamento moral. Nesse ecossistema, o desejo é convertido em mercadoria em sua acepção mais ampla, moldado pelas leis de mercado e pela hegemonia sexual que hierarquiza as interações nessas plataformas.

O anonimato digital possibilita que os sujeitos performem identidades sexuais controladas, rigorosamente ajustadas às expectativas de virilidade, ao mesmo tempo em que preservam a invisibilidade necessária para evitar a marginalização. Todavia, a prostituição masculina nesses espaços é edificada sobre uma contradição inerente: embora o mercado do sexo exija uma exposição do corpo, ele impõe, simultaneamente, uma camuflagem identitária. Essa "visibilidade opaca" manifesta-se em perfis com fotografias parciais, descrições ambíguas e o uso de pseudônimos, protegendo o capital simbólico do indivíduo fora do ambiente virtual.

A Análise do Discurso aplicada a essas interfaces revela como a sexualidade masculina, quando tangencia a prostituição, é codificada por normas de gênero

persistentes. No Grindr, a virilidade torna-se o eixo central da construção identitária, e os perfis refletem uma disputa por poder e controle através da performatividade de uma masculinidade normativa. Em contrapartida, no Tinder, a sexualidade costuma ser enunciada sob a égide do afeto e da conjugalidade; embora o desejo sexual permaneça como força motriz, ele é revestido por camadas discursivas de romantismo que buscam distanciar o usuário da crueza mercantil do sexo casual ou profissional.

Em ambas as plataformas, a prostituição masculina insere-se de forma ambígua, tensionando as normas convencionais de sexualidade e gênero. O uso de *emojis*, descrições lacunares e linguagens codificadas não é meramente casual; reflete as complexas dinâmicas de poder e as economias do desejo que regem tais interações. A virilidade e a masculinidade hegemônica operam, portanto, não apenas como forças que moldam corpos e práticas, mas como vetores discursivos que produzem e reproduzem a prostituição masculina nos espaços digitais.

A análise desses territórios virtuais revela uma luta discursiva constante. Nela, os sujeitos negociam seus desejos e práticas dentro de uma lógica mercantil, ao mesmo tempo em que mobilizam estratégias de invisibilidade para elidir a marginalização e o julgamento social. É um equívoco, portanto, conceber a internet como um espaço anômico ou "terra sem lei"; as plataformas estabelecem controles rigorosos, pautados tanto por legislações nacionais quanto por normas de conduta e algoritmos de comportamento que moldam o que pode ou não ser enunciado.

Se no passado bares, boates e saunas constituíam os lugares privilegiados de territorialização da prostituição masculina, hoje os aplicativos geolocalizados, como o Grindr, reconfiguram essas fronteiras. Sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (ACD), o discurso é compreendido como prática social, o que permite interpretar os perfis e as interações no aplicativo como produções atravessadas por ideologias e relações de poder que estruturam o mercado sexual contemporâneo. No nível textual, as escolhas léxicas, sintáticas e imagéticas desses homens constroem identidades milimetricamente projetadas: enunciados e imagens convergem para a exaltação da masculinidade, da virilidade e, sobretudo, do binômio descrição-sigilo, garantindo que a transação ocorra sem fragmentar o capital simbólico da honra masculina.

Tais escolhas não são aleatórias, mas constituem estratégias discursivas deliberadas que visam dialogar com as expectativas normativas vigentes nas comunidades do aplicativo. Observa-se a recorrência de léxicos e códigos específicos

que instituem uma ordem do discurso própria desse território digital, delimitando as fronteiras do dizível e as formas legítimas de enunciação.

Ao analisar a prática discursiva sob a ótica das convenções comunicativas, nota-se que a interação reiterada estabelece um padrão de eficácia: certas descrições angariam maior visibilidade, determinadas estéticas imagéticas catalisam mais respostas e códigos específicos sinalizam, de forma inequívoca, a disponibilidade comercial. Na dimensão interdiscursiva, essa dinâmica articula e hibridiza discursos de masculinidade hegemônica, os imperativos do empreendedorismo neoliberal e a mercantilização da sexualidade.

No âmbito da prática social, a prostituição masculina no Grindr opera em uma economia da intimidade e da visibilidade mediada por algoritmos. O aplicativo configura-se como parte integrante de um dispositivo de sexualidade — uma rede heterogênea de discursos, normas, saberes e tecnologias que organizam e regulam os modos de vivenciar o sexo. A própria arquitetura da interface, com seus campos de preenchimento compulsório, filtros de busca e mecanismos de geolocalização, atua como um dispositivo de ordenação das condutas.

À luz da teoria da performatividade de Judith Butler (2019), esta análise evidencia que as identidades ali projetadas não são expressões de uma essência ontológica prévia, mas efeitos produzidos e mantidos pela reiteração de práticas discursivas. No mercado sexual digital, o "sujeito viril" ou o "homem discreto" é uma construção performativa contínua, moldada para atender às exigências de um mercado que consome não apenas o corpo, mas a narrativa de masculinidade que ele representa.

Butler escreve o seguinte:

A performatividade não é, portanto, um “ato” singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. (Butler, 2019 p.35)

A performatividade, conforme postula Butler (2019), exime-se de ser um "ato" singular ou inaugural; ela constitui-se, antes, como a reiteração incessante de normas ou de um conjunto de prescrições reguladoras. Ao adquirir a aparência de um ato presente e espontâneo, ela opera um apagamento estratégico: ela oculta ou dissimula as convenções e os dispositivos de poder dos quais é, em última instância, uma repetição.

Aplicada ao contexto dos dispositivos digitais de interatividade sexual, essa premissa revela que o "homem viril" ou o "discreto" que se apresenta nos aplicativos

não é uma essência que precede a plataforma, mas um efeito de superfície produzido pela conformidade às normas de gênero vigentes. No Grindr, a eficácia do perfil depende precisamente dessa dissimulação; para que a masculinidade hegemônica seja consumida como valor de mercado, ela precisa parecer "autêntica" e "natural", ocultando o esforço discursivo e a repetição exaustiva de códigos (fotos de academia, termos como "ativo", *emojis* de força) que a sustentam. Assim, a identidade sexual no mercado digital não é um ponto de partida, mas um estilo corporal sedimentado por meio de uma temporalidade regulada, onde o sujeito se torna o que performa na medida em que sua repetição se torna invisível.

Os enunciados na plataforma que tangenciam a prostituição masculina operam por meio da reiteração estratégica de signos da masculinidade hegemônica, tais como "macho", "discreto" e "sigilo total". Mais do que meras descrições de um sujeito preexistente, esses enunciados funcionam como atos performativos que produzem o indivíduo enquanto sujeito inteligível e desejável dentro daquele regime discursivo específico. Sob esse prisma, a performatividade é orientada pela demanda do mercado: a seleção de imagens e a ênfase em determinados atributos corporais não são escolhas neutras, mas táticas de erotização que buscam maximizar o valor de troca do corpo no cenário digital.

A convergência entre as perspectivas de Foucault e Butler permite compreender como essas estratégias textuais regulam, simultaneamente, visibilidades e performances. O prostituto, portanto, molda-se às normas de gênero para tornar seus enunciados e seu corpo mais decodificáveis e atraentes. Conforme aponta Hamann (2021), enquanto nos territórios físicos a aprendizagem das práticas ocorre pela convivência e presença, nos espaços digitais o êxito é mensurado pelo volume e pela velocidade das interações algorítmicas.

Assim, analisar a prostituição masculina no Grindr implica reconhecer que o sexo, longe de constituir uma esfera puramente privada ou espontânea, permanece atravessado por dispositivos normativos que estruturam sua inteligibilidade social. A análise crítica desse fenômeno revela o entrelaçamento indissociável entre discurso, tecnologia e performatividade na produção das subjetividades contemporâneas. O trabalho sexual mediado por aplicativos configura-se, simultaneamente, como uma prática econômica de sobrevivência, uma prática discursiva de negociação de sentidos e uma prática performativa de reiteração da norma masculina.

Para finalizar, o algoritmo do Grindr atua como o motor dessa reiteração butleriana, premiando com visibilidade aqueles que melhor ocultam a artificialidade de sua performance viril.

CAPÍTULO 4: CORPOS COMERCIALIZADOS: DIMENSÕES HISTÓRICAS, JURÍDICAS E DISCURSIVAS DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA

O discurso sobre a sexualidade atravessou transformações significativas ao longo dos séculos, refletindo as mutações sociais, políticas e culturais que moldaram as sociedades ocidentais. De acordo com Foucault (1987), durante o século XVII, as sociedades burguesas impuseram um controle rigoroso sobre a linguagem referente ao sexo, restringindo sua livre circulação e instaurando uma censura moral. Esse controle manifestou-se por meio da interdição de termos explícitos e da imposição do silêncio, especialmente no âmbito das relações interpessoais imediatas, como entre pais e filhos ou patrões e empregados. Para o autor, tal repressão discursiva reflete um sistema social empenhado em preservar a ordem moral e alinhar os comportamentos às normas estabelecidas pela Igreja e pelas elites.

Neste capítulo, pretende-se compreender, sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (ACD) proposta por Norman Fairclough(2001), os aspectos discursivos da mudança social contemporânea. Nesse sentido, torna-se fundamental investigar como o Estado percebe e regula a prostituição, seja por meio de dispositivos que visam proibi-la e controlá-la ou, em contextos específicos, reconhecê-la como uma atividade social existente. Tal reflexão exige uma análise dos contornos do campo jurídico, observando como legislações e debates públicos corroboram para delimitar as fronteiras entre legalidade, moralidade e sexualidade.

A partir dessa perspectiva, a análise da prostituição masculina no território digital — especificamente no aplicativo Grindr — permite compreender como discursos jurídicos, sociais e culturais continuam a produzir significados sobre o trabalho sexual, seus sujeitos e suas formas de (in)visibilidade na sociedade. Nessa abordagem, o discurso é concebido como elemento constitutivo do mundo social: ao mesmo tempo em que é produzido pelas estruturas sociais, ele atua ativamente na manutenção e na transformação de tais estruturas.

Para a Análise Crítica do Discurso (ACD), as relações sociais são atravessadas por dinâmicas de poder e dominação que se manifestam e se reproduzem por meio de práticas discursivas. A teoria social do discurso proposta pela ACD assume um caráter crítico ao evidenciar como determinadas práticas sustentam a desigualdade, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para a transformação dessas relações.

Nesse contexto, torna-se necessário realizar uma reflexão histórica sobre as formas pelas quais essa prática foi compreendida, regulada e representada socialmente. Compreender a prostituição masculina implica examinar não apenas suas manifestações contemporâneas, mas também os modos pelos quais o Estado, as instituições jurídicas e os discursos sociais construíram seus significados ao longo do tempo.

Ainda segundo Foucault (1984), esse cenário se transforma a partir do século XVIII. O silêncio e a censura que inicialmente cercavam o sexo dão lugar a uma proliferação discursiva sobre o tema, marcando o início de uma nova fase na relação das sociedades com a sexualidade. Embora a ideia do desejo surja ainda sob contextos religiosos e familiares, o discurso sobre o sexo evolui para além da esfera moral, passando a ser tratado como um objeto de análise racional e gestão pública. O sexo, então, torna-se uma questão de "polícia" — um fenômeno social que demanda intervenção e regulação direta.

Sendo assim, a educação sexual passa por um processo de formalização, caracterizado pela transmissão controlada de discursos sobre o sexo para crianças e adolescentes. O objetivo central era moldar o entendimento e os comportamentos sexuais dos jovens, integrando-os a uma estrutura de normas sociais e morais. Dessa forma, a abordagem de temas ligados à sexualidade tornou-se permitida, desde que os interlocutores e conteúdos fossem codificados e qualificados pelas esferas de poder, garantindo a manutenção do controle institucional (Foucault, 1988).

No Brasil, a educação sexual também se insere como uma construção normativa e disciplinadora. Desde as Ordenações Filipinas, no século XVII, as questões matrimoniais tornaram-se fundamentais para o pertencimento social, afastando práticas consideradas inadequadas pela moral cristã. Estabeleceu-se, assim, uma regulamentação familiar que vinculava aspectos financeiros e patrimoniais aos nubentes de forma vitalícia. Historicamente, a família patriarcal brasileira atuou como uma das principais instituições disciplinadoras, com traços monogâmicos e repressores do desejo, embora o conceito contemporâneo de família tenha se ampliado, priorizando o afeto como elemento central.

Ao longo dos séculos, portanto, o sexo deixou de ser um tema puramente proibido para se tornar objeto de análise, regulamentação e educação pública. Esse processo reflete não apenas a transformação dos discursos sobre a sexualidade, mas também o crescente poder das instituições em gerenciar a vida privada. O controle

social, inicialmente repressivo, evoluiu para uma prática de gestão pública voltada à moldagem da sexualidade conforme padrões normativos (Foucault, 1988).

Dentro dessa lógica, o controle sobre a abordagem da prostituição permanece estigmatizado, contribuindo para a reprodução de preconceitos. Como destaca França (2012, p. 3), o termo "prostituição" deriva do latim *prosto*, que significa "estar à vista" ou "exposto ao olhar público". Paradoxalmente, esse conceito remete à ideia de liberdade sexual e ao debate sobre a autonomia e escolha sobre o próprio corpo no cenário brasileiro.

Complementando essa reflexão, Foucault, em sua análise da História da Sexualidade, distingue sexualidade pública, regulada por instituições de poder como o Estado e Igreja, a imporem normas e limites para o comportamento sexual, da sexualidade privada. Assim comenta o pensador francês (1988, p.12):

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura.

Portanto, na perspectiva da Análise Crítica do Discurso dialogando com a genealogia de Foucault, pode-se demonstrar como a educação sexual e a moralidade familiar no Brasil atuaram como dispositivos de controle e regulação social. Ao se retroceder às Ordenações Filipinas e à estrutura patriarcal, fica evidenciado que o sexo deixou de ser um tabu silenciado para se tornar um objeto de gestão institucional e pedagógica, onde o estigma e a codificação de discursos autorizados moldaram as subjetividades e reforçaram dinâmicas de poder. Essa trajetória culminou em se cristalizar a prostituição como um fenômeno de exposição pública que, paradoxalmente, convocava intervenções de "polícia" e normatizações que buscavam gerir a vida privada e os limites da autonomia do corpo.

Assim, na sociedade burguesa, a sexualidade foi relegada à esfera privada, sobretudo a partir do século XIX. No entanto, mesmo nessa dimensão supostamente íntima, o comportamento sexual permanece regulado por instituições como a família, ancoradas nos valores da moral burguesa. Como observa Foucault (1988), a interdição de certas palavras e a censura do vocabulário seriam apenas dispositivos secundários de uma "grande sujeição": mecanismos para tornar a sexualidade moralmente aceitável e tecnicamente útil. Em suma, o controle sexual não desaparece ao ser interiorizado; ele se reformula por meio de dispositivos discursivos e normativos.

Segundo Barreto (2008), ao exercerem a prostituição, homens e mulheres incorporam simbolicamente as noções de ocupação e ofício. Contudo, persiste a associação da atividade à ociosidade sob uma perspectiva moralizante, que acusa quem vende serviços sexuais de recusar o "trabalho digno". Essa construção retórica corrobora a marginalização simbólica dessas práticas na sociedade contemporânea.

Discutir a prostituição é um desafio constante, pois o tema está imerso em preconceitos e estigmas sociais. Para além da busca por dignidade e respeito, as pessoas que se prostituem enfrentam, em sua maioria, contextos de vulnerabilidade e violência social e familiar. Embora globalmente se discuta a ressignificação do termo para "profissionais do sexo", optou-se por manter a palavra "prostituição" neste trabalho — termo este que também consta na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) nº 5198, desde 2002.

Para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a inclusão da ocupação "Profissional do Sexo" (Código 5198-05) na CBO representa um marco simbólico e institucional no debate jurídico brasileiro. Tal classificação visa à organização das ocupações no país, sem, contudo, implicar uma regulamentação trabalhista imediata ou proposta de legislação específica¹³.

Tabela extraída da CBO, organizada com os sinônimos da ocupação "Profissional do Sexo" (Código 5198-05)

Código CBO	Ocupação
5198-05	Garota de programa
5198-05	Garoto de programa
5198-05	Meretriz
5198-05	Messalina
5198-05	Michê
5198-05	Mulher da vida
5198-05	Prostituta
5198-05	Trabalhador do sexo

Fonte:MTE

¹³ Esse reconhecimento formal não equivale à positivação de um regime jurídico trabalhista específico, tampouco à legitimação irrestrita da atividade sob a perspectiva penal. Ao contrário, revela a coexistência de uma tensão normativa: enquanto a prostituição voluntária exercida por pessoa maior e capaz não constitui ilícito penal, a exploração econômica da atividade por terceiros permanece criminalizada nos termos do Código Penal Brasileiro, especialmente nos dispositivos que tratam da casa de prostituição, do favorecimento e da exploração sexual.

Segundo Prado (2017), é cada vez mais perceptível a presença de debates públicos sobre diversidade sexual nos meios de comunicação, envolvendo gays, lésbicas, travestis e transexuais. Diferente de períodos anteriores, nos quais esses sujeitos eram frequentemente associados a patologias ou anomalias sociais, observa-se hoje um movimento crescente de reconhecimento dessas identidades como sujeitos políticos que reivindicam direitos e visibilidade.

Entretanto, a representação midiática dessas questões pode produzir efeitos ambíguos. Em diversos casos, a abordagem da mídia contribui para processos de desinformação e espetacularização de experiências dissidentes de gênero e sexualidade. Assim, em vez de fomentar um debate qualificado, certas narrativas reforçam estereótipos e simplificações que limitam uma compreensão mais ampla e respeitosa acerca da diversidade.

Nesse contexto de tensões simbólicas, a história da prostituição no Brasil confunde-se com a própria formação do país. Desde o período colonial, mulheres eram trazidas para casamentos arranjados visando à manutenção do modelo patriarcal e à sua suposta "regeneração" moral. Entre as cortesãs de destaque, figura Domitila de Castro, a Marquesa de Santos, que exerceu influência política direta no Primeiro Império. Na contemporaneidade, essa dinâmica se desloca para o ambiente digital, onde redes sociais e aplicativos tornam-se novos territórios para a prática do lenocínio¹⁴.

A modalidade de prostituição discutida nesta tese remete à noção de autonomia e escolha, ecoando a mudança de paradigma do legislador pátrio em 2009. Naquele ano, a reforma do Código Penal alterou a nomenclatura do Título VI de "Crimes contra os Costumes" para "Crimes contra a Liberdade Sexual", priorizando a autodeterminação individual em detrimento de uma moralidade abstrata.

Neste sentido:

Por ser uma profissão muito marginalizada, existem pontos que tornam o profissional do sexo um solitário. A sociedade exclui o prostituto, a prostituta, faz uma escala de importância e deixa lá

¹⁴ **Código Penal Brasileiro**

Mediação para servir a lascívia de outrem

Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena - reclusão, de um a três anos.

avorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual

[\(Redação dada pela Lei nº](#)

[12.015, de 2009\)](#)

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

embaixo todas as pessoas que fogem das normalidades criadas pelo patriarcalismo. Isso faz com que muitos se sintam invisíveis. (Borba, 2021, p.21)

Fica evidenciada que a marginalização estrutural do mercado sexual impõe ao indivíduo um estado de isolamento social e existencial, fundamentado em uma hierarquia de valores que penaliza quem transgrida as normas do patriarcalismo. Ao destacar que a sociedade relega esses profissionais aos estratos mais baixos de importância, o autor supracitado demonstra que a exclusão não é apenas econômica ou legal, mas simbólica, resultando em um processo de "invisibilidade" que desumaniza o sujeito. Assim, a solidão mencionada não é um dado inerente à profissão, mas uma consequência direta de uma estrutura social que utiliza o estigma como ferramenta de controle e silenciamento de corpos que desafiam as expectativas de normalidade vigentes.

No cenário brasileiro, é virtualmente impossível discutir o trabalho sexual sem resgatar a trajetória de Gabriela Leite¹⁵, figura central que empresta seu nome ao projeto de lei proposto pelo ex-deputado Jean Wyllys (Barreto, 2016). Oriunda de uma família de classe média, Leite ingressou no curso de Ciências Sociais da USP em 1969, contudo, optou por abandonar a academia em favor da vida boêmia. Ao tornar-se profissional do sexo, destacou-se na militância da categoria, sendo peça-chave na articulação do Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, realizado em 1986, no Rio de Janeiro.

Historicamente, outras iniciativas buscaram regulamentar a atividade no país, com destaque para o Projeto de Lei nº 3.436/1997. Esta proposta visava o reconhecimento da prostituição como uma profissão autônoma, estabelecendo marcos legais para assegurar direitos fundamentais aos trabalhadores do sexo. Entre as garantias previstas, incluíam-se a possibilidade de contribuição previdenciária e o acesso a políticas públicas de saúde focadas na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

¹⁵ Segundo Barreto e Mayorga (2016) Gabriela Leite nasceu em 1951, em São Paulo, registrada como Otília Silva Leite, filha de uma dona de casa e de um crupiê. Em 1969, ingressou em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, mas não concluiu o curso, optando pela vida boêmia. Tornou-se prostituta e passou a usar o nome Gabriela, pelo qual ficou conhecida. Atuou em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Mesmo após deixar a prostituição nos anos 1980, definia-se como “uma puta aposentada”, identidade que assumiu publicamente ao longo da vida.

Ao propor a regularização da prostituição como atividade laboral, o PL nº 3.436/1997 buscou integrá-la à lógica do mercado de trabalho formal, reconhecendo-a como uma prática legítima e provida de garantias sociais mínimas. Simultaneamente, o texto pretendia criar mecanismos para combater a exploração sexual exercida por terceiros, tentando dissociar o exercício profissional da criminalidade ou do abuso.

Entretanto, apesar do avanço no reconhecimento jurídico, a proposta apresenta limitações ao não aprofundar a análise das dinâmicas de exploração e das complexas relações de poder que estruturam o mercado do sexo. Observam-se lacunas críticas quanto às desigualdades de gênero, classe e raça — marcadores que atravessam as experiências dos trabalhadores no Brasil. Nesse cenário, a prostituição masculina permanece particularmente invisibilizada, demandando uma abordagem que considere as especificidades das relações entre homens, seus clientes e intermediários, como agenciadores ou cafetões.

Em contraposição a propostas restritivas, o Projeto de Lei Gabriela Leite (PL nº 4.211/2012) fundamenta-se na distinção nítida entre o exercício da prostituição e a exploração sexual. Inspirado no legado da ativista que lhe dá nome, o projeto preconiza a descriminalização da atividade quando exercida de forma autônoma, enquanto recrudescer a punição para o favorecimento da prostituição por terceiros. Sob essa ótica, a prestação de serviços sexuais deixa de ser estigmatizada como ilícito penal, deslocando-se o foco punitivo para o aproveitamento econômico e para os intermediários que lucram sobre a vulnerabilidade dos trabalhadores do sexo.

O diferencial do PL Gabriela Leite reside, portanto, no esforço de consolidar uma baliza jurídica entre o trabalho sexual voluntário e a exploração coercitiva. Ao priorizar a proteção social e jurídica da categoria, a proposta visa assegurar o acesso a direitos trabalhistas, políticas de saúde específicas e garantias de segurança pública, promovendo condições fundamentais de dignidade. Ademais, o projeto busca mitigar a marginalização histórica que fustiga tanto mulheres quanto homens no setor, embora o debate público ainda tenda a priorizar o recorte feminino da atividade.

No que tange à prostituição masculina, contudo, persistem desafios estruturais que as propostas legislativas muitas vezes negligenciam. A invisibilidade social desses trabalhadores, agravada por vetores como a homofobia, o racismo e as disparidades socioeconômicas, fragiliza sua proteção jurídica e dificulta a denúncia de abusos. As dinâmicas de poder intrínsecas às relações entre prestadores e clientes, bem como as

novas configurações de intermediação, exigem um olhar mais sofisticado das políticas públicas para que não se reproduzam silenciamentos históricos.

Nesse cenário, qualquer tentativa de regulamentação deve transcender a proteção formal, considerando as variáveis sociais que moldam a experiência dos sujeitos. A intersecção entre mercado, poder e sexualidade torna-se ainda mais complexa com a ascensão dos contextos digitais, como o uso de aplicativos de encontros (ex. Grindr). Nesses territórios virtuais, a oferta e a negociação de serviços sexuais ocorrem de forma fluida, desafiando os mecanismos tradicionais de regulação jurídica e demandando novas estratégias de fiscalização e garantia de direitos.

Conclui-se que, apesar dos avanços, os projetos de lei atuais ainda apresentam lacunas no enfrentamento da exploração sexual masculina, falhando em endereçar as especificidades de gênero e as assimetrias de poder que a perpassam. Para que a legislação seja efetiva, é imperativo que ela dialogue com as novas ferramentas tecnológicas e com a pluralidade de corpos e identidades que compõem o mercado do sexo contemporâneo.

A prostituição masculina é atravessada por dinâmicas de poder nas quais o trabalhador é, frequentemente, estigmatizado como submisso ou inferior. Tal percepção não apenas perpetua o preconceito social, mas também marginaliza essa categoria, excluindo-a de políticas públicas eficazes. Nesse sentido, qualquer debate sobre o tratamento jurídico e a regulamentação da atividade deve ser indissociável de uma análise crítica sobre as relações de gênero e poder.

Sob essa ótica, destaca-se o posicionamento da Rede Brasileira de Prostitutas, que advoga pela regulamentação do trabalho e pelo fomento à auto-organização da classe. A organização sustenta que o exercício do trabalho sexual constitui um direito, defendendo que profissionais de todos os gêneros assumam a identidade política de 'prostitutas/putas' em todos os espaços sociais (Observatório da Prostituição, 2025).

No site da organização Mundo Invisível, no dia 2 de junho foi instituído como Dia Internacional das Prostitutas.

FIGURA 02- PÁGINA INICIAL DO SITE MUNDO INVISÍVEL (MUNDOINVISÍVEL.ORG)



Fonte: MundoInvisivel.org

Segundo o site:

2 de junho é o Dia Internacional das Prostitutas

Está escrito:

Em 2 de Junho de 1975, centenas e depois milhares de pessoas, na sua maioria mulheres, muitas delas trabalhadoras sexuais, começaram a ocupar igrejas por toda a França. Elas começaram na Igreja de Saint-Nizier, em Lyon, com o apoio total do padre Louis Blanc, que foi citado na época dizendo: “Afinal, foi para Maria Madalena que Jesus apareceu”. A partir desse dia, 2 de junho foi marcado como o [Dia Internacional das Prostitutas](https://mundoinvisivel.org/2-de-junho-e-o-dia-internacional-das-prostitutas/) [no Brasil, ele é conhecido como Puta Dei].(<https://mundoinvisivel.org/2-de-junho-e-o-dia-internacional-das-prostitutas/>)

O dia 2 de junho marca um episódio emblemático de insurgência das trabalhadoras sexuais contra a repressão policial, as detenções arbitrárias e o higienismo urbano. Esse acontecimento, de rápida repercussão internacional, consolidou-se como um marco na emergência do trabalho sexual enquanto sujeito político coletivo, deslocando a figura da "prostituta" do estigma da marginalidade para o centro das reivindicações por direitos, reconhecimento e cidadania. A partir desse levante, articulou-se uma organização política transnacional dedicada a denunciar as violências institucionais e sociais que, historicamente, estruturam o exercício da prostituição.

No cenário brasileiro, essa trajetória política contrasta com processos persistentes de segregação espacial. Embora a atividade não seja formalmente tipificada como crime, a prostituição é submetida a uma "tolerância seletiva", restrita a territórios

específicos — ruas, bares ou zonas de meretrício informalmente demarcadas pela memória coletiva. Tal dinâmica revela uma regulação social tácita, na qual o poder público e a sociedade estabelecem limites implícitos sobre a ocupação do solo. Cria-se, assim, um regime de visibilidade vigiada: a atividade é tolerada para fins de controle, mas rigorosamente apartada dos espaços considerados "legítimos" ou "nobres" da vida urbana.

Essa territorialização reflete, portanto, uma gestão moral e espacial da sexualidade, que confina corpos e práticas desviantes a zonas de exceção. Se, por um lado, esses territórios conferem certa identidade e refúgio ao trabalho sexual, por outro, sua existência cristaliza as tensões entre visibilidade, estigma e controle social. Em última análise, compreender a arquitetura desses espaços permite desvelar como a prostituição é regulada para além dos dispositivos legais, sendo moldada por práticas discursivas, juízos morais e dinâmicas de poder que estruturam o cotidiano e a hierarquia das cidades.

Em uma perspectiva jurídica, pode-se comentar o seguinte:

Nesse quadro, não se pode negar proteção jurídica àquele que busca amparo do Estado, cobrando de seu cliente o valor ajustado pelos serviços sexuais prestados [...] Forçoso concluir, portanto, com base em tais lições doutrinárias e jurisprudencial, que o negócio celebrado pelo autor, prestação onerosa de seus serviços sexuais, é válido e passível de proteção jurídica. (TJ, SP Apelação nº 1006893-49.2020.8.26.0079)

A decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo representa um avanço significativo na desestigmatização jurídica do trabalho sexual ao priorizar os princípios da dignidade da pessoa humana e da proibição do enriquecimento sem causa em detrimento de moralismos anacrônicos. Ao validar o negócio jurídico da prestação de serviços sexuais onerosa, a jurisprudência rompe com a barreira dos "bons costumes" e reconhece o trabalhador do sexo como sujeito de direitos plenamente capaz de acessar o Judiciário para exigir o cumprimento de obrigações contratuais. Dessa forma, o Estado desloca a atividade da marginalidade jurídica para o campo do direito das obrigações, assegurando que a autonomia da vontade e a contraprestação financeira sejam protegidas independentemente do estigma social associado à profissão.

Por sua vez, Colling (2018) analisa como homens gays, ao internalizarem normas heteronormativas, podem reproduzir comportamentos que marginalizam a própria comunidade. O autor destaca a figura do "afeminado" como o contraponto à

valorização da virilidade, examinando como essas normas estabelecem uma hierarquia entre masculinidades. Nesse sistema, o padrão do "homem heterossexualizado" é erigido como ideal, rejeitando qualquer traço de feminilidade. Esse processo não apenas reforça a heteronormatividade, mas impõe uma divisão identitária rígida dentro da comunidade LGBTQIAPN+, invisibilizando práticas e identidades que divergem desse modelo dominante.

A violência simbólica exercida pela sociedade é fundamental para compreender o impacto das normas de gênero sobre o desejo. Esse mecanismo condiciona sujeitos homossexuais a aceitarem um modelo rígido de sexualidade, no qual o corpo deve corresponder estritamente às expectativas normativas de masculinidade. A popularização do termo "padrão" reforça essa hierarquia: estar no topo dessa "cadeia alimentar" do desejo significa converter-se em um produto estético pronto para o consumo, o que restringe as possibilidades de afeto e atração ao que é socialmente validado.

Esse modelo de padronização — centrado em corpos hipermascularizados e moldados por academias — fomenta a autorrejeição e o distanciamento de homens afeminados, resultando em violência contra os corpos dissidentes. No contexto da prostituição masculina, essa dinâmica de violência simbólica contribui diretamente para a marginalização de trabalhadores que não se conformam aos padrões rígidos de masculinidade. Assim, a prostituição masculina torna-se um campo de intensa exclusão e invisibilidade dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, perpetuando uma cultura de discriminação endógena (Colling, 2018).

A repressão de formas alternativas de expressão sexual silencia identidades de gênero que desafiam os modelos convencionais, aprofundando a invisibilidade de práticas como a prostituição masculina. Essa marginalização é ainda mais acentuada entre aqueles que, por meio da feminilidade ou de outras características subversivas, tensionam as normas vigentes — como ocorre, por vezes, nas discussões sobre a bissexualidade masculina, frequentemente lida sob lentes bifóbicas ou reducionistas.

É imperativo não homogeneizar os discursos sobre a prostituição masculina, uma vez que as formas de apresentação desses profissionais remetem a abordagens plurais. A atividade é atravessada por estratificações socioeconômicas análogas às classes sociais: enquanto profissionais que atuam no "baixo meretrício" pertencem a camadas populares e enfrentam maior estigma e exploração, os acompanhantes de luxo

operam em contextos de maior prestígio e proteção. Essa divisão revela que a experiência da prostituição é indissociável da posição de classe do sujeito.

A discussão acadêmica sobre as condições laborais no mercado do sexo deve, portanto, considerar as assimetrias entre esses nichos. Trabalhadores do baixo meretrício enfrentam vulnerabilidades extremas e escassez de recursos para investir em performance ou segurança, ao passo que o nicho de luxo permite maior agência sobre a imagem e as condições de trabalho. Em última análise, a garantia da dignidade humana nesse campo depende de políticas públicas que transcendam a mera regulamentação, alcançando a compreensão das nuances sociais e econômicas que envolvem cada trabalhador.

CAPÍTULO 5 CORPOS INVISÍVEIS: IMERSÃO NOS TERRITÓRIOS VIRTUAIS: O APLICATIVO GRINDR

A invisibilidade da prostituição masculina constitui um fenômeno que atravessa múltiplas dimensões discursivas e territoriais. Neste capítulo, propõe-se analisar como essa invisibilidade é produzida, mantida e, simultaneamente, tensionada nos territórios virtuais, espaços emergentes que reconfiguram práticas sociais, afetivas e econômicas.

Os territórios aqui investigados são os ambientes digitais, compreendidos como novos *loci* de interação e negociação, nos quais a prostituição masculina encontra condições específicas de existência e expansão. Tais espaços reforçam a lógica do anonimato e do sigilo, elementos amplamente discutidos ao longo deste trabalho, e que se apresentam como fatores centrais para a adesão e intensificação dessas práticas.

Nesse contexto, aplicativos como o Grindr configuram-se como dispositivos mediadores dessas dinâmicas, possibilitando a construção de identidades fragmentadas, negociações discretas e formas particulares de visibilidade e ocultamento. Assim, a imersão nesses territórios virtuais revela não apenas estratégias de sobrevivência e atuação, mas também os mecanismos simbólicos e sociais que sustentam a invisibilidade desses corpos.

5.1 O Grindr como território digital: geolocalização, anonimato e regimes de visibilidade

As discussões sobre o "virtual" e os territórios digitais remetem invariavelmente às tecnologias que, historicamente, romperam com as formas tradicionais de interação social e organização do cotidiano. Embora tragam avanços, essas rupturas frequentemente despertam desconfiança. O medo da substituição do ser humano por máquinas, por exemplo, é um tema recorrente na ficção científica, onde o progresso técnico é visto como uma ameaça à autonomia individual. Obras como *A.I. Artificial Intelligence*¹⁶ e *Minority Report*¹⁷ ilustram esse cenário ao projetarem futuros

¹⁶ O filme *A.I. Artificial Intelligence* (2001), dirigido por Steven Spielberg a partir de um projeto originalmente desenvolvido por Stanley Kubrick, apresenta um futuro em que robôs são criados para simular emoções humanas. A narrativa acompanha David, um androide programado para amar, explorando questões éticas e filosóficas sobre tecnologia, afetividade e os limites entre humano e máquina. A obra propõe uma reflexão sobre o desejo humano de criar substitutos tecnológicos para relações afetivas, problematizando a substituição do outro, a artificialidade dos vínculos e as transformações nas formas de experimentar o afeto. (OLIVEIRA, Rafael W. *Crítica | A.I. – Inteligência*

dominados pelo controle tecnológico, provocando reflexões cruciais sobre os limites entre liberdade, vigilância e dependência.

Diante dessas representações alarmistas, torna-se essencial aprofundar a compreensão sobre o conceito de "virtual" e sua relação com o simulado. O termo comporta múltiplas interpretações: no sentido técnico, refere-se a ambientes digitais mediados por redes e computadores; já no sentido filosófico, designa aquilo que possui o potencial de se tornar real (a potência e a atualização). Sob essa ótica, o virtual não se opõe ao real; pelo contrário, ele constitui uma dimensão legítima na qual identidades, experiências e interações são produzidas e atualizadas por meio da mediação tecnológica.

A tecnologia, ao simular, ampliar ou reorganizar nossa percepção do real, provoca reflexões profundas sobre os impactos na experiência humana e nas próprias concepções de realidade. No contexto de plataformas digitais de sociabilidade, como o Grindr, essa dinâmica torna-se particularmente evidente. Ao construir um perfil, o indivíduo elabora uma forma de autoapresentação mediada, na qual elementos da vida cotidiana articulam-se a processos de seleção, edição e representação de si. Assim, a identidade nesses espaços emerge do entrelaçamento entre o real e o simulado, onde a experiência vivida, a performance identitária e a imaginação convergem para produzir novas formas de interação no ambiente virtual (Levy, 1999).

Inseridos em um mundo hiperconectado, as relações interpessoais e as práticas sociais transitam, sem fronteiras rígidas, entre os planos físico e virtual. Essa hibridização impõe novas demandas e perspectivas, consolidando os territórios digitais como extensões intrínsecas da realidade humana e palcos fundamentais para o estabelecimento de relacionamentos contemporâneos.

Conforme discutido ao longo deste trabalho, os aplicativos de relacionamento configuram-se como territórios que demandam não apenas exploração, mas uma compreensão densa no campo dos estudos sobre a prostituição masculina. À semelhança

Artificial. Plano Crítico, 23 jun. 2018. Disponível em: <https://www.planocritico.com/critica-a-i-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 8 mar. 2026)

¹⁷ O filme *Minority Report* (2002), dirigido por Steven Spielberg e baseado em conto de Philip K. Dick, apresenta um futuro em que crimes são previstos antes de ocorrer por meio de um sistema policial chamado Pré-Crime. A narrativa discute dilemas éticos entre segurança e livre-arbítrio, questionando até que ponto é legítimo punir alguém por um crime ainda não cometido, além de problematizar a tentativa de controlar a sociedade por meio de normas reguladoras que buscam transformá-la em um espaço supostamente perfeito e livre de violência. (Fan, Ritter. **Critica | Minority Report: A Nova Lei**. Plano Crítico, 30 jun. 2018. Disponível em: <https://www.planocritico.com/critica-minority-report-a-nova-lei/>. Acesso em: 8 mar. 2026.)

de espaços tradicionais do mercado sexual — como ruas, bares e saunas —, nesses ambientes virtuais circulam marcadores sociais de gênero, raça, classe, sexualidade, geração e regionalidade. Tais elementos articulam-se para produzir desejos e corporalidades, mas também para reproduzir e potencializar desigualdades.

Nesses espaços digitais, constituem-se performances específicas de masculinidade e desejo, nas quais determinados sujeitos passam a incorporar e comercializar as fantasias e os fetiches de seus clientes. Desse modo, os corpos envolvidos na prostituição tornam-se produtos simbólicos e materiais de um mercado que opera mediante a construção de imagens, atributos e performances estrategicamente desejáveis.

O mercado do sexo, em suas múltiplas configurações, ultrapassa fronteiras geográficas e simbólicas ao transitar entre os domínios físico e digital. O desejo, nesse contexto, manifesta-se para além de limites territoriais fixos, evidenciando a fluidez das interações contemporâneas. Assim, este capítulo busca discutir como a prostituição masculina rompe com a noção de fixidez espacial e produz novas territorialidades, especialmente a partir de sua inserção em ambientes virtuais como o aplicativo Grindr.

Plataformas de relacionamento, como o Tinder e o Grindr, contribuem para o reforço de certos padrões de desejo ao conferir maior visibilidade a perfis que se alinham a estereótipos hegemônicos de masculinidade. Essa lógica tende a valorizar a figura do “prostituto viril” no mercado sexual digital. Sob a perspectiva da concepção de território de Michel Foucault — entendida não apenas em seu sentido geográfico, mas como uma noção jurídico-política de espaços submetidos a formas específicas de controle e exercício de poder —, tais aplicativos podem ser compreendidos como territórios digitais. Neles, normas, visibilidades e hierarquias de desejo são produzidas, reguladas e permanentemente disputadas (Castro, 2009).

Compreender a prostituição masculina e sua invisibilidade no Grindr exige, primordialmente, reconhecer que a masculinidade ali representada não é um dado fixo, mas o resultado de uma construção histórica e social. Ela deve ser entendida como um conjunto variável e constantemente reelaborado de significados, produzidos nas relações que os sujeitos estabelecem consigo mesmo e com outros homens. Nesse processo, determinadas formas de masculinidade ascendem à legitimidade social, constituindo-se como referências normativas, enquanto outras são subordinadas, marginalizadas ou estigmatizadas.

A noção de masculinidade hegemônica é fundamental para compreender tais hierarquias. Sob essa perspectiva, estabelece-se um modelo dominante que orienta expectativas sociais e organiza relações de poder entre as diversas formas de ser homem. No contexto da prostituição masculina mediada pelo Grindr, essas dinâmicas tornam-se particularmente evidentes: o aplicativo funciona como um espaço de produção e circulação de performances identitárias que dialogam diretamente com expectativas normativas. A ênfase recorrente em atributos como “macho”, “discreto”, “sigilo” ou “ativo” revela o esforço em alinhar a oferta de serviços sexuais ao ideal de virilidade hegemônica.

A reafirmação desses signos tradicionais em um ambiente voltado a relações homoeróticas pode ser compreendida não apenas como expressão de identidade, mas como uma estratégia discursiva e econômica. Nesse cenário, a masculinidade é reorganizada conforme as exigências do mercado sexual digital. Ao construir seu perfil, o trabalhador do sexo seleciona atributos que maximizem sua desejabilidade e competitividade, evidenciando que o gênero também opera como uma forma de capital simbólico e erótico.

Essa lógica reflete-se na própria arquitetura de apresentação dos perfis. A construção da "vitrine digital" envolve escolhas estratégicas: da seleção de fotografias e descrição do corpo às formas de interação e negociação. Assim, a masculinidade manifesta-se como uma prática performativa, continuamente ajustada em resposta às expectativas sociais e às demandas flutuantes do mercado.

Tal perspectiva converge com a noção de performatividade de gênero proposta por Judith Butler(2018), para quem as identidades não são essências naturais, mas efeitos produzidos pela repetição de normas sociais. Ao reiterar signos de virilidade e discrição, o trabalhador do sexo participa da manutenção de certas normas de gênero; contudo, ao deslocar esses códigos para o campo da prostituição, ele simultaneamente tensiona e reconfigura seus limites originais.

Essas transformações estão intrinsecamente ligadas às mudanças nos territórios da prostituição masculina. Atualmente, a mediação digital reorganiza essas dinâmicas ao deslocar parte significativa das interações para plataformas online. Nesse novo cenário, a masculinidade passa a ser produzida, exibida e avaliada em ambientes geolocalizados, redefinindo as fronteiras entre o público e o privado.

No Grindr, tais disputas tornam-se manifestas na coexistência de masculinidades múltiplas: hegemônicas, alternativas, marginalizadas ou fetichizadas. Nesse cenário, o trabalhador do sexo não se limita a ofertar um serviço; ele encena, negocia e produz versões específicas de virilidade que respondem tanto às demandas de seu público quanto às condições estruturais impostas pela interface do próprio aplicativo.

A masculinidade, portanto, deixa de ser concebida como uma essência imutável e passa a ser compreendida como uma prática social reiterada, historicamente situada e atravessada por vetores econômicos. No ecossistema do Grindr, essa produção ocorre em um território digital onde discurso, performatividade e mercado se entrelaçam, consolidando a prostituição masculina como um campo privilegiado para investigar as transformações contemporâneas das masculinidades.

Conforme a perspectiva de Haesbaert (2004), a prostituição masculina deve ser analisada sob uma abordagem interdisciplinar que articule os Estudos de Gênero, a Sociologia do Trabalho e a Geografia Crítica, tendo como eixos centrais as noções de território, desterritorialização e multiterritorialidade. O autor parte da premissa de que a prática não pode ser reduzida a uma mera transação econômica ou a um fenômeno moralmente estigmatizado; trata-se de uma experiência territorial complexa, perpassada por processos simultâneos de exclusão social, reterritorialização e produção de múltiplos pertencimentos.

Nesse sentido, ao problematizar o suposto “fim dos territórios”, Haesbaert argumenta que, para os trabalhadores do sexo, o que se observa não é um processo de desterritorialização absoluta, mas a constituição de multiterritorialidades. Esses sujeitos transitam entre diferentes domínios — físicos e digitais —, configurando territórios híbridos (ruas e aplicativos) nos quais se amalgamam mercado, intimidade, risco e performance. Assim, a prostituição masculina revela formas específicas de territorialização, marcadas pela vulnerabilidade social e pela imperativa necessidade de negociação simbólica e corporal.

Embora frequentemente marginalizados, esses trabalhadores produzem seus próprios territórios de sociabilidade, proteção e reconhecimento. O estigma social, portanto, não anula o território, mas o reconfigura sob condições de instabilidade e fragmentação. A rua, por exemplo, deixa de ser meramente um espaço de exclusão para tornar-se um território de sobrevivência e construção identitária; já o ambiente digital

representa, simultaneamente, uma expansão das possibilidades de mercado e uma intensificação da lógica neoliberal de autogerenciamento do corpo como capital erótico.

Sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (2001), esses territórios podem ser compreendidos também como espaços discursivos, nos quais práticas sociais, relações de poder e ideologias são produzidas e reproduzidas por meio da linguagem. Assim, o território digital não é apenas um suporte técnico de mediação, mas um campo onde discursos sobre corpo, virilidade, discrição e desejo são constantemente negociados, reproduzindo e, por vezes, tensionando estruturas sociais mais amplas (Haesbaert, 2004).

Diferentemente das plataformas voltadas explicitamente à prostituição — onde anúncios de serviços sexuais são diretos — ou dos antigos classificados de jornais, os aplicativos de relacionamento apresentam dinâmicas mais ambíguas. Nos classificados impressos, expressões como “rapaz universitário” funcionavam como marcadores simbólicos que visavam conferir um determinado *status* social ao anunciante, sugerindo que a escolaridade agregaria valor à oferta para além dos atributos físicos. Em contraste, no Grindr, a intencionalidade dos usuários nem sempre é explícita, manifestando-se de forma velada tanto por parte de quem oferece serviços quanto daqueles que buscam o sexo pago.

Para aprofundar a compreensão dessas dinâmicas, torna-se imperativo introduzir ao debate as noções de “mercados do sexo” e “economias sexuais”, que ampliam a análise das interseções entre sexualidade e capital. Essas categorias permitem refletir sobre as diversas formas de intercâmbio que envolvem sexo, afeto, prestígio e recursos materiais, transcendendo a visão restrita das transações comerciais tradicionais e evidenciando a complexidade das trocas que estruturam as interações nesses ecossistemas digitais.

Essas trocas podem envolver presentes, favores e diversas modalidades de intercâmbio material e simbólico. Nesse sentido, os mercados do sexo não devem ser reduzidos a meras transações comerciais; devem, antes, ser compreendidos como práticas inseridas em redes sociais complexas, influenciadas por marcadores de gênero, classe, raça e outras categorias de diferenciação social. Tal abordagem amplia a análise das relações de poder e das estruturas de desigualdade que moldam e condicionam esses fluxos de troca.

Por outro lado, o conceito de economias sexuais, amplamente difundido em estudos internacionais, compartilha pontos de contato com os mercados do sexo, mas expande o escopo analítico ao considerar como o sexo, o afeto e o poder se entrelaçam em contextos globais e transnacionais (Fernandes; Costa, 2019). A análise dessas categorias revela a densidade das trocas que caracterizam as relações sexuais em cenários locais e globais. A crítica à simplificação dessas práticas e a ênfase nas dinâmicas de afeto, hierarquia e poder permitem compreender as trocas sexuais e econômicas como fenômenos multifacetados, que envolvem não apenas a prestação de serviços, mas a negociação contínua de identidades e oportunidades sociais (Piscitelli, 2016).

Embora possa parecer reiterativo, é imprescindível, sob a ótica das ciências sociais, não dissociar a dimensão sociológica da jurídica ao investigar a prostituição masculina no Grindr. Trata-se de um fenômeno que exige uma abordagem interdisciplinar, capaz de articular discurso, tecnologia, mercado e poder. A análise, portanto, não deve se restringir a uma dimensão moralizante; deve, fundamentalmente, considerar a complexidade das relações sociais e das novas subjetividades que emergem na economia digital do sexo.

Nesse sentido, a prostituição masculina mediada pelo Grindr revela-se como um fenômeno marcado pela plataformação das relações sociais, pela monetização do corpo e pela reconfiguração das fronteiras entre intimidade e mercado. Nos perfis dos usuários, o enunciado descritivo funciona como uma forma de autodefinição estratégica, na qual são ressaltadas características associadas à lógica do mercado sexual. O uso frequente de termos técnicos, gírias e expressões explícitas indica que, nesse ecossistema, a prioridade recai sobre a negociação sexual, enquanto a dimensão afetiva tende a ser secundarizada ou instrumentalizada.

A atuação como garoto de programa nesse território digital representa, portanto, uma reestruturação das dinâmicas tradicionais do trabalho sexual. Embora as diretrizes oficiais de aplicativos de relacionamento omitam a oferta de serviços pagos, observa-se que o Grindr — originalmente concebido como uma plataforma de geolocalização para interações entre homens — consolidou-se também como um espaço de mediação econômica, negociação simbólica e mercantilização do desejo.

Nesse contexto, a prostituição masculina desloca parcelas significativas das interações do espaço público físico para um ambiente virtual regulado por algoritmos,

proximidade geográfica e performatividade textual. Os perfis operam como verdadeiras vitrines discursivas, onde atributos corporais, disponibilidade e valores monetários são organizados em enunciados sintéticos, desenhados para maximizar a visibilidade e a desejabilidade do trabalhador no mercado competitivo da plataforma.

Sob a perspectiva da ACD de Norman Fairclough, é possível compreender o Grindr como uma prática social discursivamente mediada. O discurso não apenas representa a prostituição masculina, mas contribui ativamente para constituí-la. Termos como “acompanhante”, “discreto”, “ativo” e “sigilo absoluto” não são neutros; eles integram uma gramática própria do mercado sexual, por meio da qual os sujeitos negociam legitimidade, gerenciam riscos morais e estabelecem distinções simbólicas fundamentais para sua sobrevivência e êxito nesse território.

Nesse cenário, a chamada economia do desejo articula-se a diferentes formas de poder. O poder algorítmico organiza regimes de visibilidade e invisibilidade; o poder econômico define a capacidade de negociação; e o poder simbólico estrutura corporalidades hierarquizadas. O que se observa transcende a mera troca de sexo por remuneração, constituindo uma economia moral na qual masculinidades são permanentemente avaliadas, precificadas e consumidas (Piscitelli, 2016).

Simultaneamente, persistem vulnerabilidades estruturais críticas, como a precarização das relações de trabalho, o risco de violência, a exposição digital e a ausência de proteção trabalhista formal. Embora o ambiente virtual possa ampliar certas margens de agência individual, ele não elimina as assimetrias sociais profundas que atravessam e constituem o mercado sexual contemporâneo.

Outro elemento central nesse contexto é a performatividade identitária. O perfil digital constitui uma narrativa estratégica de si, elaborada com o objetivo de produzir impressões específicas e atrair potenciais clientes. A masculinidade, nesse cenário, é frequentemente representada sob os signos da virilidade, da discrição e do distanciamento afetivo, mimetizando padrões heteronormativos mesmo em um contexto homoerótico. A prostituição masculina revela, assim, a persistência de estruturas simbólicas que organizam o desejo segundo uma lógica simultaneamente patriarcal e mercantil.

A mediação tecnológica transforma, portanto, a prostituição masculina em uma prática híbrida: simultaneamente íntima e pública, privada e mercantil, individual e estruturada por sistemas de poder. O Grindr não pode ser compreendido como uma

ferramenta neutra; trata-se de um espaço regulado por políticas internas, algoritmos e uma arquitetura comunicacional específica que molda comportamentos, distribui oportunidades e define formas de interação (Fairclough, 2015).

FIGURA 03- LOGOTIPO DO APLICATIVO GRINDR (MÁSCARA ESTILIZADA)



Fonte: Grindr.

A imagem acima, extraída do Grindr, ilustra o cenário analítico desta tese. Reitera-se que a plataforma não foi originalmente concebida para a prática da prostituição, mas sim como um serviço de geolocalização destinado a facilitar encontros entre homens. Contudo, ao longo do tempo, a interface passou a ser apropriada como um meio de mediação para a negociação de serviços sexuais, consolidando-se, em determinados contextos, como um importante veículo para dinâmicas associadas à prostituição masculina.

O ícone do Grindr — uma máscara amarela — sintetiza o cerne da experiência do usuário, remetendo à ideia de anonimato e reforçando a noção de invisibilidade discutida nesta pesquisa. A máscara simboliza uma identidade social estrategicamente construída, destacando como o desejo e as transações comerciais se processam sob a égide do segredo e da preservação da identidade civil no ambiente digital.

5.2 Perfis, discursos e performatividade: diretrizes, visibilidade e construção da identidade no ambiente do Grindr

Na loja de apps Play Store, o Grindr apresenta a seguinte descrição:

O Grindr é o aplicativo gratuito nº 1 do mundo para a comunidade

LGBTQ. Se você é gay, bi, trans, queer ou se está apenas explorando a sua sexualidade, o Grindr é a melhor maneira de conhecer pessoas novas para fazer amizade, dar uns beijos, sair e o que mais você quiser. (Ferreira, 1991)

Enquanto o discurso oficial do aplicativo, como observado na citação acima, enfatiza a ludicidade e a construção de vínculos afetivos (“fazer amizade”, “conhecer pessoas”), a análise empírica dos perfis revela uma realidade distinta. Onde a plataforma enuncia liberdade e exploração da sexualidade, a prática da prostituição masculina revela um território regulado por estratégias de autogerenciamento, precificação do corpo e uma rígida etiqueta de virilidade hegemônica.

Ao criar seu perfil, o usuário é confrontado com as normas da plataforma, sintetizadas nas “Diretrizes de leitura rápida”: *Somente Adultos (pelo menos 18 anos); Você não pode usar o Grindr para comprar nem vender nada, nem para pedir dinheiro; Seja você mesmo (não finja ser outra pessoa)*. Tais prescrições estabelecem, ao menos formalmente, os limites éticos e operacionais de uso da ferramenta.

Essas orientações, sob a denominação de “leitura rápida”, suscitam uma indagação crítica: por que a ênfase na rapidez? A nomenclatura sugere que o usuário, imerso em uma lógica de imediatismo, não disporia de tempo ou interesse para uma análise aprofundada do conteúdo normativo que regula sua experiência no aplicativo. Assim, a plataforma antecipa e valida a leitura superficial de suas próprias regras.

Esse aspecto vincula-se à natureza jurídica desses termos, que se configuram como um contrato de adesão unilateral. Nesse modelo, as cláusulas são estabelecidas exclusivamente pela plataforma, sem margem para negociação ou alteração por parte do usuário. Ao sujeito, resta apenas a aceitação ou rejeição integral das condições postas; ao clicar em “aceitar”, ele insere-se em um universo massificado cujas engrenagens de poder são, muitas vezes, opacas.

Nesse contexto, a estratégia da “leitura rápida” funciona como um recurso discursivo ajustado à arquitetura das plataformas digitais, marcadas pela busca por interações instantâneas. O usuário tende a acessar o aplicativo com o objetivo pragmático de estabelecer contatos céleres, priorizando a interação em detrimento da compreensão das normas. Essa dinâmica cria um hiato entre o comportamento real dos sujeitos — que frequentemente utilizam o espaço para o mercado sexual — e a proteção jurídica da plataforma, que se exime de responsabilidades por meio de diretrizes que o usuário é induzido a ler.

São essas as instruções:

Diretrizes de leitura rápida

O Grindr é para uma conexão segura e autêntica.

- Somente adultos (ou seja, pelo menos 18 anos ou mais em certas jurisdições).
- Você não pode usar o Grindr para comprar, nem vender nada, nem para pedir dinheiro.
- Seja você mesmo (não finja ser outra pessoa).
- Seja útil, não prejudicial: não promova conteúdo prejudicial (como abuso de drogas ou desinformação).
- Proteja a privacidade e as informações pessoais – suas e de outras pessoas.
- Não faça nada ilegal ou impróprio. (Diretrizes Grindr)

As diretrizes apresentadas pela plataforma funcionam como um dispositivo de regulação normativa que busca estabelecer um ambiente de interação pautado pela segurança e pela autenticidade, ao mesmo tempo em que servem como uma salvaguarda jurídica para a empresa. Ao proibir explicitamente a comercialização de bens e serviços, o aplicativo tenta desvincular sua imagem institucional de mercados informais, como o da prostituição, transferindo para o usuário a responsabilidade integral por práticas que transgridam esses termos. No entanto, a existência dessas normas revela uma contradição inerente ao território digital: enquanto o discurso oficial prescreve a legalidade e o "ser você mesmo", a arquitetura de anonimato da plataforma — simbolizada pela máscara e pelo sigilo — acaba por acolher e viabilizar justamente as trocas mercantis e as performances identitárias que as regras visam, formalmente, coibir.

Dessa forma, a leitura das diretrizes configura-se como um ato frequentemente superficial ou inexistente, revelando uma tensão persistente entre a formalidade das regras impostas pela plataforma e as práticas efetivas dos usuários. Essa negligência deliberada é, em certa medida, estimulada pela própria arquitetura da interface, que prioriza a rapidez do encontro. Ao instruir o usuário a "guardar uma cópia deste Contrato para seus registros" — mediante solicitação por e-mail (help@grindr.com) —, a plataforma transfere o ônus da documentação e da vigilância normativa para o sujeito, reforçando a natureza burocrática e defensiva de seus termos de uso frente às dinâmicas de mercantilização do desejo que ocorrem em seu território digital.

O texto é o seguinte: “Recomendamos que você guarde uma cópia deste Contrato para seus registros. Você pode obter uma cópia deste Contrato enviando um e-

mail para help@grindr.com com o assunto: Contrato de Termos de Serviço.”(<https://trust.grindr.com/en-US/legal>)

FIGURA 04- INTERFACE WEB DO APLICATIVO GRINDR COM DESTAQUE PARA FUNCIONALIDADES DE INTERAÇÃO ENTRE USUÁRIOS



Fonte: Grindr

Outro aspecto relevante refere-se à proibição explícita de solicitar dinheiro na plataforma. Pode-se observar que esse enunciado estabelece, nas entrelinhas, uma demarcação moral e jurídica do território digital: ao declarar que o aplicativo não é o espaço adequado para quem busca o lucro — inclusive por meio da prostituição —, a empresa busca neutralizar a natureza mercantil das interações que ali ocorrem. Essa interdição discursiva tenta preservar a fachada do aplicativo como um ambiente exclusivamente voltado à sociabilidade afetiva, embora, na prática, o enunciado acabe por reforçar a clandestinidade e a ambiguidade das trocas econômicas que estruturam o mercado sexual no Grindr.

Outras orientações podem ser comentadas:

Você NÃO utilizará os Serviços Grindr para qualquer uso comercial ou não privado, como a venda ou publicidade de bens ou serviços, tentativas de realizar pesquisas por meio dos Serviços Grindr, solicitação de serviços ou fornecimento de links para outros sites ou números de telefone premium; Você utilizará os Serviços Grindr apenas para uso pessoal e não comercial, da maneira e para os fins que

pretendemos; (Grindr. **Diretrizes da comunidade**. Disponível em: <https://www.grindr.com/community-guidelines>. Acesso em: 8 mar. 2026.)

A diretriz de conduta analisada funciona como um mecanismo de higienização discursiva e blindagem jurídica, ao proibir conteúdos que a plataforma classifica genericamente como "impróprios" ou "ilegais". Ao desencorajar comportamentos prejudiciais, como a promoção de substâncias ilícitas ou a desinformação, o aplicativo busca projetar a imagem de um ambiente seguro e ético, transferindo ao usuário o dever de vigilância sobre suas próprias práticas. Todavia, sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, o termo "impróprio" carrega uma ambiguidade estratégica: ele permite à empresa exercer um poder de moderação discricionário sobre corpos e falas que, embora circulem no território digital do Grindr, podem ser marginalizados conforme a conveniência política ou comercial da plataforma, reforçando a lógica de controle que estrutura esses espaços de sociabilidade.

Continuando os comentários sobre essas orientações, igualmente pode ser lido o seguinte:

3. Seja você mesmo.

Ofereça a liberdade de escolher o que você compartilha sobre si mesmo, mas as informações que você compartilha são autênticas e verdadeiras. **Não permitimos fraudes, contas falsas ou o uso do Grindr para enganar nossos usuários.** Trabalhamos com ONGs para ajudar a evitar armadilhas e iscas de usuários em contextos de alto risco.

- Ofereça a opção de ter um perfil discreto que não precise revelar uma identidade real. No entanto, você ainda está vinculado a estas Diretrizes da comunidade e não pode se passar por outra pessoa.
- As imagens devem ser suas ou criadas por você (e não representar outra pessoa).
- Se seu perfil for denunciado como falso (ou um “catfish”), podemos pedir que você **verifique sua identidade** usando métodos seguros para manter seu perfil ativo.
- Respeite os direitos de propriedade intelectual de outras pessoas e não publique imagens protegidas por direitos autorais de outras pessoas, imagens de outras pessoas sem seu consentimento explícito ou deepfakes/imagens geradas por IA/mídia sintética. (Grindr. **Diretrizes da comunidade**. Disponível em: <https://www.grindr.com/community-guidelines>. Acesso em: 8 mar. 2026.)

Portanto, fica estabelecida uma cláusula de isenção de responsabilidade que delimita juridicamente o papel da plataforma como mera provedora de infraestrutura tecnológica, e não como moderadora absoluta de comportamentos humanos.

Ao afirmar que "não controla o que os usuários fazem" e não se responsabiliza por "conteúdo impróprio ou comportamento inadequado", a empresa constrói uma barreira defensiva contra as complexidades éticas e legais que emergem no cotidiano do aplicativo, como a própria prostituição masculina.

Sob a ótica da Análise Crítica do Discurso, essa estratégia de "lavar as mãos" transfere o risco e o julgamento moral exclusivamente para os sujeitos, ignorando que a própria arquitetura do *software* (anonimato, geolocalização e perfis sintéticos) é o que viabiliza e, muitas vezes, molda as interações que a plataforma formalmente desautoriza.

Portanto, há uma contradição, lembrando que o aplicativo garante a privacidade e as informações pessoais também destacadas nas diretrizes, então esse “ser você mesmo não se trata de não poder ficar anônimo, mas sim de não se passar por outra pessoa” no intuito de prejudicar ou lesar terceiros, destacando que esse aplicativo tem sido recentemente utilizado para prática de ilícitos.

Nesse sentido, o livro *A ética do discurso digital*, a autora Marie-Anne Paveau (2017) apresenta um conjunto de critérios de aceitabilidade para os discursos produzidos na Internet, considerando os valores reconhecidos pelos usuários em determinado espaço e tempo. Esses valores organizados em torno dos polos do bem e do mal, contribuem para a construção social de parâmetros que orientam as ações consideradas compatíveis com uma vida social ética ou, ao contrário, aquelas que podem causar prejuízo ou dano ao outro.

Nesse contexto, a publicação de informações de ou sobre um indivíduo sem o seu consentimento, especialmente quando tais informações podem causar danos à sua imagem, reputação ou segurança, configura uma transgressão de ordem ética, na medida em que atinge sua integridade e sua esfera de privacidade. No ambiente digital, essa questão torna-se particularmente relevante diante da facilidade de circulação, reprodução e permanência dos conteúdos publicados. (Paveau, 2017)

No caso do aplicativo Grindr, observa-se uma preocupação explícita com a segurança dos usuários e com a regulação das interações estabelecidas na plataforma. A transgressão às normas e diretrizes pode ocorrer por meio de diferentes práticas, como indiscrição, vazamento de dados, exposição indevida de imagens ou qualquer ação que comprometa a intimidade daqueles que transitam pelo aplicativo.

O desenvolvimento das mídias digitais e da chamada *web* social ampliou significativamente o acesso às ferramentas de produção e publicação de conteúdo, permitindo que praticamente qualquer usuário atue simultaneamente como produtor e difusor de informação. Esse cenário aumenta consideravelmente a relevância da proteção da vida privada e da propriedade intelectual, tornando a ética do discurso digital um elemento central para compreender as responsabilidades envolvidas na comunicação mediada por plataformas *online*.

Igualmente podem ser encontradas determinadas comunicações:

Aviso

Confira nossa nova página de status para atualizações sobre o desempenho do aplicativo e problemas técnicos em andamento: status.grindr.com

1. Central de Ajuda
2. Segurança e Privacidade
3. Segurança

Artigos nessa seção

- Dicas rápidas sobre segurança
- Entrando na zona (de segurança)
- Mantendo sua conta Grindr segura
- Estabelecendo confiança
- Bloqueio e denúncia de perfis
- Encontrar-se
- Como o Grindr modera conteúdo e perfis
- Confirmando sua idade
- Verificando sua identidade
- Guia de conscientização sobre golpes

Trata-se, portanto, de um mecanismo de regulação e vigilância digital, que delega ao usuário o papel de agente fiscalizador da "comunidade". Ao utilizar um imperativo de segurança — *"Relate quaisquer comportamentos prejudiciais ou ilegais"* —, o aplicativo não apenas busca mitigar riscos imediatos, como assédio ou atividades ilícitas, mas também estabelece uma estratégia de blindagem institucional. Sob a ótica da governança de dados, esse enunciado funciona como uma ferramenta de autorregulação que permite à empresa atuar de forma reativa, transferindo o ônus da manutenção da ordem para o sujeito e reforçando a ideia de que o ambiente seguro é uma construção coletiva, o que, por vezes, mascara a responsabilidade das *Big Techs* sobre as dinâmicas sociais complexas que sua própria interface viabiliza.

Dessa forma, o Grindr estabelece em suas diretrizes que o aplicativo não deve ser utilizado para fins comerciais, proibindo o envio de *spam*, a divulgação de anúncios

ou a compra e venda de produtos e serviços. Embora permita convites ocasionais para eventos, o aplicativo afirma que seu objetivo principal é promover conexões entre pessoas, e não servir como meio para obtenção de lucro.

Continuando as diretrizes sobre o proscrito, existe o seguinte texto:

Exemplos de violação desta regra incluem:

- Pedir dinheiro; fornecer informações do Venmo/ Cash App/ PayPal/ conta bancária, pedir pagamento/ dinheiro pessoalmente
- Pedir presentes ou doações: por exemplo, compartilhar listas de desejos da Amazon, pedir para alguém comprar um determinado produto ou serviço ou pagar uma conta, solicitação ou propaganda indesejada para uma instituição de caridade ou organização
- Anunciar ou enviar materiais promocionais para um negócio, clube, evento, concurso ou organização
- Arranjos sugar daddy/baby, "gen"/ generoso, "pague para jogar" ou p2p, findom, mensagens pagas, serviços de acompanhantes
- Ofertas para comprar qualquer tipo de bem ou serviço, usar o Grindr para encontrar pessoas para vender algo para você
- Usar o Grindr para conduzir pesquisas ou estudos, ou para enviar convites para participar de pesquisas ou estudos
- Envio em massa de publicidade comercial, correntes de e-mail, anúncios informativos, pedidos de caridade e petições para assinaturas
- Imagens focadas principalmente em um logotipo ou marca de produto, exibindo endereços de sites de uma empresa em particular, ou promovendo ou anunciando de outra forma
- Imagens que retratam ou focam em dinheiro, cartões de crédito, etc.
- *Emojis* comumente associados à compra/ venda de bens ou serviços, por exemplo: 🌹 💰 💳 🏠 🍁 📺 📺 🚗 🚲 🏳️

Se você encontrar um perfil que está usando o Grindr para fins comerciais, por favor, denuncie dentro do aplicativo, para que nossa equipe de moderação possa revisar.

Recorrendo a um banimento

Se você acha que foi banido incorretamente por atividade comercial, você pode enviar um recurso de banimento aqui. Seu recurso será analisado por um membro da equipe treinado que não esteve envolvido na decisão inicial de banir seu perfil. Eles informarão se precisarmos de informações adicionais ao revisar seu recurso.

Exigimos que todos os recursos de banimento sejam enviados através deste formulário; se você nos enviar um e-mail sobre seu banimento, apenas o redirecionaremos de volta para o formulário linkado acima.

A postagem apresentada pelo aplicativo opera como um dispositivo de biopolítica e controle social, que utiliza uma retórica de "segurança comunitária" para validar processos de vigilância mútua entre os usuários. Ao empregar imperativos como "*Mantenha a segurança*" e orientar o reporte de condutas consideradas prejudiciais ou ilegais, a plataforma não apenas busca mitigar riscos jurídicos, mas também estabelece uma estratégia de governança algorítmica baseada na denúncia. Sob a ótica da Análise

Crítica do Discurso, esse enunciado transfere o ônus da manutenção da ordem pública para o âmbito privado da interação digital, reforçando a imagem da empresa como uma mediadora neutra e ética, enquanto, na prática, oculta as complexas e muitas vezes ambivalentes dinâmicas de poder, desejo e mercado que sua interface deliberadamente viabiliza.

A seleção dos perfis no Grindr pautou-se na identificação de elementos discursivos e semióticos que sinalizassem a oferta de serviços sexuais, diferenciando-os de interações estritamente afetivas ou recreativas. Para a composição do *corpus*, foram selecionados perfis cujas descrições textuais apresentavam léxicos característicos do mercado sexual, tais como valores, horários de disponibilidade e termos técnicos da área. Além disso, a análise considerou a composição das imagens de exibição, observando como a estética corporal e as performances de virilidade são mobilizadas para atrair potenciais clientes.

Os dados foram organizados de forma a preservar o sigilo dos sujeitos, utilizando capturas de tela (*screenshots*) que ocultassem informações de identificação pessoal civil, focando exclusivamente nos enunciados e nas representações identitárias. Essa organização sistemática permitiu o mapeamento das recorrências discursivas, possibilitando identificar como o "macho discreto" e outras categorias de masculinidade são operacionalizadas como ferramentas de venda e diferenciação nesse território digital.

As diretrizes provocam o usuário no que diz respeito à percepção do outro. Destaca-se, aqui, a discussão de Judith Butler (2015) em *Relatar a si mesmo*, na qual a autora explora a ideia de que o 'eu' é inerentemente incapaz de oferecer uma narrativa completa ou transparente sobre as próprias origens e ações.

Para a autora, a constituição do sujeito dá-se invariavelmente na relação com o outro e com as normas sociais que regulam os modos de reconhecimento. Disso decorre que qualquer narrativa de si é, necessariamente, parcial, situada e atravessada por expectativas sociais.

Nesse Miskolci (2015, p. 63) afirma o seguinte:

A interface dos aplicativos costuma ser a da exposição de um conjunto de fotos, cada uma de um usuário. Ao tocar na foto de alguém, é possível ler seu perfil com dados como idade, altura, peso, autodescrição e que tipo de pessoa procura. Também há como mandar mensagens privadas para cada usuário e, caso ambos queiram, marcar um encontro face a face.

A interface descrita materializa a dinâmica de reconhecimento mediada por normas sociais específicas, em que a constituição do sujeito é fragmentada em dados biométricos e preferências de consumo. Ao reduzir o indivíduo a um conjunto de fotos e atributos — como idade, peso e altura —, o aplicativo impõe uma estrutura de legibilidade que reforça a ideia butleriana da narrativa parcial, uma vez que o "eu" apresentado é uma construção editada para atender às expectativas de um mercado afetivo. Assim, o encontro "face a face" surge como o desfecho de um processo de seleção baseado em uma transparência ilusória, onde a alteridade é filtrada por diretrizes de interface que condicionam como cada usuário pode ser visto e reconhecido pelo outro.

Dessa forma, o aplicativo apresenta-se como um ambiente de anonimato e isenção de julgamentos, aspecto que se torna evidente ao observar as suas diretrizes:

No Grindr, acreditamos em:

- Apoiar uma comunidade LGBTQ diversa e próspera ao redor do mundo
 - Expressão pessoal alegre, positividade sexual e consentimento
 - Bondade, inclusão e cuidado uns com os outros
 - Segurança, autenticidade e direito à privacidade
- (<https://help.grindr.com/hc/pt/articles/1500009296922-Como-o-Grindr-modera-conte%C3%BAdo-e-perfis>)

As diretrizes enunciadas pelo Grindr estabelecem um horizonte ético pautado em valores como "autenticidade", "segurança" e "inclusão". No entanto, sob a ótica de Butler, esses termos ganham uma camada de complexidade crítica: a "autenticidade" prometida pela plataforma é tensionada por uma interface que, como visto anteriormente, exige a fragmentação do sujeito em dados objetivos (peso, altura, idade). Há, portanto, uma contradição latente: enquanto o discurso institucional evoca uma comunidade "próspera" e "alegre", a arquitetura do aplicativo circunscreve o reconhecimento do outro a normas de legibilidade muito estreitas. Assim, a "liberdade de expressão pessoal" mencionada acaba sendo modulada pelas ferramentas de filtragem da própria plataforma, que ditam quais corpos e quais narrativas de si podem emergir como visíveis ou desejáveis nesse espaço.

Quanto à apresentação dos perfis, embora haja um reforço nas ideias de liberdade e respeito, questiona-se como o sujeito pode perceber a si mesmo, uma vez que sempre chega "tarde demais" à própria consciência. Como sua identidade é

constituída em resposta à interpelação do outro e ao contexto social, qualquer pretensão de autoconhecimento absoluto torna-se limitada.

Segundo Butler (2015), ao nos colocarmos diante da pergunta sobre quem é o outro — o "tu" —, partimos do reconhecimento de que existe alguém que não conhecemos e que não podemos apreender em sua totalidade. Trata-se de um sujeito cuja unicidade e insubstituibilidade impõem limites tanto ao reconhecimento recíproco quanto à possibilidade de conhecer o outro integralmente. Essa reflexão aplica-se às interações em ambientes digitais, como o Grindr, onde os encontros são mediados por perfis, imagens e enunciados breves que buscam sintetizar identidades e desejos complexos.

Nesse contexto, as falas e descrições nos perfis funcionam como tentativas de apresentar uma narrativa de si, ainda que necessariamente parcial e estratégica. Como destaca Butler (2015), a singularidade do sujeito é sempre exposta diante do outro, mas essa exposição não implica equivalência ou identidade plena entre os indivíduos; ao contrário, o vínculo humano é marcado justamente pela diferença. Assim, mesmo quando usuários expressam preferências e características objetivas, o encontro permanece atravessado por uma dimensão de alteridade que escapa à previsibilidade, revelando que a atração e o reconhecimento podem emergir para além das preferências declaradas.

De acordo com Fonseca (2017), o aplicativo conhecido como Grindr foi criado em 2009, nos Estados Unidos, na cidade de Los Angeles, com a intenção de melhorar a sociabilidade e comunicação entre membros da comunidade *gayonline*, na região.

Dessa forma:

O aplicativo foi criado [...] como forma de gays exercerem uma sociabilidade longe dos olhares de uma sociedade heteronormativa que impedia práticas que ele define como homoeróticas. Além de introduzir o gps que permite a localização e percepção do distanciamento de possíveis parceiros. (Fonseca, 2017, p. 37)

A gênese do aplicativo, conforme o autor supracitado, revela uma busca por espaços de resistência e sociabilidade seguros diante de uma estrutura heteronormativa que historicamente cerceia as práticas homoeróticas. No entanto, a introdução do GPS como ferramenta central de localização estabelece uma nova camada de visibilidade e controle sobre o corpo. Se, por um lado, a tecnologia permite o distanciamento do “olhar” repressivo da sociedade, por outro, ela confina o encontro à métrica da proximidade geográfica e à exposição em uma vitrine digital. Assim, a emancipação

proposta pelo anonimato e pela geolocalização acaba mediada pelas normas de reconhecimento da interface, onde o sujeito, ao tentar escapar de uma norma social, submete-se a outra: a de uma narrativa de si mediada pela técnica e pela funcionalidade do dispositivo.

A título de ilustração, é possível comparar o Grindr com o Tinder. Ao considerar o aspecto visual como um texto, nota-se que o primeiro é mais acentuado, com foco predominante em fotografias de rosto ou corpo inteiro. Ambas as plataformas permitem que os usuários selecionem preferências que variam de relacionamentos sérios a encontros casuais, oferecendo versões gratuitas e pagas; nestas últimas, são disponibilizados recursos adicionais ou aprimorados."

Segundo as normas de interação do Tinder pode ser lido o seguinte:

Regras da comunidade

Que bom ver você aqui no Tinder!

O Tinder é o lugar certo para se fazer conexões significativas. Tudo começa com um match. Às vezes rola uma química. Outras vezes, não. E, de vez em quando, o papo flui para algo mais. São muitas oportunidades. Infinitas possibilidades. Todos (adultos, claro) são bem-vindos para explorar.

Queremos que o Tinder seja um espaço divertido, seguro e inclusivo no qual as pessoas possam ser autênticas ao se relacionarem. **É por isso que existem as Diretrizes da Comunidade: para definir expectativas de comportamento de todos, dentro e fora do app.** Então continue lendo, pois não seguir essas diretrizes poderá ter consequências reais, desde uma advertência até um banimento. (<https://policies.tinder.com/community-guidelines/intl/pt/?lang=pt>)

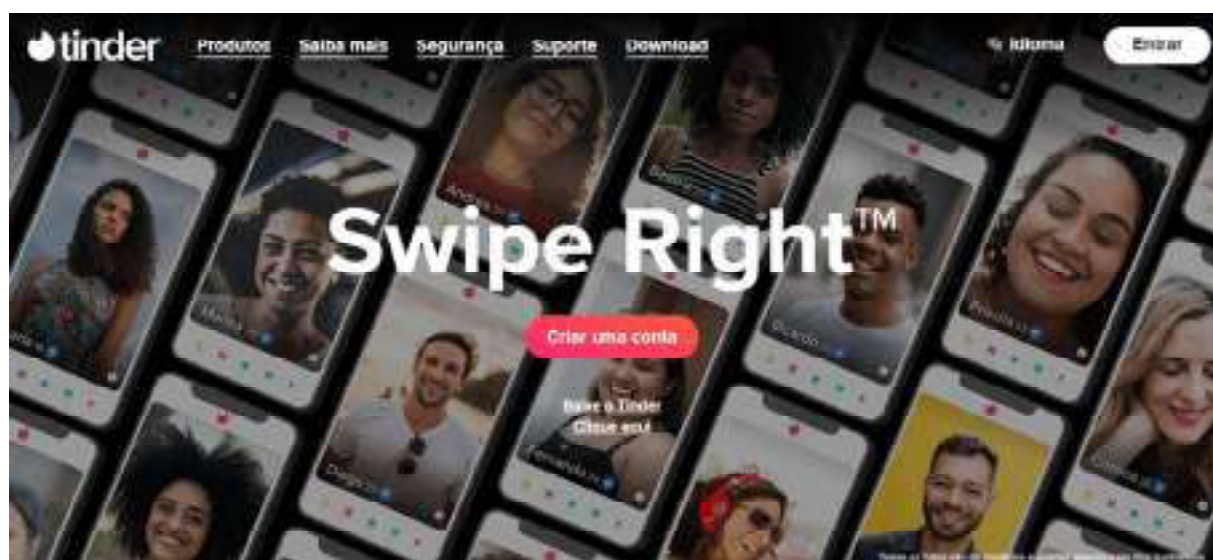
As diretrizes da comunidade do Tinder, ao enfatizarem a busca por "conexões significativas" e a promoção de um espaço para que as pessoas sejam "autênticas", estabelecem as normas de reconhecimento que Butler (2015) descreve como fundamentais para a constituição do sujeito. Ao definir expectativas de comportamento "dentro e fora do app", a plataforma atua como o agente interpelador que molda a narrativa de si do usuário, reforçando que o "eu" digital não é uma entidade autônoma, mas uma construção situada e atravessada por essas exigências institucionais. Assim, a promessa de autenticidade no aplicativo esbarra na opacidade inerente ao sujeito, uma vez que o relato pessoal oferecido no perfil é mediado por normas sociais de conduta que limitam a transparência total e condicionam a forma como cada indivíduo pode ser percebido e legitimado pelo outro.

Essa lógica contrasta com o funcionamento de plataformas como o Grindr, nas quais o anonimato e a ocultação parcial da identidade são mais frequentes. Enquanto o Tinder estimula uma apresentação direta por meio de fotos de rosto, nomes e idade, o Grindr valoriza estratégias de discrição, permitindo que os usuários utilizem imagens parciais, símbolos ou fotografias que preservam o sigilo da identidade.

Apesar dessas distinções, ambos os aplicativos ressaltam, em suas diretrizes, a importância da 'autenticidade' na construção do perfil, sugerindo que os usuários se apresentem de maneira coerente para facilitar a interação. Nesse sentido, as plataformas operam sob regimes de visibilidade distintos: no Tinder predomina uma lógica de reconhecimento baseada na identificação pessoal e na exposição da imagem individual, ao passo que no Grindr a interação é mediada por um maior grau de anonimato.

É relevante indicar que o sigilo assume conotações distintas em cada plataforma. No Tinder, a visibilidade é o elemento central de legitimação das interações, aproximando-se de uma lógica de sociabilidade pautada pelo reconhecimento público. Já no Grindr, o sigilo opera como uma estratégia multiforme: serve à proteção da identidade, à gestão da sexualidade e à preservação da vida privada, especialmente em contextos nos quais a exposição poderia gerar estigmatização ou conflitos sociais.

FIGURA 05- INTERFACE INICIAL DO APLICATIVO TINDER DESTACANDO O MECANISMO DE INTERAÇÃO “SWIPE RIGHT”¹⁸



Fonte: Tinder

¹⁸ Em uma tradução livre seria o deslizar para a direita.

Observa-se, portanto, uma atratividade na ambiguidade entre a exposição da identidade e a manutenção do sigilo. As redes digitais viabilizam esse anonimato, o que se mostra particularmente relevante para profissionais do sexo e usuários que buscam apresentações mais discretas. Por essa razão, este trabalho investiga tais territórios virtuais — especificamente o Grindr, cuja escolha não foi aleatória, mas fundamentada em suas particularidades de interação.

No Grindr, o foco recai sobre partes do corpo e perfis que, em sua maioria, não exibem o rosto. O nome utilizado raramente é o real, funcionando como um codinome que preserva a identidade civil enquanto projeta uma imagem de vigor e performance sexual. Embora a nudez explícita seja restrita, a exibição fragmentada do corpo reforça esse caráter de sigilo: os perfis não revelam quem são os usuários, mas comunicam, por meio de estéticas de virilidade, uma identidade sexual específica.

O Tinder, por outro lado, é frequentemente associado à construção de relacionamentos e à busca por conexões afetivas, com perfis que costumam enfatizar status, sucesso e estilos de vida aspiracionais (como viagens e bens materiais). Ainda que haja uma interseção de usuários entre as duas plataformas, as gramáticas de uso divergem: enquanto no Grindr a centralidade reside no aspecto corpóreo e na performance da masculinidade, no Tinder a ênfase recai sobre a projeção de uma vida estável e a possibilidade de compromisso, dimensões que não constituem a prioridade estrutural do Grindr.

De acordo com Santos (2021), o Tinder foi lançado em 2012, três anos após o surgimento do Grindr, chegando ao mercado brasileiro em 2013. Seus fundadores consolidaram a proposta de uma plataforma voltada à "descoberta social" e à facilitação de novos vínculos afetivos. Ambos os aplicativos exemplificam as tensões entre segredo e visibilidade vivenciadas por seus usuários, oferecendo espaços de exposição que coexistem com a opção pelo anonimato parcial. Essa ambiguidade mostra-se particularmente atrativa para indivíduos que buscam parcerias eventuais, mas desejam manter a discrição sobre suas identidades.

Nesse cenário, as redes sociais possibilitam um grau significativo de anonimato, aspecto fundamental para profissionais do sexo e usuários que buscam formas de apresentação mais reservadas. A análise, portanto, concentra-se nesses novos territórios virtuais, com ênfase no Grindr. A escolha de tais plataformas para este estudo

fundamenta-se em sua vasta popularidade entre o público masculino gay e na maneira como reconfiguram as dinâmicas de interação contemporâneas.

As redes sociais oferecem um grau de anonimato significativo, aspecto que se mostra particularmente relevante para profissionais do sexo e usuários que buscam formas de apresentação mais reservadas. Nesse cenário, a presente discussão recai sobre esses novos territórios virtuais, com ênfase no aplicativo Grindr. A escolha de tais plataformas não é fortuita; fundamenta-se em sua vasta popularidade e na maneira como reconfiguram as dinâmicas de interação entre o público masculino gay.

Embora o público que utiliza o Grindr e o Tinder seja frequentemente o mesmo, nota-se uma distinção clara na forma de autoapresentação. No Grindr, a ênfase recai sobre o aspecto físico; a corporeidade é evidenciada sem nudez explícita, priorizando o destaque de partes do corpo ou roupas íntimas. É comum, ainda, a presença de perfis sem fotos de rosto ou com imagens que preservam o anonimato do usuário.

CAPÍTULO 6- GRINDR E A PROSTITUIÇÃO MASCULINA: A CONFIGURAÇÃO DE UM LUPANAR VIRTUAL

Historicamente, lupanar é o termo em latim para designar um bordel ou prostíbulo. Etimologicamente, deriva de *lupa* (lobo), que era o termo coloquial usado na Roma Antiga para se referir às prostitutas.

O lupanar mais famoso que se conhece hoje é o de Pompeia, que sobreviveu sob as cinzas do Vesúvio¹⁹. Eram espaços geralmente pequenos, com cubículos e pinturas eróticas nas paredes que serviam como um "catálogo visual" similar ao conceito de vitrine analisa no Grindr através da presente tese.

Desse modo, formula-se a seguinte pergunta: É possível amar virtualmente? Esta interrogação reacende o debate sobre os impactos das tecnologias digitais nas configurações contemporâneas de intimidade. Nos inúmeros aplicativos de relacionamento atuais, nota-se uma tensão latente entre dois propósitos distintos: a busca por vínculos afetivos perenes e a gratificação imediata do desejo. Enquanto certas plataformas se posicionam como facilitadoras de relacionamentos estáveis — incluindo serviços para o público LGBTQIAPN+ que auxiliam na organização de matrimônios —, outras privilegiam o efêmero e o encontro casual, dinâmica recorrente em redes como o Grindr.

Nas últimas décadas, essas ferramentas consolidaram-se como eixos centrais da chamada economia digital do afeto. A mediação tecnológica das relações íntimas não apenas expandiu o leque de parceiros potenciais, mas reconfigurou profundamente a "apresentação do eu", os critérios de seletividade e a própria gramática do desejo. Nesse panorama, o Grindr assume uma função singular: além de atuar como um espaço de sociabilidade homoerótica, consolidou-se como um território de negociação para a prostituição masculina contemporânea.

A arquitetura dessas plataformas é, frequentemente, regida por uma lógica análoga à racionalidade de mercado. O encontro deixa de ser um evento puramente contingente para operar sob mecanismos de filtragem, compatibilidade e otimização. O indivíduo é instado a elaborar um perfil que o represente de forma sintetizada e

¹⁹ Segundo Sparvoli(2020) o Sarah Levin-Richardson, em *The Brothel of Pompeii: Sex, Class, and Gender at the Margins of Roman Society*, o lupanar de Pompeia não deve ser compreendido apenas como um espaço de prostituição, mas como um ambiente socialmente codificado, no qual imagens, inscrições e arquitetura participavam da mediação das interações entre clientes e trabalhadores sexuais.

estratégica. No contexto da prostituição masculina, essa dinâmica ganha contornos mais nítidos, transformando o perfil de um instrumento de interação social em uma vitrine de oferta de serviços.

Dessa forma, o trabalhador sexual no Grindr executa um duplo movimento adaptativo. Por um lado, é submetido a um processo de autorrotulação detalhada, especificando atributos físicos, práticas, limites e, ocasionalmente, valores pecuniários. Por outro, deve adequar-se rigorosamente às convenções visuais e simbólicas do mercado homoerótico digital, performando uma identidade que maximize sua atratividade e eficácia comercial.

Essa textualização da subjetividade produz efeitos ambíguos: ao mesmo tempo em que exacerba o senso de singularidade — exigindo que o indivíduo destaque diferenciais competitivos —, acaba por precipitar uma padronização estética e comportamental. A necessidade de se tornar "legível" para o algoritmo impõe uma gramática de apresentação que limita a complexidade do sujeito a formatos preestabelecidos pela plataforma.

A prostituição masculina mediada pelo Grindr radicaliza a lógica liberal da escolha. O cliente assume a postura de um consumidor em um mercado de alta competitividade, no qual perfis são escrutinados, comparados e sumariamente descartados. Nessa dinâmica, a concorrência deixa de ser uma abstração e materializa-se na grade de geolocalização, onde o corpo masculino passa a operar como um capital erótico em permanente exposição e escrutínio comparativo.

Nesse processo, o sujeito é frequentemente reduzido a um inventário de atributos quantificáveis: idade, altura, peso, performance sexual e valoração financeira. As interações interpessoais transmutam-se em relações entre categorias abstratas, mediadas por filtros e algoritmos de compatibilidade que convertem a alteridade em um agregado de dados processáveis. O humano, portanto, é fragmentado para se ajustar aos critérios de busca do sistema.

A imagem fotográfica consolida-se como o elemento decisivo do funil de seleção. Diante disso, o trabalhador sexual no Grindr ocupa uma posição estruturalmente paradoxal: embora exerça certa agência econômica ao gerir preços e horários, permanece subordinado a uma lógica de mercado que impõe padrões rígidos de valorização corporal. A subjetividade é, simultaneamente, hiperbolizada pela

exigência de autopromoção e objetificada pela conversão do corpo em mercadoria tangível.

Em última análise, as plataformas digitais não operam apenas como hospedeiras de trocas afetivas ou sexuais, mas como arquitetas de regimes específicos de visibilidade e valoração. O encontro humano passa a ser mediado pela otimização da escolha e pela organização algorítmica do desejo. Nesse cenário, o amor e o sexo são atravessados por processos de mercantilização, revelando como as instâncias mais íntimas da vida contemporânea tornaram-se pilares centrais de uma economia digital do afeto.

Podemos analisar a próxima figura:

FIGURA 06 - PERFIL “MEUCASAMENTOGAY” NO INSTAGRAM: APRESENTAÇÃO DA CONTA, MÉTRICAS (PUBLICAÇÕES, SEGUIDORES E SEGUIDOS) E DESTAQUES



Fonte: [instagram.com/meucasamentogay](https://www.instagram.com/meucasamentogay)

Nesse sentido, Illouz (2011, p.6) comenta o seguinte:

O afeto não é uma ação em si, mas é a energia interna que nos impele a agir, que confere um “clima” ou uma “coloração” particulares a um ato. Por isso, o afeto pode ser definido como o lado da ação que é “carregado de energia”, no qual se entende que essa energia implica, simultaneamente, cognição, afeto, avaliação, motivação e o corpo. Longe de serem pré sociais ou pré-culturais, os afetos são significados culturais e relações sociais inseparavelmente comprimidos, e é essa compressão que lhes confere sua capacidade de energizar a ação. O que faz o afeto transportar essa “energia” é o fato de ele sempre dizer respeito ao eu e à relação do eu com outros culturalmente situados. Quando você me diz “Você se atrasou de novo”, a possibilidade de eu sentir vergonha, raiva ou culpa dependerá quase exclusivamente da relação existente entre nós dois. (Illouz, 2011, p.6).

A citação supracitada subverte a visão dicotômica entre razão e emoção ao definir o afeto como uma energia cognitiva e socialmente situada que precede e colore a

ação humana. Ao postular que os sentimentos não são impulsos biológicos brutos, mas "significados culturais comprimidos", a autora argumenta que a nossa resposta emocional a um evento — como a culpa ou a raiva diante de uma crítica — é estritamente mediada pela natureza do vínculo interpessoal e pelas normas sociais que o sustentam. Dessa forma, o afeto funciona como uma bússola interpretativa que converte a posição do sujeito no mundo em motivação prática, revelando que a intimidade e o "eu" são construções indissociáveis das estruturas de poder e cultura nas quais estão imersos.

No livro *O amor nos tempos do capitalismo*, Eva Illouz (2011) analisa como as relações afetivas contemporâneas foram profundamente metamorfoseadas pela cultura capitalista e pelos discursos psicológicos. A autora argumenta que, na modernidade, as emoções e a intimidade passam a ser regidas por uma lógica de mercado, na qual a seletividade, a avaliação de preferências e a otimização das escolhas tornam-se eixos centrais da busca por parceiros. Nesse cenário, as tecnologias digitais e as plataformas de relacionamento potencializam essa dinâmica, convertendo o encontro amoroso em um espaço de exposição estratégica e comparação sistemática entre perfis.

Sob essa ótica, determinadas plataformas configuram territórios específicos de interação, onde o desejo, a negociação e a sexualidade assumem contornos que remetem, simbolicamente, aos espaços tradicionais de comércio sexual. Esses ambientes virtuais operam, por vezes, como "bordéis digitais" — termo aqui empregado em alusão ao território de confluência da prostituição contemporânea. Tais espaços evocam o ideal de ambientes fechados e seguros que, mediante códigos de conduta e linguagens cifradas entre os participantes, buscam garantir o sigilo e a discrição das interações.

Ao mobilizar a premissa do anonimato, o Grindr e seus usuários articulam práticas associadas à ciberprostituição. Paradoxalmente, a plataforma apresenta diretrizes e advertências formuladas de maneira enfática — frequentemente em caixa alta, como o uso impositivo do advérbio "NÃO" — que proíbem explicitamente a solicitação de serviços comerciais. Conforme a política institucional da empresa, o objetivo do aplicativo é "estabelecer conexões, não lucrar", revelando uma tentativa deliberada de dissociar a marca de atividades de natureza mercantil e evitar implicações legais ou estigmas morais.

Contudo, do ponto de vista jurídico e sociológico, a prostituição é definida por elementos como a troca pecuniária, a habitualidade da oferta e a multiplicidade de

parceiros. Embora o Grindr estabeleça restrições formais, a pragmática cotidiana da rede revela perfis que sugerem, de forma velada ou direta, negociações sexuais remuneradas. Paralelamente, coexistem usuários que buscam vínculos constantes e monogâmicos, evidenciando uma heterogeneidade de intenções. Essa tensão entre as normas institucionais e as práticas efetivas demonstra que o aplicativo é um campo de disputa, onde as regras formais são constantemente negociadas e subvertidas pelas dinâmicas do desejo e da sobrevivência econômica.

Essa postura torna-se ainda mais nítida nas diretrizes da plataforma atinentes à atividade mercantil e à solicitação sexual, por meio das quais a empresa incita os próprios usuários a atuarem como agentes de fiscalização, denunciando perfis com fins comerciais. Conforme preconiza o regulamento interno: “caso você encontre um perfil que use o Grindr com fins comerciais, pedimos que faça uma denúncia dentro do aplicativo para que a nossa equipe de moderação possa investigar”. Tal estratégia revela um esforço de regulação institucional que visa higienizar o ambiente digital; contudo, a persistência dessas práticas demonstra que a dinâmica orgânica do uso frequentemente subverte os mecanismos de controle e a governança algorítmica da plataforma. No próximo quadro, é listado um conjunto de *emojis* e códigos.

QUADRO 02 - LISTA DE EMOJIS E CÓDIGOS UTILIZADOS PELOS GAROTOS DE PROGRAMA NO GRINDR:

Termo/Emoji	Significado
GP	"Garoto de programa", sigla usada para driblar moderação do app.
PG	"Garoto de programa" ao contrário, usado para despistar moderadores.
	<i>Emojis</i> relacionados a dinheiro indicam atividade comercial de solicitação sexual.
Boy	"Garoto" em inglês, usado como gíria para designar garotos de programa.
	Emoji usado para indicar "boy", isto é, garoto de programa.
Acompanhante	Termo que significa michê, sem o foco na atividade sexual.
disponível / available	Ambos os termos significam que o usuário ou perfil está aberto a contratação sexual.
Masso / massagem 	Nos aplicativos, pode significar "massoterapeuta", assim como eufemismo para garoto de programa.

Fonte: Grindr

A experiência no Grindr é balizada por uma negociação incessante entre visibilidade e invisibilidade. Os usuários orbitam entre o anseio pela conexão e o temor da exposição, explorando identidades em interfaces que operam, simultaneamente, como vitrine e refúgio. Essa dinâmica reflete a complexidade das interações mediadas, evidenciando como as tecnologias digitais moldam as performances do "eu" contemporâneo. Ao longo das últimas décadas, a rede mundial de computadores viabilizou uma socialização em rede que preserva o anonimato e busca a segurança, oferecendo novos arranjos afetivos que, embora digitais, atuam eficazmente no combate à solidão.

Nesse ecossistema, os usuários constituem-se como enunciadores digitais: sujeitos discursivos que emergem das condições sociotécnicas intrínsecas à internet. Conforme postula Paveau (2021), tais enunciadores não possuem um equivalente ontológico exato fora da rede, pois são forjados por práticas linguageiras nativas do meio digital. Seus discursos são estruturados pelas affordances²⁰ e limitações técnicas da plataforma, as quais condicionam tanto as gramáticas de apresentação pessoal quanto as modalidades de interatividade entre os pares.

Essa configuração técnica converge para o que Eva Illouz (2011) descreve como a transformação estrutural dos afetos na modernidade. A apresentação do indivíduo no aplicativo tende à padronização e à homogeneização estética, paradoxalmente situadas em um mercado saturado por uma abundância hiperbólica de parceiros potenciais. Nesse cenário de escolha racionalizada, a diferenciação torna-se um imperativo, ainda que confinada aos limites dos filtros algorítmicos.

Nesse contexto, o trabalhador sexual — independentemente de sua performance de gênero ou virilidade — precisa gerir um rigoroso sigilo profissional para assegurar sua permanência no mercado. A manutenção das categorias de "discreto" e "fora do meio" torna-se, portanto, um ativo estratégico. Operando muitas vezes à margem das legitimações sociais, esse sujeito deve garantir que tanto a sua identidade quanto a de seus clientes permaneçam resguardadas por códigos de conduta que priorizam a inviolabilidade do anonimato.

Em última instância, a visibilidade e a invisibilidade da prostituição masculina no Grindr mimetizam a própria trajetória histórica de ocultamento das dissidências

²⁰ Para Da Silva Oliveira e Rodrigues (2006), affordances representa a interação dinâmica com o ambiente, o homem (agente) que controla parte de suas atividades através da captação de informação pelo sistema visual.

sexuais. A plataforma opera em uma zona ambivalente: ao passo que inaugura um espaço de visibilidade para o desejo homoerótico, também replica hierarquias, normas de desejo e formas de submissão que atravessam a construção das identidades. Como território virtual de interação e comércio sexual, o Grindr revela a coexistência de dimensões aparentemente antagônicas, onde o ato de "mostrar-se" é indissociável da arte de "esconder-se".

O crescente volume de práticas associadas à prostituição masculina no aplicativo deve ser compreendido à luz de processos históricos de repressão e controle da sexualidade. Tal cerceamento não se restringe ao aparato jurídico; ele se ramifica pelas dimensões cultural e psíquica, onde a percepção social da homossexualidade foi, por muito tempo, ancorada nas noções de desvio e marginalidade. Embora a criminalização formal tenha sido superada em diversos ordenamentos legais, essas representações arcaicas persistem no imaginário coletivo, modulando as formas de interação e os mecanismos de vigilância que operam silenciosamente nas plataformas digitais.

Nesse cenário, o ambiente virtual é frequentemente percebido como um refúgio de segurança para a expressão do desejo, em contraposição à hostilidade eventual do espaço físico. Todavia, essa sensação de proteção revela-se, por vezes, parcial e ilusória. A literatura e os registros contemporâneos apontam para a recorrência de episódios de violência em que o aplicativo serve de vetor para emboscadas e agressões. Assim, o ecossistema digital, conquanto inaugure novas possibilidades de sociabilidade, reconfigura também as formas de vulnerabilidade sistêmica a que esses sujeitos estão expostos.

No Grindr, o estigma que recai sobre a homossexualidade e o trabalho sexual masculino manifesta-se de maneira capilar. Ao mesmo tempo em que a plataforma catalisa o encontro de subjetividades dissidentes, ela as submete a um regime de monitoramento constante — seja pela via da autovigilância entre os usuários, seja pelo escrutínio moral da sociedade abrangente. Essa vigilância social atua para reificar associações históricas entre a sexualidade não normativa e o perigo social, mantendo viva uma aura de clandestinidade que independe da proteção legal vigente.

Em última análise, a prostituição masculina no Grindr transcende a esfera da escolha individual ou da "conduta desviante"; ela deve ser interpretada como um fenômeno situado em um campo de tensões entre autonomia sexual e controle social. O aplicativo emerge, portanto, como um "lupanar virtual": um território ambivalente onde

a visibilidade e a negociação do desejo coexistem com estigmas profundos. É um espaço atravessado por disputas simbólicas, onde a tecnologia, ao mesmo tempo em que liberta a expressão da identidade, impõe novas e sofisticadas gramáticas de sujeição e invisibilidade.

Nesse sentido, pode-se compreender a próxima citação:

Homosexuality is not just a delinquent category, it is a patho logical one. In the psychiatric sense, of course, but also in a more physical sense : drugs and homosexuality are generally mentioned together in official reports because they seem to hold similar positions in the process of degeneration. (Hocquenghem, 1993, p.70)²¹

A citação de Guy Hocquenghem expõe a violenta intersecção entre o saber médico-psiquiátrico e o controle social, revelando como a homossexualidade foi historicamente construída não apenas como um desvio moral ou jurídico, mas como uma patologia degenerativa. Ao associar o desejo homoerótico ao uso de substâncias entorpecentes em relatórios oficiais, o autor demonstra um mecanismo de estigmatização que desloca o sujeito da esfera do direito para a esfera do "vício" e da "doença", sugerindo uma decadência biológica e social incontornável. Esse processo de patologização serviu como lastro para políticas de exclusão e vigilância, transformando a subjetividade dissidente em um corpo que precisa ser "curado" ou isolado, uma herança que, como discutido anteriormente, ainda ecoa nas dinâmicas de sigilo e marginalização observadas nos espaços digitais contemporâneos.

Compreender a prostituição masculina no Grindr exige o reconhecimento das ambivalências intrínsecas a esse fenômeno. Situado entre a visibilidade e a invisibilidade, a liberdade e o controle, e o desejo e o estigma, o aplicativo configura-se como um espaço onde discursos sociais sobre sexualidade, moralidade e identidade são constantemente negociados.

Quanto às diretrizes da plataforma, destaca-se a orientação para que os usuários compartilhem seus desejos de forma positiva e afirmativa, rejeitando explicitamente o racismo e promovendo a inclusão. Outro aspecto fundamental é o consentimento, pilar das relações estabelecidas no aplicativo. Reforça-se a necessidade de seguir as regras

²¹ A homossexualidade não é apenas considerada uma categoria de delinquência, mas também uma categoria patológica. No sentido psiquiátrico, evidentemente, mas também em um sentido mais físico: drogas e homossexualidade são frequentemente mencionadas juntas em relatórios oficiais, pois parecem ocupar posições semelhantes nos processos de degeneração. Tradução nossa.

para manter a segurança da comunidade, incentivando, inclusive, a denúncia de usuários que violem tais normas.

Ao analisar as características descritivas dos usuários, percebe-se um jogo entre exposição e anonimato. É comum a omissão do rosto e do nome real, com muitos optando por exibir apenas partes do corpo. Essa escolha confere à plataforma uma conotação marcadamente sexual e anônima, na qual o corpo assume o protagonismo da identidade pessoal, conforme aponta Zago (2013).

Entretanto, deve-se observar outra dimensão da relação entre o homem e sua masculinidade no exercício do desejo: a influência de uma cultura comercial com particularidades específicas, como a "prostituição viril". Essa dinâmica reflete-se com frequência nas descrições e anúncios presentes nos perfis dos usuários (Viana, 2004, p. 300).

Nota-se que os textos desses perfis frequentemente espelham essa relação comercial, inclusive no que tange à prostituição. Contudo, como destaca Perlongher (1987), o cenário dessa prática social deve ser compreendido mais como um espaço de circulação do que de fixação. Nesse sentido, o Grindr caracteriza-se pela impermanência, dado que os usuários alteram constantemente seus perfis, nomes, fotos e informações, ou até deletam suas contas, tornando a identidade na rede extremamente mutável.

Autores como França (2012, p.100) caracterizam os aplicativos como territórios privilegiados para o exercício do desejo, nos quais os interlocutores mobilizam significantes de prestígio e afinidades eletivas. Nesse cenário, a construção do perfil opera como uma vitrine estratégica, onde o sujeito seleciona atributos que maximizam seu valor simbólico e facilitam a identificação com pares específicos. Assim, estabelece-se que:

Usar roupas certas, falar de viagens e deixar que saibam qual marca se está usando são como um texto ideal a ser reproduzido, nas falas e no estilo. Esse texto porém não é acessível a todos: as roupas modernas não apagam a cara do interior e ser meio moreno, por exemplo- aqui, classe social claramente mistura-se com cor/raça e procedência.

Fica, portanto, evidenciado que a construção da identidade nos espaços de sociabilidade digital não se limita ao consumo material, mas estende-se a uma performance de estilo e discurso que busca mimetizar um ideal de elite. Todavia, o autor ressalta a natureza excludente desse "texto" social: a tentativa de ascensão por meio de marcas e narrativas de viagem esbarra em marcadores indelévels de exclusão. Ao

pontuar que "roupas modernas não apagam a cara do interior" ou o fenótipo racial, o trecho demonstra como o racismo estrutural e o preconceito regional operam como barreiras que o capital financeiro, isoladamente, não consegue transpor. Assim, a distinção social revela-se como um mecanismo complexo onde classe, raça e procedência se fundem, ditando quem pode, de fato, transitar com legitimidade pelos espaços de prestígio e quem permanece estigmatizado, independentemente da indumentária que ostenta.

A citação ainda evidencia que a construção da identidade nos espaços de sociabilidade contemporâneos, especialmente no ambiente digital, não se limita ao acúmulo ou à exibição de bens materiais. Ela exige o que se pode chamar de uma "performance de elite", que abrange desde a escolha rigorosa de marcas até a construção de uma narrativa de vida cosmopolita, pautada em viagens e experiências de consumo que funcionam como senhas de entrada para determinados grupos sociais.

Esse fenômeno revela que o estilo de vida se torna um "texto" a ser lido pelos outros, onde o vocabulário e a indumentária buscam mimetizar um ideal de prestígio. No entanto, o autor destaca o caráter profundamente excludente desse roteiro: a tentativa de ascensão simbólica por meio do consumo esbarra em marcadores que o capital financeiro, isoladamente, não é capaz de comprar ou apagar, expondo as limitações da mobilidade puramente estética.

Um dos pontos mais sensíveis da análise reside na impossibilidade de camuflar as origens geográficas e culturais, o que o texto chama de "cara do interior". Esse conceito remete ao estigma regional, sugerindo que o sotaque, os trejeitos e a bagagem cultural de quem vem das periferias ou do interior são lidos como ruídos que impedem a integração plena aos centros urbanos de poder, mesmo quando o indivíduo está vestido com roupas consideradas "modernas".

Ademais, a citação traz à tona a dimensão racial como uma barreira intransponível na estrutura social brasileira. Ao mencionar que a "cor/raça" se mistura à classe social, o autor demonstra como o racismo estrutural opera para deslegitimar corpos "meio morenos" ou negros, independentemente de seu poder de compra. O corpo, nesse contexto, torna-se um território de resistência ou de punição, onde o fenótipo muitas vezes fala mais alto do que qualquer etiqueta de luxo.

Por fim, a distinção social revela-se como um mecanismo complexo e cruel, no qual classe, raça e procedência se fundem para criar um sistema de filtragem rigoroso.

Esse jogo de aparências dita quem possui a legitimidade para transitar pelos espaços de prestígio e quem, por mais que tente reproduzir o "texto ideal", permanece confinado ao estigma. Conclui-se, portanto, que a moda e o estilo podem até sinalizar o desejo de pertencimento, mas a estrutura social mantém intactas as fronteiras que segregam os indivíduos por sua origem e cor.

Em suma, a exposição de uma imagem social mobiliza elementos fundamentais de distinção. Inicialmente, a aparência externa — manifestada por vestimentas e acessórios — e o capital cultural exibido — como o relato de viagens ou a menção a grifes — compõem uma performance de pertencimento a determinados grupos ou classes. Essa idealização discursiva evidencia a desigualdade no acesso a bens e serviços, revelando que os processos de exclusão social e racial atuam como categorias centrais de marginalização nesse cenário.

Nos aplicativos voltados ao mercado do sexo e da prostituição, existe uma expectativa implícita de que os indivíduos maximizem sua visibilidade e atratividade por meio de marcadores de prestígio. Nesse mercado do desejo, a estética e o comportamento sedutor operam como uma moeda de troca, alimentando o capital de sucesso dentro de uma economia sexual altamente competitiva.

Em *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*, Zygmunt Bauman (2008) analisa como os indivíduos são transmutados em produtos nas sociedades contemporâneas. O autor questiona a soberania atribuída ao consumidor, que oscila entre dois polos interpretativos: o de "pateta cultural", manipulado pela publicidade e pelas forças de mercado; e o de "herói da modernidade", supostamente autônomo, racional e capaz de autodeterminação. Ambas as visões, contudo, sustentam uma separação artificial entre sujeito e objeto, como se consumidor e mercadoria existissem de forma independente.

Para Bauman (2008), tal distinção torna-se cada vez mais tênue, pois o próprio sujeito é progressivamente absorvido pela lógica mercantil. Indivíduos passam a ser avaliados, expostos e consumidos como mercadorias em diversas arenas, especialmente no ambiente digital. A lógica do consumo, portanto, extrapola os bens materiais para organizar relações sociais, vínculos afetivos e a própria subjetividade. Na "sociedade de consumidores", a fronteira entre quem consome e o que é consumido se dissolve: ninguém ascende à condição de sujeito sem, simultaneamente, converter-se em mercadoria.

Essa formulação revela-se fundamental para analisar a prostituição masculina mediada pelo Grindr. Nesse ecossistema, o trabalhador sexual não ocupa meramente a posição de prestador de serviços; ele constitui-se, em sua totalidade, como a própria mercadoria. Seu perfil digital funciona como uma vitrine estratégica, onde imagens, biometrias descritivas, performances de masculinidade e códigos de disponibilidade operam como mecanismos de valorização dentro de um mercado sexual digital altamente competitivo.

A prostituição masculina no ambiente digital explicita, de maneira aguda, o que Bauman (2008) identifica como a característica estrutural da "sociedade de consumidores": a dissolução do sujeito no universo das mercadorias. Para o trabalhador sexual, não basta ofertar um serviço; é imperativo manter-se permanentemente "vendável". Essa exigência impõe uma gestão constante do eu, que envolve a atualização estética de fotografias, a reformulação de narrativas biográficas e a adaptação de performances de gênero conforme as flutuações da demanda percebida.

Nesse cenário, a masculinidade ascende ao estatuto de capital simbólico. A performance de virilidade, a estética da descrição e os signos da hegemonia masculina deixam de ser meras expressões identitárias para se tornarem recursos de diferenciação competitiva. O corpo, portanto, é exibido como um invólucro de valor, enquanto a subjetividade é lapidada como uma marca (*branding*) a ser reconhecida, desejada e, por fim, adquirida.

Em última análise, o ambiente digital não apenas facilita a transação sexual, mas intensifica a lógica da autocomodificação inerente à modernidade líquida. A análise do Grindr evidencia que a transformação de pessoas em mercadorias não é uma metáfora sociológica abstrata, mas uma dinâmica concreta e palpável. O trabalhador sexual habita uma posição paradoxal: é, simultaneamente, o consumidor (de visibilidade, algoritmos e oportunidades) e a mercadoria (avaliada, comparada e selecionada). A fronteira entre sujeito e objeto revela-se, portanto, estruturalmente instável e porosa.

Nesse contexto, a prostituição masculina mediada por aplicativos oferece uma materialização contundente da tese de Zygmunt Bauman (2008): o imperativo de "viver para consumir" transfigura-se, paradoxalmente, na condição de "viver para ser consumido". A subjetividade do indivíduo, portanto, submete-se à lógica do mercado, onde o ser e o ter se fundem em um ciclo de descartabilidade e objetificação.

Ao investigar a prostituição masculina no cenário digital, este trabalho descortinou um complexo processo de gestão do desejo e das relações homoeróticas, ambos profundamente condicionados pelas pressões da heterossexualidade dominante. Nesse panorama, o Grindr — plataforma de geolocalização voltada ao público HSH (homens que fazem sexo com homens) — consolida-se como uma ferramenta estratégica para analisar como os sujeitos articulam suas identidades e mitigam as retaliações sociais inerentes à vivência de suas sexualidades.

Em uma estrutura social permeada pelo receio do assédio moral, da exclusão profissional e do isolamento, a busca por discrição torna-se uma tática de sobrevivência. Plataformas como o Grindr possibilitam não apenas a viabilização de encontros, mas uma administração cautelosa da exposição pública. Assim, o aplicativo atua como um mediador que visa conciliar a satisfação do desejo com a preservação da integridade e da segurança pessoal dos usuários.

No ecossistema digital, o corpo masculino transcende a função de mero objeto de desejo; ele é discursivamente construído como mercadoria, capital simbólico e produto competitivo. Dentro desta "economia da visibilidade", a estética e os atributos físicos são mobilizados como ativos de troca, conferindo ao sujeito um valor de mercado que oscila conforme as demandas e fetiches do ambiente virtual.

A análise desse fenômeno sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (ACD) permite desvelar como relações de poder, desigualdades estruturais e normatividades de gênero são, simultaneamente, reproduzidas e tensionadas nas interações digitais. Esse olhar investigativo revela as dinâmicas de resistência e os mecanismos de adaptação dos sujeitos frente às pressões sociais e institucionais que tentam moldar suas trajetórias (Rocha, 2005).

No ecossistema do Grindr, o sigilo transmuta-se em uma tática fundamental de sobrevivência e resistência diante da repressão social. A adoção de uma postura discreta configura-se como uma manobra estratégica para contornar as imposições da heterossexualidade dominante sem a necessidade de um confronto direto. Tal dinâmica permite que o sujeito homossexual articule uma existência paralela, operando nas frestas daquilo que é sancionado pela norma heteronormativa.

Embora existam avanços significativos no reconhecimento e nos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, esses progressos ainda tendem a confinar a homossexualidade à esfera do privado. Esse cenário acaba por individualizar o desejo,

delegando a cada sujeito o ônus de gerir os riscos inerentes à sua própria visibilidade. Nesse contexto, o Grindr e plataformas análogas surgem como instrumentos tecnológicos que viabilizam a gestão da descrição e a manutenção do sigilo dentro de uma esfera privada controlada.

Frequentemente, a vivência do desejo homoerótico encontra viabilidade apenas sob o manto do anonimato proporcionado pelo território virtual. Esse isolamento digital coloca o sujeito em uma posição de vulnerabilidade extrema, compelindo-o a adotar táticas cotidianas de autoproteção — como a omissão ou a dissimulação de seus afetos — para navegar em uma sociedade que ainda penaliza identidades dissidentes.

Autores como Miskolci (2017, p.28) comentam o seguinte:

O fato de que a sexualidade se tornou um espaço para conjecturar sobre a verdade de si e um dos meios para alcançar autonomia deve ser motivo de investigação, o que envolve não ignorar o papel social do desejo na crescente conscientização dos sujeitos sobre seus direitos. O desejo, assim, pode gerar leituras sobre controle ou transformação social, ser lido como o definidor estático de uma verdade sobre si mesmo ou um dos catalizadores contemporâneos de lutas por reconhecimento. Reconhecimento que coloca em xeque normas legais, institucionais e mesmo convenções culturais que constituíram a cidadania e as nações como uma comunidade imaginada, fundamentalmente, como heterossexual.

A reflexão de Miskolci (2017) expande a compreensão da sexualidade para além do campo da subjetividade individual, posicionando-a como um eixo central de disputa política e cidadania. Ao sugerir que o desejo não é apenas um "definidor estático", mas um catalisador de lutas por reconhecimento, o autor desestabiliza a noção de que a esfera íntima está isolada das estruturas de poder. Nesse sentido, a busca por autonomia sexual confronta diretamente a "comunidade imaginada" heteronormativa, exigindo uma reconfiguração das normas legais e institucionais. Assim, enquanto a lógica de Bauman alerta para o risco da autocomodificação do sujeito no mercado do desejo, Miskolci oferece o contraponto da agência: a possibilidade de que essa mesma sexualidade, ao reivindicar espaço e visibilidade, atue como uma força transformadora capaz de tensionar as convenções culturais e expandir os horizontes da consciência de direitos na contemporaneidade.

A prostituição masculina mediada pelo Grindr constitui um território ambivalente de resistência, onde o desejo homoerótico encontra canais de vazão, ainda que frequentemente sob o signo do segredo e da descrição. O mercado do sexo digitalizado potencializa táticas de sobrevivência que permitem aos sujeitos estabelecer

conexões e vivenciar experiências sexuais contornando, em certa medida, o estigma e o julgamento social direto.

Nesse cenário, o aplicativo opera como um dispositivo de subversão das normas heteronormativas, forjando espaços virtuais de pertencimento para indivíduos historicamente marginalizados. A plataforma oferece um campo para a exploração de fantasias e fetiches onde o sujeito ensaia maior liberdade; contudo, essa autonomia é tensionada pela persistente lógica do "sigilo". Tal dinâmica revela que a sociedade ainda encarcera o desejo homossexual e o trabalho sexual masculino em categorias de inaceitabilidade ou periculosidade.

A arquitetura dessas plataformas compele o usuário a uma autodescrição compulsiva no ato do ingresso. Autodescrever-se, nesse contexto, equivale a um "despir-se simbólico" diante do olhar do outro: o indivíduo é simultaneamente instado a objetivar-se em dados e a refinar, imaginariamente, seus ideais e intenções. Trata-se de uma curadoria de si que busca alinhar a identidade apresentada às expectativas do mercado afetivo-sexual.

Sob a perspectiva de Eva Illouz (2011), esses processos de autopresentação e a busca racionalizada por parceiros não são aleatórios, mas fundamentados em princípios psicológicos que reorganizam a subjetividade contemporânea. A escolha amorosa e sexual deixa de ser um evento puramente intuitivo para se tornar um processo reflexivo de gestão de valor e compatibilidade.

Esses princípios, que regem a economia emocional nos ambientes digitais, estruturam-se da seguinte forma:

Esos procesos de autopresentación y búsqueda de una pareja se basan en la corriente psicológica en por lo menos tres sentidos. En primer lugar, el yo se construye descomponiéndolo en categorías discretas de gustos, opinión, personalidad y temperamento, y así se lo hace buscar a otro sobre la base de la idea y la ideología de la compatibilidad emocional y psicológica. Un encuentro exige una gran cuota de introspección y la capacidad de articular el perfil psicológico propio y el de otro.(Illouz, 2011,p.170)²²

A análise de Illouz (2011) evidencia como a subjetividade, ao ingressar nas

²² Esses processos de autopresentação e busca por parceiros se fundamentam, ao menos em três dimensões da psicologia contemporânea. Primeiro, o eu se constrói ao ser decomposto em categorias discretas de gostos, opiniões, personalidade e temperamento, sendo, a partir disso, levado a buscar outro indivíduo com base na ideia e na ideologia de compatibilidade emocional e psicológica. Um encontro requer, portanto, intensa introspecção e a capacidade de articular o próprio perfil psicológico e o do outro. Tradução nossa.

plataformas digitais, submete-se a um processo de racionalização e fragmentação. Ao decompor o "eu" em categorias quantificáveis — como temperamento e preferências —, a psicologia contemporânea transforma a busca pelo outro em um exercício de engenharia social baseado na ideologia da compatibilidade. Nesse cenário, o encontro deixa de ser um evento do acaso ou do mistério para se tornar uma operação logística que exige do sujeito uma alta capacidade de introspecção e autoarticulação. No contexto do Grindr, essa dinâmica se intensifica: o trabalhador do sexo ou o usuário comum deve não apenas "ser", mas "traduzir-se" em um perfil psicológico e estético otimizado, transformando a própria interioridade em um conjunto de dados prontos para serem comparados e consumidos em um mercado de afinidades pré-programadas.

De acordo com a perspectiva de Illouz (2011), a dinâmica dos aplicativos de relacionamento promove uma transposição do eu psicológico privado para uma representação pública. Nesse cenário, as interações são mediadas por estratégias de autopresentação e uma visibilidade rigorosamente controlada, onde a busca por compatibilidade é pautada por performances identitárias pré-estabelecidas.

Nesse contexto, o desejo pelo perfil “tipo hétero” desvela a persistência das normas sociais na estruturação do afeto. A mimese da heterossexualidade consolida-se como um ideal de masculinidade hegemônica, amplamente ratificado pela mídia e pelo cotidiano. Essa estética, vinculada à virilidade, à juventude e ao rigor físico, fundamenta a figura do “gay-macho” no universo dos homens que fazem sexo com homens (HSH).

No imaginário social, a performance de masculinidade dominante é um mecanismo de manutenção de privilégios. Homens que mimetizam a estética heterossexual preservam seu status na hierarquia de gênero, evitando o estigma associado à efeminação. Assim, o interesse por esse perfil transcende a atração física, configurando-se como um fetiche pela virilidade normativa do outro.

A conquista sexual de um homem percebido como “tipo hétero” atua, portanto, como uma validação da própria masculinidade. O ato de seduzir ou penetrar um parceiro que personifica a virilidade hegemônica é interpretado como uma prova de poder e dominância, reforçando a posição de superioridade historicamente atribuída ao papel sexual ativo.

Essas tensões identitárias são o cerne da dissertação *“Textos verbo-visuais de homens que se relacionam afetivo-sexualmente com homens: te(n)sões entre masculinidades no aplicativo Grindr”*, escrita por Medeiros (2018). Por meio de uma

análise metodológica de textos verbo-visuais, o estudo investigou um *corpus* de perfis e interações coletados em Belo Horizonte, expondo como o design da interface e o discurso dos usuários moldam essas hierarquias de desejo.

Nos perfis analisados, evidencia-se um desinteresse sistemático pelo homem afeminado, o que sinaliza que a rejeição não incide sobre o feminino em sua essência, mas especificamente sobre a sua manifestação no corpo masculino — uma transgressão que rompe com o binarismo de gênero. Sob essa ótica, o homem afeminado é estigmatizado como alguém incapaz de "gerir sua própria masculinidade": uma falha atribuída tanto à sua orientação homossexual quanto à ausência de virilidade. Consequentemente, observa-se que, no espaço digital do Grindr, impõe-se a exigência de performances heteronormativas, estabelecendo uma vigilância de conduta mesmo em contextos de interação entre homens.

Como exemplifica um interlocutor:

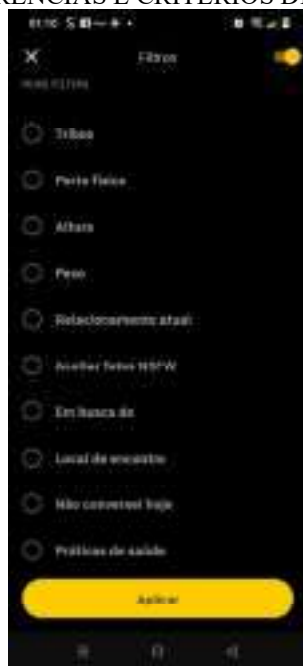
Há também neste perfil o desinteresse pelo homem afeminado, um dos pontos que mais encontrei nos perfis que coletei, que aparenta ter apoio não na negação do feminino, mas na negação do feminino em homens, já que isso quebraria o dualismo de gênero. Associado à orientação sexual homossexual, o homem afeminado personificaria uma má gestão da masculinidade, primeiro porque seria gay e segundo porque não seria viril. Não à toa no Grindr são cobrados comportamentos tidos como heterossexuais. Sobre isso, um interlocutor disse-me que “um dia desses veio um fala[n]do pra pessoas aqui serem menos viados. Menos viados? existe isso?”. Exigem-se performances heterossexuais até mesmo entre HRH. (Medeiros, 2018, p.129)

A citação de Medeiros (2018) aprofunda a compreensão sobre a hierarquia de valores nos dispositivos de busca afetiva, onde o desinteresse pelo homem afeminado revela uma forma de policiamento de gênero que transcende a orientação sexual. Ao evidenciar que a rejeição recai especificamente sobre a "má gestão da masculinidade", o autor demonstra como o binarismo de gênero é rigidamente preservado no ambiente digital, transformando o corpo afeminado em um local de abjeção por este subverter a virilidade esperada. O relato do interlocutor sobre a exigência de que os usuários sejam "menos viados" ilustra, de maneira crua, a imposição de uma performance heteronormativa como moeda de troca social, ratificando que, mesmo em espaços de resistência sexual, as normas da masculinidade hegemônica operam como critérios de exclusão e validação.

Assim, o estudo demonstra que o desejo não é neutro ou puramente individual,

mas moldado por hierarquias de gênero e pela valorização da masculinidade hegemônica, que continua operando mesmo nas relações entre homens. (Medeiros, 2018)

FIGURA 07- TELA DE FILTROS DO APLICATIVO, COM OPÇÕES DE SELEÇÃO DE PREFERÊNCIAS E CRITÉRIOS DE BUSCA.



Fonte: Grindr.

À medida que o perfil é estruturado, o sujeito se materializa digitalmente, processo no qual as ferramentas de edição e seleção — os filtros — atuam como mediadores fundamentais desse "nascimento virtual".

No próximo quadro, será apresentado um inventário de preferências e nomenclaturas.

QUADRO 03 - GLOSSÁRIO DE FETICHES E TERMINOLOGIAS (ORDEM ORIGINAL)

Termo	Definição / Descrição
Anon	Abreviação de "anônimo". Indica preferência por não saber detalhes pessoais antes da conexão.
Bator	Abreviação de "masturbador". Foco em brincar sozinho, ligado a <i>edging</i> ou exibicionismo.
BB	Acrônimo para "bareback" (sexo penetrativo sem preservativo).
BDSM	Sigla para Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo.
Bondage	Prática de ser fisicamente restrito ou amarrado para gratificação sexual.
Brat	Submisso lúdico e rebelde que gosta de testar limites e resistência nas dinâmicas.
Breeding	Prática ou desejo de sexo sem proteção, com ênfase no ato da ejaculação.

Termo	Definição / Descrição
Bubblebutt	Atração por bumbum simétrico, liso, arredondado e macio.
Carplay	Ter relações sexuais em um carro.
Chastity	Interesse em ter genitais trancados ou restritos; pode envolver celibato.
CMNM	<i>Clothed Male Naked Male</i> : um homem permanece vestido enquanto o outro está nu.
Commando	Preferência por não usar roupa íntima.
Condoms	Prática de sexo com uso de preservativos.
Condomsonly	Uso de preservativo como forma de proteção em 100% das vezes.
Cruising	Ato de procurar parceiros em locais específicos ou aplicativos.
Cuck	Interesse em <i>cuckolding</i> : assistir o parceiro se envolver com outras pessoas.
Cumdump	Pessoa que gosta de ser o receptor da ejaculação de múltiplos parceiros.
Cut	Refere-se a ser circuncidado.
Deepthroat	Inserção oral completa do pênis até a garganta.
Dirty	Refere-se a interesses (fetiches, axilas, fala), não à higiene ou saúde.
Discreet	Desejo de manter a vida privada ou identidade LGBTQ/fetiches em sigilo.
DL	"Down-low": estar no armário ou buscar encontros fora de um relacionamento oficial.
Dom	Dominante: parceiro que assume o comando durante a sessão (não necessariamente o ativo).
DTF	"Down to fuck": aberto a conexões que envolvem sexo imediato.
Edging	Técnica de prolongar o orgasmo aproximando-se e recuando do clímax repetidamente.
Eyecontact	Manter o olhar fixo como forma de intimidade ou provocação.
Feet	Excitação por pés (próprios ou alheios).
Femboy	Expressão de gênero: apresentação feminina com charme de menino (suave e andrógino).
FF	"Fist fucking": inserção da mão inteira em um orifício.
Filming	Interesse em gravar ou assistir gravações consensuais da atividade sexual.
Fingering	Uso dos dedos para estimulação sexual do parceiro.
Flexible	Refere-se à flexibilidade física ou à fluidez da sexualidade.
Foreplay	Atividades de preliminares que antecedem a relação sexual.
Frot	Masturbação mútua onde dois parceiros esfregam os pênis.
Furries	Interesse em personagens antropomórficos ou com características animais.
Furry	Identificação como parte da comunidade que aprecia personagens antropomórficos.
FWB	"Amigos com benefícios": sexo contínuo sem compromisso romântico.
Gear	Excitação por acessórios fetichistas (arreios, restrições, etc.).
GH	"Glory hole": buracos para sexo anônimo em locais específicos ou residências.
Gooner	Alguém que entra em transe (<i>gooning</i>) por longos períodos de pornografia/masturbação.
Group	Preferência por orgias e sexo envolvendo múltiplas pessoas.
Hands	Excitação por mãos e métodos manuais de estimulação.
Hosting	Capacidade de receber o parceiro em sua própria casa.
Humiliation	Dinâmica de poder onde o prazer advém de ser humilhado verbal ou fisicamente.
Hung	Pessoa que possui um pênis grande.
JO	"Jerk off": preferência por masturbação (solo ou mútua) em vez de penetração.
Kink	Excitação por práticas fora do padrão convencional (oposto ao "baunilha").
Kissing	Valorização e prazer no ato de beijar.

Termo	Definição / Descrição
Latex	Preferência sexual por roupas e acessórios feitos de látex.
Leather	Atração por couro; pode ser uma identidade cultural específica.
Limits	Definição clara e prévia do que não será feito sexualmente.
Lingerie	Interesse em usar ou ver o parceiro usando roupas íntimas femininas.
Looking	Indica que a pessoa está ativamente procurando sexo no momento.
Married	Indica que a pessoa é casada (abertamente ou de forma discreta).
Masc	Aparência ou maneirismos tradicionalmente masculinos.
Monogamy	Busca por relacionamento exclusivo entre apenas duas pessoas.
Musk	Atração pelo cheiro natural do corpo (suor pós-atividade física).
Nipples	Foco na estimulação dos mamilos (próprios ou do parceiro).
NSA	"No strings attached": sexo sem fidelidade emocional ou expectativas futuras.
Nudist	Conforto ou preferência pela nudez social e ambientes com roupas opcionais.
Nylon	Atração por roupas de nylon ou meia-calça.
Oral	Preferência por realizar ou receber sexo oral.
Piercings	Atração por joias presas ao corpo e modificações corporais.
Pig	Termo para quem gosta de sexo cru, selvagem, sem inibições ou "bagunçado".
Pits	Fetice por lambar, cheirar ou interagir com axilas.
Poly	Poliamoroso: múltiplos relacionamentos íntimos e consensuais simultâneos.
Public	Desejo de realizar atos sexuais em locais públicos.
Pup	Papel de "filhote" no <i>pup play</i> , geralmente obediente a um <i>handler</i> .
Pupplay	Subconjunto de <i>pet play</i> onde se assume o espaço mental de um cachorro.
Quickie	Interesse em encontros sexuais rápidos e breves.
Rimming	Estimulação oral do ânus (anilingus).
Roleplay	Interpretação de personagens e cenários para realizar fantasias.
Rough	Preferência por encontros sexuais fisicamente intensos e brutos.
Rubber	Desejo por roupas de borracha (muitas vezes ligado a <i>condoms</i>).
Rugged	Estética rude, rústica ou aventureira.
Safersex	Foco em práticas seguras (preservativos, PrEP, carga indetectável).
Sauna	Espaços de <i>cruising</i> LGBTQ+ para relaxamento e intimidade.
Sexting	Troca de mensagens, fotos e vídeos de conteúdo explícito.
Showoff	Exibicionismo: prazer em se mostrar ou se masturbar para outros.
Slut	Ressignificação positiva de alguém entusiasta por sexo em ambientes queer.
Socks	Interesse sexual em meias (uso, cheiro ou manuseio).
Spanking	Excitação por dar ou receber palmadas e uso de chicotes (<i>flogging</i>).
Spit	Excitação pelo uso de saliva na prática sexual.
Straight	Identificação como hétero ou atração pela ideia de interagir com héteros.
Sub	Submisso: parceiro que cede o controle na cena (não necessariamente passivo).
Swallowing	Desejo de engolir sêmen após o sexo oral.
Tentacles	Interesse em tentáculos (subgênero do hentai japonês).
Thick	Descrição de um físico robusto ou encorpado.
Threesome	Interesse em experiências sexuais com três pessoas.
Tickling	Prazer erótico em fazer ou receber cócegas.

Termo	Definição / Descrição
Toys	Uso de brinquedos sexuais (dildos, vibradores, etc.).
Uncut	Refere-se a não ser circuncidado.
Underwear	Atração por roupas íntimas específicas (uso, cheiro ou visual).
Vanilla	Sexo convencional, sem fetiches ou dinâmicas extremas.
Verbal	Uso de "conversa suja" ou expressão verbal intensa durante o sexo.
Videochat	Interação erótica realizada via câmera de vídeo.
Visiting	Indica que a pessoa está de passagem ou quer ir à casa do parceiro.
Watching	<i>Voyeurismo</i> : prazer em assistir outras pessoas transando.
Worship	Adoração erótica de partes do corpo (pés, músculos, etc.).
Wrestling	Luta física lúdica ou competitiva como preliminar sexual.
WS	"Water sports": fetiche envolvendo urina (dar ou receber).

Fonte: Grindr: <https://help.grindr.com/hc/pt/articles/4483168490131-Meu-Gloss%C3%A1rio-de-Tags>

Um comentário sobre o glossário de termos e acrônimos do Grindr revela a face mais visível da racionalização do afeto e da comodificação do eu. Ao transformar práticas sexuais, fetiches e características físicas em categorias discretas (como *Anon*, *Bator*, *BB* ou *Masc*), a plataforma obriga o sujeito a uma tradução de sua complexidade em um inventário de mercadoria.

Essa sistematização cumpre três funções centrais no mercado do desejo:

1ª Função: Eficiência Mercadológica: As tags funcionam como filtros de busca, reduzindo o tempo de "transação". O usuário não precisa mais descobrir o outro através do convívio; ele consome a informação pré-processada, otimizando o encontro de acordo com a "compatibilidade de inventário".

2ª Função: Economia da Linguagem e do Segredo: Termos como *DL* (*Down-low*) ou *Discreet* permitem a navegação em espaços de exclusão e perigo social (mencionados anteriormente) através de um código compartilhado que protege a identidade "civil" enquanto expõe a identidade "sexual".

3ª Função: A Identidade como Marca (Branding): Como aponta Illouz, ao escolher termos como *Hung*, *Rugged* ou *Femboy*, o indivíduo realiza uma curadoria de si. Ele não apenas descreve quem é, mas molda sua imagem para atrair nichos específicos de consumo sexual, transformando o corpo e o fetiche em capital simbólico de diferenciação competitiva.

Portanto, a fragmentação do eu em 'tags' é o estágio supremo da autocomodificação, através da qual a subjetividade é fatiada em atributos de busca, onde o sujeito se torna o gestor de seu próprio catálogo de atratividades.

Em última análise, esse glossário transcende a função de um mero dicionário de gírias; ele se constitui em um manual de operações de uma economia sexual altamente racionalizada. Nesse ecossistema, a precisão da autodescrição deixa de ser um exercício de autoexpressão para se tornar uma estratégia de branding pessoal, onde a eficácia na gestão das "tags" determina o sucesso ou o fracasso da "venda" do eu no mercado digital. Trata-se da materialização da autocomodificação: o sujeito, ao traduzir seus desejos e corpo em códigos discretos e filtráveis, converte sua subjetividade em um ativo transacionável, consolidando a lógica de que, na modernidade líquida, a visibilidade e a atratividade funcionam como as moedas correntes da sobrevivência social e afetiva.

O trabalho sexual exercido por garotos de programa (GP) é atravessado por dinâmicas complexas, nas quais o corpo — especificamente o "dote" (pênis) —, a performance viril e a "lábria" constituem os pilares das negociações mercadológicas. Nesse contexto, a exibição anatômica, em especial a do pênis, transita de uma característica física a uma estratégia central de marketing visual e sedução. Conforme as provocações de Foucault (1988) sobre a centralidade do sexo na economia dos corpos, o tamanho do falo não é apenas um atributo biológico, mas um valor culturalmente hiperbolizado e economicamente determinante. Em sites de classificados, a manipulação dessas representações físicas revela como a anatomia é convertida em moeda de troca, sustentando o peso simbólico e comercial do atributo no mercado do desejo.

Para além da dimensão escópica, o sucesso nessa ocupação depende intrinsecamente da "lábria" — uma competência comunicativa que estabelece a conexão subjetiva com o cliente. Essa habilidade transcende a mecânica do ato sexual, englobando a construção de uma atmosfera de intimidade e suporte emocional. Para muitos profissionais, a capacidade de ouvir e performar acolhimento é tão valorizada quanto o desempenho físico. Esse trabalho emocional, que remete às análises de Goffman (1959) sobre o gerenciamento da impressão e o papel social, desestabiliza a visão reducionista que limita o trabalho sexual a uma troca puramente fisiológica, aproximando-o de performances dramatúrgicas de cuidado e escuta.

A manutenção da "máquina corporal" para atender às exigências desse mercado impõe, contudo, uma rigorosa disciplina biopolítica. Muitos trabalhadores recorrem ao uso de fármacos para assegurar a ereção e corresponder às expectativas de performance

ininterrupta dos contratantes. Essa autogestão medicamentosa reflete uma hierarquia estética e funcional, onde corpos que performam vigor constante detêm maior capital simbólico e, conseqüentemente, melhores oportunidades de carreira. A análise das preferências dos clientes — que buscam padrões específicos de beleza facial e genital — reitera o que Bourdieu (2002) define como a dominação de esquemas de percepção que regem o mercado dos bens simbólicos, onde o corpo é moldado para satisfazer o olhar e o consumo alheio.

Em suma, a prática do trabalho sexual masculino configura-se como um fenômeno multifacetado, que integra o rigor do manejo corporal à sofisticação da negociação identitária. Ao incorporar o trabalho emocional e o controle estratégico da imagem, o GP desafia estigmas tradicionais, revelando que a troca sexual é, na verdade, uma performance complexa de gênero e subjetividade. Esse cenário evidencia que o comércio do sexo não se restringe ao físico, mas opera em uma zona de intersecção entre o psicológico, o econômico e o social, tensionando as normas vigentes sobre masculinidade e trabalho.

Diante da intrínseca relação entre prática social, prática discursiva e textualidade, a Análise Crítica do Discurso (ACD) emerge como um aporte teórico-metodológico imprescindível para desvelar as camadas de sentido no Grindr. Existe uma tensão latente entre a introdução institucional do aplicativo — que propaga valores de "gentileza, inclusão e cuidado mútuo" — e as dinâmicas de poder que operam em sua base de usuários, onde o discurso muitas vezes contradiz a retórica de pertencimento da plataforma.

Embora a prostituição masculina não seja um fenômeno recente, ela foi historicamente relegada à invisibilidade ou estigmatizada nos marcos da marginalidade. Contudo, a ascensão das tecnologias digitais e de geolocalização operou uma metamorfose nesse cenário. Aplicativos como o Grindr e o Tinder não apenas digitalizaram o mercado sexual, mas forjaram novas subjetividades e formas de interação, alterando significativamente a visibilidade e as táticas de negociação do trabalhador sexual contemporâneo.

Ao escrutinar a prostituição masculina nessas plataformas, percebe-se que o discurso não apenas descreve, mas constrói identidades (como "discreto", " másculo", "ativo") e estabelece hierarquias simbólicas fundadas na branquitude, na juventude e no corpo normativo. Sob códigos implícitos e negações explícitas — tais como "não

afeminados", "não gordos" ou filtros raciais — as práticas mercantis são naturalizadas. Como aponta Rocha (2005), essas formulações operam como mecanismos de reprodução de poder que transmutam preconceitos estruturais em critérios de seleção no mercado sexual digital.

Essa exclusão atinge de forma contundente os indivíduos que subvertem as normas de gênero. Nogueira (2012), ao analisar a violência simbólica imposta a meninos afeminados, demonstra como a masculinidade hegemônica (conceito de Raewyn Connell) impõe padrões rígidos de virilidade que deslegitimam qualquer dissidência.

Connell é uma socióloga australiana, mulher trans, e que no seu livro *Masculinities* (1995) apresenta a construção social da masculinidade, através do conceito de masculinidade hegemônica, comportamento que garante a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres e de outras formas de masculinidade como a homossexual. Dessa forma, defende a existência de múltiplas masculinidades que interagem entre si em uma hierarquia de poder.

Portanto, a feminilidade no corpo masculino é lida como uma falha, forçando sujeitos a um conformismo performático que valoriza a dureza e marginaliza a fluidez, refletindo-se nas preferências excludentes observadas nos perfis digitais.

A experiência de ser o "estranho no ninho" — o menino afeminado alvo de vigilância constante — revela a face punitiva da divisão binária de gênero. Nogueira (2012) descreve como a intimidação sofrida em contextos familiares e educacionais visa impor, através da força, um modelo heteronormativo de comportamento. Essa violência corrobora a tese de Judith Butler (1990) de que o gênero não é uma essência, mas uma performance compulsória imposta sobre os corpos. No Grindr, esse silenciamento da dissidência se atualiza, transformando a rejeição ao "afeminado" em um filtro de mercado que pune aqueles que não performam a masculinidade tradicional.

A violência simbólica subjacente a essa narrativa transcende a agressão física, enraizando-se nas dimensões emocional e social. Esse processo culmina na internalização do estigma, compelindo meninos afeminados à autorrejeição como tática de sobrevivência em um cenário que privilegia a passabilidade heteronormativa. O sofrimento desses sujeitos — frequentemente invisibilizado pela própria gramática interna da comunidade LGBTQIAPN+ — revela como a cultura de exclusão se

perpetua: aqueles que não performam a virilidade esperada são marginalizados tanto pela estrutura social ampla quanto por seus pares.

Essa imposição normativa restringe a versatilidade do desejo e a fluidez das práticas sexuais, refletindo-se na estigmatização sistemática da feminilidade no interior da comunidade homossexual. O estigma associado ao "passivo" ou ao "afeminado" vincula-se à desvalorização do feminino imposta pelo patriarcado. Como propõe Butler (1990), essa hierarquização — que exalta o "viril" em detrimento do "afeminado" — reitera a binaridade de gênero como um mecanismo de controle destinado a punir dissidências estéticas ou comportamentais.

Nogueira (2012), ao analisar a trajetória do menino afeminado, evidencia como o sistema normativo de gênero gera uma fratura subjetiva. A figura do "monstro" — o sujeito que diverge da masculinidade hegemônica — não é apenas subproduto de uma infância segregada, mas a personificação da resistência contra uma estrutura de poder que nega masculinidades alternativas. Essa hegemonia, conforme teorizado por Connell (2005), é sustentada por uma rede de práticas culturais e institucionais que visam garantir a supremacia de um modelo de masculinidade que subjuga tanto o feminino quanto quaisquer outras expressões masculinas que contestem seu domínio.

Contudo, esse discurso de repressão e conformidade também gesta o seu oposto: a resistência. O menino afeminado, historicamente patologizado como uma anomalia, desafia os pilares da masculinidade hegemônica ao reivindicar seu espaço de existência. Sua figura representa a contestação de uma sociedade que tenta silenciar a alteridade e moldar os corpos à sua imagem e semelhança. Como destaca Foucault (1988), onde há poder, há resistência; logo, contestar a norma que o define como "abjeto" constitui uma forma de confrontar a própria configuração das verdades sociais que sustentam as hierarquias de gênero.

Em última análise, a jornada desse sujeito, ao transmutar-se em símbolo de insubmissão, sugere que as masculinidades não devem ser compreendidas como estruturas estáticas, mas como práticas sociais multifacetadas, passíveis de desconstrução e ressignificação. A luta contra a hegemonia masculina e a demanda por visibilidade para a pluralidade de corpos — inclusive os afeminados — exigem uma reflexão contínua sobre as normas vigentes. Subverter tais preceitos é o caminho para forjar espaços de existência livres da violência simbólica, permitindo que a subjetividade floresça para além das categorias limitantes do consumo e do gênero.

No cenário contemporâneo, a mediação por aplicativos permite que a prostituição masculina ocorra de forma mais discreta, mitigando a estigmatização direta. Diferentemente das mulheres em zonas de prostituição segregadas, os homens podem negociar serviços com menor exposição social. Essa tecnologia altera a dinâmica da oferta, conferindo ao sujeito uma camada de proteção e privacidade que antes era inexistente no mercado do sexo de rua.

Historicamente, a mercadorização do corpo na prostituição concentrou-se na figura feminina; contudo, a contemporaneidade testemunha uma inflexão nesse cenário, na qual o corpo masculino ascende como objeto central de desejo e consumo. Essa transição ocorre em um momento de profunda ressignificação das normas de masculinidade, permitindo que o homem ocupe, simultaneamente, o lugar de sujeito e de mercadoria dentro de uma economia libidinal que, embora valorize novas estéticas, ainda pauta performances de virilidade.

Sob a ótica de Michel Foucault, o poder não se restringe a uma imposição vertical ou repressiva, manifestando-se de forma capilar e difusa nas práticas cotidianas e na constituição das identidades. A sexualidade, nesse sentido, opera como um significante linguístico e cultural que organiza as relações sociais por meio de uma triangulação de posições subjetivas: o ativo-dominante, o passivo-dominado e o versátil-eclético. Tais categorias transcendem meras preferências individuais; constituem funções dentro de um dispositivo de poder que hierarquiza corpos e normatiza condutas.

Nesse mercado, determinados homens — detentores de atributos associados à juventude, à virilidade e a uma estética "padrão" — encarnam uma identidade indissociável da branquitude, da classe média e de uma presumida "boa conduta". Esses marcadores operam como uma norma biopolítica, definindo os contornos do que é inteligível e desejável. Através de regimes visuais e comportamentais rigorosos, essa identidade consolida um capital erótico que reitera as estruturas de poder vigentes, marginalizando sistematicamente aqueles que não correspondem ao ideal da "masculinidade legítima".

Segundo Hamann, Pizzinato e Rocha (2018, p. 471):

Vínculos com “clientes fixos” se mostraram mais prováveis para os homens que se aproximam de indicativos de aparência “jovem”, masculina, viril, de certa estética que se manifesta em condutas corporais e de vestuário considerados mais próximos das representações de classe média, identificáveis dentro de uma noção de

branquitude, de escolaridade elevada e de itinerário recente no sexo tarifado (ser “novo” esteve intrinsecamente vinculado a uma ideia de boa conduta e ingenuidade).

É possível compreender que o mercado do sexo masculino não opera de forma aleatória, mas reproduz fielmente a hierarquia de valores da branquitude e da classe média como garantidores de "qualidade" e "segurança". Ao associar a aparência viril, a escolaridade elevada e a estética jovem ao sucesso na fidelização de clientes, o texto demonstra que o capital erótico desses trabalhadores é amplificado pelo capital cultural e racial: o corpo que performa uma masculinidade normativa e "limpa" (identificada com a elite) é percebido como mais confiável e palatável. Além disso, a valorização do itinerário recente e da "ingenuidade" revela um fetiche pelo "não-profissionalismo", onde o frescor do iniciante serve como um simulacro de pureza que mascara a natureza comercial da relação, reforçando desigualdades estruturais onde homens negros ou com estéticas periféricas são frequentemente marginalizados desses espaços de maior rentabilidade.

Nesse sentido, a probabilidade de estabelecer vínculos duradouros com "clientes fixos" mostrou-se significativamente maior para homens cujos atributos físicos e performáticos orbitam o ideal da juventude viril. Essa estética, materializada em condutas corporais e escolhas de vestuário, não é neutra; ela emula representações específicas da classe média e está intrinsecamente vinculada à branquitude e a indicadores de capital cultural, como a escolaridade elevada.

De acordo com a “lógica” desse mercado, a condição de "novato" no sexo tarifado é ressignificada como um ativo de valor: o itinerário recente na prostituição é lido através de uma lente de "ingenuidade" e "boa conduta", conferindo ao sujeito uma aura de pureza que o diferencia do profissional "viciado" ou marginalizado. Assim, a construção dessa identidade desejável opera como um mecanismo de distinção social, na lógica bourdieusiana, onde o privilégio racial e de classe é convertido em valor de mercado, assegurando maior estabilidade e rentabilidade nas transações afetivo-sexuais.

Ao associarem tais atributos à imagem do "bom sujeito", os indivíduos moldam suas subjetividades conforme esse ideal normativo, operando um processo de internalização do poder. Nesse sentido, a identidade não se esgota na aparência externa; ela é forjada na maneira como os sujeitos se percebem e se posicionam dentro de um campo discursivo saturado de representações ideativas. É nesse estrato que se consubstancia o sentido de interdiscursividade: a percepção de que o discurso não é

isolado, mas constitui uma realidade social atravessada por vozes e ordens pré-existentes.

É imperativo, contudo, distinguir a interdiscursividade da intertextualidade. Enquanto a intertextualidade foca na heterogeneidade composicional dos textos e nas relações diretas entre eles, a interdiscursividade refere-se à articulação de diferentes formações discursivas que estruturam o saber e o poder. Em suma, o interdiscurso não apenas circula informações, mas edifica a própria realidade social, ditando os parâmetros do que é visível, dizível e desejável dentro das plataformas digitais.

A partir dessa premissa, o conceito de interdiscursividade expande sua relevância ao ser transposto para o ecossistema digital. Plataformas como o *disponivel.com* funcionam como complexos arquivos de heterogeneidade discursiva, onde uma vasta gama de textos, enunciados e performances identitárias convergem e se sobrepõem. Nesse espaço, a interação constante entre discursos não apenas reflete realidades preexistentes, mas atua ativamente na gestão de novas narrativas e na cristalização de identidades digitais que ecoam as assimetrias de poder e as tensões de representação da sociedade contemporânea.

O site exemplifica como o ciberespaço opera uma reconfiguração permanente das práticas discursivas. A interface da plataforma não é um receptáculo passivo, mas um dispositivo que molda as relações de poder e os sentimentos de pertencimento. Assim, a identidade digital emerge como um fluxo contínuo de negociações, onde o sujeito é compelido a se situar dentro de uma moldura discursiva que dita as normas de visibilidade e aceitabilidade, reiterando que, no ambiente virtual, a linguagem é a principal ferramenta de mediação da existência social.

FIGURA-08 - TELA INICIAL DO APLICATIVO COM FORMULÁRIO DE ACESSO E CHAMADA PARA INTERAÇÃO.



Fonte: <https://disponivel.com>

A imagem constitui um emblema significativo dos conceitos de “economia libidinal” e “hierarquização dos corpos”, funcionando como uma vitrine tecnológica que materializa as teorias de Foucault, Butler e Connell (previamente discutidas).

No plano do discurso verbal, o topo da imagem exhibe: *"9.452 caras ativos, passivos e versáteis online agora!"*. Tal mensagem ratifica a tese de que a sexualidade, nesse contexto, não é apresentada como afeto ou identidade, mas sim por categorias funcionais. São unidades lexicais que operam como “etiquetas” de um inventário, viabilizando o consumo imediato.

Evidencia-se a lógica do *“match perfeito”*, que mimetiza a eficiência do marketing direto ao converter o encontro em uma transação de mercado otimizada por algoritmos. Por sua vez, o link *“Não sou parte da comunidade LGBTQIAP+”* é particularmente revelador: atende a um público que, embora deseje consumir o prazer homossexual, busca preservar a passabilidade heteronormativa e o distanciamento de qualquer militância ou identidade política *“gay”*. Isso reforça a premissa de que o desejo pode ser isolado da identidade social.

Ao mencionar a *“boa conduta”*, expõem-se *“termos de contrato”* e uma *“política de privacidade”* que tentam conferir uma aura de segurança e *“limpeza”* a uma prática historicamente marginalizada. No âmbito do discurso visual, a fotografia de um corpo

masculino “malhado” é o significante da masculinidade hegemônica, aqui tratado como produto. Aborda-se, portanto, uma hipervirilização do abdômen definido, cujos músculos em evidência personificam o “capital erótico”.

Assim, o significado aludido remete a um corpo objetificado, no qual a cabeça e os pés do modelo permanecem invisíveis, tornando-o um objeto genérico de desejo e uma mercadoria pronta para o consumo. Sob o prisma biopolítico, esse jovem atlético estabelece o padrão do “desejável”, segregando automaticamente outros corpos — como o do “menino afeminado” ou do “homem gordo” — que não se adequam a esse cânone de virilidade. Em última análise, o discurso verbo-visual transcende o gênero textual “anúncio”: configura-se como um dispositivo biopolítico que organiza o desejo por meio da quantificação.

Nessa perspectiva, Norman Fairclough (2001) postula que a linguagem é um instrumento fundamental para a construção de significados sociais, estando intrinsecamente ligada às assimetrias de poder. A Análise Crítica do Discurso (ACD) demonstra que as estruturas linguísticas e visuais não são neutras; elas desempenham um papel crucial na manutenção de ordens sociais dominantes e na perpetuação de hierarquias. No contexto digital, essas estruturas moldam a percepção de valor dos sujeitos, convertendo a gramática visual em uma sofisticada ferramenta de estratificação.

Corroborando esse entendimento, o escrutínio discursivo dos usuários do Grindr permite compreender o fenômeno sob a ótica da Economia Sexual. Torna-se imperativa uma contextualização sociocultural que contemple as estratégias linguísticas de interação e a circulação pragmática dos discursos. É nesse fluxo que o desejo é codificado, revelando como a linguagem é instrumentalizada para segmentar o mercado e definir as regras de acesso ao capital erótico e social.

O discurso digital associa comportamentos específicos a atributos físicos — como a “aparência jovem, masculina e viril” —, veiculando a noção de que classe e *status* são componentes de um discurso hegemônico. Essa correlação reitera a posição de prestígio de certos indivíduos em detrimento da exclusão de outros, consolidando, no interior do aplicativo, uma elite identitária que mimetiza os privilégios da sociedade *offline*.

Por fim, a marginalização da prostituição masculina expõe as contradições de uma sociedade patriarcal que, ao invisibilizar o fenômeno, protege sua própria imagem

moral. É fundamental distinguir duas dimensões cruciais: a prostituição como exercício de liberdade sexual, escolha e desejo, e a prostituição como exploração. Enquanto a exploração (lenocínio) é tipificada e punida pela legislação pátria, a prostituição exercida de forma autônoma enfrenta a sanção subjetiva do "olhar social". Essa punição simbólica revela que o estigma permanece como o principal mecanismo de controle sobre os corpos que ousam mercantilizar a dissidência e o desejo.

Fundamentando-se em Fairclough (2001), compreende-se que os discursos operam como instrumentos de poder que, distantes de qualquer neutralidade, constroem e ratificam hierarquias sociais. No século XIX, essa dinâmica evidenciou-se na dicotomia entre a "mulher doméstica" — elevada a ideal normativo — e a "prostituta", estigmatizada como risco social. Tal construção discursiva não apenas naturalizou divisões de gênero, como serviu de mecanismo para legitimar a exclusão feminina da esfera pública.

O mesmo Fairclough (2008, p. 288), em obra posterior, discorre sobre o peso semântico e ideológico das palavras:

A ênfase está nas palavras-chave que têm significado cultural geral ou mais local; nas palavras cujos significados são variáveis e mutáveis: e no significado potencial de uma palavra – uma estruturação particular de seus significados – como um modo de hegemonia e um foco de luta.

A citação do linguista britânico sintetiza a premissa central de que a linguagem não é apenas um veículo de informação, mas um campo de batalha político onde se articulam as disputas por hegemonia. Ao focar no "significado potencial" e na mutabilidade das palavras, o autor demonstra como o léxico é instrumentalizado para consolidar ou desafiar estruturas de poder, como aquelas observadas na hierarquização entre o "viril" e o "afeminado". Nesse sentido, o vocabulário não é estático; ele atua como um foco de luta onde a redefinição de termos e categorias pode tanto naturalizar a exclusão quanto servir de ferramenta para a emancipação e a visibilidade de identidades historicamente marginalizadas.

Ao focar na variabilidade e na carga cultural das palavras-chave, a citação destaca que o léxico não é um depósito estático de significados, mas um território de disputa ideológica. Sob a ótica da Análise Crítica do Discurso, a "estruturação particular" de um sentido não é um processo aleatório; trata-se de um exercício de hegemonia, onde grupos dominantes tentam fixar definições que favoreçam seus interesses, naturalizando visões de mundo específicas. No entanto, o reconhecimento do "significado potencial"

revela que a linguagem é inerentemente instável: cada palavra carrega em si a possibilidade de redefinição, tornando-se o foco de uma luta constante onde atores sociais buscam subverter sentidos estabelecidos e propor novas formas de compreender a realidade.

Ao abordar o conceito de hegemonia, Fairclough (2001) conduz um conceito gramsciano para a ACD, a partir de cinco pontos característicos:

1º Ponto: A hegemonia é um equilíbrio instável, não sendo um domínio absoluto e estável, haja vista envolver a liderança de uma classe ou grupo sobre outros, construída a partir de concessões e da formação de consensos, sem o uso da força. Trata-se da primazia da argumentação sobre a repressão.

2º Ponto: A luta pela hegemonia é travada no campo discursivo, no qual as respectivas práticas e convenções são dispositivos em uma luta pelo poder, onde grupos tentam naturalizar seus significados e visões de mundo como "senso comum".

3º Ponto: A mudança social envolve a desarticulação de ordens de discurso hegemônicas e a rearticulação de novos discursos. Quando práticas discursivas de diferentes domínios se misturam (interdiscursividade), isso pode sinalizar uma instabilidade na hegemonia e o potencial para mudanças sociais.

4º Ponto: A hegemonia opera-se através da ideologia, que se torna "invisível" quando é aceita como natural. O objetivo dessa perspectiva de ACD é "descortinar" essas lógicas invisíveis que produzem formas de subjetivação e controle.

5º Ponto: Necessário o estabelecimento de um diálogo crítico entre o nível macro das estruturas sociais e políticas com o nível micro das interações discursivas cotidianas, mostrando como eventos dialógicos intra e intersubjetivos podem caucionar ou desafiar as relações de poder hegemônicas.

Portanto, articular o conceito de hegemonia de Fairclough nesta tese implica observar como o Grindr se torna um campo de disputa discursiva. Se, por um lado, a plataforma facilita a reprodução de normas hegemônicas — como a valorização da virilidade e a mercantilização dos corpos —, por outro, ela abriga uma outra luta hegemônica e constante, onde o sigilo e a discrição emergem como práticas discursivas de resistência. Assim, a hegemonia não é vista como uma dominação absoluta, mas como uma estabilidade precária que os usuários do aplicativo precisam negociar diariamente para gerir seus desejos e identidades frente às pressões da heteronormatividade dominante.

6.1 As Construções e Performances de Gênero no Catálogo Digital Grindr: Uma Análise dos Perfis e suas Representações de Identidade

A adoção da Análise Crítica do Discurso (ACD) como aporte teórico-metodológico permite compreender a linguagem não apenas como representação, mas como uma forma de prática social. Sob essa ótica, os discursos produzidos no ambiente digital do Grindr são entendidos como elementos constitutivos da realidade, estabelecendo uma relação dialética com as estruturas sociais. Assim, as interações e os textos presentes na plataforma tanto são moldados pelas ordens de discurso vigentes quanto possuem o potencial de reforçar ou tensionar as hegemonias e desigualdades que atravessam o fenômeno da prostituição masculina.

É imperativo analisar como essas linguagens são decodificadas pelos usuários e de que maneira eles constroem suas próprias identidades digitais. Dado que os sentidos raramente são explícitos, a investigação deve recair sobre a semiótica dos símbolos, *emojis* e outros recursos multimodais, os quais atuam como índices de uma comunicação voltada à prostituição. Tal esforço busca desvelar o conteúdo latente que direciona o interlocutor para além da camada imediata do texto.

A subjetividade na apresentação dos usuários em aplicativos de relacionamento desafia a percepção do pesquisador, visto que o discurso sobre o mercado do sexo é frequentemente codificado. Sob a perspectiva de Fairclough (2001), essa abordagem exige que o enunciado seja lido para além da literalidade, contextualizando a identidade de quem fala, o público-alvo pretendido e os objetivos implícitos — tudo isso sob as tensões e condições sociais que moldam esse ecossistema digital.

Complementando essa reflexão sobre a construção discursiva da identidade e do desejo, Costa (2020, p. 195) elabora o seguinte comentário:

Uma das questões mais frequentes feita pelos usuários do Grindr aos seus pretendentes é sobre o que eles procuram no aplicativo. Essa ideia de estar à procura de algo caracteriza os indivíduos na rede de O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades relacionamento. Os usuários estão em busca de algo, que pode ser relações amorosas, de amizade, sexo casual, companhia, distrações, etc. A gama de possibilidades de busca no ambiente digital é vasta, mas o que também se destaca neste trabalho é o indivíduo que é procurado, ou seja, quais características um perfil deve ter para que esteja inserido nos sentidos de busca dos demais perfis? O que eles procuram?

A pergunta "O que procura?", onipresente no ecossistema do Grindr, transcende o mero interesse informativo para se tornar uma categoria estruturante das performances de masculinidade e da digitalização do desejo. Ao analisar essa dinâmica, percebe-se que a busca não se limita à satisfação de carências individuais — como sexo, amizade ou afeto —, mas estabelece um mercado de visibilidades onde o "indivíduo procurado" precisa performar atributos específicos para ser validado. Sob a ótica de Fairclough (2001), esse fenômeno revela como as práticas discursivas no ambiente digital moldam identidades: a escolha por determinadas características em detrimento de outras não é neutra, mas reflete hegemonias culturais que ditam quais corpos e comportamentos são desejáveis, transformando o perfil em uma vitrine de significados que negocia constantemente entre o desejo autêntico e a norma social vigente.

Outra forma de expressão que aparece é o uso de *emojis*, que são muito característicos do Grindr. Para citar alguns exemplos mais comuns, temos a seta para cima, que indica ativo; a seta para baixo, que indica passivo; e a seta de dois lados, que representa o versátil.

QUADRO-04 - TIPOLOGIA SIMBÓLICA DE IDENTIFICAÇÃO DE PERFIS SEXUAIS EM AMBIENTES DIGITAIS

Seta para cima (): a pessoa se identifica como ativo.
Seta para baixo (): a pessoa se identifica como passivo. ():
Seta para cima e para baixo (): a pessoa se identifica como versátil.

Fonte: <https://floripa.lgbt/internet/emojis-grindr-significados/>

A apropriação de símbolos universais, como as setas de direção, revela a criação de uma gramática própria dentro do ambiente digital. No contexto do Grindr, esses emojis deixam de ser indicadores espaciais para se tornarem marcadores de identidade sexual e posicionamento corporal. Essa codificação é estratégica: ela permite uma comunicação instantânea, eficiente e visualmente limpa, que condensa informações complexas sobre a performance do desejo em um único caractere, facilitando a 'leitura' rápida dos perfis em um mercado de interações aceleradas.

Somado a isso, observa-se o uso estratégico de recursos multimodais, como os *emojis* de pêssgo e balão, que operam como índices de características anatômicas específicas. Embora não sejam semanticamente explícitos, esses símbolos compõem

uma gramática visual codificada que permite a construção da identidade do usuário. Por meio desse sistema de sinais, estabelece-se uma comunicação latente que abrange desde a autodescrição física até menções ao uso de substâncias ou dimensões genitais, contornando censuras e mantendo o subtexto da interação.

O termo “puto” apresenta uma complexa flutuação semântica, operando frequentemente como um epíteto pejorativo no Brasil e em outras nações de língua hispânica para estigmatizar homossexuais ou homens inseridos no mercado do sexo. Contudo, sua carga valorativa é profundamente dependente do contexto geográfico e da situação de fala; em determinados subgrupos, a palavra pode sofrer um processo de rearticulação discursiva, deixando de ser um insulto para se tornar uma categoria de autoidentificação ou uma gíria de pertencimento, evidenciando a instabilidade dos sentidos proposta pela ACD de Fairclough.

Sob uma perspectiva histórica, “Dos putos de Pero da Ponte: Notas para a História de uma Palavra”, de Arivaldo Sacramento de Souza (2021), investiga as raízes etimológicas e sociais do termo na língua portuguesa. Ao analisar uma cantiga satírica do trovador medieval Pero da Ponte, o autor identifica o verso “*daquestes putos que s’andam fodendo*” como um marco da carga pejorativa e sexual da época. Segundo a análise, o vocábulo “putos” opera como uma anáfora para “fodidos” e “seus maridos”, sinalizando práticas homoeróticas sob o viés do escárnio. Curiosamente, a palavra “marido” é empregada para designar a posição sexual ativa — em uma analogia direta à estrutura heteronormativa tradicional —, enquanto “putos” passaria a nomear homens que se relacionam com outros homens, independentemente do papel sexual desempenhado, consolidando a gênese de um estigma que atravessaria séculos.

A expressão “Garoto de Programa” (GP) consolidou-se no Brasil como um eufemismo estratégico para a prostituição masculina. Ao preterir o termo “prostituta”, essa nomenclatura busca mitigar o estigma social inerente à atividade. Segundo Sester (2021), o substantivo “garoto” é o elemento determinante: ele evoca um imaginário de juventude e vitalidade, estabelecendo uma assimetria simbólica com o cliente — geralmente posicionado como uma figura mais velha e detentora de capital. Tal construção discursiva transmuta a transação sexual em uma “performance de juventude”, pilar essencial para a manutenção do desejo nesse mercado.

Já o termo *escort* — ou seu correlato “acompanhante” — é frequentemente empregado para designar indivíduos de qualquer gênero que oferecem companhia e,

eventualmente, serviços sexuais. Essa terminologia costuma ser associada a um segmento tido como mais sofisticado da prostituição. Por sua vez, a designação "acompanhante" consolidou-se também como um sinônimo de "profissional do sexo" no vocabulário contemporâneo.

Embora, à primeira vista, "acompanhante" possa ser considerado um sinônimo de "profissional do sexo", cabe investigar os processos históricos que aproximaram essas acepções. Originalmente, o termo designa aquele que oferece companhia mediante remuneração, sem que isso implique, necessariamente, a prestação de serviços sexuais. Contudo, ao longo do tempo, a expressão foi gradualmente apropriada pela mídia — sobretudo pela imprensa escrita — como um eufemismo para atividades de cunho sexual. Esse fenômeno reflete um processo de suavização linguística em que a palavra "acompanhante" foi adotada como uma alternativa socialmente mais aceitável, visando mitigar o estigma associado à prostituição.

O emprego de "acompanhante" para designar o profissional do sexo pode, portanto, ser compreendido como uma tentativa de mascarar ou recontextualizar uma atividade historicamente marginalizada, transmutando-a em uma prática socialmente mais aceita (Saldanha, 2010).

O termo "michê" é amplamente utilizado no Brasil para designar o trabalhador sexual masculino que atende a uma clientela majoritariamente homossexual. Nessa categoria, a virilidade não é apenas uma característica biográfica, mas uma projeção comercial: o mercado do sexo consome um "produto" pautado na masculinidade hegemônica e no vigor físico. Embora o termo possa, em contextos mais amplos, referir-se a qualquer homem em situação de prostituição, ele carrega o peso de uma performance de gênero específica, onde a masculinidade é o principal valor de troca. Tal dinâmica é nitidamente observada na análise dos perfis do aplicativo, cujas descrições no Grindr — detalhadas no quadro abaixo — evidenciam essa busca pelo ideal viril."

Em termos empíricos, na presente tese houve opção para se utilizar enunciados descritivos dos perfis dos usuários nas cidades de Petrolina, Recife, Natal e Fortaleza no período de 1 de dezembro de 2025 a 10 de janeiro de 2026, como recorte expositivo de amostra de conveniência, conforme discutido na metodologia do trabalho.

Assim, no próximo quadro será exposta uma taxonomia dos perfis de usuários e as respectivas descrições.

QUADRO 05: PERFIS DE USUÁRIOS NO GRINDR E SUAS DESCRIÇÕES

Perfil	Descrição
Sem Local	Usuários que não especificam sua localização, mantendo o anonimato.
Passivo	Usuários que se identificam como passivos, comumente em busca de uma posição submissa.
Afim	Indivíduos interessados em encontros ou relações casuais, com foco no desejo sexual.
Mamada	Referência explícita ao desejo ou disponibilidade para sexo oral.
Sigilo	Usuários que buscam manter suas atividades em segredo, geralmente para evitar exposição.
Dotado GG	Perfil de indivíduos que enfatizam um tamanho maior do pênis, associando-se ao conceito de "dotado".
BI Ativo	Usuários bissexuais que se apresentam como ativos nas relações sexuais.
Dotado com Símbolo do Grindr	Usuários que destacam o tamanho do pênis e associam a identidade com o logo do Grindr.
Discreto	Indivíduos que preferem manter a discrição em suas interações, geralmente evitando a visibilidade pública.
Brotheragem	Usuários que se utilizam de uma abordagem mais casual, muitas vezes associada à amizade e cumplicidade.
Novinho	Referência a jovens, comumente buscando relações com mais experiência.
De Fora com Símbolo do Avião	Usuários que se identificam como de fora, com interesse em encontros ou turismo sexual.
Atv (Ativo)	Usuários ativos, assumindo a posição dominante nas relações sexuais.
Rabudo	Perfis que enfatizam o tamanho ou o formato do glúteo.
Versátil (Verst)	Usuários que se consideram tanto ativos quanto passivos, com flexibilidade na posição sexual.
GP Atv (Garoto de Programa Ativo)	Indivíduos que se identificam explicitamente como "garotos de programa", em busca de trabalho sexual.
GP PUTÃO	Termo vulgar que se refere a homens que oferecem serviços sexuais de forma explícita e informal.
Ativo com Símbolo Mamadeira	Usuários que se identificam como ativos e usam o símbolo de masculinidade.

Fonte: do autor

Na observação netnográfica realizado pelo autor do presente trabalho, percebe-se a ênfase na virilidade quando se refere ao ativo, inclusive dos usuários que

declaradamente se dizem Garotos de Programas, e aos dotes sexuais a exemplo do ser dotado.

Na análise netnográfica elaborada pelo autor da tese observa-se aquilo que Fairclough (2001) apresenta como relação entre a microdimensão do texto, especificamente o significado dos vocábulos lexicais e a macrodimensão social, o que no caso da presente tese apresenta-se como a biopolítica do mercado de corpos e dos desejos estruturados por códigos.

Em primeiro lugar, fica realçada a gramática do desejo na qual há uma metamorfose da subjetividade em categorias funcionais. No Grindr, a identidade é fragmentada em "etiquetas" (ativo, passivo, versátil, dotado). Isso confirma a tese de que a sexualidade deixa de ser um campo de afetos complexos para se tornar um inventário de consumo imediato. O corpo é apresentado por partes (fetiches como "rabudo" ou "dotado"), facilitando a escolha algorítmica.

Em segundo lugar, o uso dos eufemismos parece indicar uma discrição que envolve uma "limpeza moral" da imagem do usuário. Assim, termos como "Discreto" e "Sigilo" parecem refletir a manutenção da passabilidade heteronormativa e o medo do estigma social. Por sua vez, "Brotheragem" pode ser uma tentativa de revestir o desejo sexual com uma aura de amizade e cumplicidade masculina, muitas vezes para afastar a identidade "gay" política.

Em terceiro lugar, a simbologia dos códigos visuais nos quais os *emojis* são signos semióticos, encontra-se o símbolo do Avião: Indica o "turismo sexual" ou o desprendimento territorial. O símbolo da Mamadeira/Grindr funciona como metáfora visual que comunica provável desejo por sexo oral ("ser mamado") ou estar sendo abordado o papel de provedor pai. Dessa forma, prática desejada é comunicada sem a necessidade de verbalização explícita, criando-se uma "língua franca" dentro do aplicativo.

Em quarto lugar, é recorrente o tema da hierarquização dos corpos, enquanto capital erótico. As categorias "Novinho" e "Dotado GG" reforçam a ideia da relação entre superior e inferior, seja por critérios etários ou anatômicos. Há um valor de mercado maior atribuído à juventude (vitalidade) e a atributos físicos específicos, o que exclui corpos que não se encaixam nesse padrão da já citada "masculinidade hegemônica".

Por fim, trata-se do espectro do trabalho sexual, onde existe uma diferenciação entre "GP Atv" (termo mais formal e eufemístico) e "GP PUTÃO" (termo vulgar e informal). Enquanto o primeiro tenta profissionalizar a atividade, o segundo abraça a crueza da transação, revelando diferentes formas de auto apresentação dentro do mesmo mercado de serviços sexuais.

No próximo quadro serão expostos símbolos utilizados no Grindr e os respectivos significados.

QUADRO 06 – SÍMBOLOS E SIGNIFICADOS UTILIZADOS PELOS USUÁRIOS DO GRINDR

SÍMBOLO	SIGNIFICADO
 Símbolo de Avião	Indica que o usuário está viajando ou disposto a se deslocar para encontros em diferentes locais.
 Símbolo de Fogo	Indica grande interesse ou atração, geralmente para um encontro imediato ou uma forte atração física.
 Símbolos de Dinheiro	Usados para indicar serviços pagos ou trocas financeiras relacionadas ao sexo.
 Símbolos de Coração	Usados para indicar interesse em relações afetivas, embora nem sempre busquem algo além de sexo casual.
 Símbolo de Bunda	Comumente usado para se referir a um interesse específico na parte do corpo ou ao prazer físico.
 Símbolos de Virilidade	Indicativos de uma identidade viril ou interesse por corpos musculosos, associados a padrões de masculinidade.
 Símbolos de Posições Sexuais	Usados para indicar preferências de posições sexuais, como ativo ou passivo.
 Símbolos Masculinos	Relacionados à prática de esportes ou desejo de se apresentar com uma estética musculosa.

Fonte: do autor

Existe uma recorrência de significados na linguagem pictográfica, igualmente chamada de emoji – palavra japonesa composta de e (em português, imagem) e moji (em português, caractere) -, e que pode ser considerada uma engrenagem discursiva desse mercado.

O quadro expõe a criação pelo Grindr de uma semântica para mitigar o estigma, haja vista ser menos impactante usar um emoji do que descrever um serviço pago. Por outro lado, otimizar a "vitrine" posto que o cliente, que é o detentor do capital, consegue escanear o inventário de corpos e serviços em segundos, decidindo pelo "match" com base em ícones que representam atributos específicos.

Estes símbolos são, em última análise, as ferramentas de "higienização" e "etiquetagem" que permitem que a economia libidinal funcione com a velocidade de um mercado de ações.

Pode-se abordar algumas categorias principais. Os símbolos de dinheiro (💰, 🇸🇩, 🇧🇷) remetem a uma economia da transação do eufemismo visual, sendo símbolos diretos da mercantilização. O símbolo substitui o eufemismo verbal, sinalizando a presença do "capital" na relação.

Por sua vez, o símbolo de avião (✈️) pode ser considerado um marcador biopolítico de desterritorialização, indica que o corpo está em trânsito (turismo sexual), o que muitas vezes aumenta seu valor de mercado por ser uma "novidade" local, vindo a reforçar a ideia de mercadoria pronta para consumo imediato.

Igualmente existe uma hierarquização e uma estética da virilidade, presente em dois grupos de símbolos. Um formado pelos símbolos de virilidade e masculinos (💪, 🏆) reforçando a "performance de juventude" e da novamente referida masculinidade hegemônica. Eles servem para validar o "capital erótico" do usuário, sinalizando que seu corpo corresponde ao padrão desejável (malhado/atlético) que você mencionou na análise da imagem anterior.

Outro é o símbolo de bunda (🍑) representa a fragmentação do corpo. Na economia libidinal do aplicativo, o indivíduo deixa de ser um sujeito pleno para se tornar uma parte específica do corpo que é oferecida ou buscada, facilitando o "inventário" do desejo.

Outro grupo de símbolos aborda a codificação das posições e do afeto. Entre eles, símbolos de posições sexuais (👤, 👤) que operam como etiquetas funcionais (ativo/passivo), eliminando a ambiguidade e otimizando o tempo da transação algorítmica.

Por fim, os símbolos de fogo e coração (🔥, ❤️) que representam o espectro da intensidade. Enquanto a chama sinaliza a urgência do "consumo imediato" (atração física pura), o coração tenta reintroduzir uma aura de afeto em um ambiente altamente mecanizado, embora, muitas vezes, seja apenas uma nuance do sexo casual.

Ao analisar esses símbolos, percebe-se a existência de uma linguagem codificada utilizada para comunicar preferências sexuais, status social e a própria identidade de gênero, constituindo um mecanismo de formação de identidade sexual e

social. Nessa simbologia, o anonimato é um elemento central, permitindo ao sujeito negociar suas relações — em sua grande maioria de natureza sexual — sob o manto da discrição.

No contexto digital do Grindr, o uso de pseudônimos ou perfis sem face impõe uma das questões morais centrais da vida *online*: a tensão entre verdade e mentira. Ocultar ou fragmentar a própria identidade permite transgressões e, simultaneamente, protege o sujeito de julgamentos, retaliações ou violência. Contudo, tais recursos não se limitam a práticas fraudulentas; eles integram a economia discursiva da internet, oferecendo possibilidades éticas e sociais a indivíduos historicamente silenciados. Isso viabiliza a circulação de discursos inaudíveis em espaços pré-digitais e o fortalecimento de novos laços afetivos.

Sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), o uso quase obrigatório de pseudônimos revela como relações de poder e normas sociais se materializam nas interações digitais. O sigilo e a auto apresentação tornam-se táticas de resistência à heteronormatividade e à vigilância social. Assim, a construção da identidade digital não apenas reflete padrões normativos, mas evidencia estratégias cotidianas de negociação diante das hierarquias discursivas que regulam o comportamento homoerótico (Paveau, 2021). Na prostituição masculina, especificamente, esses códigos e *emojis* permitem que os usuários camuflam intenções enquanto sinalizam, estrategicamente, seus serviços.

O conceito de extimidade, formulado por Paveau (2021), elucida uma dinâmica fundamental das interações digitais: a exteriorização deliberada da intimidade visando à validação social e à gestão da própria imagem. Nas redes sociais participativas, esse processo articula-se em uma tríade: a revelação de fragmentos do íntimo, a busca por reconhecimento interpessoal e a obtenção de um ganho simbólico que expande o capital social. Em ecossistemas como o Grindr, a extimidade materializa-se na curadoria estética de fotografias, descrições de perfil e no uso de pseudônimos, configurando uma autopresentação estrategicamente gerida que oscila entre o anonimato e a exposição.

Sob a lente da Análise Crítica do Discurso (ACD), observa-se que essa extimidade não é neutra, mas um *locus* onde se materializam relações de poder, normas sociais e hierarquias de gênero. A construção do perfil — do nome à imagem — constitui uma negociação discursiva em que o sujeito exerce sua agência enquanto se submete a imperativos de visibilidade e desempenho identitário. Tais práticas

evidenciam a tensão inerente entre o eu privado e o público, funcionando como táticas de gestão do desejo e, por vezes, de resistência às normas heteronormativas e às masculinidades hegemônicas.

Essa dinâmica de validação é mediada por dispositivos sociotécnicos que quantificam a interação. Se em redes como o Facebook a aprovação é explícita via tecnosignos (curtidas e corações), no Grindr a validação é aferida pelo fluxo de respostas, encontros e interações diretas. Esse cenário conecta a exposição estratégica do privado à "quantificação do eu", permitindo ao sujeito monitorar sua visibilidade e renegociar seu status dentro de um mercado afetivo-sexual. É nesse ponto que a trajetória da prostituição masculina no Brasil converge com o avanço tecnológico: as plataformas digitais tornam-se espaços de mediação entre o desejo individual e as pressões por conformidade estética e social.

Contudo, como observa Illouz (2011), essa suposta flexibilidade do "eu pós-moderno" encontra limites na arquitetura das plataformas de busca de parceiros. Diferente da fluidez lúdica de outros espaços virtuais, esses ambientes impõem uma padronização da subjetividade. Ao exigir que a auto apresentação se dê por formatos rígidos e linguagem escrita direcionada a um público indeterminado, as plataformas forçam o usuário a cristalizar uma "verdade geral" sobre si, transformando-a.

No Grindr, essa lógica se altera: o aplicativo convida o usuário a uma performance que não exige, necessariamente, fidedignidade. Para obter êxito, o indivíduo pode ocultar-se sob nomes ou imagens que reflitam o que deseja ser ou como espera ser percebido. O sujeito transmuta-se, assim, em um produto de consumo, cuja visibilidade e atratividade são geridas de forma estratégica.

Desse modo, a autoapresentação na plataforma distancia-se da interação social concreta e contextualizada, dirigindo-se a um público abstrato. O "eu" passa a ser representado por descrições visuais e linguísticas padronizadas, voltadas à performance e à negociação do desejo. Sob o prisma da Análise Crítica do Discurso (ACD), esse processo evidencia como normas sociais, hierarquias de gênero e expectativas heteronormativas moldam as táticas de controle da visibilidade na esfera digital.

Historicamente, Souza (2019) observa que os estudos sobre a prostituição masculina no Brasil ganham fôlego na década de 1980, com destaque para a obra seminal de Néstor Perlongher, *"O Negócio do Michê: Prostituição Viril em São Paulo"*

(1987). Neste estudo, Perlongher explora territórios como saunas e bares paulistanos, analisando a comercialização do sexo sob a figura do “michê”. O personagem é descrito sob dois aspectos: aquele que se prostitui e os chamados "cultuadores da prostituição" — jovens varões e viris que se relacionam com homens por motivações comerciais, sem abdicar dos arquétipos da estrutura corporal e da gestualidade associadas à masculinidade hegemônica.

De modo global,

[...] o prostituto viril seria uma subespécie dentro de um tipo mais extenso: o macho ou bofe, um varão que sem abrir mão do protótipo másculo, nem necessariamente se prostituir, se relaciona sexualmente com bichas (ou seja, homossexuais efeminados). (Perlongher, 1987, p.22)

Ao investigar as hierarquias de desejo na São Paulo da década de 1980, Perlongher (1987) estabelece uma distinção crucial sobre a performance de gênero no mercado sexual. Essa categorização revela que a "virilidade" operava como um capital simbólico diferenciador. O "macho" ou "bofe" mantinha seu status social ao preservar uma estética e uma gestualidade heteronormativas, mesmo no exercício da homossexualidade comercial ou casual. Essa dinâmica de preservação do "protótipo másculo" ressoa diretamente nas descrições contemporâneas de aplicativos, onde termos como "discreto" e "fora do meio" buscam reeditar essa mesma distinção identitária.

De acordo com Mondardo (2009, p. 3), o corpo deve ser compreendido como um elemento material intrínseco à existência humana, tendo desempenhado, historicamente, um papel fundamental na produção e reprodução espacial. Nessa perspectiva, "o corpo é produto e produtor das relações sociais e territoriais", funcionando como o ponto de interseção entre o sujeito e o mundo.

A partir dessa premissa, o corpo — enquanto fenômeno biológico e geográfico — ocupa um espaço físico onde se projeta como significante discursivo de relações sociais complexas. As interações entre diferentes corpos ressignificam o espaço geográfico como território, no qual a posição ocupada pelo indivíduo contribui diretamente para a consolidação de sua identidade social. É imperativo salientar que o corpo humano não apenas reproduz estruturas simbólicas e sociais preexistentes, mas atua ativamente na produção de novas configurações e sentidos.

No que tange especificamente à dicotomia entre a aparência supostamente "gay" e a performance de virilidade masculina, observa-se que:

Em geral, eram imagens de homens jovens, com corpo malhado, cabelos curtos, alguns com barba ou cavanhaque. Eram homens que, ao menos para pessoas que circulam em locais gays em metrópoles como São Paulo ou Rio de Janeiro, poderiam ser também reconhecidos como homossexuais de perfil masculino. (Miskolci, 2014, p. 71)

Complementando essa perspectiva, Miskolci (2014) analisa como certas estéticas corporais se tornaram códigos de reconhecimento dentro da comunidade. Essa descrição evidencia a consolidação de um padrão visual que, embora enraizado na masculinidade hegemônica (corpo malhado, barba), opera como um signo de pertencimento e visibilidade em nichos específicos. No contexto dos aplicativos de relacionamento, esse padrão converte-se em um requisito de atratividade, onde a adesão a essa estética facilita o trânsito do sujeito e otimiza sua aceitação no mercado do desejo.

A representação de homens jovens e musculosos no meio LGBTQIAPN+ correlaciona-se ao perfil sociocultural predominante do profissional do sexo masculino, especialmente nos contextos urbano e digital. Esse ideal de masculinidade reforça a premissa de que a prostituição masculina deve estar atrelada a traços de virilidade e ao vigor atlético. Tal ênfase no físico robusto reflete a internalização de padrões estéticos que associam, invariavelmente, poder, desejo e prestígio ao corpo hipermasculinizado.

No Grindr, a autopresentação frequentemente hiperboliza atributos sexuais e corporais considerados desejáveis, exaltando modelos de masculinidade que mimetizam a lógica da heterossexualidade hegemônica — expressa na dicotomia entre as figuras do 'dominante' e do 'dominado'. Tal exibição exacerbada da virilidade evidencia que muitos homens gays não diferem visualmente de seus homólogos heterossexuais. Essa ausência de uma estética estereotipicamente 'homossexual' pode ser interpretada como um mecanismo de defesa sintomático, fruto da internalização de estigmas culturais sobre a identidade gay (Butler, 2018).

Sob a ótica de Michel Foucault, esse processo evidencia como normas e discursos sobre a sexualidade institucionalizam a heteronormatividade, estabelecendo-a como o regime de verdade hegemônico que regula o comportamento dos sujeitos. O poder, nesse contexto, opera mediante tecnologias de normalização e classificação, moldando a percepção e a performance do desejo, da virilidade e da identidade sexual, inclusive nas instâncias de interação digital.

Pensando na perspectiva de Fairclough (2001), as práticas de autopresentação e

visibilidade no Grindr configuram-se como eventos sociocomunicativos nos quais os usuários negociam normas vigentes e co-constroem sentidos sobre masculinidade, desejo e poder. As escolhas discursivas e imagéticas — que abrangem desde fotos a descrições de virilidade — não apenas reproduzem hierarquias sociais pré-existentes, mas operam como estratégias de gestão da identidade e da visibilidade. Esse processo evidencia como os sujeitos atuam, ainda que sob tensões, em um espaço permeado por pressões normativas e expectativas heteronormativas.

Em suma, a investigação evidencia que, embora a heterossexualidade seja institucionalizada e naturalizada, o ecossistema digital do Grindr possibilita que homens gays negociem, tensionem e, em certa medida, subvertam tais normas por meio de estratégias de autopresentação, sigilo e manipulação discursiva. Nesse cenário, o corpo masculino assume uma centralidade inequívoca: deixa de ser apenas um objeto de desejo para converter-se em instrumento de trabalho e 'capital visual' no mercado da prostituição digital.

O corpo, dessa forma, funciona simultaneamente como dispositivo de autoapresentação e estratégia de sobrevivência, mimetizando as expectativas sociais de masculinidade, virilidade e atratividade. Ele é minuciosamente gerido e exibido para maximizar o reconhecimento e as possibilidades de interação, preservando, contudo, a discrição necessária para mitigar retaliações ou estigmas. Tal correlação evidencia que, no Grindr, a gestão corporal, do desejo e da identidade digital é indissociável das normas discursivas e das hierarquias de gênero, operando na interseção entre a *praxis* social, o mercado do desejo e as estratégias de resistência.

Sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (ACD), observa-se que tanto a manipulação discursiva quanto a gestão corporal estão inseridas em relações de poder complexas. Se, por um lado, elas reproduzem certas expectativas heteronormativas e hierarquias de masculinidade, por outro, possibilitam a emergência de espaços de agência e subversão — ainda que circunscritos — no ambiente digital e no exercício da prostituição masculina.

Exibe-se, oferta-se, insinua-se, performa-se, erotiza-se a fim de produzir tesão e desejo. Sequências de códigos e gestos compõem alguns rituais que vão fabricando as fantasias do cliente que se deixa seduzir pelas afecções eróticas que se instala entre quem oferta e quem demanda algum tipo de serviço sexual. (Santos, 2016, p.109)

Como bem observa Santos (2016), a interação no mercado sexual digital

ultrapassa a simples troca monetária, constituindo-se em uma complexa performance de si. Através de uma sucessão de 'rituais' e 'códigos', o sujeito fabrica fantasias e mobiliza afetos que sustentam a dinâmica entre oferta e demanda, transformando o espaço virtual em um palco de erotização e negociação permanente.

O trabalho sexual mobiliza uma política erótica, sexual e de gênero que se performatiza em múltiplas instâncias: desde os espaços virtuais (aplicativos e sites de acompanhantes) até os espaços públicos e estabelecimentos privados, como saunas. Esses fluxos eróticos são apreendidos pelos sujeitos por meio de uma aprendizagem específica, que permite a leitura e o reconhecimento de códigos, gestos e expressões corporais cujas sutilezas variam conforme o contexto (Santos, 2016).

Nesse cenário, é comum que profissionais anunciem atributos como “discreto” e “fora do meio”. Tais categorias não são meros adjetivos, mas estratégias discursivas que estabelecem uma zona de interação reservada, mimetizando o comportamento heteronormativo para mediar a relação entre o cliente e o profissional.

Dessa forma, Santos (2013, p.69) comenta o seguinte:

Como tática de sobrevivência, o michê procura manter em segredo o jogo de identidades e expressões que manifesta face ao cliente. A esse respeito, são pertinentes as palavras de Hall, quando lembra que a construção da identidade requer a existência de um outro, “mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado.

A construção da identidade no mercado do sexo, conforme aponta a citação acima, opera em uma zona de penumbra entre o que é exibido e o que é silenciado. Ao evocar Stuart Hall, percebe-se que o “michê” não apenas performa um papel, mas estabelece uma relação de alteridade onde o silêncio é estratégico. Esse “outro silenciado” mencionado por Hall reflete as tensões de um sujeito que precisa negociar sua existência dentro de um jogo de identidades muitas vezes pautado pela negação e pela manutenção do segredo como garantia de sobrevivência.

Historicamente, a prostituição tem sido combatida sob o pretexto de preservar a moral familiar e pelo estigma das patologias associadas à homossexualidade — pânico moral que frequentemente recai sobre o trabalhador sexual masculino. Nesse contexto, a premissa de que o homem que se prostitui é invariavelmente homossexual constitui uma imposição imaginária do machismo estrutural. Tal rótulo reflete os imperativos de virilidade da ordem heteronormativa e seus preconceitos intrínsecos quanto às dissidências de orientação sexual.

Sobre esse fenômeno, Lima (2023, p. 35) argumenta o seguinte:

Nessa direção, “homem” não designa necessariamente um sujeito que nasce com pênis, que tem barba ou que se apresenta de forma viril (que já seriam formas imaginárias de se dar sentido a esse significante). Antes, trata-se de dar lugar ao uso que um ser falante pode fazer desse significante (“homem”) como representante de sua posição como sujeito diante do Outro no discurso – seja por ter recebido esse significante do Outro, seja por reivindicá-lo para si, exercendo uma função de orientação para seu lugar no laço social.

Nessa perspectiva, a masculinidade pode ser considerada como um constructo da linguagem. Ao definir “homem” como um significante e não como uma evidência biológica, o autor permite compreender que a performance de virilidade nos aplicativos é, antes de tudo, uma posição discursiva. O sujeito se apropria desse significante para mediar sua relação com o desejo do Outro, utilizando a imagem do 'homem viril' como uma bússola que orienta seu lugar e sua utilidade dentro do laço social do mercado erótico.

A citação de Lima (2023) oferece uma leitura profundamente marcada pelas perspectivas psicanalítica e discursiva sobre a constituição do sujeito. Ao enfatizar que o termo 'homem' não se restringe a determinações biológicas ou a estereótipos de masculinidade, o autor desloca o foco para o uso simbólico do significante. Nesse sentido, ser “homem” não constitui uma identidade fixa, mas sim uma posição assumida ou atribuída dentro do campo do discurso e dos laços sociais.

O que se evidencia é o papel central da linguagem na subjetivação: não se trata de uma essência “ser homem”, mas de como o indivíduo se inscreve nessa posição simbólica — seja por uma atribuição externa (sociedade, cultura, linguagem), seja por uma reivindicação própria. Ocupar o lugar de 'homem' no discurso cumpre uma função orientadora, implicando a adoção de certas expectativas, responsabilidades e performances dentro da estrutura social.

Portanto, o conceito de homem caracteriza-se como um significante emergente de interações sociais específicas, revelando não apenas uma orientação sexual, mas uma orientação social na relação com o Outro. Tal perspectiva implica, igualmente, uma posição no território, compreendido aqui como o espaço do cotidiano. Em última análise, o que está em jogo é a compreensão de que os significados de gênero são constructos sociais variáveis que desafiam noções binárias, essencialistas ou fundamentadas estritamente na anatomia genital.

Partindo da construção social do homem viril que exerce o trabalho sexual, termos como “puto”, “garoto de programa” ou “michê não parecem abalar a percepção

de masculinidade de muitos sujeitos. Isso ocorre porque a prostituição masculina muitas vezes se camufla em uma sociedade regida por padrões heteronormativos, a qual lança um 'manto de invisibilidade' sobre o homem que desempenha tal função (Passamani *et al.*, 2017).

Em sua obra *'Entre Boys e Frangos: Análise das Performances de Gênero dos Homens que se Prostituem em Recife'*, Souza Neto (2009) investiga como essas identidades e as dinâmicas de poder são negociadas no contexto local. A pesquisa aprofunda-se nas dicotomias intrínsecas às relações sexuais comerciais entre homens, analisando categorias polares como 'boy/bicha' e 'ativo/passivo'.

A análise dessas dicotomias aponta a relevância semântica e política das palavras na estruturação do desejo. Embora Foucault (1985) não tenha se debruçado diretamente sobre a especificidade dos papéis homossexuais em sua época, sua contribuição permanece essencial ao fornecer os instrumentos analíticos necessários para compreender a tríade entre sexualidade, poder e discurso.

Desse modo, o conceito de homem configura-se como um significante que emerge das interações sociais, sinalizando não apenas uma orientação sexual, mas uma orientação social fundamentada na relação com o Outro. Tal perspectiva implica uma tomada de posição no território — compreendido como o espaço do cotidiano e das trocas simbólicas. Em última análise, depreende-se que os significados de gênero são constructos sociais fluidos que desafiam visões binárias e essencialistas pautadas estritamente na anatomia genital.

No contexto da prostituição masculina digital, essa fluidez manifesta-se no modo como os sujeitos gerenciam sua imagem. Falar de si, nesse cenário, é um ato que envolve simultaneamente a exposição e a proteção da subjetividade, em um jogo constante entre o que é revelado e o que permanece oculto. Esse gerenciamento identitário é inseparável da lógica mercantil do desejo, onde a performance da virilidade torna-se o principal ativo de troca.

Assim, a pesquisa revela que a auto apresentação no Grindr não é um ato isolado, mas uma prática sociocomunicativa complexa. Nela, o corpo e o discurso operam de forma integrada para viabilizar a entrada e a permanência do sujeito no mercado da prostituição. O que se observa é uma agência que, mesmo limitada pelas pressões heteronormativas, encontra brechas para negociar sentidos, afetos e valor econômico no ambiente digital.

Em suma, a análise demonstra que o Grindr atua, simultaneamente, como um vetor de reprodução de normas históricas de sexualidade e masculinidade e como um campo de resistência parcial. Nesse espaço, os sujeitos articulam papéis, performances e hierarquias, reconfigurando-os segundo a lógica do ambiente digital e as exigências do mercado do desejo homoerótico (Nascimento, 2011).

Importante salientar que a escolha das palavras reflete papéis funcionais em práticas sexuais específicas, não definindo, necessariamente, a identidade ou a totalidade do comportamento do indivíduo. A sexualidade é um fenômeno complexo e multifacetado, havendo um deslocamento de categorias entre os indivíduos e outros.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) constitui um instrumental teórico-metodológico que, ao investigar o processo de enunciação, revela o discurso como linguagem em movimento e expressão de práticas sociais. No contexto da Economia do Desejo, essas práticas são mediadas por trocas simbólicas e comportamentais pautadas pela lógica da “aquisição” de serviços. Assim, as representações sociais articulam-se a práticas discursivas específicas que emergem da interação mediada pelos aplicativos.

Um exemplo recorrente dessa dinâmica reside no uso de *emojis* como a berinjela e o pêssego, mobilizados pelos usuários do Grindr como recursos semióticos de comunicação erótica. Esses símbolos operam como metáforas visuais que referenciam partes do corpo, consolidando sentidos compartilhados na cultura digital da plataforma. No plano interpretativo, a berinjela é comumente associada ao pênis — evocando noções de virilidade ou dimensões físicas —, ao passo que o pêssego é empregado para representar as nádegas.

No próximo quadro será apresentado um inventário semiótico e estratégias de enunciação no Grindr.

QUADRO 07 – LÉXICO E PROCESSOS DISCURSIVOS NA PRODUÇÃO DA VISIBILIDADE NOS PERFIS DO GRINDR

Expressão	Categoria Lexical	Macroprocesso Discursivo	Estratégia Linguística	Efeito de Visibilidade	Relação com Poder
100% tesão	Intensificador erótico	Intensificação do desejo	Quantificação + hipérbole	Maximiza atratividade	Corpo como potência mercantil
Afim agora / Afimzão / AFIm	Disponibilidade temporal	Imediatismo performativo	Marcador temporal urgente	Sensação de prontidão constante	Lógica da demanda instantânea
Chama / Bora? / Chama aí	Convocação	Performatividade interativa	Imperativo	Ativa interação imediata	Economia da ação rápida
Quero gozar	Finalidade explícita	Redução ao prazer	Verbo direto	Sexualização frontal	Instrumentalização do encontro
Sigilo OK? / Ativo sigilo / Sigilo vers	Garantia moral	Gestão do estigma	Modalização de segurança	Visibilidade controlada	Reforço da heteronormatividade

Discreto	Marcador de masculinidade	Gestão do estigma	Adjetivação valorativa	Reduz risco simbólico	Masculinidade hegemônica
C/L / Local / Sozinho em es / Sigilo com local	Infraestrutura	Capitalização da infraestrutura	Abreviação técnica	Profissionalização implícita	Diferenciação mercadológica
Uber GP	Identidade profissional	Empreendedorismo sexual	Apropriação de marca	Profissionalização explícita	Internalização neoliberal
Link na bio / Olha a bio	Expansão digital	Multiplataformização	Direcionamento externo	Ampliação da visibilidade	Economia de plataforma
21 cm / GROSSO CL / Pau bonito	Capital corporal	Capital erótico	Quantificação + adjetivação	Corpo como diferencial	Objetificação estratégica
Peludo / Loirinho afim	Marcadores estéticos	Fetichização corporal	Autodescrição	Segmentação do público	Valorização de traços específicos
Versátil / Bi versátil	Identidade sexual flexível	Flexibilização identitária	Autoetiquetagem	Ampliação de mercado	Masculinidade adaptável
Quero passivo / ATV / At / Atv dotavo	Posicionamento sexual	Organização hierárquica do desejo	Siglas e abreviações	Clareza funcional	Estrutura hierárquica do sexo
Pss / Dot	Código cifrado	Codificação estratégica	Abreviação	Visibilidade discreta	Resistência à moderação
Tô querendo / De boa	Ambiguidade	Flexibilidade discursiva	Modalização leve	Abertura interpretativa	Redução de comprometimento

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da análise do *corpus* da pesquisa.

O quadro demonstra que o Grindr não é apenas a maior e mais popular rede social de geolocalização direcionada para homens gays, bissexuais, trans e pessoas *queer*. É, igualmente, um ecossistema discursivo onde identidades são flexibilizadas, mercadorias humanas são anunciadas e o poder é exercido através da visibilidade (ou da ausência dela).

São apresentados alguns temas a serem analisados. Inicialmente como mercantilização do desejo, evidencia-se como o corpo e o prazer são transmutados em valores de mercado. Termos como "capitalização da infraestrutura", "capital erótico" e "empreendedorismo sexual" sugerem que o usuário da plataforma opera sob uma lógica neoliberal de si mesmo, entendida como doutrina que defende a privatização, a desregulação do mercado e a redução drástica da intervenção estatal na economia, o que se estende a outros campos sociais e culturais.

O sujeito não apenas busca um encontro, ele gerencia uma marca pessoal onde o "estoque" (corpo) e a "logística" (local/disponibilidade) precisam ser comunicados com eficiência máxima e ambiguidade mínima.

Outro tema enfoca a gramática da imediatividade baseada em uma economia linguística que se utiliza de abreviações técnicas e siglas (C/L, GP, Pss) que funcionam como um jargão profissionalizante, otimizando o tempo de "negociação". Além disso, existem um modo imperativo e verbos diretos que refletem o "immediatismo

performativo", onde a linguagem serve para reduzir a distância entre o desejo e o ato, eliminando rituais de sedução tradicionais em favor de uma funcionalidade operacional.

Continuando, existe o tema da gestão do estigma e masculinidade hegemônica, na qual surgem um substantivo: "sigilo" e um adjetivo: "discreto". Junto a isso, é identificado que esses termos são ferramentas de uma "gestão do estigma", no qual o adjetivo "discreto" se encontra associado ao que se chama de "masculinidade hegemônica", o que se caracteriza como um discurso que reforça a heteronormatividade dentro de um espaço homoerótico, valorizando o que é socialmente aceito e minimizando o risco simbólico de "ser descoberto".

A temática visibilidade e poder relacionado com a coluna "Relação com Poder" no qual a dominação está vinculada, entre outras, com o prefixo macro, cuja etimologia é grega, *makrós*, e que em português se traduz como grande, longo, extenso ou comprido (envolve tanto as dimensões temporais como espaciais).

Neste sentido, resgatando a mercantilização do corpo, remete-se a estereótipos e padrões de consumo dos corpos que se prostituem. "21 cm / GROSSO CL / Pau bonito", no qual o tamanho do órgão sexual masculino, agrega valor, destacando e enfatizando a virilidade. Assim, utilizando o conceito de normalidade anatômica, segundo a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), o tamanho do pênis médio é de 13 centímetros ereto e 9 centímetros detumescido, embora tamanhos entre 10,5cm e 17,5 cm em ereção também são avaliados como normais. (Portal da Urologia SBU)

No contexto da prostituição masculina digital, a mercantilização do corpo se evidencia na utilização de expressões como "21 cm", "grosso", "pau bonito" e "peludo", que operam por meio de quantificação, adjetivação valorizadora e objetificação anatômica. O corpo é reduzido a atributos mensuráveis, enquanto sua dimensão subjetiva desaparece, dando lugar a um catálogo corporal que permite comparação e avaliação competitiva entre os usuários. Trata-se de um processo de reificação, em que o sujeito se apresenta como portador de capital erótico mensurável e transferível.

Nesse contexto, o uso de medidas como 21 centímetros, ao destacar o "corpo como diferencial", pode-se caracterizar como uma objetificação estratégica e o uso de códigos cifrados (Pss/Dot) como tática de sobrevivência do discurso frente aos algoritmos de controle da plataforma.

A quantificação, especialmente quando indicada com medidas precisas (“21 cm”), transforma o corpo em um dado técnico, comparável e competitivo dentro do mercado digital do desejo.

Os vocábulos lexicais do quadro analisado, como "discreto", "sigilo" e "ativo", é revelada uma manutenção rigorosa de padrões de masculinidade regulada e hegemônica, conforme comentado.

Importante salientar que o corpo não é apenas matéria, mas um processo de construção identitária pautado pela performance da virilidade. A busca por termos como "Atv dotado" reforça uma visibilidade estratégica, onde o uso de codificações semióticas delinea práticas afetivas (ou a ausência delas), priorizando atributos físicos em detrimento de subjetividades. No ecossistema do Grindr, as relações são efêmeras e o corpo é mercantilizado sob a lógica do "produto" disponível.

Essa produção de visibilidade opera de forma estritamente regulada: o corpo masculino é convertido em mercadoria através de uma performance hegemônica, mediada por estratégias que hibridizam o sigilo com o empreendedorismo de si, igualmente comentado.

Ao aplicar o modelo tridimensional de Fairclough (2001) a essa dinâmica da prostituição masculina digital, o discurso desvela-se em três níveis interdependentes:

1º Nível - Texto (Dimensão Linguística): Caracteriza-se por uma seleção vocabular concisa (ex: "At", "Atv") que espelha a própria interface do aplicativo, onde o espaço é limitado e o tempo de atenção do usuário é escasso. Nesse contexto, a intensificação erótica cumpre uma função dupla: maximiza a atratividade e acelera a negociação entre os pares. Além disso, a estrutura sintática direta reforça a lógica de instantaneidade e disponibilidade permanente — pilares das interações no Grindr. Esse nível pode ser sintetizado pelo conceito de codificação estratégica.

Os usuários desenvolvem estratégias linguísticas adaptadas à arquitetura da plataforma. Siglas como “C/L”, “ATV” e “Dot” exercem funções de economia linguística, comunicação cifrada e, sobretudo, de evasão à moderação algorítmica.

No aplicativo, o texto compete visual e semanticamente em um ambiente saturado, onde a visibilidade é um recurso disputado. A lógica algorítmica organiza os perfis por proximidade e atividade, estabelecendo um regime de competição constante. Assim, a construção textual do perfil — curta e performática — funciona como uma ferramenta estratégica de captura. Termos como “atendo”, “sigilo total” ou “local

próprio” configuram um léxico específico que comunica e oculta simultaneamente, protegendo o usuário de possíveis sanções da plataforma.

2º Nível – Prática Discursiva: Expressões como “100% tesão”, “afim agora” e “bora?” utilizam intensificadores quantitativos e marcadores de imediatismo que transmutam o desejo em urgência. O uso de verbos no imperativo (“chama”, “vem”) e enunciados performativos não apenas descreve a intenção, mas a executa no ato da fala.

Tais práticas constroem e reproduzem hierarquias de valor e poder. Sob a perspectiva de Fairclough (2001), compreende-se como esses textos, inseridos em práticas sociais amplas, organizam a oferta e a negociação do corpo como produto, reforçando a lógica de mercantilização na esfera digital. Nesse cenário, a abreviação exerce uma função pragmática (rapidez) e estratégica (proteção simbólica). Termos como “sigilo” e “ativo discreto” evidenciam uma modalização de garantia moral, assegurando que o perfil esteja em conformidade com padrões de masculinidade hegemônica, distanciando-se de qualquer traço de efeminação ou marginalidade.

A interdiscursividade, outra característica central segundo Fairclough(2001), revela uma hibridização de discursos: o erótico (“quero gozar”), o empresarial (“local”, “C/L”), o moral (“sigilo”) e o biológico/fitness (“grosso”, “21 cm”). Essa heterogeneidade indica que os perfis operam como microanúncios publicitários, articulando desejos, interesses comerciais e estratégias de autoproteção.

Em suma, através da Análise Crítica do Discurso (ACD), observa-se que esses elementos estruturam práticas sociais específicas, reforçando tanto a gestão estratégica da visibilidade quanto a manutenção de hierarquias internas ao universo homoerótico. O papel do “ativo”, frequentemente associado a uma maior valorização simbólica, reproduz a masculinidade dominante: o discurso não busca apenas aparecer, mas ser validado dentro de limites regulados por normas algorítmicas e morais.

3º Nível – Prática Social: Fundamentada na mercantilização da sexualidade masculina, esta análise evidencia como o corpo masculino é gerido discursivamente, convertendo a visibilidade em um ativo econômico e social. Nesse contexto, as práticas textuais refletem, reproduzem e tensionam normas de masculinidade, desejo e poder, em plena consonância com a perspectiva crítica da análise de discurso.

Sob a ótica dialética da Análise Crítica do Discurso (ACD), observa-se que as escolhas lexicais no nível micro revelam a mercantilização do encontro. Tais escolhas produzem uma aparência de espontaneidade em cenários de negociação econômica,

reforçando padrões hegemônicos de masculinidade. A masculinidade performatizada tende a alinhar-se a modelos heteronormativos — valorizando a virilidade, a força física e a discrição —, enquanto o apagamento do feminino (ou do "afeminado") expõe a persistência de estruturas misóginas e homofóbicas internalizadas no próprio mercado LGBTQIAPN+ (Rocha, 2005).

Nesse sentido, o Grindr transcende a mera organização de interações homoeróticas: ele opera como um espaço de reprodução e negociação de normas sociais. Nele, desejo, visibilidade e mercado se entrelaçam, permitindo observar como relações de poder e hierarquias de gênero se materializam nas práticas discursivas digitais.

A interação com a moderação da plataforma evidencia a consciência dos usuários sobre regras implícitas e explícitas. O uso de códigos e siglas (como "Pss" ou "Dot") indica a necessidade de um discurso que seja suficientemente claro para comunicar o desejo, mas cauteloso para não parecer explicitamente transacional. Essa zona de intersecção entre desejo e comércio revela a incorporação da lógica do "empreendedor de si". Marcada pela autopromoção constante, diferenciação competitiva e capitalização de atributos físicos, essa dinâmica constitui o corpo como um ativo econômico, organizando a subjetividade sob uma racionalidade puramente mercadológica.

Nesse sentido, a prostituição masculina no Grindr é discursivamente elaborada como uma prática empreendedora erotizada, pautada pelo imediatismo, pela discrição e pela competitividade. A visibilidade digital, portanto, extrapola a mera exposição do corpo ou do desejo; ela emerge de uma negociação contínua entre as demandas do mercado, os preceitos morais e as regulações tecnológicas, revelando como as relações de poder e as hierarquias de gênero se concretizam no espaço virtual.

6.2 Aspectos dos Territórios e da Identidade Social

Para Passamani, Rodrigues, Rosa e Lopes (2019), após os anos 2000 que os estudos sobre a prostituição masculina se expandiram, passando a abranger espaços

privados — como saunas, clubes de sexo e bares — além de meios digitais, como sites, chats e aplicativos.

No âmbito acadêmico, a relação entre espaço e território é explorada por autoras como Isadora Lins França. Em sua tese de doutorado, defendida em 2010 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas e publicada em 2012, intitulada “Consumindo Lugares, Consumindo nos Lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo”, a autora aprofunda essa temática.

Por sua vez, João Junior Gomes (2019), em dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, investigou a construção de uma cultura homoerótica no Rio de Janeiro entre 1890 e 1938. Sob o título “Sobre Frescos e Bagabas: Uma História Social do Homoerotismo e da Prostituição Masculina no Rio de Janeiro entre 1890 e 1938”, o autor foca na prostituição masculina em espaços públicos durante o referido período.

No livro *Epistemology of the Closet* (1990), Eve Kosofsky Sedgwick utiliza a metáfora do "armário", onde, para o Ocidente a partir do século XIX, a sexualidade — particularmente a distinção entre heterossexualidade e homossexualidade — tornou-se um eixo central da identidade pessoal. Estar "no armário" significa ocultar a orientação sexual, enquanto "sair do armário" implica um ato de revelação pública que altera profundamente as relações sociais. O armário é uma estrutura de opressão, pois até o silêncio comunica algo. Sedgwick critica o binarismo (homossexual/heterossexual, secreto/manifesto, público/privado), argumentando que a obsessão em dividir o mundo em opostos simples é inadequada para lidar com a complexidade da sexualidade (Sedgwick, 1990, p. 120).

Ao discutir a prostituição masculina, levanta-se o debate sobre sua invisibilidade social. O preconceito reforça o estigma e, nesse contexto, muitos indivíduos trabalham de forma discreta. Por meio da Análise Crítica do Discurso, o pesquisador pode identificar as dinâmicas de exclusão e os mecanismos de silenciamento presentes. Essa prática permanece marcada por estigmas sociais, diferenciando-se em diversos aspectos da prostituição feminina e manifestando-se em contextos como ruas, casas de entretenimento, plataformas digitais e espaços privados, cada qual com suas próprias dinâmicas.

Pode-se refletir sobre o modo como essa invisibilidade se expressa nos discursos dos consumidores e na própria estrutura textual, como no layout dos aplicativos. Quais são as imagens utilizadas e as categorias empíricas nos enunciados dos participantes? O desvelamento do sentido dessa linguagem pode facilitar o acesso a uma determinada estrutura sociocultural e, inclusive, revelar uma estrutura semiótica.

A invisibilidade social dos prostitutos, incluindo o anonimato nas redes sociais, é um fenômeno que envolve dimensões simbólicas, socioeconômicas, culturais e pessoais. Este conceito refere-se à maneira como esses indivíduos podem ser marginalizados ou ignorados pela sociedade em termos de direitos, reconhecimento e respeito. Entre os fatores que contribuem para esse fenômeno estão os estigmas e preconceitos que levam à discriminação e ao isolamento social. Outro ponto relevante é que a prostituição masculina *online* desenvolve-se em plataformas específicas, como sites e aplicativos de relacionamento, criando um espaço de interação que escapa ao olhar público tradicional; em outras palavras, o acesso exige o conhecimento prévio de "caminhos" ou o pertencimento a comunidades específicas.

Embora haja essa transição do território físico para o virtual, historicamente, tanto o prostituto quanto a prostituta são marginalizados socioespacialmente. Frequentemente, eles buscam manter uma imagem alinhada a valores "morais" e de "bons costumes", seguindo o modelo de uma família heteronormativa. Em razão desses fatores sociais, são excluídos ou segregados em territórios específicos, como saunas e boates, sendo vistos pela sociedade como desviantes de normas pré-estabelecidas (Diniz, 2016, p. 19).

Nesses espaços que transcendem o plano físico — ou seja, no território virtual — a prostituição masculina também estabelece seu lugar. Muitos indivíduos buscam o ambiente digital pela promessa de anonimato, acreditando que plataformas como o Grindr oferecem maior garantia contra o reconhecimento ou a estigmatização social inerente à atividade.

Em tal contexto, Silva (2015, p. 11) observa que: “A luta pela representação, que marca a trajetória dos movimentos sociais, em certa medida pode ser interpretada como a luta por um território, a conquista de uma imagem como a demarcação de um mundo possível.” Sob essa ótica, a territorialização, enquanto definição de espaços nem sempre visíveis, manifesta-se ativamente nas redes sociais. Embora o menu de aplicativos como o Grindr seja objetivo e direto, os territórios da prostituição masculina permanecem

velados pelo manto de uma sociedade patriarcal e viril, na qual papéis de gênero rígidos são delineados desde o nascimento.

Dessa forma, o conceito de território torna-se fundamental para compreender as dinâmicas da prostituição em aplicativos de relacionamento. Tais redes possibilitam interações socioeconômicas no contexto digital que abrangem sistemas simbólicos de poder e potencialidades interativas. Ao transcenderem as limitações geográficas tradicionais, esses espaços em plataformas como Grindr e Tinder são configurados por um amálgama de preferências pessoais, geolocalização e intencionalidades específicas.

O conceito de território tem sido amplamente discutido sob diversas perspectivas teóricas. Autores como Milton Santos, Claude Raffestin, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Rogério Haesbaert oferecem abordagens que, embora distintas, mostram-se complementares para a compreensão do fenômeno.

Enquanto Milton Santos (2006) compreende o território como o espaço geográfico vivido e transformado pelas relações sociais e pela técnica, Raffestin (1993) enfatiza sua dimensão simbólica e relacional, construída a partir das mediações de poder e comunicação. Deleuze e Guattari (1995), por sua vez, deslocam o conceito para uma esfera subjetiva, definindo o território como um espaço existencial e afetivo, em constante tensão entre forças de desterritorialização e reterritorialização.

Adicionalmente, Haesbaert (2004) contribui com a noção de multiterritorialidade, evidenciando que o sujeito contemporâneo transita simultaneamente por múltiplos territórios: físicos, simbólicos e digitais. Nesse cenário, a prostituição é marcada pela complexa interseção entre visibilidade e anonimato. Como descreve Silva (2019), embora os perfis dos indivíduos estejam publicamente acessíveis nas plataformas, as negociações migram para camadas privadas, como mensagens diretas, o que reforça a dinâmica paradoxal da "invisibilidade visível".

A alternância entre visibilidade e invisibilidade na prostituição masculina constitui um aspecto crucial para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que a circundam. Em nichos específicos, como saunas, cinemas voltados ao público adulto e outros ambientes do universo *gay*, a prática manifesta-se de forma relativamente explícita. Contudo, em outros contextos — como no caso de clientes casados que acessam tais serviços discretamente durante o dia — a prática permanece latente, protegida pela "invisibilidade simbólica" das rotinas de trabalho ou estudo. Essa ocultação reflete um regime de invisibilização voluntária, imposto não apenas pela

clandestinidade, mas por uma normatividade social que delega à marginalidade os desejos dissidentes.

No Grindr, usuários que se identificam como casados ou comprometidos tendem a adotar posturas de rigorosa discrição. Tal comportamento decorre do fato de que não apenas a imagem individual está em xeque, mas também sua honra enquanto provedores e representantes de um ideal de virilidade. No imaginário social vigente, a descoberta de vínculos afetivo-sexuais entre um homem comprometido com uma mulher e outro indivíduo do mesmo sexo é percebida como particularmente degradante.

Nesses cenários, as interações nas plataformas digitais possuem finalidade prioritariamente sexual, reservando as demonstrações de afeto ao âmbito heterossexual, socialmente tido como "legítimo". Mesmo entre solteiros ou indivíduos em relações não monogâmicas, impera a lógica de que o carinho entre homens deve ser cerceado para não comprometer a virilidade. Assim, o envolvimento furtivo, carnal e sigiloso funciona como um mecanismo de preservação das hierarquias de gênero, permitindo que práticas homoeróticas ou extraconjugais ocorram de forma subterrânea. Isso possibilita a manutenção de uma fachada pública alinhada à masculinidade hegemônica, evitando o escrutínio e o julgamento social (Medeiros, 2018).

Além disso, a análise do *corpus* revela que a monogamia não constitui o elemento central nas interações estabelecidas no Grindr. Pelo contrário: é frequente a presença de perfis que explicitam o estado civil de casado ou o envolvimento em relacionamentos heterossexuais, mantendo a parceria oficial à margem de tais práticas. Essa dinâmica reforça a imperatividade do sigilo e a lógica da "dupla vida", que articula a satisfação do desejo à necessidade de discrição para a manutenção das normas heteronormativas vigentes.

O regime de visibilidade opera como um jogo de luz e sombra: aquilo que é socialmente aceito e legitimado torna-se visível, iluminado e reconhecido, ao passo que o marginalizado ou estigmatizado é lançado à obscuridade. Nesse processo, o conceito de "obsceno" não se restringe ao que é moralmente inaceitável, mas abrange o que não pode ser representado ou exposto, resultando em sua exclusão do campo da visibilidade pública. A homossexualidade, exemplifica esse caráter obsceno social; além de ser moralmente desvalorizada, foi historicamente patologizada — especialmente no contexto da epidemia de HIV/Aids —, sendo associada ao risco, ao desvio e à anomalia (Pelúcio; Miskolci, 2009, *apud* Miskolci, 2014, p. 74).

Sob este aspecto, faz-se necessária uma reflexão profunda sobre o funcionamento da visibilidade social operando na lógica de luz e sombra: aquilo que é aceito e legitimado pelo discurso dominante torna-se visível e destacado, enquanto o marginalizado é empurrado para a obscuridade. A noção de “obsceno” ganha, então, uma conotação mais abrangente: não se limita ao moralmente reprovável, mas define aquilo que deve ser excluído da visibilidade pública por ser considerado irrepresentável. O obsceno, portanto, não é meramente uma construção moral, mas uma estratégia discursiva que interdita certos significados e sujeitos na cena social.

A conexão entre o obsceno e o abjeto é fundamental para compreender a dinâmica da prostituição masculina e seu tratamento social. O processo de repatologização e a abjeção da homossexualidade e da prostituição masculina fomentam a criação de subjetividades desumanizadas, relegando esses sujeitos a espaços de invisibilidade e exclusão. Consequentemente, observa-se uma severa restrição na capacidade desses indivíduos de se posicionarem publicamente e de reivindicarem novos sentidos para suas identidades.

A experiência da rejeição é recorrente na plataforma, especialmente porque usuários que não correspondem aos padrões estéticos vigentes buscam, frequentemente, parceiros que se encaixam neles — algo agravado pela imprecisão das autodescrições nos perfis. É sintomático que o próprio aplicativo, reconhecendo essa dinâmica ao longo do tempo, inclua em suas diretrizes a observação: “A rejeição pode ser difícil. Todos já estivemos lá, e dói. Claro, nem todo mundo se interessará por você. Isso faz parte da vida, mas não diminui a dor!” (Grindr, Diretrizes de uso e políticas).

A própria plataforma reforça que a rejeição é mais frequente do que a aceitação. Além disso, esclarece que o banimento da comunidade só ocorre em situações graves; a empresa não punirá usuários por condutas interpessoais simples, cabendo a quem se sentir ofendido por grosserias a responsabilidade de denunciar e bloquear, restando ao aplicativo apenas recomendar que o indivíduo “siga em frente”.

Nesse contexto, os aplicativos de encontros, como o Grindr, funcionam como territórios híbridos onde a prostituição masculina se manifesta com relativa visibilidade — ainda que, muitas vezes, de forma codificada e ocultada por eufemismos ou negociada sob uma lógica mercadológica. Como aponta Bourdieu (2002, p. 10), “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante”. Sob essa ótica, o corpo é regulado por uma

gramática simbólica que define o que pode ser desejado, exibido ou censurado, de modo que as normas sociais de sexualidade moldam diretamente a performance das identidades nessas plataformas.

No ambiente digital, diversos elementos evidenciam a hegemonia da imagem sobre a linguagem, caracterizando uma enunciação material-visual. Nela, a dimensão material se estabelece pela elaboração programável dos tecnografismos, enquanto o visual predomina sobre o texto, consolidando-se por meio de formatos de circulação de imagens como .jpg e .tiff (Paveau, 2021).

A compreensão da prostituição masculina mediada por plataformas digitais exige um enquadramento teórico que articule linguagem, poder e produção de subjetividades. Tal dinâmica evidencia-se nas Diretrizes do Grindr, cujas normas sobre o corpo dos usuários demonstram que, mesmo em um ambiente voltado a um público específico, operam mecanismos de controle sobre o que pode ser dito e exibido, convergindo regulamentos digitais e expectativas sociais de comportamento.

Nessas diretrizes, estabelecem-se critérios rigorosos para o conteúdo textual e imagético (fotos e álbuns). Sobre o recurso de álbuns, vale ressaltar a dinâmica de permissividade: o aplicativo permite a criação de um portfólio de apresentação do "produto" a ser comercializado, cuja visibilidade é restrita. O acesso ao álbum só ocorre mediante autorização do usuário, configurando um gesto que denota interesse mútuo e o estabelecimento de uma relação de confiança entre as partes.

Sobre as imagens sexualmente explícitas não são permitidas em fotos de perfil no Grindr. São interditadas as seguintes imagens:

- Imagens que representam atos sexuais pornográficos, reais ou simulados, vestidos ou nus, sozinhos ou com outras pessoas.
- Filtros/rabiscos usados para mascarar conteúdo pornográfico. (Se você ainda puder dizer que é pornografia, não é permitido).
- Nudez sexualmente explícita, como genitais expostos.
- Estamos trabalhando para regras de fotos inclusivas de gênero. Infelizmente, devido às políticas atuais da loja de aplicativos, devemos categorizar os mamilos femininos como nudez proibida. Homens e pessoas não binárias podem mostrar seus mamilos. Para nossas regras que não são sobre nudez, todas as pessoas são tratadas igualmente.
- Fluidos corporais, incluindo sêmen, urina ou sangue (sangue falso em fantasias é aceitável). (Grindr, Diretrizes de uso e políticas.)

As diretrizes de uso e políticas do Grindr estabelecem critérios rígidos para fotos de perfil, proibindo qualquer representação de atos sexuais ou nudez explícita (genitais).

Um ponto de destaque é a distinção de gênero imposta pelas lojas de aplicativos: enquanto mamilos masculinos e de pessoas não binárias são permitidos, os femininos são categorizados como nudez proibida. Além disso, a plataforma veta a exibição de fluidos corporais, abrindo exceção apenas para o uso de sangue artístico em contextos de fantasia.

Conforme discutido ao longo deste trabalho, e sob a perspectiva foucaultiana sobre poder e sexualidade, o Grindr não se configura como um espaço neutro de interação, mas como um dispositivo de organização e regulação de condutas. Embora a prostituição masculina não seja criminalizada no Brasil, a prática permanece imersa em estigmas sociais, o que se reflete nos discursos desses trabalhadores ao adotarem estratégias de neutralização. Frequentemente, a atividade não é enunciada de forma explícita; o recurso a eufemismos como “acompanhante”, “massagista” ou “modelo” evidencia a pressão moral incidente sobre o ofício. Paralelamente, os sujeitos elaboram narrativas de autonomia — expressas em frases como “faço porque gosto” ou “sou independente” — visando estabelecer uma dissociação estratégica entre a identidade pessoal e a atividade econômica.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) evidencia como tais formulações operam na gestão identitária, delimitando zonas de aceitabilidade discursiva. Nesse cenário, os clientes atuam como agentes na manutenção de relações de poder ao negociarem valores, imporem condições e estabelecerem critérios excludentes. O *corpus* revela a prevalência de marcadores de raça, classe e corporalidade — termos como “padrão”, “sarado”, “branco” ou “discreto” —, sinalizando que a prostituição masculina digital reproduz desigualdades estruturais. Assim, a distribuição desses atributos não é fortuita; responde a uma lógica de valoração simbólica em que corpos racializados são ora fetichizados, ora invisibilizados, enquanto a masculinidade hegemônica é ratificada como o ápice da desejabilidade, consolidando a linguagem como um seletor social e econômico.

Dessa forma, o Grindr não busca apenas intermediar encontros, a plataforma organiza uma economia discursiva que distribui visibilidade e valor de maneira desigual. Isso revela como relações de poder, estigmas sociais e normas de gênero se materializam e se reproduzem no espaço digital (Rocha, 2005).

As Diretrizes da Comunidade exemplificam essas normas ao delimitar o que é permitido. A primeira imagem, por exemplo, retrata uma posição voltada à exposição

anal — um convite ao sexo passivo. Ressalta-se que tanto o pênis quanto o ânus não devem ser exibidos explicitamente, exceto em trocas privadas de “nudes” ou em álbuns compartilhados entre os próprios usuários.

FIGURA 09- REPRESENTAÇÃO DE NUDEZ EM POSE SEXUAL E SUA CATEGORIZAÇÃO COMO CONTEÚDO PROIBIDO



Fonte: Grindr

O discurso visual exemplifica o processo de pedagogia visual exercido pelas diretrizes da plataforma. Ao proibir poses classificadas como “abertamente sexuais”, o Grindr estabelece uma fronteira clara entre o corpo público (normatizado e aceitável) e o corpo privado (relegado ao campo do interdito). Essa regulação não é meramente técnica, mas biopolítica: ela molda a forma como o usuário deve se auto apresentar, desencorajando certas subjetividades sexuais em favor de uma estética que não fira os algoritmos de censura e as políticas comerciais das lojas de aplicativos. O 'X' sobre a imagem atua como um signo de exclusão que delimita, dentro da economia discursiva do app, qual tipo de visibilidade é permitida.

Na sequência, é apresentada uma pose permitida: embora o indivíduo esteja desnudado, a imagem indica o uso de roupas íntimas. Da mesma forma, a figura anterior retratava um homem em trajes semelhantes, garantindo que a genitália permanecesse coberta.

FIGURA 10 – REPRESENTAÇÃO DE CORPO EM POSE NÃO EXPLÍCITA SEGUNDO DIRETRIZES DE PLATAFORMAS DIGITAIS



Fonte: Grindr

Em contraste com o interdito anterior, o outro discurso visual ilustra a normatização da visibilidade no espaço digital. Ao rotular a pose como “não explícita”, o Grindr estabelece os parâmetros da estética da sugestão: o corpo deve ser performado de maneira a sinalizar disponibilidade sexual, mas sem confrontar a barreira da genitalidade. Observa-se aqui a atuação biopolítica da plataforma, que treina o olhar e o comportamento do sujeito, induzindo-o a uma auto apresentação que seja, simultaneamente, desejável para os pares e inofensiva para as diretrizes de mercado.

FIGURA 11- IMAGEM ILUSTRATIVA DE EXPOSIÇÃO DE GLÚTEO NÃO EXPLÍCITA CATEGORIZADA COMO CONTEÚDO PERMITIDO



Fonte: Grindr

Já a terceira imagem ratifica o que foi observado anteriormente: há uma permissão para a exibição, mas com limites. De acordo com as diretrizes, é possível postar fotos dos glúteos, contanto que a pose não seja considerada explícita, preservando o caráter não pornográfico do perfil público. Essa mesma terceira imagem do discurso visual reafirma o mecanismo de exibição parcial como estratégia de sobrevivência no Grindr público. Aqui, a exposição do glúteo é validada por uma estética de desvio: a pose de costas neutraliza a “ameaça” da genitalidade e permite que o corpo circule como mercadoria visual legítima. Assim parece existir uma distribuição desigual de valor, porque o corpo que se fragmenta e se oculta estrategicamente conquista o direito à visibilidade, enquanto o corpo integralmente exposto é excluído. Trata-se de uma pedagogia do olhar, onde o usuário é induzido a performar uma nudez higienizada, convertendo sua intimidade em um conteúdo palatável às normas regulatórias da plataforma.

Assim, as imagens nas diretrizes do Grindr podem ser vistas como manifestações de uma prática discursiva que não é apenas reflexo das situações, mas também uma forma de normatizar as interações e as identidades, contribuindo para a construção de um campo social específico, dominado por certas normas e expectativas.

O texto ressalta que o expressivo volume de interações em aplicativos de relacionamento dificulta a gestão de possíveis conexões. Para mitigar esse problema, as plataformas introduziram recursos de organização, como listas de favoritos, que auxiliam o usuário na triagem de parceiros potenciais.

Nesse cenário, a "lei dos números" assume papel central, transformando a dinâmica afetiva: à semelhança da produção econômica contemporânea, os indivíduos passam a gerir o volume e a celeridade das trocas. O uso frequente de mensagens padronizadas e envios em massa aproxima a interação social das estratégias de telemarketing, consolidando a lógica de racionalização e mercantilização dos relacionamentos.

Pode-se comentar a escrita de Illouz (2018, p.90):

Comunicarse significa desvincularse de la propia posición en una relación específica y concreta y adoptar la posición de un hablante abstracto que afirma su autonomía o su comprensión. En última instancia, la comunicación significa suspender o poner entre paréntesis la cohesión emocional que nos vincula con los demás. (Illouz, 2018, p 90)

Em português:

"Comunicar-se significa desvincular-se da própria posição em uma relação específica e concreta e adotar a posição de um falante abstrato que afirma sua autonomia ou sua compreensão. Em última instância, a comunicação significa suspender ou colocar entre parênteses a coesão emocional que nos vincula aos demais. (Illouz, 2018, p. 90: tradução do autor)

O parágrafo descreve o processo de racionalização do afeto. Illouz – importante socióloga nascida em Marrocos e professora na Universidade Hebraica em Jerusalém e *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em Paris - argumenta que a comunicação moderna não serve mais para aproximar as pessoas em sua totalidade emocional, mas sim para permitir que indivíduos funcionem de forma autônoma e desapegada, tratando a linguagem como uma ferramenta técnica e não como um espaço de vulnerabilidade e conexão real.

Sob essa perspectiva, compreende-se que, em plataformas de encontros como o Grindr, a comunicação transcende a troca direta entre indivíduos. Trata-se, primordialmente, de uma autopresentação direcionada a um público abstrato, mediada pela arquitetura da plataforma. A suspensão da coesão emocional nas relações concretas permite que os usuários negociem identidade, desejo e visibilidade de maneira

A fundamentação na Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough permite compreender que o discurso transcende a mera expressão de significados; ele constitui

uma prática social que molda, normatiza e hierarquiza corpos e comportamentos. Conforme Fairclough (2001, p. 90), o discurso deve ser apreendido como “o uso da linguagem como forma de prática social, e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”. Por conseguinte, a linguagem deixa de ser um simples veículo de comunicação para se tornar um potente instrumento de dominação, resistência e constituição de subjetividades.

Os aplicativos de relacionamento transcendem a função de meros espaços de interação social; constituem instâncias de práticas discursivas cujas dinâmicas são intrinsecamente atravessadas por relações de poder e controle. No contexto da prostituição masculina, esses ambientes digitais desvelam complexas redes de negociação, performance e regulação do sexo, da identidade e da sexualidade. As normas sociais sobre masculinidade operam como estruturas que condicionam o posicionamento dos sujeitos, a performance de suas identidades e a autopercepção dentro das plataformas.

Tais interações discursivas suplantam a observação factual de ofertas ou buscas de serviços. Elas explicitam como os discursos engendram significados, são cooptados por estruturas sociais e reproduzem — ou subvertem — ideologias de gênero, classe e poder. Nesse prisma, a linguagem deixa de ser um simples meio para se tornar um fim em si mesma: um veículo de significação e uma arena de disputa simbólica.

Os territórios sociais — incluindo os espaços das redes virtuais onde se exerce a prostituição masculina — permanecem sob a égide de uma sociedade falocrática. Como observa Bourdieu (1999), “A Ordem Social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça”.

Em diálogo com essa perspectiva, Perlongher (1987, p. 152-3) propõe que, à noção de identidade tradicional, deve-se justapor a ideia de territorialidade. Sob esse prisma, o conceito de identidade social vincula-se intrinsecamente a um sentido de território vivido: um espaço atravessado pela experiência cotidiana, demarcado pelas formas, tempos, lugares e parcerias nos quais o sujeito age e se projeta subjetivamente.

Segundo Perlongher (1987, p. 152-3): “À ideia de identidade, que define os sujeitos pela representação que eles próprios fazem da prática sexual que realizam, ou por certo recorte privilegiado que o observador faz dessa prática, justapomos a ideia de territorialidade.”

Nesse sentido, o conceito de identidade social vincula-se, primordialmente, a uma noção de territorialidade alicerçada na vivência do cotidiano. Esse território vivido é delimitado pelas práticas e subjetividades do agente — pelas formas, espaços, tempos e parcerias através dos quais o sujeito age, reflete e se projeta no mundo.

Além disso, as plataformas digitais transformaram a busca pelo desejo em uma gestão de estoque. Onde Perlongher via um sujeito que se construía na vivência do território, a modernidade algorítmica impõe uma "máquina simbólica" (Bourdieu) que exige abstração emocional e eficiência estatística. A identidade, antes fruto de uma vivência cotidiana pulsante, corre o risco de se tornar apenas um perfil padronizado em um banco de dados. Dessa forma, pode se pensar em um diálogo entre o conceito de capitalismo emocional em Illouz com as novas territorialidades de Perlongher.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese almejou preencher uma lacuna fundamental na literatura sobre a prostituição masculina, com foco nas plataformas digitais. Por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD) aplicada aos territórios virtuais, o estudo viabilizou uma compreensão verticalizada das intersecções entre poder, identidade e desejo que regem esse mercado.

A análise do *design* da interface do aplicativo Grindr, compreendido como uma estratégia simbólica no processo comunicativo, investigou como sua estrutura e funcionalidades moldam as dinâmicas de oferta e demanda de serviços sexuais. Assim, as considerações finais devem sintetizar de que maneira o discurso da plataforma reconfigura a realidade da prostituição masculina. A tese demonstra que o Grindr opera uma territorialização híbrida (na perspectiva de Perlongher), na qual a visibilidade transcende o “estar presente”, exigindo uma pactuação constante entre o perfil virtual e a materialidade da geolocalização.

O território da prostituição masculina deslocou-se da marginalidade física das ruas para uma 'marginalidade algorítmica', na qual o corpo é fragmentado em metonímias visuais (abdômens, genitais) e etiquetas (*tags*), submetendo-se a uma lógica de catalogação. Em consonância com Illouz, os enunciados corroboram a tese do capitalismo emocional, no qual a arquitetura comunicativa do aplicativo assume uma estética de 'telemarketing', operando por meio de uma eficiência e velocidade que suplantam a conexão subjetiva.

Ao redigir seu perfil, o usuário assume a posição de um “falante abstrato”, decompondo-se em categorias de preferências e atributos físicos para viabilizar a “escolha racional” do cliente. A visibilidade social, portanto, é mediada por uma linguagem de consumo que converte o desejo em transação estatística. Sob a ótica de Fairclough, depreende-se o discurso como uma prática social de poder que reforça ou desafia as hierarquias vigentes. Tal visibilidade é seletiva: perfis que performam uma “masculinidade viril” e “discreta” detêm maior capital simbólico, ao passo que discursos dissonantes da norma são marginalizados na interface do aplicativo.

O emprego de termos como “sigilo” e “discreto” evidencia a circulação do poder na linguagem, delimitando quem ascende à visibilidade e ao desejo e quem deve ser

relegado ao ocultamento. Por conseguinte, as formas de visibilidade no Grindr são pautadas por uma racionalização técnica do desejo. Os territórios virtuais operam como vitrines discursivas nas quais a prostituição masculina é ressignificada: o corpo converte-se em produto, a localização em ativo de mercado e o discurso em ferramenta estratégica de filtragem social. A plataforma não apenas sedia o encontro, mas prescreve as normas de como os sujeitos devem ser percebidos, significados e consumidos. Ao propor um exame do posicionamento discursivo desses sujeitos, é imperativo focar em como o corpo é transladado em linguagem e de que maneira essa semântica estabelece um valor de mercado.

Opera-se, portanto, uma fragmentação e “coisificação do corpo, que deixa de figurar como uma unidade subjetiva para se apresentar como um conjunto de categorias discretas — “caixinhas” ou rótulos — que convertem a identidade em um perfil de produto pronto para o consumo.

O corpo vincula-se, desse modo, a atributos como musculatura, altura e posição sexual. Nos enunciados analisados, ele é decomposto em variáveis que otimizam a escolha racional. Assim, o corpo deixa de ser a expressão da subjetividade para tornar-se um objeto de consumo especializado.

A recorrente ausência de rostos nos perfis de prestadores de serviço acentua essa fragmentação, na qual o valor de mercado concentra-se em partes específicas que atendem ao fetiche ou à demanda do cliente.

Ao considerar o “eu” como produto — dado que o corpo atua como sua “carteira de identidade” — a tese ratifica a lógica do “capitalismo emocional” de Illouz, em que o mercado sexual digital adota um discurso de estrita eficiência.

Dessa forma, os processos discursivos mobilizam um léxico de disponibilidade imediata e especificidade técnica, exemplificado por termos como “com local”, “ativo” e “valor inbox”.

O desejo, portanto, é deslocado do campo do incerto para a esfera do inventário e das leis de oferta e procura. Essa comunicação padronizada, que emula táticas de *marketing*, esvazia a densidade emocional para assegurar a fluidez da transação comercial.

A masculinidade, por sua vez, ao ser submetida a essa hierarquização, revela que o ideal de “masculinidade viril” opera como a principal moeda de troca e signo de valor no mercado sexual do Grindr.

Vocábulos como “sigilo”, “macho” e “discreto” não apenas descrevem comportamentos, mas conferem um sobrepreço simbólico ao perfil. O processo de significação é, em última análise, de exclusão: corpos que performam feminilidade ou que divergem dos padrões atléticos são discursivamente desvalorizados, ratificando a “máquina simbólica” da dominação masculina de Bourdieu.

Em suma, os processos de significação no Grindr transformam o corpo em um catálogo semiótico. O mercado sexual masculino na plataforma opera sob uma lógica de transparência técnica e opacidade emocional, onde a visibilidade do corpo é estritamente regulada por normas de masculinidade e pela eficiência do consumo digital, convertendo o encontro sexual em uma gestão estratégica de atributos e localizações.

Ao propor uma análise crítica dos discursos produzidos pelos usuários sobre a oferta e a demanda de serviços sexuais, identificando seus modos de construção, deve-se conceber o território como uma vitrine racionalizada. A tese demonstra que esse espaço virtual opera como uma máquina simbólica que impõe a racionalização do encontro. Por meio de categorias discretas (peso, altura, posição sexual, dotes físicos), o sujeito é incentivado a abdicar de sua coesão emocional para projetar-se como um 'falante abstrato' — um produto em um 'catálogo' no qual a visibilidade é condicionada à capacidade de traduzir o próprio corpo em dados técnicos e mercantilizáveis.

Tal dinâmica engendra uma linguagem de “telemarketing afetivo”, na qual o léxico composto por termos como “valor”, “local”, “ativo” e “discreto” ratifica o deslocamento para o modelo de “capitalismo emocional”.

A troca simbólica torna-se estratégica e impessoal, assemelhando-se a táticas de *marketing* visual. Nesse contexto, o território virtual transcende o conceito de espaço de encontro para configurar-se como um mercado onde a visibilidade é negociada por meio de uma performance de masculinidade hegemônica e viril.

Contudo, a análise aponta que essa tentativa de transparência total e controle algorítmico encontra resistência na própria natureza do desejo. A territorialidade, conforme proposta por Perlongher, manifesta-se precisamente quando o discurso técnico falha em capturar a totalidade da experiência subjetiva, permitindo que o encontro real subverta a rigidez do catálogo digital.

O Grindr constitui-se, desse modo, como um território de visibilidade paradoxal: ao mesmo tempo que disponibiliza ferramentas para a exposição e o comércio do corpo, o aplicativo impõe uma linguagem que fragmenta a subjetividade.

A prostituição masculina na plataforma é exercida em uma arena de disputa simbólica, na qual o discurso da eficiência econômica tenta — mas não consegue — silenciar a imprevisibilidade do desejo.

A visibilidade social nesse território configura-se, portanto, como uma negociação discursiva permanente entre o estatuto de “dado no sistema” e a condição de “sujeito na prática cotidiana”.

Os enunciados do Grindr revelam um processo de intensa decomposição do sujeito nas categorias discretas supracitadas, evidenciando a interseção entre o território virtual e o mercado. O aplicativo funciona como um campo híbrido no qual a compatibilidade emocional e psicológica é mediada por algoritmos, convertendo o encontro em uma transação fundamentada em ideologias de “eficiência”.

O discurso de auto apresentação ancora-se em uma linguagem técnica e segmentada, operada pelo usuário para tornar-se visível ao “parceiro ideal” ou ao cliente dentro da lógica mercantil. Estabelece-se, assim, uma dialética entre a visibilidade e o sigilo, por meio da qual as práticas discursivas evidenciam ou ocultam os corpos de forma estratégica.

O “sigilo” atua frequentemente como uma moeda de troca e um componente essencial da masculinidade negociada. Aborda-se, portanto, uma prostituição viril que, ao utilizar expressões lexicais específicas, busca reforçar uma estética de virilidade capaz de desvincular o sujeito de estigmas tradicionais, mesmo em um espaço de comércio sexual.

Trata-se, portanto, de uma territorialidade híbrida na qual o ambiente digital tenta regular as interações. Há, inclusive, uma tensão discursiva em que a homossexualidade e certas práticas sexuais ainda confrontam relatos oficiais que as associam a processos de “degeneração”. Tal herança discursiva influencia a forma como o usuário se descreve, seja para evitar o estigma, seja para performar dentro das normas vigentes.

Diferentemente dos espaços físicos tradicionais (ruas, saunas, entre outros), o território virtual do Grindr impõe uma linguagem específica, pautada em termos que denotam agenciamento e autonomia. Nesse cenário, a geolocalização converte o espaço

geográfico em um “catálogo” em tempo real, no qual a visibilidade social é mediada pela proximidade física traduzida em dados digitais.

Ao responder ao último objetivo específico — o de compreender as formas de territorialidade e negociação de desejo, masculinidade e sigilo —, retoma-se a temática da visibilidade discursiva. Esta não se baseia apenas no elemento visual, mas é também verbal: uma negociação do “eu” fundamentada em descrições de perfis e escolhas lexicais. O sujeito é, assim, fragmentado em categorias de gosto, personalidade e temperamento para tornar-se visível e 'consumível' no mercado do desejo."

Estabelece-se uma dialética entre o revelado e o ocultado. A “prostituição viril masculina” utiliza a plataforma para engendrar uma visibilidade que, frequentemente, contorna os estigmas associados aos espaços físicos tradicionais (ruas, saunas, entre outros), permitindo ao sujeito um controle mais rigoroso sobre a própria imagem social.

O território é reconfigurado pela proximidade física traduzida em dados digitais, instituindo “novas formas de territorialidade” nas quais o encontro é mediado pela interface. Os enunciados dos usuários transmutam o território virtual em um “balcão de negócios” ou vitrine, onde a masculinidade performada assume o papel de principal moeda de troca.

Conforme discutido, embora a homossexualidade e certas práticas sexuais tenham sido historicamente enquadradas em “categorias de delinquência ou patológicas” por discursos oficiais, os enunciados no Grindr buscam romper com tais normas ou adequar-se a elas. Almejam uma “compatibilidade emocional e psicológica” que, em última análise, revela-se como uma ideologia de mercado neoliberal aplicada às relações humanas.

A visibilidade social no Grindr é percebida, portanto, como uma performance de masculinidade e disponibilidade, enquanto os territórios virtuais configuram-se como zonas de negociação que permitem aos usuários transitar entre o anonimato e a exposição estratégica. Essa dinâmica reconfigura a prática da prostituição masculina para além dos limites geográficos convencionais, estabelecendo uma nova espacialidade regida por fluxos discursivos e algorítmicos.

A presente tese demonstrou que a prostituição masculina contemporânea, ao migrar para as plataformas digitais, não apenas mudou de cenário, mas sofreu uma profunda reconfiguração ontológica e discursiva.

Através da lente da Análise Crítica do Discurso (ACD), observou-se que o aplicativo Grindr atua como um dispositivo de poder que transmuta o território físico em uma vitrine racionalizada, onde o corpo é fragmentado e a subjetividade é convertida em um catálogo de dados transacionais.

A pesquisa evidenciou que a visibilidade nesses espaços é paradoxal e estratégica. Ao adotar um léxico pautado pela "eficiência", "sigilo" e "virilidade", o sujeito busca contornar estigmas históricos de patologização, mas, ao fazê-lo, submete-se à lógica do capitalismo emocional, na qual o desejo é administrado como um ativo de mercado. No entanto, a resistência manifesta-se na própria imprevisibilidade do encontro real, que teima em subverter a rigidez do algoritmo, provando que a territorialidade é, antes de tudo, uma prática social viva.

8-REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch, 1895-1975. **Estética da criação verbal** [tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. — 2' cd. —São Paulo Martins Fontes, 1997.— (Coleção Ensino Superior

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BARRETO, Letícia Cardoso. **Prostituição, gênero e sexualidade: Hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado.UFMG, 2008.

BARRETO, L.C., and MAYORGA, C. Gabriela Leite – **histórias de uma puta feminista**. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 287-307. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0016>.

BATAILLE, George. **O erotismo**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

BEAUD, Michel. **Arte da Tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado ou doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário**. 3 ed.-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e Gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERTONI, L. M., and GALINKIN, A. L. **Teoria e métodos em representações sociais**. In: MORORÓ, L. P., COUTO, M. E. S., and ASSIS, R. A. M., orgs. Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 101-122.

BONFANTE, G. M. (2015). **Erótica dos signos nos aplicativos de pegação: processos multissemióticos em performances íntimo-espetaculares de si** Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

BORBA, Maria Eduarda Aires Guimarães Figueiredo. **Além do sexo: realidade da prostituição no Brasil**. Goiânia: [s.n.], 2021. Editora Vieira.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**; tradução Tradução de Maria Helena

Kühner 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 160p.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago França. 1. ed. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. E-book.

_____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Tradução de Rogério Bettoni. Posfácio de Vladimir Safatle. São Paulo: Autêntica, 2015.

BRAGA, Gibran Teixeira. **“Não Sou nem Curto”: prazer e conflito no universo do homeorotismo virtual**/ Gibran Teixeira Braga. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2013.

BRAZ, Camilo Albuquerque de. **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latinoamericana ISSN 1984-6487 / n.4 - 2010 - pp.127-156 / Disponível em: www.sexualidadsaludysociedad.org. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRANDÃO, H. H. L. **Introdução à análise do discurso** Campinas: Editora Unicamp, 2004,.

BROWN, Gavin. **Pensando Além da Homonormatividade: Explorações Performativas de Economias Gays Diversificadas**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 125-138, jan. / jul. 2013.

CAL, Danila Gentil Rodrigues; VASCONCELOS, Osvaldo da Silva; VIEIRA, Manuela do Corral. **Vitrine Virtual: comunicação, práticas corporais e sociabilidade no Grindr**. In. Verso e Reverso, 31(76):36-45, janeiro-abril 2017/2017 Unisinos – doi: 10.4013/ver.2016.31.76.04

CALDEIRA, Elaine. **Representação dos atores sociais: Discurso de Reforço e enfraquecimento na constituição discursiva de identidades étnicas**. Revista Prolíngua, volume 6 - Número 2 - jan/jun de 2011. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/13577/7715>. Acesso em 05 de setembro de 2024

CAPELA, Gustavo Moreira. **O direito à prostituição: aspectos de cidadania**. Brasília, 2013. Dissertação (Mestrado em Direito)- Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro (orgs.). **Crônicas do CUS: cultura, sexo e gênero**. 1. ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2018.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: Nversos, 2016.

CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. In. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 241-282, janeiro-abril/2013

COSTA, Ramon Silva. **O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades no aplicativo Grindr**. *COnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 32, 2020. Disponível em: [URL do artigo, se disponível]. Acesso em: [data de acesso].

DA SILVA OLIVEIRA, Flávio Ismael; RODRIGUES, Sérgio Tosi. **Affordances: a relação entre agente e ambiente**. *Ciênc. cogn.*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 120-130, nov. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212006000300013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 jun. 2026.

DÉDALOS BAR. **Regras**. Disponível em: <https://www.dedalosbar.com.br/regras>. Acesso em: 22 mar. 2026.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil** / Mary Del Priore. 2. ed. —São Paulo : Contexto, 2006.

_____. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia** – Volume 1. Tradução: Aurélio Guerra Neto et al. São Paulo: Editora 34, 1995.

DINIZ, Ana Cláudia Araújo. **PODER E SEXO: uma análise dos territórios de prostituição no Centro de Campina Grande-PB**. Recife, 2016. Dissertação de Mestrado, UFPE.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã de Pedro Siissekind; apresentação e revisão técnica de Federico Neiburg. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Izabel Magalhaes, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. - Brasília : Editora Universidade de Brasília. 2001.

_____. **Language and power**. 3. ed. London: Routledge, 2015.

FAN, Ritter. **Crítica | Minority Report: A Nova Lei**. Plano Crítico, 30 jun. 2018. Disponível em: <https://www.planocritico.com/critica-minority-report-a-nova-lei/>. Acesso em: 8 mar. 2026.

FERNANDES, Eder; COSTA, Ramon Silva. **Economias sexuais e normatividade de gênero: o tratamento sociojurídico da prostituição masculina no Brasil**. *Interfaces Científicas - Direito*, Aracaju, v. 7, n. 3, p. 39-52, jul. 2019.

FERREIRA, Judi van. **Grindr: um produto gerando processos de aproximações e distanciamentos de gays/bis/queers**. Orientador: Flávio Pereira Camargo. In *Processos contemporâneos: da ideia à publicação*. / organizadora, Lavínnia Seabra – Goiânia: Gráfica UFG, 2019.E-book; 322 p. : il disponível em :

<https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/processos-produtos-criativos/index.html>. Acesso em: 10 Fev. 2026.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **A Análise do Discurso: para além das palavras e coisas**.in. Educação e Realidade. Jul-dez.1995

FONSECA, Danilo Gentil; MIRANDA, Diogo. **Vitrine Virtual: comunicação, práticas corporais e sociabilidade no Grindr**. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 31, n. 76, p. 36-45, jan./abr. 2017

FOUCAULT, M. (2008). **Segurança, território, população: curso dado no College de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988

_____. **História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres**. Trad Maria Tereza da Costa Albuquerque. 8 Ed. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade 3. O Cuidado de Si**. Rio de janeiro, ed. Graal, 1985.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo Lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjeividades na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

FRANÇA, G. V. **Prostituição: um enfoque políticossocial**. Femina, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 145-148, 2012. Disponível em: < <http://www.derechoycambiosocial.com/revista029/Prostitui%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 04/03/2020.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. **O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault**. In. [Revista Subjetividades](#) vol.16 no.3 Fortaleza dez.2016

GAGNON, John. **Uma interpretação do desejo. Ensaio sobre o estudo da sexualidade**. Tradução: Lucia Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Garamond. 2006.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993

GIL. A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GRINDR. **Como fazer a chuca**. Disponível em: <https://www.grindr.com/blog/como-fazer-a-chuca>. Acesso em: 22 mar. 2026.

GRINDR. **Diretrizes de uso e políticas.** Disponível em: <https://help.grindr.com/hc/pt>. Acesso em: 27 nov. 2025.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na vida cotidiana.** tradução de Maria Célia Santos Rapose. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, João Junior. **Sobre Frescos e Bagabas: Uma História Social do Homoerotismo e da Prostituição Masculina no Rio de Janeiro entre 1890 e 1938.** Niterói, 2019. Dissertação de Mestrado, UFF.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALPERIN, David M. **One Hundred Years of Homosexuality: and Other Essays on Greek Love.** Londres; Nova Iorque: Routledge, 1990

HAMANN, Cristiano; PIZZINATO, Adolfo; ROCHA, Kátia Bones. **Dimensões geosimbólicas do sexo tarifado entre homens: discussões provenientes de uma etnografia urbana.** Estudos e Pesquisas em Psicologia Rio de Janeiro v. 18 n. 2 p. 466-477 Maio a Agosto de 2018

HAMANN, Cristiano. **Arranjos afetivos, sexuais e econômicos nas tramas da prostituição entre homens.** 2021. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2021.

HOCQUENGHEM, Guy. **Homosexual desire.** Tradução de Daniella Dangoor. Prefácio de Jeffrey Weeks. Nova introdução de Michael Moon. Durham: Duke University Press, 1993.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IRINEU, Lucineudo Machado et al. (org.). **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave.** 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

JESUS, Diego Santos Vieira de. **À margem da margem: lgbs e a economia noturna do samba nas zonas norte e oeste do Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/6477/3677>. Acesso em 06 Mar. 2020.

JESUS, José Wellington de. **Entre ruas e redes: transformações e significados da prostituição masculina em Aracaju – Se.** – São Cristóvão, SE, 2021. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Sergipe.

KIMMEL, Michael Scott. **Masculinidade como homofobia: medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero.** Tradução de Sandra Mina Takakura. Revisão técnica de Bianca Machado. Revista Equatorial, v. 3, n. 4, p. 97–124, 2016.

KOZINETTS, Robert. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014. 203p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Pierre Lévy; tradução de Carlos Irineu da Costa.- São Paulo: Ed. 34, 1999

LIMA, Vinicius. **Homens em análise: travessias da virilidade**. São Paulo: Blucher, 2023

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva.

LYONS, A. (in press, 2016) “**Multimodality**” In: **Zhu Hua (ed.) Research Methods in Intercultural Communication: A practical guide**. Wiley-Blackwell. pp. 268-280.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**: tradução Sírio Possenti.- 1. ed. . São Paulo: Parábola Editorial, 2015

MAGALHÃES, Célia(org). **Reflexões Sobre a Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001)

MEDEIROS, Ettore Stefani de. **Textos verbo-visuais de homens que se relacionam afetivo-sexualmente com homens: te(n)sões entre masculinidades no aplicativo Grindr**. 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.

MENDES JUNIOR, Walcler de Lima. **A Escola de Chicago no Debate Ecológico: Alicerces, Desdobramentos e Críticas**. In *Raízes da Ecologia Humana*, as/ Ronaldo Gomes Alvim e Juracy Marques, organizadores. Paulo Afonso: SABEH, 2017

MISKOLC, Richard. **A Gramática do Armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homo eróticas masculinas mediadas digitalmente**. In: PELÚCIO, L.; SOUZA, L. A. F. de; MAGALHÃES, B. R. de; SABATINE, T. T. (org.). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 52-52. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-279-6>. p. 52-52

_____. **Desejos digitais : uma análise sociológica da busca por parceiros on-line** / Richard Miskolci. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2017.

_____. **Discreto e fora do meio – Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea**. *Cadernos Pagu*, v. 44, p. 61-90, jan.-jun. 2015. DOI: 10.1590/1809-4449201500440061. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440061>. Acesso em: 9 fev. 2025.

_____. **Machos e Machos e Brothers Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 424, jan./abr. 2013.

_____. **Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais.** In: Bagoas, n 11, 2014, 51-78

MONDARDO, M. L. **O Corpo enquanto “Primeiro” Território de Dominação: o biopoder e a sociedade de controle, 2009.** Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mondardo-marcos-o-corpo.pdf> . Acesso em 01/03/2020. Acesso em: 05 Fev.2026.

MORORÓ, L. P., COUTO, M. E. S., and ASSIS, R. A. M., orgs. **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias.** Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 101-122.

MOWLABOCUS, Sharif. **Gaydar Culture: Gay Men, Technology and Embodiment in the Digital Age.** Abingdon, Oxon: Routledge, 2016

NASCIMENTO, Marcos Antônio Ferreira do. **Improváveis relações produção de sentidos sobre a masculinidade no contexto de amizade entre homens homo e Heterossexuais.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NOGUEIRA, Gilmaro. **Caças e pegação online: subversões e reiteraões de gêneros e sexualidades.** 2012. [dissertação ou tese de doutorado] – Orientador(a): Prof(a). Dr. Leandro Colling. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

Observatório da Prostituição. **Carta de princípios da RBP.** Observatório da Prostituição. Disponível em: <https://observatoriodaprostituicao.wordpress.com/carta-de-principios-da-rbp/>. Acesso em: 9 fev. 2025.

OLIVEIRA NETO, José Gomes de; LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito; SILVA, Luís Augusto Vasconcelos da. **Entre homens: noções de masculinidades para usuários de apps de encontros eróticos.** *Psicologia & Sociedade*, v. 33, 2021.

OLIVEIRA, Rafael W. **Crítica | A.I. – Inteligência Artificial.** Plano Crítico, 23 jun. 2018. Disponível em: <https://www.planocritico.com/critica-a-i-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 8 mar. 2026

ORLANDI, Eni. P. **Michel Pêcheux e a análise de discurso.** In Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista, n 1, p. 9-13, junho de 2005.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; ROSA, Marcelo Victor da; e LOPES, Tatiana Bezerra de Oliveira. **Prostituição masculina no Brasil: o panorama da produção teórica.** Rev. antropol. (São Paulo, Online) v. 62 n. 2: 432-458 | USP, 2019. Disponível em: www.revistas.usp.br. Acesso em: 07 Mar. 2020

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Organizado por Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PEREZ, Leonardo Fabio Martínez. **Origem da análise de discurso crítica (ADC) e principais elementos teóricos**. In: Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo**. Capminhas: Editora Brasiliense, 1987.

PISCITELLI, Adriana. **Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais**. *Cadernos Pagu*, v. 47, e16475, 2016. ISSN 1809-4449. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470005>. Acesso em: 27 nov. 2025

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade [livro eletrônico]**. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção Preconceitos; v. 5).

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, Alexandre Moraes da; BISPO, Andrea Ferreira. **Prostituição: o impasse entre o Legalismo Moral e o Princípio do Dano**. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.12, n.3, 3º quadrimestre de 2017. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica. Acesso em: 30 Ago. 2024

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 1987. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/saffiotti_heleieth_-_o_poder_do_macho.pdf. Acesso em: 22 mar. 2026

SALDANHA, Rafael Araújo. **Classificados e o sexo: Anúncios de prostituição masculina em SC (1986 – 2005)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SALLES, Helena Kuerten de. **A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional**. *Organizações & Sociedade*, v. 26, n. 90, jul.-set. 2019. DOI: [10.1590/1984-9260902](https://doi.org/10.1590/1984-9260902). Acesso em: 9 fev. 2025.

SANTOS, Daniel Kerry. **HOMENS NO MERCADO DO SEXO: fluxos, territórios e subjetivações**. Florianópolis SC, 2016. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS, Maria Lourdes dos. **Da batalha na calçada ao circuito do prazer: um estudo sobre prostituição masculina no centro de Fortaleza**. – Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Sheila Cavalcante dos. **Tinder: uma etnografia sobre encontros, socialidades e experimentações de si**. *Mana*, v. 27, n. 2, p. 1-33, 2021. DOI: 10.1590/1678-49442021v27n2a206. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/7QDDSNWfr8yJRbJ9pFjPTtz/?format=pdf>. Acesso em: 9 fev. 2025.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the Closet**. 1. ed. Berkeley: University of California Press, 1990.

SESTER, Eros. **Por uma antropologia do programa / Towards an anthropology of the "tricks" ["programa"]**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed.rev.atualizada- São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Marco Aurélio da. **Localizando performances: territorialidade e os estudos antropológicos de gênero e sexualidade**. Campinas-SP, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642605>. Acesso em: 05 Mar. 2020.

SILVA, Mayana Hellen Nunes da. **“Eu sou puta, entra lá no site!”: prostituição masculina e o negócio “virtual” do desejo**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2023.

SOARES, Samara Sousa Diniz Soares. **Netnografia e a pesquisa científica na internet**. In. Psicologia USP, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/W5cDdNM99Bk9btBs6ffx45G/#>. Acesso em 10 Ago. 2024

SOUZA, Arivaldo Sacramento de. **Dos putos de Pero da Ponte: Notas para a história de uma palavra**. Universidade Federal da Bahia, 2021.

SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES,

Boris Ribeiro de (orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011

SOUZA NETO, Epitácio Nunes de. **Entre Boys e Frangos: Análises das performances de Gênero dos homens que se prostituem em Recife**. Dissertação de Mestrado. UFPE-Pos –Graduação em Psicologia, 2009.

SPARVOLI, Fabrício. Resenha de: LEVIN-RICHARDSON, Sarah. **The Brothel of Pompeii: Sex, Class, and Gender at the Margins of Roman Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. Heródoto, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, v. 5, n. 1, p. 101-106, 2020. DOI: 10.34024/herodoto.2020.v5.11787.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012

VIANA, Normando José Queiroz. **Caminhos e Descaminhos da Prostituição Viril**. In Caderno de Estudos Sociais-Recife V.20, n° , p.289-304, jul/dez 2004

ZAGO, Luiz Felipe. **“Caça aos homens disponíveis”: corpo, gênero e sexualidade na biossociabilidade gay online**. in Sex., Salud Soc. (Rio J.) (13) Abr 2013. Disponível em:<https://www.epublicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/article/view/3327/3970>. Acesso em: 20 Out. 2025.

ZAGO, Luiz Felipe. **Masculinidades disponíveis.com: sobre como dizer-se homem gay no ciberespaço**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2009.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso** / Ana Zandwais – Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.